

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS SOROCABA

FABIANA LEITE DE CAMARGO FRANCISCHINELLI

**ITU, A VILA DO AÇÚCAR:
ESPAÇO URBANO, CULTURA MATERIAL E VIDA COTIDIANA (1780 A 1830)**

Sorocaba

2021

FABIANA LEITE DE CAMARGO FRANCISCHINELLI

ITU, A VILA DO AÇÚCAR:

ESPAÇO URBANO, CULTURA MATERIAL E VIDA COTIDIANA (1780 A 1830)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São Carlos.

Área de concentração: Dinâmicas Ambientais e Socioespaciais.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Educação e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Lana.

Sorocaba

2021

Francischinelli, Fabiana Leite de Camargo

Itu, a vila do açúcar: : espaço urbano, cultura material e vida cotidiana (1780 a 1830). / Fabiana Leite de Camargo Francischinelli -- 2021.
230f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba
Orientador (a): Rita de Cássia Lana
Banca Examinadora: Neusa de Fátima Mariano, Luis Felipe Martins de Salles Roselino
Bibliografia

1. Geografia-histórica. 2. Territorialização em Itu. 3. Economia açucareira. I. Francischinelli, Fabiana Leite de Camargo. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Humanas e Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Geografia

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Fabiana Leite de Camargo Francischinelli, realizada em 15/06/2021.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Rita de Cássia Lana (UFSCar)

Profa. Dra. Neusa de Fatima Mariano (UFSCar)

Prof. Dr. Luis Felipe Martins de Salles Roselino (UEMG)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia.

Dedico esse trabalho a Emília, minha mãe, que
com a bravura a ela inerente luta pela vida a
cada sessão de hemodiálise, e nos privilegia
com seu amor.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar, agradeço a minha orientadora Professora Dra. Rita de Cássia Lana por sua prontidão e boa vontade em me ajudar, sem o que as dificuldades inerentes à realização deste trabalho seriam ainda maiores. Agradeço ao privilégio de tê-la como orientadora, seus ensinamentos foram inestimáveis e contribuíram de forma salutar para elaboração deste trabalho.

Ao professor Dr. Carlos Henrique Costa da Silva que muito contribuiu no início desta jornada, sobretudo com suas valiosas indicações bibliográficas.

À Professora Dra. Neusa de Fátima Mariano e ao Professor Dr. Luís Felipe Martins de Salles Roselino pelas relevantes sugestões no exame de qualificação.

À minha mãe que sempre esteve ao meu lado, sendo fonte de eterno amor e compreensão.

Ao meu cônjuge Fábio companheiro inestimável nos momentos mais difíceis, sendo meu porto seguro quando mais precisei.

A minha irmã Flávia pelo auxílio nos cuidados com nossa mãe, e a meu sobrinho Kauã pelos momentos de alegria durante essa jornada.

A todos os funcionários do Museu Republicano “Convenção de Itu” que em muito contribuíram nesta pesquisa.

Ao amigo Isael Pereira Cruz por toda colaboração e ajuda com os termos do passado.

Aos proprietários das Fazendas Vassoural, Capoava, Concórdia, Pirahy e Chácara do Rosário pela sempre gentil recepção, sempre incluindo um cafezinho e um dedinho de proza.

Ao professor Dr. Plínio Marcos Tsai cujos ensinamentos e grande compaixão transformaram minha vida.

A monja Loyane pela inestimável amizade e paciência.

A todos os outros professores e colegas, que contribuíram direta ou indiretamente para o presente trabalho.

As amigas Laís, Ana e Leticia pelo companheirismo em todo o percurso da pós-graduação e pelas companhias e risadas nos Congressos e Simpósios.

“Os livros não são feitos para alguém acredite neles, mas para serem submetidos à investigação. Quando consideramos um livro, não devemos perguntar o que diz, mas o que significa.”

Umberto Eco

RESUMO

FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Itu, a vila do açúcar: espaço urbano, cultura material e vida cotidiana (1780 a 1830). 2021. Dissertação Mestrado Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de São Carlos, *campus Sorocaba*, Sorocaba, 2021.

A dissertação configura-se como um estudo de caso sob a perspectiva da geografia histórica, que busca a compreensão espaço social da vila de Itu, num recorte temporal que compreende o período que vai de 1780 a 1830, onde por conta de uma combinação de fatores internos e também externos, a monocultura canavieira teve um aumento considerável em sua produção na localidade, tornando a vila de Itu a maior unidade produtora paulista ao final da segunda metade do século XVIII, com números de produção muito acima das demais vilas da capitania. Assim, a partir deste recorte a pesquisa visou analisar a formação espacial da cidade de Itu, e.g., como o plano urbano da vila teve seus padrões alterados, moradias assobradadas foram construídas, melhoramentos no espaço público tornaram-se visíveis e novas perspectivas e realidades começaram a se projetar na vida de seus habitantes, entendidos como aqueles indivíduos identificados a partir dos maços da população existentes compulsados, um crescimento significativo em seu número e expresso nos inúmeros elementos que compunham a cultura material local. Para tanto, o estudo pretérito da vila de Itu só se torna possível a partir do arcabouço teórico metodológico da geografia histórica que, tendo por base sua interdisciplinaridade, forneceu o ferramental adequado e necessário neste estudo onde espaço e tempo interagem. Fontes primárias como inventários, maços da população da vila, atas da câmara, relatórios do arquivo histórico ultramarino, mapas, iconografia e relatos de viajantes são utilizados em conjunto com fontes secundárias, como “A lavoura canavieira em São Paulo” de Petrone e são capazes de elucidar consideravelmente este espaço pretérito, suprimindo lacunas e possibilitando a identificação dos mais diversos fatores que em conjunto conformaram a vila do açúcar. Os dados obtidos pela pesquisa apontaram para novos elementos culturais inseridos na localidade, exercendo influências e sendo fator determinante das mais diversas transformações por que passou a vila de Itu, implicando na relevância para a compreensão do espaço do entendimento das camadas sociais que interagem e nas quais, a partir da figura central dos senhores proprietários de engenho foi possível interpretar o organismo social e as classes que gravitavam ao redor dessas figuras dominantes, com as quais escravos, agregados, comerciantes, tropeiros guardavam uma relação de dependência. Como conclusões possíveis levantadas observou-se que as estruturas de poder da sociedade ituana estabeleceram a hierarquia e delimitaram padrões e símbolos de seus membros, os quais se identificavam enquanto comunidade através dos usos, costumes, bens materiais, ou mesmo pelas vestimentas, permitindo um entendimento mais amplo de uma sociedade que se formou a partir de uma economia agrícola de regime escravista, e estas configurações encontradas no passado se refletiriam até os dias atuais, seja na formação social ou mesmo na apropriação dos espaços da cidade que possuem significativas heranças desse período.

Palavras-chave: Geografia-histórica. Territorialização em Itu. Economia açucareira.

ABSTRACT

FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Itu, the village of sugar: urban space, material culture and everyday life (1780 to 1830). 2021. Dissertation (Master's in Geography) – Postgraduate Program in Geography, Federal University of São Carlos, Sorocaba *campus*, 2021.

The dissertation is configured as a case study from the perspective of historical geography, which seeks to understand the social space of the village of Itu, in a time frame that covers the period from 1780 to 1830, where due to a combination of factors internal and also external, the sugarcane monoculture had a considerable increase in its production in the locality, making the village of Itu the largest producing unit in São Paulo at the end of the second half of the 18th century, with production numbers well above the other captaincy villages. Thus, from this point of view, the research aimed to analyze the spatial formation of the city of Itu, eg, how the urban plan of the village had its patterns changed, frightened houses were built, improvements in the public space became visible and new perspectives and realities began to project itself into the lives of its inhabitants, understood as those individuals identified from the existing compulsory population packs, a significant increase in their number and expressed in the countless elements that made up the local material culture. Therefore, the past study of the village of Itu is only possible based on the theoretical methodological framework of historical geography, which, based on its interdisciplinarity, provided the appropriate and necessary tooling in this study where space and time interact. Primary sources such as inventories, bundles of the population of the village, minutes of the chamber, reports from the overseas historical archive, maps, iconography and travelers' reports are used in conjunction with secondary sources, such as Petrone's "sugarcane crop in São Paulo" and are capable of to elucidate considerably this past space, filling gaps and enabling the identification of the most diverse factors that together formed the village of sugar. The data obtained by the research pointed to new cultural elements inserted in the locality, exercising influences and being a determining factor of the most diverse transformations that the city of Itu went through, implying in the relevance for the understanding of the space of the understanding of the social layers that interact and in which, from the central figure of the owners of the mill, it was possible to interpret the social organism and the classes that gravitated around these dominant figures, with whom slaves, aggregates, traders, tropeiros kept a relationship of dependence. As possible conclusions raised, it was observed that the power structures of the ituana society established the hierarchy and delimited patterns and symbols of its members, which identified themselves as a community through the uses, customs, material goods, or even by the clothes, allowing an understanding broader of a society that was formed out of a slave-based agricultural economy, and these configurations found in the past would be reflected up to the present day, whether in social formation or even in the appropriation of city spaces that have significant inheritances from that period.

Keywords: Historical-geography. Territorialization in Itu. Sugar economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotografia das ruínas do Engenho do Governador (o primeiro da Capitania de São Vicente -1533)	39
Figura 2 – Desenho Padrão espacial colonial (dendrítico)	51
Figura 3 – Reprodução de croqui da evolução urbana de Itu (1774)	53
Figura 4 – Mapa do quadrilátero do açúcar	61
Figura 5 – Fotografia do Engenho Grande (Chácara do Rosário)	73
Figura 6 – Planta da casa da Fazenda Engenho Grande (Chácara do Rosário)	74
Figura 7 – Fotografia dos fundos da casa grande do Engenho Grande (Chácara do Rosário)	75
Figura 8 – Fotografia da capela Fazenda Capoava – Itu/SP	75
Figura 9 – Fotografia da senzala Fazenda Concórdia Itu/SP	76
Figura 10 – Fotografias das rodas D' Água Fazenda Capoava (direita) e Fazenda da Serra (esquerda) – Itu/SP	77
Figura 11 – Fotografia da Fornalha do tipo “trem da Jamaica” Fazenda Vassoural – Itu/SP	78
Figura 12 – Fotografia do Alambique Fazenda Pirahy – Itu/SP	79
Figura 13 – Fotografia da Canalização da água na fazenda Capoava (esquerda) e Fazenda Concórdia (direita) ambas no bairro Pirahy em Itu/SP	80
Figura 14 – Carta Chorográfica da Capitania de S. Paulo (1766)	96
Figura 15 – Fotografia da calçada do Lorena	97
Figura 16 – Planta e fachada das casas para os tropeiros recolherem os açucares (1797)	99
Figura 17 – Fotografia do segundo rancho localizado a margem do rio Pirapitinguí em Itu/SP	100
Figura 18 – Fotografia do rancho localizado onde hoje é a Fazenda Paulista em Itu/SP	101
Figura 19 – Vista da cidade de Itu, caminho de Sorocaba de Jean Baptiste Debret – 1827	108
Figura 20 – Localização da casa de câmara e cadeia a partir do croqui da evolução urbana de Itu (1830)	110
Figura 21 – Vista da cidade de Itu de Miguelzinho Dutra – 1851	111
Figura 22 – Passeio público da vila de Itu	114
Figura 23 – Aquarela "pedreira do Varvito" de Miguelzinho Dutra – 1841	116
Figura 24 – Interior do jazigo do Carmo de Miguelzinho Dutra – 1841	117
Figura 25 – Fotografia dos casarões no largo da matriz – 1950	120
Figura 26 – Igreja do Senhor Bom Jesus de Miguelzinho Dutra – 1841	124
Figura 27 – Construção da segunda igreja matriz de Itu	125
Figura 28 – Documento retirado do inventário de Maria Francisca Vieyra (1796).	126
Figura 29 – Interior da igreja matriz de Itu	127
Figura 30 – Fachada da matriz inaugurada em 1833 e demolida em 1888, e respectivo largo	128
Figura 31 – Nova fachada da matriz de Itu inaugurada em 1889	128
Figura 32 – Convento franciscano São Luís de Tolosa de Itu	129
Figura 33 – Hospício do Carmo de Miguelzinho Dutra – 1839	130
Figura 34 – Capela de Santa Rita inaugurada em 1728	131
Figura 35 – Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio de Miguelzinho Dutra – 1835	132
Figura 36 – Esquema de ocupação das terras paulistas	141

Figura 37 – Mapa dos bairros rurais da vila de Itu (século XIX)	142
Figura 38 – Organograma desmembramentos da vila de Itu	144
Figura 39 – Relação dos senhores de engenho com as demais camadas sociais	147
Figura 40 – Cozinha caipira de Almeida Júnior (1895)	164
Figura 41 – Interior da residência urbana do Barão de Itaim	165
Figura 42 – Imagem de Nossa Senhora do Rosário esculpida na década de 1770	170
Figura 43 – Festa do Divino de Miguelzinho Dutra – 1841	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição espacial dos habitantes de São Paulo (1676)	46
Tabela 2 – Declínio da produção açucareira haitiana	62
Tabela 3 – Número de escravos por proprietário (1817)	70
Tabela 4 – Número de escravos por proprietário obtidos a partir de 40 inventários selecionados (óbitos ocorridos entre 1780 a 1830)	70
Tabela 5 – Dimensão das propriedades canavieiras ituanas no ano de 1817	83
Tabela 6 – Maiores propriedades canavieiras ituanas no ano de 1817	83
Tabela 7 – Preço do açúcar por arroba nos portos de Santos e Rio de Janeiro (1796-1800)	86
Tabela 8 – Mapa dos preços do açúcar por arroba na vila de Itu (dez. de 1798)	86
Tabela 9 – Resumo geral dos engenhos de açúcar que existem nas vilas de serra acima desta Capitania de São Paulo (1793-1798)	87
Tabela 10 – Número de engenhos e produção de açúcar em Itu (1799-1822)	89
Tabela 11 – Número de arrobas de açúcar produzidas por engenhos em Itu (1798)	91
Tabela 12 – Dimensão das propriedades ituanas destinadas exclusivamente ao plantio de mantimentos no ano de 1817	103
Tabela 13 – Escravos carpinteiros presentes nos inventários ituanos	104
Tabela 14 – Animais encontrados a partir de inventários ituanos entre os anos de 1780 a 1830	105
Tabela 15 – Avaliação de imóveis situados no eixo urbano a partir dos inventários	121
Tabela 16 – Nascimentos em Itu (1798)	138
Tabela 17 – Óbitos em Itu (1798)	139
Tabela 18 – Inventários com monte-mor acima de 10:000\$000.	161
Tabela 19 – Bens móveis de maior valor encontrados em inventários (1780 a 1830).	167

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das vilas serra acima com base na sua produção por arrobas	87
Quadro 2 – Lista de bens do hospício do Carmo	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção por arrobas das vilas serra acima para o ano de 1798 em porcentagem	88
Gráfico 2 – Número de engenhos das vilas serra acima (1798)	89
Gráfico 3 – Evolução da produção açucareira e do número de engenhos ituanos (1793 a 1798)	90
Gráfico 4 – Relação dos vinte maiores produtores de açúcar da vila de Itu em 1798	92
Gráfico 5 – Relação do número de escravos dos vinte maiores produtores de açúcar da vila de Itu em 1798	93
Gráfico 6 – Números da produção açucareira em arrobas de cinco dos maiores produtores ituanos (1793 a 1798)	94
Gráfico 7 – Número de fogos existentes no eixo urbano da vila de Itu	114
Gráfico 8 – População total da vila de Itu ao longo do período açucareiro	133
Gráfico 9 – Distribuição da população da vila de Itu ao longo do período açucareiro	136
Gráfico 10 – Pirâmide etária negros escravizados em Itu (1798)	140
Gráfico 11 – Relação dos bens móveis mais encontrados nos inventários (1780 a 1830)	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos

AESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo

ANTT: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

ARQ/MRCI: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”

D.O.E: Diário Oficial do Estado

AHU: Arquivo Histórico Ultramarino

CU: Concelho Ultramarino

ACL: Arquivo do Concelho de Lisboa

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1. OS PRIMÓRDIOS PAULISTANOS	35
1.1 O PLANALTO DE PIRATININGA	40
1.2 UTU-GUAÇÚ O POVOADO BANDEIRANTE	44
1.3 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA VILA EM FORMAÇÃO	48
1.4 AS MONÇÕES E AS BASES ECONÔMICAS QUE ANTECEDERAM O PERÍODO AÇUCAREIRO	56
2. ITU A VILA DO AÇÚCAR E AS POLÍTICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO (1780 A 1830)	61
2.1 O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA COLONIAL.....	66
2.2 AS UNIDADES PRODUTIVAS ITUANAS, OS NÚMEROS DE SUA PRODUÇÃO E SUA COMERCIALIZAÇÃO	72
2.2.1 As unidades produtivas	72
2.2.2 Os números de sua produção	85
2.2.3 Transporte e comercialização do açúcar	95
2.3 A EXPLORAÇÃO DE OUTRAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA VILA DE ITU....	102
3. EVOLUÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE ITU	108
3.1 A RESIDÊNCIA URBANA DOS SENHORES DE ENGENHO	118
3.2 A RIQUEZA DO AÇÚCAR REFLETIDA NAS IGREJAS	123
3.3 PADRÕES DEMOGRÁFICOS	132
3.3.1 Livres, escravizados, forros e agregados	136
3.4 EVOLUÇÃO ESPACIAL CARTOGRÁFICA, ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DESMEMBRAMENTOS NA BOCA DO SERTÃO.	140
4. AS RELAÇÕES DE PODER NA VILA DE ITU	146
4.1 ASPECTOS LEGAIS	147
4.2 OS ATORES E OS CÓDIGOS SOCIAIS DO ESPAÇO URBANO.....	152
4.3 A DIMENSÃO CULTURAL DA VILA DO AÇÚCAR	156
4.4 PADRÕES DE RIQUEZA E OS ASPECTOS DE DIFERENCIAÇÃO SOCIAL	160
4.4.1 O espaço doméstico e suas transformações	162
4.5 AS ORDENS RELIGIOSAS, IRMANDADES E CONFRARIAS	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	181

APÊNDICES	204
APÊNDICE A – FOTOGRAFIA DA FAZENDA CAPOAVA – ITU/SP.	204
APÊNDICE B – FOTOGRAFIA DA FAZENDA PIRAHY – ITU/SP.	205
APÊNDICE C – FOTOGRAFIA DA FAZENDA CONCÓRDIA – ITU/SP.	206
APÊNDICE D – FOTOGRAFIA DA FAZENDA VASSOURAL – ITU/SP.	207
ANEXOS	208
ANEXO A - MAPA DAS CAPITANIAS HEREDITÁRIAS.	208
ANEXO B - MAPA SOBRE O ITINERÁRIO DE ULRICH SCHMIDEL COM O CAMINHO DE PEABIRU EM DESTAQUE; ADAPTADO DE MAAC (2002).	209
ANEXO C – MAPA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE (1631).	210
ANEXO D – FIGURA POR ESTIMAÇÃO DA VILA DE YTÚ, MANUSCRITO DO BRIGADEIRO JOSÉ CUSTÓDIO SÁ E FARIA DE 1774.	211
ANEXO E – MAPA COM A DEMONSTRAÇÃO TOPOGRÁFICA DO CURSO DO RIO TIETÊ.	212
ANEXO F – MAPA DA FREGUESIA DE ARARITAGUABA (SÍTIOS MARGEANDO O RIO TIETÊ).	213
ANEXO G – FOTOGRAFIA DA FAZENDA PAU D’ ALHO – ITU/SP.	214
ANEXO H – MAPA DO RIO TIETÊ E PIRACICABA DESDE A VILA DE ITU ATÉ O RIBEIRÃO DE ARAQUAMIRIM.	215
ANEXO I – REPRODUÇÃO DE CROQUI DA EVOLUÇÃO URBANA DE ITU (1792).	216
ANEXO J – REPRODUÇÃO DE CROQUI DA EVOLUÇÃO URBANA DE ITU (1830).	217
ANEXO K – REPRODUÇÃO DE CROQUI DO HOSPÍCIO DO CARMO ITU.	218
ANEXO L – CARTA ILLUSTRADA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.	219
ANEXO M – BAIRROS, COLÔNIAS, FAZENDAS, SÍTIOS E CHÁCARAS EM ITU EM 1919.	220
ANEXO N –TERRITÓRIO PAULISTA EM 1600.	221
ANEXO O –TERRITÓRIO PAULISTA EM 1700.	222
ANEXO P –TERRITÓRIO PAULISTA EM 1800.	223
ANEXO Q –TERRITÓRIO PAULISTA EM 1850.	224
ANEXO R –TERRITÓRIO PAULISTA EM 1889.	225
ANEXO S – ORGANOGAMA DA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII.	226

ANEXO T – MOBILIA PRESENTE NA CASA ITUANA.	227
ANEXO U – TÁBUAS DE DATAS.	230

INTRODUÇÃO

O passado colonial brasileiro se perpetua nas formas espaciais, nos aspectos culturais, nas relações de poder, entre outros traços que fazem parte dos processos históricos de formação do território, de modo que é a partir dessa perspectiva que se molda o principal objetivo deste trabalho que é a compreensão da formação territorial de um espaço do passado.

Para tanto foi escolhida a Vila de Itu, importante núcleo do interior paulista, que fundado nos primórdios do século XVII fazia parte do centro político e econômico do Planalto Paulista e que ao que tudo indica teve sua dinâmica local significativamente alterada a partir da introdução da monocultura da cana-de-açúcar. A escolha da vila de Itu como recorte espacial para esta pesquisa se deu principalmente por conta do papel de destaque exercido pela localidade ituana enquanto parte integrante da região rural de São Paulo denominada quadrilátero do açúcar, e que, portanto, reúne características que são importantes para uma análise deste período de expansão econômica do interior paulista provocado pela agricultura comercial que se voltava a exportação do açúcar produzido.

O recorte temporal, por sua vez, corresponde ao período de ascensão da lavoura açucareira no interior paulista, que se deu aproximadamente do ano de 1780 até por volta de 1830. Na escolha do recorte temporal o marco inicial aponta para a segunda metade do século XVIII, onde fatores internos e externos propiciaram as condições necessárias para o sucesso da introdução da monocultura açucareira.

Como circunstâncias internas têm-se as políticas voltadas ao incentivo da produção açucareira, e que por sua vez se intensificam a partir das iniciativas do então governador da Capitania, D. Luís Antônio de Sousa Botelho (1765 a 1775). Já como conjuntura externa temos eventos como a Guerra dos Sete anos (1759 a 1763) durante o qual as unidades produtivas nas Antilhas tanto inglesas quanto francesas sofreram prejuízos, ou ainda a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América que veio a gerar um severo desabastecimento nas ilhas caribenhas, e, por fim, a Revolução haitiana em 1791 na qual a maior produtora mundial de açúcar viu sua produção cair cerca de 98.8% (LUNDAHL, 1985, p. 126 apud MCKEY, 2016, p.25), o que provocou a escassez do produto, bem como uma alta nos preços. Somado a isso tudo ainda havia um aumento do consumo de açúcar pelos europeus, provocado pela mudança dos hábitos alimentares.

Já o marco final do ciclo açucareiro que ocorreu por volta de 1830 está atrelado a um mercado internacional que oferecia melhores preços ao café, e que viria a se tornar o objeto de interesse dos produtores de São Paulo, ainda que Itu tenha sido um dos centros de resistência

do açúcar no interior paulista. O mercado internacional estava saturado de açúcar de melhor qualidade produzido em outras localidades, ao mesmo tempo em que a demanda pelo café crescia cada vez mais; somado a isso, as dificuldades no transporte do açúcar eram maiores que no caso do café, tornando-se convidativo aos produtores a inserção dos cafezais no interior paulista.

A partir desta delimitação espaço temporal é que surge a indagação: será tarefa cabível a geografia o estudo de um espaço no tempo pretérito? E a resposta inequivocamente é sim, já que limitar a geografia ao tempo presente foge ao escopo de uma ciência cujas raízes repousam numa comunhão com a história, e mais, a questão central não é propriamente o tempo que se estuda, mas os questionamentos que devem obedecer aos padrões teóricos metodológicos da ciência geográfica, onde um espaço do passado pode ser desvendado a partir de preceitos inerentes à geografia, logo as contribuições dos geógrafos serão de grande valia neste complexo, mas necessário, estudo do tempo passado. O espaço presente é fruto das configurações espaço-temporais pretéritas; portanto, torna-se muito importante esse entendimento inclusive na compreensão das territorialidades vigentes e conflitos atuais com raízes nessas dinâmicas socioeconômicas passadas.

É notório que a geografia histórica é uma disciplina, que para muitos é tida como um ramo científico autônomo, vez que como se verá possui um arcabouço teórico metodológico capaz de analisar seu objeto de estudo, conjugando espaço e tempo, de forma a se obter resultados que ambas as ciências em separado não alcançariam. Mas a bem da verdade, autônomo ou não, abre-se a partir de seu estudo uma vasta amplitude de possibilidades e conjugações elaboradas ao longo dos anos pelos estudiosos da área, e que gradualmente vão modelando as pesquisas neste segmento, já consolidado no exterior, mas que ainda tem muito a evoluir enquanto ciência no Brasil.

Contribuíram para essa consolidação da geografia histórica no exterior escolas como a francesa, a anglo-saxã e também a norte-americana, destacando-se trabalhos como do norte-americano Carl Ortwin Sauer no artigo intitulado "Introdução à Geografia Histórica", e do inglês Henry Clifford Darby em obras como "The Domesday Geography of Eastern England" (BAKER, 1984 apud SILVA, 2007). Evidentemente muitos são os autores que ao longo dos anos vem dando sua contribuição à disciplina, que se consolida ano a ano.

Essa chamada "geografia do passado" foi ao longo do tempo bastante discutida nos meios acadêmicos, em que, para uma parcela dos geógrafos a disciplina deveria se ater ao presente, apenas recorrendo ao passado quando necessário buscar elementos para o entendimento do presente; outros, porém, defendiam que o estudo do passado no campo da

geografia não necessariamente deveria vir ao presente, podendo sim, ater-se ao passado, sem que com isso se confundisse com os estudos propriamente históricos (ABREU, 2010).

Interessante observar-se que diferente de geografias mais sistemáticas como a econômica, social, política, etc. a geografia histórica não possui um objeto de estudo definido, uma vez que a heterogeneidade é característica que se faz presente, e para Philo (1996, p. 270) vemos que “a importância da geografia histórica é fazer com que uma sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo de todos esses fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria “substância” da história [...]”

Também muito apropriada é a definição de Butlin que considera a geografia histórica:

O estudo da geografia dos tempos passados, mediante a reconstrução imaginária de uma vasta gama de fenômenos e processos-chave para nossa compreensão geográfica do dinamismo das relações e atividades humanas, tais como as mudanças na avaliação e uso dos recursos naturais e humanos, na forma e função dos assentamentos humanos e do ambiente construído, nos avanços em quantidade e forma de conhecimento geográfico, no exercício do poder e do controle sobre territórios. (BUTLIN, 1993, p. 1 apud CARNEIRO, 2018, p. 28).

No Brasil, como muito bem alerta o professor Rodrigues (2019) em seu artigo “Geografia Histórica: notas sobre a metodologia”, a geografia histórica brasileira encontra-se em pleno desenvolvimento; isso pode ser detectado pelo aumento de produções acadêmicas, bem como pelo crescente número de participantes em congressos nos grupos de trabalho relativos a essa área de pesquisa.

Como exemplo, pode-se citar o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE) realizado em setembro de 2019 e no Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB) que ocorreu em novembro de 2019, no qual se constatou a existência das mais variadas temáticas de pesquisa, bem como em ambos os eventos houve um intenso debate no campo teórico-metodológico. Nomes como os dos professores Milton Santos, Maurício de Almeida Abreu, Pedro de Almeida Vasconcelos, Antonio Carlos Robert Moraes, Fania Fridman, Marcelo Werner da Silva, Doralice Sátyro Maia, entre outros, enriquecem as pesquisas em geografia história, e que ao longo do tempo foram responsáveis pelas discussões e formulações das bases teóricas e metodológicas que alicerçam a disciplina no Brasil.

Prova da importância desta interação espaço temporal para a ciência brasileira é a fala da professora do Departamento de História da Unicamp Dra. Izabel Andrade Marson na Conferência “Qual o lugar da história local?” no IX Seminário do Centro de Memória da Unicamp em julho de 2019, onde foi dada grande ênfase ao vínculo entre geografia e história,

bem como a constatação de como a trajetória de ambas as disciplinas se aproximam em diversos momentos, provando não só o vínculo de origem, mas a interação entre ambas as disciplinas ao longo do tempo, o que enriquece a ciência como um todo.

Considera-se ser de grande importância na atualidade que cada vez mais pesquisas de pós-graduação desenvolvam análises objetivando a interação entre as mais diversas ciências humanas; seguindo este pensamento a pesquisa pretende romper com a ideia que limita os estudos geográficos ao presente, assim percebe-se não só como é possível, mas fundamental que os espaços do passado sejam estudados a partir das bases metodológicas da geografia. Logo, a geografia histórica mostra o ferramental adequado para um estudo onde geografia e história caminham juntas no sentido de se buscar o entendimento mais amplo de uma sociedade, a qual no caso em tela tem seu alicerce fundado em uma monocultura que, como buscar-se-á demonstrar, foi capaz de transformar um espaço colonial e o fazer permanecer vivo até os dias presentes. Para Prado Júnior essa lógica colonial, ou melhor, esse processo específico de formação brasileira, ainda que distante no tempo, é bastante vivo na atualidade:

Aquilo que a colonização realizara, aquele “organismo social completo e distinto” constituído no período anterior, começa a se transformar, seja por força própria, seja pela intervenção de novos fatores estranhos. É então o presente que se prepara, nosso presente dos dias que correm. Mas este novo processo histórico se dilata, se arrasta até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo, precisamos ir tão longe; e subindo até lá. O leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos, mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade. (PRADO JÚNIOR, 1973, p.10).

A compreensão dos processos históricos de formação do território possibilita uma interpretação mais segura do município de Itu no presente, de modo a servir de parâmetro a diversas das ações, o que é ratificado pelos dizeres de Bloch (2001, p. 63) que considera que “a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.” Assim a relevância da pesquisa se dá pela necessidade proeminente de se estudar as cidades e todo seu processo de formação e desenvolvimento, e para Itu o presente estudo se faz necessário a fim de se compreender a cidade enquanto espaço resultado de processos econômicos, políticos e sociais de sua formação territorial. A vila colonial ituana necessita ser interpretada, ou mesmo, reinterpretada pela ciência geográfica, até para que por meio dos fragmentos disponíveis tenhamos uma melhor compreensão da sociedade ituana em seu processo de espacialização.

Esta pesquisa tem por objetivo compreender a formação do território da vila de Itu a partir de suas quatro dimensões: econômica, jurídico/política, cultural e natural no ciclo

açucareiro. Pretende-se, pois, embasado na alteração dos padrões econômicos da Vila entender como a monocultura da cana-de-açúcar influenciou o processo de organização do território colonial ituano, seus padrões espaciais, sua dinâmica populacional, bem como sua estruturação social, aspectos culturais e relações de poder.

Alinhado aos objetivos desta pesquisa devemos refletir como essas esferas de formação do território dialogam nesse período de formação urbana da vila, onde estruturas de poder se formam a partir do econômico, ao mesmo tempo, em que constroem uma sociedade permeada por simbologias dessa mesma estrutura de poder.

A produção açucareira ituana deve ser pensada a partir do relatório encontrado junto ao arquivo histórico do Conselho Ultramarino que permite a análise dos números da produção açucareira ituana confrontados ao de outras vilas, onde teremos o entendimento do papel da vila dentro de um contexto mais amplo ao qual está inserida. A partir desse ponto e das respostas obtidas o exame das unidades produtivas apontará o cenário interno existente a época, onde a monocultura foi capaz de desenvolver-se, e solidificar suas raízes.

Fundamental a esta pesquisa é não só entender quanto o econômico interferiu nas dinâmicas locais, mas também o processo inverso, quanto de interferência dos aspectos locais, tais como os culturais, dinâmicas populacionais, estruturas sociais inferiram no econômico e em toda a transformação do período.

Temos como hipótese de trabalho principal a ideia de que a monocultura da cana-de-açúcar alterou os padrões de riqueza locais e impulsionou transformações nesta vila até então tida como boca do sertão, sendo que a partir deste momento em sua história se tem diversos dos seus aspectos materiais e culturais alterados de forma significativa, tais como a formação de um núcleo urbano com melhoramento dos espaços públicos e com a construção pelos senhores de engenho de moradias assobradadas ao redor do eixo central da vila. Igrejas são construídas ou mesmo reformadas demonstrando a riqueza da classe dominante local, a qual detinha efetivamente o poder, exercendo a dominação seja pelo aspecto econômico, seja pelo político, já que também eram membros da câmara municipal da vila, entre outros cargos públicos que exerciam.

O crescimento demográfico é outra das premissas deste trabalho, indicado pelos dados censitários é possível que tenha acontecido em decorrência da inserção da mão de obra escrava frente às necessidades da lavoura canavieira que estrutura sua produção com base no sistema escravista, porém não se deve deixar de notar também o aumento da população de homens livres que como veremos interagem com os senhores de engenho, exercendo tarefas e funções próprias a sua condição social.

O plano cultural se mostra significativamente afetado pelo crescimento econômico, e como hipótese podemos elencar que gradualmente novos elementos vão surgindo a partir de um maior contato com a cultura européia trazida por comerciantes, padres, viajantes, etc. que se estabelecem no interior paulista. Aos poucos vai se operando uma alteração do modo de vida e da visão de mundo, assim temos introdução de novos hábitos, regras de convívio social, enfim de diversos elementos de cultura material e imaterial que gradualmente vão sendo introduzidos de início nos latifúndios e também no ambiente urbano da vila colonial de Itu.

Assim, entender as dinâmicas da vila de Itu a partir das mudanças provocadas por um ciclo econômico como o da cana-de-açúcar exige do geógrafo a utilização de um aporte teórico e metodológico que envolva o diálogo entre espaço e tempo, onde geografia e história conversem em busca da compreensão de um espaço do passado.

É central nos estudos em geografia histórica a articulação espaço-tempo, pois é o que possibilita ao geógrafo o estudo de um espaço do passado, assim o tempo mostra-se elemento fundamental também nos estudos geográficos, Bloch (2001) ao definir a história como a ciência dos homens no tempo ressalta a dificuldade em se pensar uma ciência, qualquer que seja, capaz de abstrair o tempo em seus estudos, esta afirmativa guarda sentido inclusive para a geografia, que como um todo deve considerar nas suas análises o fator tempo. Segundo Elias (1998, p. 81) “[...] toda mudança no "espaço" é uma mudança no "tempo", e toda mudança no "tempo" é uma mudança no "espaço””.

Na noção de temporalidade temos em Fernand Braudel, discípulo de Lucien Febvre, importante contribuição à geografia histórica na medida em que estabelece em seus estudos três níveis de temporalidade, primeiro é o tempo longo, das estruturas, os da história quase imóvel, é para este o tempo geográfico, das relações do homem com o meio, pode ser visto como a identidade de uma região pastoril, agrícola, etc. O segundo tempo é o tempo médio, o das conjunturas, um tempo social lentamente ritmado, mais ligado às ações do homem na terra, tempo das sociedades das civilizações, e o terceiro tempo, por sua vez, é o tempo curto, um tempo individual, dos acontecimentos, do fato em si. (LACOSTE, 1989).

O historiador mexicano Rojas (2002 apud LIMA, 2012, p. 62) considera que “a proposta teórica de Braudel foi revolucionária, pois conseguiu resgatar as diferentes temporalidades do período pré-capitalista, superando-as, ao mesmo tempo, em que rompia (sem negá-las por completo) com a visão linear e homogênea do tempo histórico adotada pela modernidade.” Propõe Santos (2002) que ao lado dos tempos longos e curtos se falassem em tempos rápidos e lentos, vez que “considerado como um todo, o espaço é o teatro de fluxos com diferentes níveis,

imensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes, e fluxos mais lentos.” (SANTOS, 2013, p. 49).

Junto ao elemento tempo, nesta articulação promovida pela geografia histórica, temos o elemento espaço, que para ciência geográfica é tido como um conceito chave, que por sua vez, se abre a partir das diversas correntes de pensamento em um vasto campo de sentidos, que são objeto de um incessante debate pelos geógrafos. Nos dizeres de Santos (2004) pode o espaço se dar como categoria permanente e universal, através de relações permanentes de elementos lógicos que atravessam o tempo, ou enquanto sistemas sociais, porém ambos, seja por novas construções da ciência filosófica ou pelas mudanças históricas são mutáveis e podem ser redefinidos a partir de novas perspectivas. Esclarece Santos (2004) que o espaço que interessa à geografia é o espaço social ou espaço humano, vez que este contém ou é contido pelos diversos espaços existentes. Define ainda:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e de funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 2004, p. 153).

O espaço, segundo este mesmo autor, reproduz a totalidade social, visto que as necessidades sociais, políticas e econômicas são refletidas nele, assim o espaço é capaz de se auto reproduzir no interior da totalidade quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos, ao mesmo passo que é capaz de influenciar também na evolução de outras estruturas, sendo desta forma elemento essencial da totalidade social e também de seus movimentos (SANTOS, 2014a).

Sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente segundo Carlos (2018) que alerta a possibilidade de uma compreensão errônea do que seja o espaço geográfico caso isso ocorra, tendo em vista que os estágios de desenvolvimento de ambas se correspondem.

Impossível esgotar conceitualmente o espaço, contudo a geografia histórica que fundamenta sua análise a partir de uma articulação espaço temporal, entende que ambos os conceitos necessitam ser compreendidos nas bases epistemológicas que definem este ramo da ciência geográfica, de modo a se produzir verdadeiramente um conteúdo antenado às atuais produções da disciplina.

Neste contexto espaço temporal, importante que o geógrafo saiba trabalhar as categorias de análise geográfica, que segundo Abreu (2000, p. 13) “são atemporais e, portanto, universais.” Assim escolhemos ler o espaço ituano por meio da categoria de análise território, já que esta concepção está atrelada a “ideia de domínio ou gestão de determinada área” (ANDRADE, 2004, p. 19), o que nos possibilita realizar uma análise pautada nas relações de poder que permeiam a sociedade ituana do período açucareiro, quer emanem dos senhores de engenho, do clero, ou mesmo das autoridades públicas como os vereadores da câmara municipal, o juiz ordinário, o capitão-mor, etc.

Muitos confundem espaço e território, de modo que para compreender a diferenciação, importante levar em conta os dizeres de Santos (2006, p. 19) que entende por território “a extensão apropriada e usada” e salienta mais adiante nesta mesma obra que o território usado é sinônimo de espaço geográfico, o que é repetido em Santos (2014, p. 138) “O território são formas, mas o território usado são os objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.” Já para Raffestin (1993, p. 143) “o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço.” Saquet (2009, p.77) considera que enquanto Milton Santos entende que o território está no espaço geográfico, e o recorta sem separá-lo, Raffestin, por sua vez, usa o espaço de base para formação do território, considerando em sua formação o espaço apropriado.

Assim, ao realizarmos um estudo geográfico do tempo pretérito, como o que estamos fazendo, devemos considerar o território como resultado dessas relações espaço temporal, constituídas em seu bojo por processos e sujeitos que interagem segundo Haesbaert (2006) numa criação histórica, e para Raffestin (1993, p. 143) “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.”

Sabemos da diversidade de conceitos sobre território, mas não é pretensão em nossos estudos esgotarmos a temática, tão-somente para elucidarmos a categoria de análise escolhida nos remetemos aos dizeres de Haesbaert (2006, p. 12) “como geógrafos entendemos o território numa perspectiva social que integra tanto a sua dimensão concreta, político-econômica, mais tradicional, quanto a sua dimensão simbólica, cultural-identitária, ou, em termos lefebvrianos, tanto a dominação quanto apropriação do espaço.” Vale assim salientar que o território tem sua base conceitual alicerçada sobre as dimensões econômica, política, cultural e natural, onde segundo este mesmo autor podemos agrupá-las nos referenciais teóricos do binômio materialismo-idealismo e do binômio espaço-tempo. O primeiro se abre em duas outras perspectivas uma parcial ao enfatizar uma das dimensões do território e outra integradora que envolve a análise conjunta de todas essas dimensões do território, o segundo referencial

binômio espaço-tempo por sua vez se alicerça em dois sentidos um de um caráter mais absoluto ou relacional, no sentido de se incorporar ou não a dinâmica temporal e outro relativo à sua historicidade, ou melhor, sua abrangência histórica (HAESBAERT, 2007).

O modo de produção escravista colonial vai ser responsável por moldar o espaço da vila de Itu, de modo que a construção do território será pautada sobretudo na ação dos poderes hegemônicos que se apropriam e exercem sua dominação ao mesmo tempo, em que transformam o aludido território, Santos (2000) considera que para os atores hegemônicos o território usado é recurso, enquanto que para os hegemonizados o território usado é abrigo, de modo que as ações destes atores no espaço da vila de Itu vão ser delineadas a partir de suas concepções de território, e os resultados dessas ações tendem a ser múltiplos já que estamos falando de uma diversidade de níveis de poder, e de uma infinidade de combinações entre as ações dos indivíduos e grupos hegemônicos e hegemonizados.

O processo de territorialização promovido pela cana-de-açúcar no espaço da vila de Itu pode ser entendido a partir da fala de Haesbaert (2007, p. 16) “[...] como o processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) do espaço pelos grupos humanos.” Sabemos que o poder pode emanar de uma variedade de agentes no meio social, revestido das mais diversas formas, porém devemos ficar atentos que a base do poder no processo de territorialização está sobretudo enraizada no entrelaçamento entre o poder econômico e político (CAMACHO, 2010).

É certo que ainda que falemos de uma preponderância do econômico, não deixaremos de observar o caráter relacional, já que múltiplas são as interações que acabam por ocorrer entre as dimensões do poder, onde em determinadas temporalidades umas se sobressaem as outras se impondo no processo de territorialização (HAESBAERT, 2007).

Como dito por Rodrigues (2019) o elemento central nos estudos envolvendo geografia histórica é a articulação espaço temporal, de modo que para um completo estudo envolvendo esta articulação, diversos são os elementos metodológicos a serem pensados, tais como periodização, escala, fontes, etc., só desta maneira é possível se ter uma base sólida necessária a disciplina.

O professor Vasconcelos, importante nome da geografia histórica brasileira, aponta em seus estudos de geografia histórica urbana um caminho metodológico, cujo norte da disciplina caminha nas seguintes bases:

- 1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame;

2) Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis o que ocorreu de mais importante para a cidade e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local) podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade. Devem ser considerados os ciclos econômicos (como os de Kondratiev) e examinadas as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural, espacial etc.;

3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame;

4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão. (VASCONCELOS, 2010, p. 154).

As periodizações são o recurso a serem utilizados quando falamos dos recortes temporais, o mesmo autor nos alerta ainda da dificuldade em se fugir da simples diacronia quando falamos de cidades brasileiras que apresentam uma longa história (VASCONCELOS, 2009), mas o que queria dizer com esta afirmativa?

Por certo, referia-se a ideia de que é de interesse para a geografia tanto a análise do eixo das sucessões (diacronia) quando das coexistências (sincronia), e nos dizeres de Santos (2006, p. 104) isso fica mais claro quando manifesta que “o entendimento dos lugares, em sua situação atual e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências”. Explicando melhor:

Em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. No viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos, aqui, o eixo das coexistências. (SANTOS, 2006, p. 104).

Na visão de Silva (2012) é no espaço que estas duas linhas se unem de forma a se ter uma unidade espaço-temporal, e sua afirmação é baseada a partir dos dizeres de Santos que considera:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de

uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (SANTOS, 2013, p. 154).

Tempo e espaço, é na articulação que a análise se torna possível, é na concretude espacial de uma determinada sociedade que as diferentes temporalidades coexistentes e podem ser verificadas, logo as periodizações dentro deste contexto espaço temporal tornam-se capazes de uma leitura muito mais eficaz, seja dos processos, das estruturas, ou mesmo dos eventos, sendo assim, mais inteligíveis a geografia.

Como a possibilidade de materialização deste tempo Santos (2013) considera como alternativa a empiricização do tempo através das técnicas, o que o torna assimilável ao espaço, o autor exemplifica a questão ao trazer no artigo intitulado “O tempo nas cidades” a ideia de que a paisagem é toda passado, já que a cada instante o tempo se escoia, logo o presente torna-se passado e completa “então, a cidade nos traz, através de sua materialidade, que é um dado fundamental da compreensão do espaço, essa presença dos tempos que se foram e que permanecem através das formas e objetos que são também representativos de técnicas” (SANTOS, 2002, p. 21).

Esses sistemas técnicos que se dão ao longo dos tempos, possibilitam o estudo e caracterização de cada época, mostra-se assim imprescindível a identificação do conjunto de técnicas utilizadas, seja no sistema de produção, seja no transporte, seja nas construções, e em tantos outros aspectos que envolvem a vida humana, sendo, para Milton Santos, incluídas aqui não só as técnicas de vida material, mas também as de vida social (SANTOS, 2002) para que o espaço seja compreendido em sua amplitude.

Abreu (2010) aponta que as formas materializadas no tempo também podem mostrar-se como relações de poder materializadas através de conjuntos normativos jurídicos responsáveis por balizar aspectos que vão do cultural, social, propriedade privada, território, etc.

Outro fator a se destacar nos estudos envolvendo as pesquisas em geografia histórica são as escalas geográficas, cabe dizer que não é objetivo esgotar a temática, ou mesmo analisá-la em sua completude, mas sim de observarmos como a mesma se mostra fundamental à pesquisa e sua instrumentalização.

Falamos aqui da ideia de escala geográfica, onde a partir dos dizeres Souza (2013, p. 181 apud RODRIGUES, 2019, p. 9) a articulação pode se dar a partir de três sentidos distintos: a) a escala do fenômeno ou processo; b) a escala de análise; c) a escala de ação, é importante ter em mente que estes podem ser articulados de acordo com a necessidade em concreto do pesquisador, uma vez que não são excludentes uns aos outros. O primeiro sentido é relativo ao ambiente físico, a dimensão espacial do fenômeno, já o segundo sentido é ligado ao pesquisador

e a construção de conhecimento que parte dos seus questionamentos científicos, e por fim, o terceiro sentido nos remete à extensão do alcance da prática dos agentes.

A articulação entre os mais diversos processos, que se fazem em escalas distintas, mas que guardam significado em um determinado espaço, é o que traduz as especificidades de determinada sociedade. A visão multiescalar revela por si só a amplitude de possibilidades de conjugações e elementos que agem em uma localidade específica revelando aspectos desse jogo de escalas existente, seja no global, no nacional ou no local as escalas poderão, ou não, interferir nos processos, em diferentes níveis e aspectos, e cabe ao pesquisador, ao estudar um espaço do passado, desvendar as forças que impulsionaram os processos, logo “Combinar/articular diferentes escalas é um apanágio da pesquisa sócio espacial, mas isso não significa que, em todos os casos, as mesmas escalas e todas as escalas serão ‘mobilizadas’ com a mesmíssima frequência.” (SOUZA, 2013, p. 188 apud RODRIGUES, 2019, p. 9).

O professor Abreu (2010) em sua obra “Geografia histórica do Rio de Janeiro” explica sobre a utilização das escalas em seu trabalho:

Hoje, regiões e lugares não mais são vistos como loci de singularidades a partir de fenômenos únicos, mas como campos de força, como produto da inserção de processos socioeconômico-culturais que tem origens e manifestações diversas, que atuam em escalas diferentes e que, por isso mesmo, estão sempre criando, recriando e dando novos significados a lugares e regiões. (ABREU, 2010, p. 16).

Seguindo os ensinamentos do professor Maurício de Abreu (2010) esta pesquisa visa tratar das categorias espaço e tempo a partir dos eixos temáticos que buscam abordar desde os processos econômicos, demográficos e sociais, bem como a urbanização e as formas resultantes desses processos. Igualmente importante, além de relacionar espaço e forma é trabalhar com a narração e descrição que são por Abreu (2010) considerados pilares da investigação em geografia histórica, ao mesmo passo que os métodos de abordagem dedutivo e indutivo devem estar presentes, onde seguramente teoria e pesquisa empírica deverão caminhar juntas, a fim de se tornar possível a construção de uma geografia do passado, onde os aportes científicos, não só da geografia, mas de várias outras ciências se abram à pesquisa de forma a dar sua contribuição.

Para uma melhor abordagem do problema da pesquisa utilizaremos uma abordagem qualitativa – quantitativa, visto que além da compreensão dos contextos sociais, políticos e culturais, obtendo-se dados descritivos da vila de Itu e seus processos territoriais que são inerentes a uma pesquisa qualitativa, também pretende-se abordar e analisar os números da produção açucareira da localidade ituana, a quantidade e o tamanho de propriedades

canavieiras, bem como o número dos habitantes da vila a partir da introdução da monocultura, entre outros dados quantitativos que em conjunto com os qualitativos são fundamentais ao entendimento do período açucareiro ituano.

Quando falamos dos procedimentos técnicos a serem utilizados numa pesquisa acadêmica podemos remeter aos ensinamentos de Lakatos e Marconi (2003, p. 174) que consideram técnica “[...] um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos.” Foram utilizados como procedimentos técnicos para esta dissertação a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo, e a pesquisa documental com fontes primárias.

A pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir da bibliografia já publicada sobre o tema objeto da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003) de modo a fornecer ao pesquisador um conhecimento acerca do que já se estudou sobre o assunto possibilitando novas abordagens. Uma vasta bibliografia se apresenta de modo a auxiliar na condução desta pesquisa onde livros, teses e dissertações, artigos científicos, materiais cartográficos, revistas, etc. possibilitam uma maior interação com universo pesquisado.

Na pesquisa de campo de caráter quantitativo–descritivo buscou-se a verificação de hipóteses a serem confirmadas, ou seja, a literatura existente aponta algumas características fundamentais a instalação dos engenhos de açúcar no período açucareiro, bem como descreve características dessas propriedades. Assim fundamental à análise das propriedades rurais remanescentes deste período (século XVIII e XIX) que guardam em suas estruturas fragmentos que possibilitam esclarecer diversos pontos desta pesquisa.

Visitou-se o total de 6 propriedades sendo: Fazenda Capoava, Fazenda Pirahy, Fazenda Concórdia, Fazenda Vassoural, Fazenda Pau D’Alho e Chácara do Rosário. O trabalho de campo foi dificultado pela pandemia do Corona vírus, que gerou muitos empecilhos ou mesmo proibições de entrada em algumas das propriedades rurais remanescentes do período açucareiro. Propriedades como a Fazenda Concórdia, Fazenda Pirahy e a Chácara do Rosário foram visitadas por duas ou três vezes, já que tinham um acesso mais facilitado outras, porém, foram visitadas uma única vez, como a Fazenda Capoava que restringiu a visita no local.

Em algumas dessas fazendas, os proprietários realizaram um acompanhamento da visita, explicando sobre a configuração do local, etc., como aconteceu na Fazenda Vassoural e Chácara do Rosário, já a Fazenda Capoava, por sua vez, disponibiliza um guia para acompanhamento e explicações. Na Fazenda Concórdia, a visita foi permitida sem que

ninguém fizesse o acompanhamento, sendo tentada sem sucesso a entrada na Fazenda Pau D'Alho, sendo possível apenas sua observação da estrada, já que a casa sede é bem próxima a ela.

Nestas visitas foram observados e fotografados aspectos das propriedades tais como a existência de rios e matas próximas, as instalações físicas tais como casa grande, senzala, casa de purgar, fornalha, rodas D'Água, mobílias, equipamentos, estradas, etc.

Também foi realizada pesquisa de campo junto ao centro histórico da cidade de Itu que foi tombado através do processo nº 26907/89, pela Resolução SC-85, de 6-11-2003 (D.O.E.; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), sexta-feira, 7 de novembro de 2003, p. 30/31) visando a identificação e delimitação dos elementos arquitetônicos que formaram o núcleo urbano ao fim do século XVIII e início do século XIX. A partir desta delimitação buscar os elementos de destaque frente a representatividade de técnicas, etc. Houve a necessidade da realização de diversas visitas, onde primeiro identificou-se os elementos remanescentes do período açucareiro, que posteriormente foram observados e fotografados aqueles interessantes a esta pesquisa como moradias, praças, igrejas, calçamento, e a estruturação como um todo do eixo central.

Algumas dificuldades surgiram como autorização para fotografias no interior de algumas das igrejas, o que se deu principalmente pelo temor de furto, dado o alto valor das peças lá existentes.

A pesquisa documental com fontes primárias é aquela cujo material se encontra disperso e é de uma grande diversidade (GIL, 2002), sendo o domínio das técnicas de investigativas para manuseio e leitura dos documentos do passado fundamentais ao pesquisador que pretende utilizá-las. A amplitude de fontes nos remete à importância de compará-las, ao mesmo tempo, em que as situamos dentro de um contexto, onde o planejamento e o estabelecimento de critérios para análise permitirão resultados mais confiáveis, e para Foucault:

[...] a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Le Goff (2013) salienta não existe documento verdade, e cabe ao pesquisador entender que o documento se presta a atender os interesses daquele que o produziu, seja de modo voluntário ou não, assim, o documento ao ser analisado requer daquele que o faz, um entendimento amplo e irrestrito, respondendo a questionamentos que vão desde quem os produziu, para que os produziu, qual o contexto de sua produção, se é possível analisá-lo

isoladamente ou é necessário agrupá-lo, enfim é no contato direto com objeto de análise que o pesquisador irá se deparar os mais diversos questionamentos e variantes na pesquisa com fontes primárias.

As fontes documentais para o período que vai da fundação da vila de Itu à primeira metade do século XVIII são escassas, sendo um problema crônico no estudo do período colonial brasileiro, seja pela má conservação ou mesmo pela falta de organização dos locais de arquivo. Em Itu essa situação se agrava por conta da destruição de documentos ocasionada por um incêndio ocorrido no arquivo municipal da cidade de Itu no ano de 1985, o que ocasionou muitas lacunas difíceis de serem preenchidas.

Diversos bancos arquivísticos foram consultados tais como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Histórico Ultramarino através do Projeto Resgate São Paulo e o Centro de Estudos do Museu Republicano “Convenção de Itu”, etc.

No conjunto de fontes primárias utilizadas temos os inventários post-mortem da vila de Itu, os maços de população (dados censitários de 1775 a 1830), os mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na Capitania de São Paulo, os bens rústicos (relação dos proprietários rurais da vila de Itu do ano de 1817), ofícios diversos, atas da Câmara, autos cíveis e crime, relatórios, cartas, pareceres, requerimentos, relato de viajantes, pinturas, mapas, etc.

Os maços da população da vila de Itu, que possuem os dados censitários do ano de 1776 a 1836, onde nos dizeres de Marcílio (2000) trata-se da fase proto-estatística, que se inicia na segunda metade do século XVIII e vai até 1872, diversas informações podem ser extraídas desta base de dados, tais como o crescimento demográfico, as estruturas sociais, suas dinâmicas, etc. Diversos autores como Samara (2005), Sampaio (2014), Bacellar (2016), Marcílio (2000) fizeram a análise dos dados contidos nestas listas nominativas de modo que servem também de parâmetro na apreciação dos dados ali contidos.

Com relação aos inventários, importante salientar que no procedimento técnico de análise foram encontrados cerca de 386 documentos, sendo compreendidos neste número aqueles de óbitos de habitantes da vila de Itu e em seus termos, os números parecem significativos, porém ao passar as análises, vemos uma grande quantidade de documentos que dado o estado de conservação que se encontram tem por impossibilitada sua análise.

Assim, os números de documentos aptos à análise reduzem-se de forma significativa, de modo que para esta pesquisa foram escolhidos 40 inventários distribuídos entre os anos de 1780 a 1830, onde destes 20 são de mulheres e 20 são de homens. Desse corpo de documentos foram levantados e lançados os dados numa planilha Excel com as seguintes informações: o

nome do de cujus¹, sexo, idade, ano do óbito, estado civil e quantidade de herdeiro, e dividido os bens inventariados nas seguintes categorias: dívida ativa, dívida passiva, escravos, bens móveis, bens de raiz (imóveis tais como terrenos, casas, chácaras, sítios, etc.), joias, ferramentas, animais, vestimentas (roupas de uso pessoal), rouparia (roupas de cama, lençóis, fronhas, cobertas, colchas, cortinados, toalha de mesa, guardanapos, toalhas de mãos), louças, livros, produtos (roças e mantimentos), armas de fogo, transporte e montaria, latão/cobre/estanho, materiais para construção, ouro, prata, dinheiro amoadado.

A classificação dos bens acima elencada foi baseada na obra “A Oportunidade Relativizada” onde Maranhão (2010, p. 183) a partir de uma complexa pesquisa com inventários divide os bens descritos nas seguintes categorias “[...] terrenos, casas, vestimentas, rouparia, utensílios de mesa e cozinha, móveis e peças de descanso, joias, armas, bens raros, dinheiro amoadado, ferramentas, índios, escravos africanos, animais, mantimentos e roças.” Os inventários e testamentos possibilitam, por sua vez, uma série de diversificada de análises, que vão desde o conjunto material dos bens que compõe os lares, até mesmo a quantidade de escravos que possuíam, ou mesmo os bens de raiz, as técnicas construtivas utilizadas, as dívidas, os gastos com o sufrágio da alma, etc.

No que se refere à cartografia para elaboração dos mapas se utilizou do software QGIS na versão 3.10.0, uma vez que se trata de ferramenta que possibilita a construção de mapas em diferentes formatos e para diferentes usos.

Sob a ótica da cartografia histórica buscou-se identificar aspectos marcantes das modificações do território paulista e ituano, sempre observando-se tanto os aspectos físicos, quanto o caráter retórico dos mapas, que podem representar tudo quanto está inserido no espaço, Oliveira (2014, p. 162) considera que “A relação, portanto, entre o mapa – como retórica resultante das relações de força – e o território é uma relação de exterioridade e autoridade que se espacializa por meio de relações de poder que tais mapas justificam, autorizam, representam, impulsionam.”

A fim de se atingir os objetivos propostos, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz uma introdução aos primórdios paulistanos de modo a elucidar aspectos da formação do Planalto Paulistano e de como se deu sua formação territorial, assim teremos uma visão geral do espaço em que a Vila de Itu está inserida.

Assim dentro desse processo de entendimento da configuração do Planalto paulista chegamos de fato a vila de Itu, de modo a se explicar como se deu sua fundação, e o

¹ De cujus: termo jurídico utilizado para designar o falecido cujos bens estão em inventário.

desenvolvimento do povoado num primeiro momento de sua história. Abordaremos neste capítulo a configuração espacial da vila de Itu, dentro de um processo maior de colonização e urbanização a partir dos elementos presentes nas cidades portuguesas, de modo a posteriormente sermos capazes de entender todas as mudanças provocadas pela lavoura canavieira em Itu no plano rural e urbano da vila.

O capítulo se encerra abordando os fatores econômicos antecedentes ao período da grande lavoura, mas que seguramente forneceram as bases econômicas necessárias aos investimentos que viriam a seguir. É dado destaque as expedições monçoeiras que movimentaram a economia ituana, principalmente por um comércio voltado ao abastecimento das expedições e das minas, ou mesmo por uma lavoura voltada ao comércio interno da colônia.

No segundo capítulo veremos como o sistema escravista colonial funcionava, quais foram as características deste modo de produção, como este se estruturava na ordem local, bem como faremos uma leitura de todo o conjunto produtivo do período, e observaremos o quanto este sistema de produção se relacionava, e, ao mesmo tempo, controlava os demais.

Abordaremos a inserção da monocultura canavieira, o contexto da região produtora em que Itu está situada, estudaremos os engenhos, sua dinâmica e a de seus senhores, e quais as características e peculiaridades que justificam a transformação da vila de Itu na maior produtora do interior paulista. Assim, fundamental a compreensão das estruturas fundiárias, dos processos de produção e beneficiamento da cana-de açúcar, bem como do fabrico do açúcar e da aguardente, qual o rendimento médio de produção de uma unidade ituana e como se dava o transporte do produto. Observaremos os números da posse de escravizados pelos senhores ituanos, e de como este sistema de produção respondia em termos de custos e produtividade.

Analisaremos as outras culturas inseridas na vila de Itu, qual o caráter de sua produção de subsistência, abastecimento interno ou de exportação. A criação de animais se via presente nos inventários, de modo que se mostra interessante saber as espécies encontradas, o tamanho das propriedades destinadas a esse fim e os números de animais encontrados.

O terceiro capítulo é destinado a demonstrar como a monocultura canavieira afetou, por conseguinte, transformou o núcleo urbano da vila de Itu, a partir inclusive de uma análise comparativa com este mesmo núcleo em período anterior descrito no primeiro capítulo. Decisões tomadas na Câmara Municipal reforçam a ideia de crescimento e apresentam medidas de regramento a fim de se buscar uma padronização da área urbana. Os espaços públicos ao que tudo indica passaram por diversas melhorias, tais como calçamento de ruas, praças, cadeia, etc. de forma que refletem a pujança econômica da vila.

As igrejas são reflexos primordiais das transformações da vila, algumas são construídas, outras são reformadas, e por conta da cultura religiosa local, os valores gastos em suas obras são de grande soma, e a opulência das mesmas e o dispêndio econômico de seus mecenas reforçam as estruturas de poder local, da mesma forma acontece com as residências urbanas dos senhores de engenho, que também passam por transformações, ganhando maior vultuosidade, incorporando novos padrões de construção, ao mesmo passo que ocupam lugar privilegiado no núcleo urbano.

Dedicaremos aqui também a entender os aspectos da alteração dos padrões demográficos da vila, quais as causas e consequências desse aumento populacional, observando-se o papel exercido pelas diversas camadas sociais na interação do espaço ituano.

Finalizando este capítulo através da cartografia histórica a transformação espacial da vila de Itu, bem como da capitania de São Paulo como um todo, de modo a observarmos a espacialização que colaborou no papel de destaque de Itu neste período da história paulista.

Neste quarto capítulo tendo conhecimento dos agentes sociais e da produção do espaço da vila, é o momento de verificar como se dão as relações de poder em Itu, quais os papéis e espaços disponíveis as diversas camadas da sociedade, e como se dão as dinâmicas territoriais.

Muitos são os códigos sociais que refletem a conjuntura do momento, os símbolos de poder, as identidades, e as diferentes matrizes culturais são aspectos a serem abordados da formação do território ituano que vive um momento de grande transformação. Neste capítulo se trabalhará também a hipótese de que as alterações do período tiveram reflexos na cultura material dos lares ituanos, onde aspectos da casa ituana sofreram transformações advindas de um maior contato com o estrangeiro, promovendo a inserção de novos elementos.

Buscamos ao longo dos capítulos que se seguem desvendar aspectos da formação do território ituano que de forma pujante se transformou as expensas do açúcar, onde processos sociais e formações espaciais serão pensados por meio dos fragmentos de um passado colonial da Vila de Itu.

O que se verá a seguir é como o território ituano se construiu ao longo do período açucareiro, onde de boca do sertão transforma-se na vila do açúcar, e a partir disso seu espaço começa a se resinificar, e a ganhar novos aspectos e dinâmicas sociais.

A partir desse prisma imperativo o estudo dos primórdios paulistanos que dão base para a compreensão da conjectura em que a vila está inserida no período que antecede ao açucareiro.

1. OS PRIMÓRDIOS PAULISTANOS

Fundamental dentro do processo de compreensão das bases de formação da cidade de Itu, é também o do entendimento do espaço em que está inserida, assim, o processo de ocupação do território paulista rumo ao seu interior, fornece elementos que sem sombra de dúvidas irão colaborar na compreensão desta tão importante localidade do interior paulista.

O território paulista obedecia nos primórdios da colonização europeia no século XVI a uma lógica diversa, e estranha a de seus colonizadores, Abreu (2010) reconhece que a conquista portuguesa na América não ocorreu sobre um espaço vazio, já que os indígenas que aqui habitavam eram organizados territorialmente, ao mesmo passo que constituíram relações de ordem econômica, social e cultural com os estrangeiros recém chegados. Podemos aqui falar em um processo de expropriação do território indígena, que no início das relações podem-se até ser tidas como de cooperação entre indígenas e portugueses, porém, dado os interesses justapostos vão aos poucos se tornando conflituosas, e para Abreu (2010, p. 103) “a transição do regime de escambo para o regime de produção, com a implantação da agroindústria canavieira em São Vicente transformou radicalmente essa relação amistosa.”

Pensar o processo de construção do território colonial paulista perpassa pela compreensão da produção do espaço, ou seja, de entender os desígnios da Coroa portuguesa, os atores envolvidos nesse processo e quais seus interesses, e ainda como esse processo dialogava com a conjuntura internacional. Na visão do professor Moraes (2001, p. 105) “a colônia é a internalização do agente externo” que por sua vez irá apropriar-se das terras, expropriar seus recursos e subjugar a população pré-existente no território colonial, mesmo não cabendo aqui uma discussão mais aprofundada das motivações que levaram as nações europeias a buscar essa expansão, ainda que possa refletir na ideia de diferentes tipos de colonização, para Furtado:

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. (FURTADO, 1977, p. 06).

Vemos no processo de colonização brasileira a ideia de uma construção simultânea de uma sociedade e de um território, de modo que ao mesmo tempo, se buscava o povoamento, a apropriação do solo e sua exploração, criando neste processo, a partir dessa conjuntura, forte elemento de identidade. Repetindo a proposta do mexicano Edmundo O’Gorman o geógrafo Moraes (2011) salienta que da mesma forma que a ideia de América é uma criação do europeu

a partir de sua instalação no novo mundo, o Brasil é uma criação do português a partir da conquista deste espaço desconhecido dentro de uma visão eurocêntrica de mundo.

Ao se vislumbrar a colonização levando-se em conta a formação efetiva de uma sociedade colonial, a mesma se deu a partir do reinado de Dom João III e pode ser pensada em três momentos, sendo, “a expedição de guarda-costas exploradora e colonizadora de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), a criação das capitanias hereditárias (1534-1536) e a criação do Governo-Geral (1548-1549)” (VIANNA, 1948, p.53).

Para Zequini (2004, v. 1) as três primeiras décadas do século XVI são marcadas sobretudo por um desinteresse da coroa portuguesa na colonização ou mesmo na exploração do território brasileiro, e isto se deve sobretudo ao vantajoso comércio estabelecido com a África e Ásia, onde especiarias, metais preciosos e escravizados traziam aos portugueses a certeza de um lucro imediato. Frente a este desinteresse português, vemos, por exemplo, muito presente o tráfico de peles de animais, pau-brasil, e outros produtos que atraíam a atenção de outros povos, como é o caso dos franceses.

É somente com as notícias de riquezas minerais no sul do continente que, juntamente com Cananéia, o núcleo português de São Vicente ganha importância, de modo a integrar as rotas meridionais de navegação, servindo como posto de comércio e tráfico de escravizados indígenas. O fidalgo Martim Afonso de Sousa é quem chefiou a expedição que visava o reconhecimento do litoral pertencente aos portugueses, e também promover a ocupação do território, e sobretudo explorar o Rio da Prata, em 1532 ao chegar em São Vicente elevou o povoado a categoria de Vila, por lá permanecendo por cerca de um ano, acredita-se que o interesse do fidalgo residia sobretudo na característica de boca do sertão da localidade, onde os caminhos para exploração do sertão, somados ao apresamento de indígenas parecia bastante favorável aos interesses portugueses (ZEQUINI, 2004, v. 1).

Vejamos esta passagem escrita no livro “Pequena História Territorial do Brasil”:

Trouxe Martim Afonso de Sousa para o Brasil, na expedição de 3 de dezembro de 1530, três cartas régias, das quais a primeira o autorizava a tomar posse das terras que descobrisse e a organizar o respectivo governo e administração civil e militar; a segunda lhe conferia os títulos de capitão-mor e governador das terras do Brasil, e a última, enfim, lhe permitia conceder sesmarias das terras que achasse e pudesse aproveitar. (LIMA, 1988, p. 36).

A lei de sesmaria é transposta de Portugal para a colônia, e tem como característica basilar a ideia de concessão de terras a partir de seu uso produtivo, no Brasil segundo Ruy Moreira o território é dividido no sistema de donatarias, sendo a Coroa portuguesa que concede

capitanias a seus súditos, que com a anuência real, podem dar terras em sesmarias (MOREIRA, 2019).

Para Moraes (2011) o intuito geopolítico da implantação do sistema de capitanias no Brasil apresentou-se como uma saída viável e de baixo dispêndio econômico frente a dificuldade financeira e demográfica de Portugal no gerenciamento de seu império, sendo que o capital privado auxiliaria a Coroa na manutenção de seu território, ao mesmo passo em que se guardava um certo objetivo mercantil, que, porém, servia, na verdade com instrumento para consolidação do território. É certo que ainda que economicamente tenha deixado a desejar, o sistema de capitanias logrou êxito na medida em que foi capaz de construir as bases iniciais de ocupação do solo e solidificação dos domínios portugueses.²

O insucesso com as capitanias e seus diversos problemas levaram D. João III a alterar seus planos iniciais e por meio de um Regimento de 17 de dezembro de 1548 veio a instituir o cargo de governador-geral no Brasil, sendo Tomé de Souza o primeiro nomeado. Este documento pode ser entendido como o início de uma transformação que operar-se-ia à legislação das sesmarias, e se vê expressamente na legislação a ideia do latifúndio:

Cap. X - As águas das ribeiras que estiverem dentro do dito termo em que houver disposição para se poderem fazer engenhos d'açúcares, ou d'outras quaisquer cousas, dareis de sesmarias livremente, sem foro algum; e as que derdes para engenho d'açúcares, será a pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer (dentro no tempo que lhes limitardes), que será o que vos bem parecer. E para serviço e manejo dos ditos engenhos de açúcares, lhes dareis aquela terra que para isso for necessária, e as ditas pessoas se obrigarão a fazer, cada um em sua terra, uma torre ou casa forte, da feição e grandura que lhes declarardes nas cartas, e será a que vos parecer, segundo o lugar em que estiverem, que abastarão para segurança do dito engenho, e povoadores de seu limite. E assim se obrigarão de povoarem e aproveitarem as ditas terras e águas, sem as poderem vender, nem trespassar a outras pessoas, por tempo de três anos. E nas ditas cartas de sesmarias, que lhes assim passardes, se trasladará este capítulo. (Lisboa, AHU, ACL, CU, códice 112, p. 6).

O presente item do regimento ainda se refere a quem se destina a concessão de terras, ou seja, para “as pessoas que tenham possibilidade para os poderem fazer”, e “se obrigarão a fazer, cada um em sua terra, uma torre ou casa forte, da feição e grandura que lhes declarardes nas cartas”, sem sombra de dúvidas denota-se a necessidade de posses desses indivíduos, que seguramente serão os beneficiários destas sesmarias, os futuros senhores de engenho que formariam a aristocracia colonial.

A legislação sobre sesmarias que, transposta a colônia, foi incorporada, em 1446, às Ordenações Afonsinas (Livro IV, Título 81), e mantida, com poucas alterações, nas Ordenações

² Vide anexo A.

Manuelinas de 1521 (Livro IV, Título 67), e nas Ordenações Filipinas de 1603 (Livro IV, Título 43), contudo as diferenças espaços temporais fizeram com que, por exemplo, as primeiras sesmarias fossem perpétuas e não vitalícias como descrito na legislação, o tempo para aproveitamento das terras não fosse respeitado, etc. é nítido que a ainda que a Coroa Portuguesa tenha determinado a concessão de sesmarias segundo as Ordenações, na prática esta foi se adequando as necessidades locais (FRIDMAN; HAESBAERT; ABREU, 2014).

A Resolução de 17 de julho de 1822 coloca fim ao regime de sesmarias no Brasil, ficando deste modo sem legislação específica ao tema a partir desse momento, quando vemos a ocupação de terras pela posse se ampliar, e é somente em 1850 com a Lei nº 601 (Lei de Terras) que os excessos são corrigidos, estabelecendo-se novamente uma legislação reguladora do regime de terras no Brasil (LIMA, 1988).

Segundo Moraes (2011) ao se falar da produção de um território colonial devemos pensar na instalação de uma dinâmica que atenda ao econômico europeu junto aos espaços incorporados “trata-se do estabelecimento de atividades produtivas que necessariamente envolvem a criação de formas espaciais que se sobrepõem aos meios naturais ou aos habitats preexistentes.” (MORAES, 2011, p. 91). Assim, voltando aos primórdios da formação paulista denota-se que, de modo similar ao que se viu no nordeste, a colonização começou pelo litoral, através do plantio de cana-de-açúcar e da construção de engenhos, porém a atividade não perdurou por muito tempo, já que a Capitania de São Vicente sofria com a forte concorrência do produto nordestino, que além de ter melhor qualidade, ainda contava com uma menor distância dos portos europeus (FAUSTO, 1995), assim o açúcar de fato só adquiriria importância aos paulistas na segunda metade do século XVIII, e até lá a região tinha como característica pequenas povoações costeiras, agricultura de queimada, pequenas vilas no planalto e uma agricultura de subsistência (LUNA e KLEIN, 2005).

Sobre este primeiro período em que temos a implantação dos engenhos de cana-de-açúcar Andrade salienta:

Os tradicionais engenhos banguês, difundidos por todo o território nacional, a partir da conquista portuguesa e da expansão do povoamento, foram construídos na proximidade do litoral, pois eles visavam, sobretudo, ao atendimento da demanda de açúcar do mercado externo. No interior onde as condições de transporte eram difíceis, foram construídas engenhocas para a produção de Cachaça e de rapadura, que atendiam a demanda local. (ANDRADE, 1994, p. 35).

O Engenho do Governador, posteriormente chamado de “São Jorge dos Erasmos” ao ser vendido a Erasmos Shetz, é tido por muitos historiadores como Pedro Taques de Almeida

Paes Leme, Maria Thereza Schorer Petrone, entre outros, como o primeiro da Capitania de São Vicente, e suas ruínas fornecem ao presente um dos poucos resquícios deste primeiro momento da produção do açúcar paulista. Vejamos abaixo uma fotografia das ruínas do aludido engenho do governador:

FIGURA 1 – FOTOGRAFIA DAS RUÍNAS DO ENGENHO DO GOVERNADOR (O PRIMEIRO DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE -1533).



Fonte: CARRARI, Isabela. Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos. 2018. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/engenho-dos-erasmos-comemora-cultura-caicara>. Acesso em: 8 fev. 2020.

Importante destacar que nas proximidades de São Vicente e em outros trechos do território paulistas se tinha a presença de grupos indígenas que eram denominados pelos portugueses como tupinambás ou tamoios no litoral norte, os carijós ou guaranis no extremo sul e os tupiniquins no centro, sendo estes habitantes do confim denominado por Planalto de Piratininga (ZEQUINI, 2004), hoje porém se sabe que esses termos cunhados pelos portugueses acabavam por generalizar uma diversidade de grupos existentes com os quais mantinham relações, ou mesmo, eram inimigos. Estes indígenas possuíam caminhos que interligavam diversas localidades, não só do litoral, mas também possuíam ramificações ao interior, os peabirus³, e nos dizeres de Martins:

Chamavam os índios Peabirú a um caminho pré-colombiano que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de S. Vicente ao rio Paraná, atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná o caminho prosseguia, atingindo o Peru e a costa do Pacífico. (MARTINS, 1939, p. 121 apud TORRES, 2008, p. 23).

³ Vide anexo B.

Estes caminhos serão utilizados pelos tropeiros, como veremos mais adiante, no transporte do açúcar produzido em vilas como a de Itu, bem como há de se constatar que muitas das estradas existentes no presente advém dos trajetos indígenas.

Ao final do ano de 1532, Martim Afonso de Sousa na companhia de João Ramalho, rompendo a Serra de Paranapiacaba, dirigiram-se ao aldeamento tupiniquim, onde conheceu o chefe indígena Tibiriçá, que se tornaria um estimado aliado pelos portugueses que almejavam desbravar os sertões. Junto aos portugueses temos os jesuítas que são atraídos para São Paulo frente a grande presença de indígenas, sendo estes, sujeitos de seu projeto de catequização. Os jesuítas chegaram ao Brasil em meados de 1553 vindos na frota do Governador D. Duarte da Costa, e na sequência, em outubro do mesmo ano, rumaram para São Vicente Padre Leonardo Nunes na companhia de cinco religiosos, dentre eles José de Anchieta (VIOTTI, 1966).

A seguir necessário a abordagem das especificidades do planalto de Piratininga.

1.1 O planalto de Piratininga

Observa-se que dentro do processo de colonização brasileiro, as diversas capitanias foram desenvolvendo-se não só com bases nas conjecturas gerais, mas também foram se moldando individualmente, face às peculiaridades do desenvolvimento de cada localidade, e que conduziram a diferentes temporalidades, formas e construções.

Na Capitania de São Vicente, cuja dinâmica se volta para o interior, a fundação de São Paulo de Piratininga representa importante marco em seu desenvolvimento, onde em 25 de janeiro de 1554, por meio de padres da Companhia de Jesus, ocorre a construção de um precário barracão de taipa que serviria para catequização dos indígenas e dos filhos dos primeiros colonizadores, assim iniciava-se a formação de um dos primeiros núcleos de povoamento do interior brasileiro. Sabemos que Santo André da Borda do Campo foi o primeiro povoado que surgiu no planalto, porém São Paulo rapidamente, a partir de sua fundação, vai ganhando papel de destaque enquanto núcleo colonizador do interior.

Vários aspectos favoreceram a ocupação do Planalto, geograficamente “[...] boa parte do planalto apresenta terrenos fortemente ondulados, incluindo em seu interior uma grande bacia sedimentar com relevo suave de colinas e extensas várzeas marginais ao longo dos fundos de vale.” (ZEQUINI, 2004, p. 43).

O Planalto de Piratininga encontra-se a cerca de 09 léguas seguindo da Capitania de São Vicente para o interior, onde os jesuítas se estabeleceram por encontrar uma vasta área de planalto, cuja água que provinha do rio Anhembi (Tietê) e seus afluentes Anhangabaú e

Tamanduateí era abundante. Entre o Planalto de Piratininga e a Capitania de São Vicente existia a região de Serra, o que acarretou por si só o isolamento dos paulistas, e segundo Saint-Hilaire:

Os paulistas viviam isolados. Empoleirados no alto da serra, não tinham relações com o estrangeiro que vinha pelo oceano. São Paulo, já nos primeiros anos, deu as costas ao mar. Enquanto o resto do Brasil ficava ligado ao Atlântico, por ele recebendo a administração e a civilização da metrópole, Piratininga vivia só. A serra abrupta, caindo sobre terras alagadiças e de pouco valor, não permitia um desenvolvimento da “marinha”, já decadente quase ao nascer. Sem comunicação com o atlântico, não podia exportar e importar. A gente espalhava-se pelo sertão, produzindo para o consumo interno. O oceano, ali tão perto mas tão inacessível, em nada influiu na civilização paulista dos primeiros séculos com fator positivo. O aspecto da cultura paulista muda, entretanto, radicalmente, no dia em que o caminho do mar é construído. (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 9).

O isolamento descrito por Saint-Hilaire pode ser melhor compreendido através do Mapa da Capitania de São Vicente, elaborado por João Teixeira Albernaz em 1631⁴, sendo possível visualizar a Vila de São Paulo em completo isolamento das demais. Neste mesmo mapa observa-se a presença dos engenhos de açúcar em São Vicente, como é o caso do já citado Engenho dos Erasmos, o primeiro de São Vicente.

Este isolamento proporcionou ao Planalto de Piratininga uma determinada autonomia, onde os colonos com dificuldades de comercializar com a metrópole (importar e exportar) desenvolveram uma economia de subsistência, baseada na mão de obra escrava do indígena, o que aos olhos de Furtado (1977) nesta etapa inicial de acumulação de riqueza demonstra a relevância da mão de obra indígena neste primeiro momento em que as dificuldades são maiores. O povoamento do vasto território da Capitania de São Paulo era dificultoso e os primeiros povoadores que vieram sem suas famílias, aqui se ligaram as índias livres ou escravizadas.

Missionários jesuítas e colonos entram em conflito por conta de seus objetivos diversos, já que os missionários visavam a catequização do elemento indígena, enquanto que os colonos visavam sua escravização, assim de 1639 a 1640 decisões da coroa portuguesa e do comando da igreja limitando a escravização de indígenas provocam a reação dos colonos paulistas que expulsam os jesuítas, vindo estes a retornar ao território paulista apenas em 1653 (FAUSTO, 1995).

Para administração colonial, e para os colonos que aqui estavam, era importante a vinda de outros imigrantes a fim de se conseguir algum progresso no povoamento e mão de obra para lavoura, já para os jesuítas, por sua vez, importante a vinda de novos colonos, especialmente

⁴ Vide anexo C.

mulheres, pois a miscigenação com o indígena se mostrava incomoda aos olhos da igreja católica. Para Maranhó (2010, p. 31) “aqueles que imigravam o faziam na maioria das vezes em caso de empobrecimento, para fugir dos problemas com a inquisição ou para procurar melhores condições de vida e de posição social no além-mar.”

O mameluco, era assim chamado o habitante paulista resultante dessa miscigenação entre o branco e o índio, sendo bastante rico o intercâmbio cultural do elemento português com o indígena, trazendo aos habitantes paulistas características únicas que se perpetraram no tempo. Para Holanda (1969) esses mamelucos paulistas eram a partir de sua maior familiaridade com o indígena e o sertão, o motivo a justificar transferir para São Paulo o núcleo principal de pesquisas minerais.

Segundo Monteiro (1994) a partir de 1580 os colonos iniciam incursões predatórias nos sertões, a despeito de não ter funcionado muito bem a ideia de aldeamentos dos jesuítas e também pela crescente necessidade de mão de obra para lavoura de cunho comercial, vale destacar, porém, que os paulistas não seguiam as restrições da legislação como deveriam, uma vez que esta falava em aprisionamento mediante a regulamentação de guerra justa. Entende este mesmo autor que este contato no século inicial da colonização promoveu o desencadeamento de um processo de desintegração das sociedades indígenas, o que por certo resultou em um considerável desequilíbrio de forças entre o elemento indígena e português.

São Paulo funcionava como um centro de articulação de várias regiões, e é nele em que observamos as primeiras expedições rumo ao interior, Prado Júnior (1973, p. 66) salienta as características dos rios paulistas que favorecem as incursões rumo ao interior “na altura do território paulista, os grandes rios invertem o seu curso e ao invés de afluírem para a vertente marítima, procuram o interior e a depressão, central do continente sul-americano formado pela bacia do sistema Paraná-Paraguai.”

A União das Coroas Ibéricas em 1580, proporcionou uma maior facilidade a incursão dos paulistas em solo hispânico-americano, e de certa forma funcionou também como fator de estímulo a essas incursões paulistas. Trata-se de período de grande expansão territorial para o Brasil (1580 a 1640), no qual Moraes (2001) aponta que o mapa do Brasil não seria o mesmo sem a existência desse período de união entre as coroas, que perdurou por sessenta anos.

O que se sabe é que somente ao final do século XVII o ouro foi encontrado em maior quantidade pelos bandeirantes paulistas, e nos dizeres de Prado Júnior (1965, p. 58) “Lá por 1696 fazem-se as primeiras descobertas positivas de ouro no centro do que hoje constitui o Estado de Minas Gerais (onde atualmente se acha a cidade de Ouro Preto).” Vale destacar que para o abastecimento das minas, no que se refere a suprimentos, as lavouras paulistas

contribuíram com seus excedentes, assim também foi fator de estímulo para o desenvolvimento de uma lavoura que visava em primeiro plano suprir as necessidades locais, comercializando com as minas, seu excedente, de algodão, trigo, marmelo, etc., bem como a criação e comércio de animais, para o fornecimento de carnes e couro (MELLO, 1990).

O auge da exploração se deu no período de 1733 a 1748, e se vê que em cerca de meio século de exploração as minas apresentaram cansaço, já que como dito por Prado Júnior (1965) o ouro brasileiro é na maior parte de aluvião. Com o declínio do comércio escravo de indígenas, e novas rotas de acesso ao interior sendo estabelecidas, ficando São Paulo apenas com a rota de Cuiabá, realizada através das Monções, de forma que para Prado Júnior:

A estes fatores de declínio, acresce a considerável sangria sofrida por São Paulo no século do bandeirismo e mais tarde com a emigração para as minas. É só em fins do séc. XVIII que São Paulo começa a recuperar as forças exauridas em dois séculos de aventuras, e inaugura, na base mais estável da agricultura, um período de expansão e prosperidade que dura até hoje. Encontramos assim esta região, no momento que nos interessa, pobremente povoada e pouco ocupada; mas em vias de grande progresso, tendência já bastante sensível. (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 68).

São Paulo foi delineada neste período por muitos pesquisadores como região de pobreza geral, porém novas fontes, aliadas a novas metodologias de pesquisa vem permitindo alterar-se essa visão, ao mesmo passo em que demonstra a existência de uma diversidade de condições econômicas, condições estas que delimitavam posições sociais, poder, etc. A exemplo disso Marcílio (2000, p. 190/191) em suas análises considera:

[...] só há decadência quando houve crescimento ou desenvolvimento anterior. Ora, para qualquer lado que nos voltemos, quer da economia, quer da sociedade, da demografia ou do povoamento, da vida material à vida cultural, nada nos indica um período, no século XVII, de pronunciado ou de relativo crescimento material ou humano na região, período esse interrompido no século XVIII por um recuo ou “decadência”, depois do qual o progresso teria retomado seu curso no final do século XVIII ou no início do século XIX na fase do café. Se pensarmos demograficamente, acabo de provar o aumento extraordinário e continuado da população regional em todo o século XVIII.

Seguramente existem diferentes níveis e também pontos de vista, que podem conduzir a diferentes conclusões, levando estes e outros aspectos em conta, de modo que a diversidade de padrões econômicos dos habitantes paulistas pode ser percebida.

Agora importante que a atenção seja voltada aos primeiros anos do povoado bandeirante denominado “Utu-Guaçú”.

1.2 Utu-Guaçú o povoado bandeirante

Outu-Guassú, na língua tupi essa era a denominação da região de Itu e Salto (século XVII), transforma-se em Utu-Guaçú a partir do século XVIII quando da presença dos bandeirantes e suas famílias, incorporando na língua, aspectos europeus, e temos no século XIX a redução no número de caracteres passando a denominar-se Ytú, e é somente no século XX que a grafia Itu passa a identificar a localidade, o que permanece até os dias atuais (SILVEIRA; FRANCISCO, 2010). Arruda (2011) aponta que a denominação dada pelos colonizadores as vilas nos dois primeiros séculos de colonização apresentam a junção entre o repertório cristão e o sistema de referencial geográfico dos indígenas.

Para a geógrafa Bastos os Campos de Pirapitingui:

Tem sua toponímia atribuída a três fatores: ao predomínio da suave topografia ondulada das terras ocupadas pela bacia do Rio Pirapitingui..., como área de domínio territorial da bacia, ou ainda, morfoclimático e vegetal, das amplas e extensas colinas de topos tabulares e onduladas da Depressão Periférica Paulista (BASTOS, 1997, p.19).

Para Ab'Sáber (2003) as paisagens locais de Itu e Salto apresentam em um curto espaço de dezenas de quilômetros quadrados ecossistemas que vão de cerrados, cactáceas residuais, e matas de fundo de vales e encostas baixas. As principais manchas de cerrado estão nas colinas sedimentares da depressão periférica paulista, com maior visibilidade na região do Pirapitingui.

A região onde hoje se localiza a cidade de Itu, era quando da chegada dos primeiros mamelucos, habitada por indígenas Carijós, conforme relatos o padre Manuel da Nóbrega, na companhia de Antônio Rodrigues adentrou aos sertões e na aldeia de Maniçoba, habitada pelos carijós fundou um núcleo jesuítico de catequese, e ao retornar a São Paulo de Piratininga deixou em seu lugar o Padre Pedro Corrêa que com o auxílio de Rodrigues deu continuidade aos seus trabalhos.

Sabe-se que a aldeia de Maniçoba veio a despovoar-se a partir de um ataque de indígenas de outro grupo, que eram habitantes da aldeia de Paranaitu, que hoje seria a cidade de Salto, sendo que posteriormente os Ramalho de Santo André persuadiram os indígenas a abandonar a aldeia e conseqüentemente os padres, para dirigirem-se a Santo André da Borda do Campo, onde teriam liberdade para viver, na “Crônica da Companhia de Jesus” o padre Vasconcelos assim se refere ao episódio:

Não párao aqui; vão-se á aldêa de Maniçoba, residencia moderna dos nossos, perturbão tudo, e persuadem com a destreza de sua lingua áquelle rebanho ignorante,

que larguem os Padres, homens estrangeiros, e degradados pera estas parles por gente vadia: e que melhor honra lhes seria sujeitar-se a homens destros em arco e frecha como elles, que a huns estranhos covardes. Não só disserão, mas fizerão; porque os pobres Índios, supposto que mansos por natureza, enganados da eloquencia e efficacia dos Mamalucos, em cujos corpos parece fallava o diabo, assi se farão embravecendo, e amotinando, que houverão os Padres de deixal-os, em quanto não se esperava mais fruto. (VASCONCELOS, 1865, p. 94).

Por muitos pesquisadores a aldeia de Maniçoba teria existido no local onde hoje é a cidade de Itu, ou talvez, em suas proximidades, mas são só conjecturas, vez que não se tem a exata precisão da localização da aldeia. O que se pode é apenas apontar a existência de nativos na localidade, posto que foram encontrados *cammúcis*⁵ com ossadas, em escavações realizadas no antigo Largo São Francisco, hoje Praça Dom Pedro I.

Nardy Filho, importante pesquisador ituano, ao se referir à fundação de Itu, descreve em sua obra “A cidade de Itu”:

Domingos Fernandes, o denotado sertanista paulista, conhecia muito bem essas paragens que elle tantas vezes havia atravessado e que faziam parte das terras de sua sesmaria; e, seguindo o exemplo de seu pae, Manuel Fernandes, e de seus irmãos André e Baltazar, quis ahi, em terras de sua sesmaria, e a beira do caminho das monções, fundar uma capella da qual fosse elle o padroeiro. Em começo do anno de 1610 Domingos Fernandes e seu genro Christovam Diniz, deixando a Villa de Parnahyba onde residiam com os seus, vão aos campos do Pirapetinguy e no lugar denominado Ytu-guassú, lugar assim denominado porque dahi, partindo da estrada das monções, seguia o caminho dos índios que ia ao grande salto do antigo Anhemby, e ahi, no entroncamento desses dous caminhos, levantam uma capella dedicada à Nossa Senhora da Candelária. (NARDY FILHO, 2000, v. 1, p. 34-35).

Domingos Fernandes era sertanista filho de Suzana Dias e de Manoel Fernandes Ramos, foi casado com Anna da Costa, vindo a falecer no ano de 1652, do seu inventário Nardy Filho descreve as terras de sua posse:

[...] uma carta de terras de sesmaria de meia legoa dadas em Itanhy, outra carta de terra de sesmaria de uma legoa junto ao rio Anhebi da banda do Ajapi, outra carta de terras de sesmaria de uma legoa na barra do Pirapetinguy, outra carta de sesmaria junto ao rio Grande de duas legoas da banda de Capibari, outra carta de chãos na villa de Parnahyba de cinquenta braças da banda do tanque que foi do capitão André Fernandes. (NARDY FILHO, 2000, v. 1, p. 38).

Christovão Diniz, o genro que acompanhou Domingos Fernandes na fundação de Itu, era casado com sua filha Izabel da Costa, e acredita-se que o sertanista tenha falecido no sertão

⁵ *Cammúcis*: Vasos grandes de barro, com função de urna funerária para os indígenas.

em bandeira liderada por Francisco Paiva, visto que seu nome não mais foi visto em documento algum desde então (NARDY FILHO, 2000, v. 1).

Itu seguindo os desígnios de seus fundadores, dentro de um processo de ocupação paulista, onde terras e apresamento de indígenas eram os principais objetivos, alcançou em 1644 através da reunião de diversas famílias em seu entorno o foro de capela curada, já em 1653 é elevada a freguesia, e em 18 de abril de 1657, por ato de Miguel Cabedo do Vasconcellos, é elevada à categoria de vila, sendo a sétima criada na capitania de São Paulo, o que demonstra um crescimento populacional considerável para o período, Abreu (1997, p. 213) esclarece que “as vilas resultaram da decisão de donatários e governadores, que tinham poder para criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, foi sempre um atributo exclusivo da Coroa”, e por fim, Itu é elevada à categoria de cidade em 1842.

Os traços de colonização dos sertões em que Itu está inserida denotam a existência de uma considerável população indígena, e a atividade de povoamento somada ao apresamento destes indígenas revelam números interessantes dentro do processo de colonização, uma vez que o povoamento depende da capacidade de se atrair um número maior de colonos, colonos estes que necessitam de mão de obra para as lavouras em formação, e a necessidade, transforma o indígena em elemento essencial no elo do bandeirantismo e da evolução agrária de São Paulo, mostrando a interdependência do processo de apresamento e produção (MONTEIRO, 1994).

A vila de Itu contava com a utilização da mão de obra indígena, assim como as demais vilas da capitania, o que pode ser observado no número de seus habitantes, sendo que os dados revelam a presença de um maior contingente indígena, quando comparados a presença do elemento branco, conforme segue:

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS HABITANTES DE SÃO PAULO (1676).

Vilas	Vizinhos	Homens de armas	Índios
São Paulo	800	3.000	15.000
Parnaíba	180	500	3.000
Itu	70 ou 80	200 ou mais	500
Sorocaba	40	100	500
Jundiaí	50	100	250
Mogi	50	100	200
Santos	250	400	500

Vilas	Vizinhos	Homens de armas	Índios
São Sebastião	40	100	100
São Vicente	50	100	100

Fonte: HOLANDA, Sérgio Buarque de. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, nº 1, p. 86, 1966. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622/49221>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

A tabela acima foi elaborada por Sérgio Buarque de Holanda com base nas declarações de João Monjelos, logo a definição de vizinhos a que se refere Monjelos é a castelhana vigente também em Portugal, mas que difere da dos portugueses no Brasil, ou seja, esse nome refere-se ao chefe de família, dono de bens de raiz, que resida neles ou não. Cabe salientar que para ter a condição de vizinho, deve-se em primeiro lugar estar domiciliado junto de sua família no perímetro urbano por determinado período de tempo, e cumprir as obrigações estipuladas no fuero⁶. (HOLANDA, 1966).

O que vale ser destacado é a existência de 500 índios na vila de Itu no ano 1676, deste número podemos salientar a aludida superioridade da população indígena, o que se repete nas demais vilas pesquisadas, destacando-se os números da vila de São Paulo que possuíam aquele tempo cerca de quinze mil índios.

Monteiro (1994) até aponta em sua obra uma queda dos números na utilização de mão de obra indígena nos fins do século XVII e início do século XVIII, porém, ainda assim, a utilização de mão de obra indígena se mantém. O fato é que embora os cativos africanos já apareçam a partir dos fins século XVII, ainda é frequente no século XVIII a utilização dos cativos indígenas, o que se demonstra neste trecho de um ofício datado de 12 de outubro de 1732 ocasião em que membros da Câmara de Itu reclamavam das dificuldades de se derrotar os Payaguazes, frente a seu modo de viver, e os carijós seriam a ferramenta, vez que possuíam modo de vida similar, e neste mesmo ofício manifestam sua insatisfação por uma ordem da Coroa (bando⁷) no que se refere ao apresamento dos indígenas, senão vejamos:

Dificulta-se este intento no tempo presente pelo desgosto que recebem os moradores desta santa vila com o bando em que Vossa Excelência foi servido ordenar que os Paricizes sejam restituídos ao sertão de onde com muito trabalho e despesas e notáveis riscos das próprias vidas os tinham trazido tirando-os do tenebroso abismo de gentildade para o saudável grêmio da Santa Madre Igreja de cujo procedimento iam os ditos moradores mais impossibilitados para aquela interpresa, tanto do real serviço, e [ilegível] da Real Coroa e bem comum (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 1, documento 65, ordem 292).

⁶ Fuero: jurisdição.

⁷ Bando: era uma proclamação, um pregão público que os governantes faziam anunciar pelos caminhos e vilarejos, contendo ordens e ameaças de punição para quem não os obedecesse (BARBAS, 2010, p.148).

De modo similar ao de outras localidades, Itu era caracterizada por uma agricultura de subsistência, tecnologias rudimentares eram utilizadas na produção do alimento, igualmente aves, porcos, etc. eram parte da base alimentar de seus moradores. Notamos na obra “Parceiros do Rio Bonito” de Candido (1987) que a fixação do paulista ao solo, após o fim dos ciclos bandeirantes (século XVIII) fez com que espalhasse pela Capitania uma população caracterizada por um isolamento, que se traduz numa forma de cultura marcada pela influência portuguesa e indígena principalmente, que se reflete em diversos dos aspectos de vida desses sujeitos, como vestimenta, habitação, linguajar, alimentação, entre outros, salienta este mesmo autor ao se referir a cultura caipira como “Cultura ligada a formas de sociabilidade e de subsistência que se apoiavam, por assim dizer, em soluções mínimas, apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros.” (CANDIDO, 1987, p. 79).

Discutidos os aspectos da fundação do povoado ituano, necessário agora entender acerca da configuração espacial da vila em formação.

1.3 Configuração espacial da vila em formação

Ao dar início a discussão sobre os arranjos da formação espacial da vila de Itu, se faz metodologicamente interessante que sejam estudados alguns elementos dentro de um quadro amplo de composição do urbano e, em conjunto salutar também o reconhecimento das particularidades que cercam a vila, assim um quadro complexo se forma, e aos olhos do pesquisador é essa complexidade de fatores e elementos que tornam o estudo das cidades tão fascinante.

Assim, convém que se busque entender alguns dos aspectos que configuram os estudos sobre a cidade colonial brasileira, e a primeira questão a ser respondida se refere a existência ou não de um planejamento por parte dos colonizadores portugueses com relação aos primeiros núcleos urbanos, de modo a construir um entendimento a respeito da cidade a partir dos primórdios da colônia brasileira. Holanda em uma análise comparativa da cidade hispânica e portuguesa, enquanto produto da colonização na América discorre:

Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados (HOLANDA, 1995, p. 95-96).

Para Holanda (1995) diversos são os fatores que diferenciam a formação das cidades no processo de colonização espanhol e português, tais como o traçado das cidades, a legislação que de antemão orientava este processo de urbanização, o caráter da colonização, a localização dos primeiros núcleos, entre outros. Salienta o autor ao referir-se ao traçado urbano que “o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana” (HOLANDA, 1995, p. 96) enquanto que “a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem” (HOLANDA, 1995, p. 110).

A posição de Reis Filho (2001), por sua vez, difere na medida em que entende como superadas posições como a de Sérgio Buarque de Holanda uma vez que, após um maior contato com as fontes documentais, e também por um aprofundamento nas pesquisas foi possível a comprovação da existência de uma atividade planejadora regular do mundo luso-brasileiro, e ainda, apontou como exemplo a cidade de Salvador “a documentação existente revela claramente a preocupação da Coroa com as condições de traçado de Salvador e a intenção de exercer controle sobre o delineamento da cidade por ocasião de sua fundação.” (REIS FILHO, 1968, p. 129). Abreu (2008) compartilhava deste mesmo pensamento, em seu escrito pensando a cidade no Brasil do passado publicado no livro “Brasil: Questões Atuais da Reorganização do Território”, inclusive justifica a posição com base na presença de engenheiros militares no Brasil colonial “nela estiveram envolvidos diversos engenheiros militares, que pensaram a cidade não só em termos de logística militar, mas como elementos de um sistema urbano maior.” (ABREU, 2008, p. 150).

Os núcleos urbanos advindos da colonização portuguesa respondiam às especificidades e estratégias atinentes à lógica de urbanização existente, e “tudo parece indicar que os aglomerados “criados”, que resultaram de um propósito deliberado das autoridades coloniais obedeciam, em suas origens, a um plano regular e geométrico, se bem que adaptado às características topográficas.” (AZEVEDO, 1992, p.10). Talvez esta adaptação a topografia tenha levado os pesquisadores a considerações errôneas, afinal ainda que respeitando a singularidade da topografia de cada localidade é possível visualizar elementos comuns de parcelamento do território e organização do espaço urbano, como ruas, quadras, lotes, etc., daí a ideia de regularidade, ou seja, na existência de elementos caracterizadores comuns.

Neves (2009) seguindo as observações do geógrafo português Orlando Ribeiro aponta que as cidades portuguesas podem ser divididas em cidades erguidas em morros como

instrumento de defesa, cidades quase sempre lineares, que surge as margens de rios ou mesmo no litoral, ou mesmo cidades que reúnem ambas as características.

Como a primeira descrição espacial da Vila de Itu se tem o registro feito pelo engenheiro militar José Custódio Sá e Faria no ano de 1774 (ANEXO D), em ocasião que passava por Itu numa expedição de inspeção, rumando a São Paulo e ao pequeno forte chamado de N. S. dos Prazeres do Rio Iguatemi (BUENO, 2009). Infelizmente não há qualquer outra representação anterior, o que é explicado pela mesma autora “observa-se longa ausência de engenheiros militares na Região Vicentina entre o fim da União das Coroas Ibéricas e a incorporação das capitâneas de São Vicente e Santo Amaro pela Coroa, em decorrência das descobertas auríferas além Serra da Mantiqueira.” (BUENO, 2009, p. 123).

Seguindo a identificação dos tipos de cidades portuguesas acima apontado Itu se encaixa no das cidades quase sempre lineares, que surge às margens de rios, uma vez que o campo escolhido para fundação do povoado que viria a dar origem à cidade de Itu, corresponde à uma área entre dois córregos o Guaraú e o Taboão, descrita por Troppmair conforme segue:

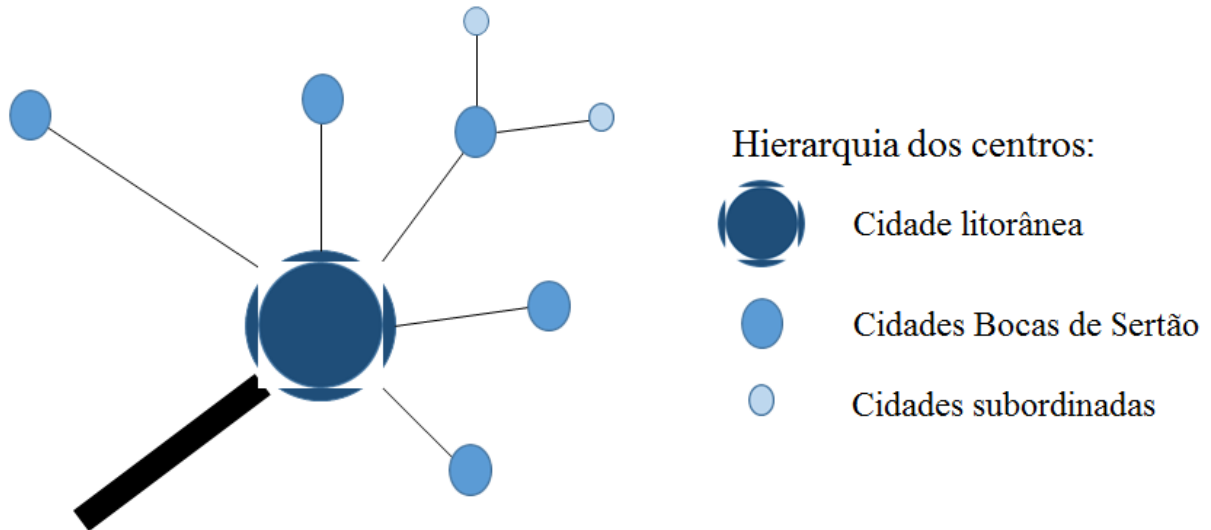
A cidade de Itu está situada sobre um dos muitos esporões que avançam das serras de Guaxatuba e Itaguá, em direção a Depressão Periférica. Estas serras pertencentes ao maciço cristalino, emolduram a cidade que está situada num amplo anfiteatro. O patamar ou esporão, que é o divisor de águas do Córrego Guaraú e seu afluente Taboão, apresenta fraca declividade em direção noroeste, onde junto a confluência dos dois córregos, encontramos as cotas altimétricas de 540m, enquanto a sudoeste, na parte mais elevada, a altitude é de 600m; isto significa uma declividade de 2% naquela direção, enquanto no sentido transversal (SO-NE) esta porcentagem aumenta para 4%. Este fato é fundamental, pois é o corresponsável pelo aspecto da circulação interna da cidade. (TROPMAIR, 1997, v. II, p. 13 apud TOSCANO, 1981, p. 13).

Segundo o “Diagnóstico geral da cidade de Itu” elaborado a pedido do CONDEPHAAT, é descrito em seu IV volume que o “Desembocamento do antigo caminho de Parnaíba ao Porto Sertão, no campo que se forma entre a barra do Pirapitingui, antes do Salto e o Porto do Góes, vai se instalar uma família de colonos com seus agregados, e índios escravizados naquele sertão adiante.” (TRINDADE, 1997, p. 4). O aludido Porto do Góes, antigo Porto de Pirapitingui, no rio Tietê, está próximo à confluência dos rios Buru e Itaim-Guaçú, pouco adiante do Salto e a meia légua de Itu (TRINDADE, 1997).

Dentre os padrões espaciais da rede urbana brasileira, é possível apontar que a vila de Itu caracterizava-se por apresentar um padrão espacial dendrítico, bastante característico do período colonial, e que se desenvolveu principalmente a partir de sua característica de Boca de Sertão, onde apresenta-se enquanto centro de apoio e penetração para o interior, sendo ponto

de partida de bandeiras e moções, tendo características peculiares que dão o tom da sociedade que se forma e que mais adiante se tornaria a vila do açúcar. Vejamos a ilustração abaixo:

FIGURA 2 – PADRÃO ESPACIAL COLONIAL (DENDRÍTICO).



Fonte: Adaptado de CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. Editora Ática, 2007, p.70.

Neste padrão a cidade portuária é responsável pelo contato com a metrópole, e é através dela que ocorre o escoamento dos produtos da colônia, ao mesmo passo em que recebe os produtos industrializados e os distribui a sua hinterlândia, e se organizam a partir deste mesmo padrão formando uma rede similar a um sistema fluvial, este padrão surge a partir do século XV com a expansão mercantilista europeia (CORRÊA, 2007).

Importante ressaltar que quando se fala na característica de boca do sertão da vila de Itu se faz referência a uma condição, ou seja, compreendida como o último rastro de civilidade antes de adentrar o sertão, que é comumente estabelecido enquanto espaço para expansão, sendo que o objetivo do agente é incorporar aquele espaço, assim, pensar o sertão exige que o vejamos não como um lugar em específico, mas sim uma condição, visto que pode ser atribuído a diferentes localidades, o que para Moraes (2011) evidencia o sertão enquanto uma realidade simbólica.

Em menção a obra civilização e barbárie de Sarmiento, na qual o discurso ideológico dentro do processo de ocupação colonial, coloca o habitante do sertão enquanto representante da barbárie, as cidades, por sua vez, são seu contraposto trazendo a civilidade, é sem sobra de dúvida uma concepção europeia de colonização civilizatória, associada a um processo de exploração econômica (NUNES, 2011).

Nos mapas do período colonial está muito presente a ideia dos sertões, sendo a cartografia ferramenta extremamente utilizada, seja dentro de um projeto povoador, ou mesmo civilizador. Diversos são os mapas que trazem os sertões na cartografia portuguesa, o mapa a “Demonstração topográfica do curso do rio Tietê”⁸ demonstra esse papel na medida em que vemos os sertões representados em seu bojo.

As cidades portuguesas cuja transferência de seu padrão de funcionamento se deu ao Brasil, não são caracterizadas por possuir uma forma homogênea ou mesmo uniforme, estas guardam uma variação em sua forma, porém com padrões de características que bastante se assemelham.

As cidades que tiveram sua formação no período da União das Coroas Ibéricas (1580 a 1640) puderam experienciar uma urbanização mais ordenada em algumas localidades, isto talvez seja decorrente da influência da legislação espanhola, que havia sido codificada nas Leyes de as Índias (1573) e nas Ordenações Filipinas (1603), para alguns autores como Reis Filho (1968) esse progressivo aprimoramento das formas urbanas se deu antes de tudo por um maior controle administrativo, advindo do período da União das Coroas Ibéricas e que se manteve após seu fim.

Itu, guardadas as especificidades, possuía em seu desenho um caráter linear e uma pretensa regularidade em seu traçado, além de existirem nas extremidades da vila os Conventos do Carmo, o Convento Franciscano, e a Capela de Santa Rita de Cássia, de modo a formar um triângulo, estando ainda neste traçado a antiga capela dedicada à Nossa Senhora da Candelária, hoje igreja do Bom Jesus, e também a nova matriz de Nossa Senhora da Candelária.

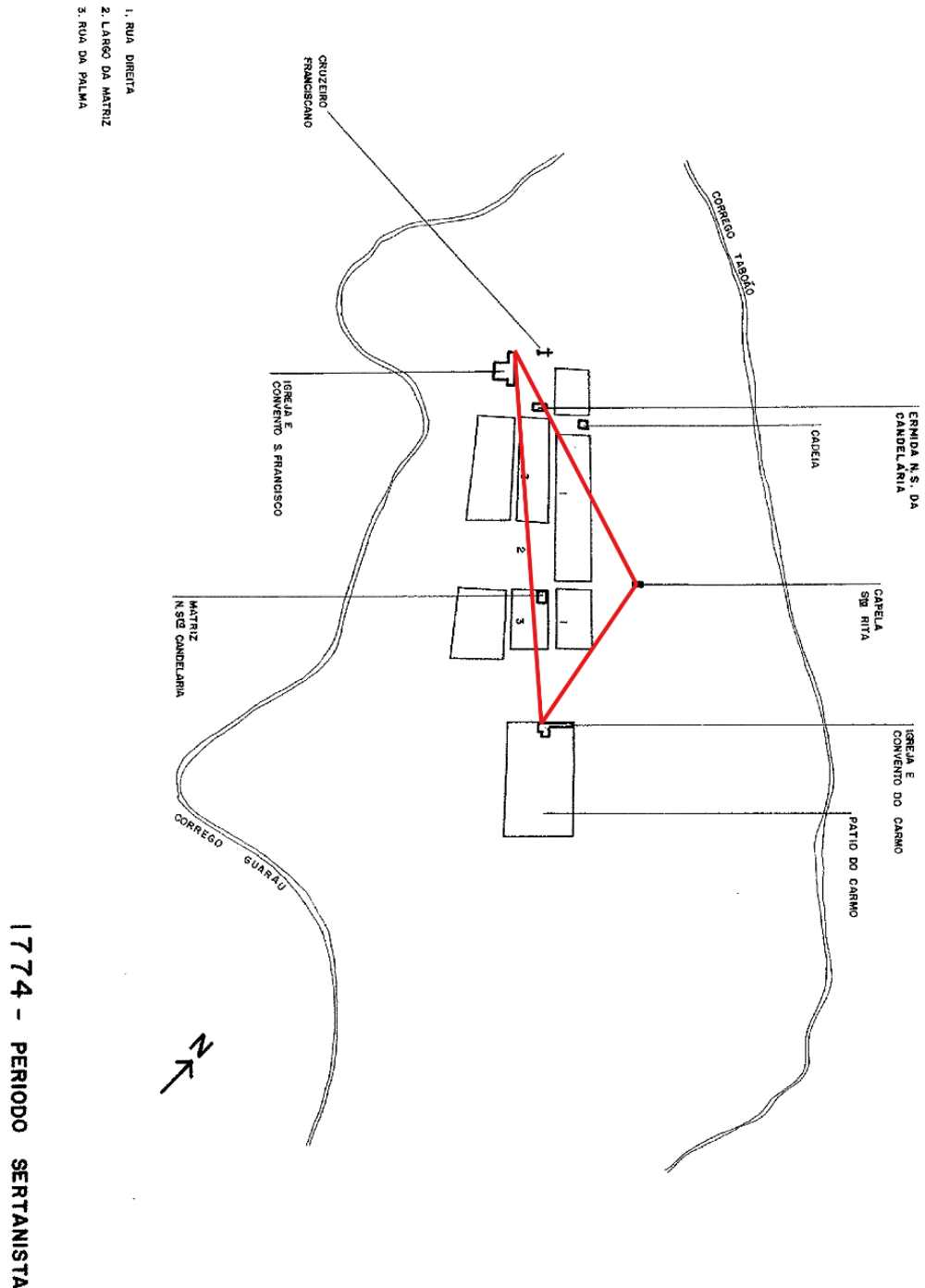
As tendências geometrizaras eram adotadas em quase todas as experiências urbanísticas europeias, sendo também adaptadas a colônia, as cidades guardavam muito das formas advindas das cidades novas do final da Idade Média:

Desse modo, no Brasil, persistiam durante todo o período colonial os esquemas de parcelamento do espaço urbano e seu relacionamento com a arquitetura. Originando-se do urbanismo medieval de Portugal, não encontrariam no Brasil condições de modificação, até o século passado. Ao se iniciar o século XVIII, nas vilas e cidades da colônia, as casas continuavam a se estender em filas contínuas, oferecendo ao observador a mesma aparência de concentração. (REIS FILHO, 1968, p. 150).

As características e padrões das cidades portuguesas podem ser observados no croqui da área urbana elaborado com base nas características presentes para o ano de 1774, conforme segue:

⁸ Vide anexo E.

FIGURA 3 – CROQUI DA EVOLUÇÃO URBANA DE ITU (1774).



Fonte: Acervo do Museu Republicano Convenção de Itu.

Igualmente a outras cidades portuguesas, Itu destinava um espaço importante às praças, que por sua vez, eram inseridas sempre de frente as igrejas, ou mesmo a prédios públicos, vez que se destinavam quase sempre ao agrupamento da população, face à natureza destes edifícios.

Para a ligação dos templos religiosos, é possível observar pela figura 3 que nasce a primeira rua da vila, ou seja, a Rua Direita, que no processo de organização da cidade portuguesa assume um carácter estruturador, de modo que vemos a partir dela se articularem as demais vias, travessas, enfim, todo o conjunto que se forma, assim:

A ‘aparente contradição’ foi resolvida pelo esclarecimento de que o qualificativo não se referia à forma física, mas ao facto de tal rua ser central e de ligar diretamente um extremo ao outro da área urbana. Este mesmo fenómeno e a mesma explicação foram depois aprofundados por outros investigadores, tendo Ribeiro (1968) dedicado especial atenção à Rua Direita de Viseu, tornando-se assim consensual considerar que as ‘ruas direitas’, apesar de serem formalmente tortuosas, eram funcionalmente o centro comercial, ‘o coração’, e o eixo principal de circulação, ligando os pontos de referência, ‘os órgãos vitais’ (Ribeiro, 1984 [1965]). (PINTO, 2014, p. 42).

Ainda que tida como elemento banal, a rua direita tem o condão de definir as hierarquias e todo o sistema de referência no urbano português, ao mesmo tempo, é a análise individual de cada vila que permite entender sua real significação, posto que ainda que esta leitura seja preponderante, é possível observar a existência de outros significados e funções para este elemento do tecido urbano. Gradativamente vão surgindo outras ruas na localidade sendo a rua da Palma a outra que aparece também na figura 3, esta rua ao que tudo indica surgiu no início do século XVIII. Os lotes próximos ao pátio da matriz destinavam-se aos colonos mais abastados, e acredita-se que a vila em 1680 contava com cerca de 300 casas, porém a ausência de fontes documentais para esse período impossibilita a precisão desses números (TOSCANO, 1981).

As ruas da vila de Itu em seus primórdios não possuíam calçamento, e as casas lá existentes eram bastante simples, o progresso era consideravelmente lento, o que iria se modificar somente no período açucareiro quando as feições da vila iriam se alterar de forma significativa, muitas transformações ocorreriam neste período subsequente.

Deixamos para explicar alguns dos aspectos da vila colonial ituana no terceiro capítulo, isto porque muitos desses aspectos vão sendo inseridos com o passar do tempo, de forma que a configuração espacial da localidade fornece maiores elementos para sua compreensão a partir da segunda metade do século XVIII, tanto que não se tem qualquer mapa ou planta da vila anterior a 1774.

Vale destacar que nenhuma das obras públicas de melhoramento da vila, foram realizadas anteriormente a primeira metade do século XIX segundo a literatura existente sobre a cidade. Algumas das igrejas até datam de tempo anterior, contudo as reformas que trouxeram uma maior vultuosidade em sua arquitetura, também coincidem com o período açucareiro.

A cidade de Itu em seu quadro evolutivo passou pelos estágios que a conduziram de simples povoado até à categoria de cidade em 1842, este processo obedeceu a uma lógica colonial que possibilitou seu gradativo crescimento, o êxito em um primeiro momento é a reunião de um número de habitantes que possibilitem a construção da igreja, e nos adverte Holanda:

Mas não se espere provisão de capela curada antes de achar-se o sítio razoavelmente povoado e com renda regular, mesmo porque não haverá de despachar o Ordinário qualquer petição com tal objeto antes de assegurar-se de ali existirem recursos para conhecenças ou aleluias e pé de altar capazes de sustentar um cura de almas ou ainda pessoa bonada para padroeira do templo e que se obrigue a dotá-lo com aquela decência que pede o santo ministério. (HOLANDA, 1966, p. 92).

A preocupação dos fundadores de Itu para que lograsse êxito seu povoamento pode ser percebido, por exemplo, no testamento de Domingos Fernandes ao expor como o seu desejo que a capela de Utu-guassú se perpetue, deixando disposto inclusive que ambos os fundadores deixavam as terças para o aumento da capela e ainda:

[...] declaro que dos trez tecelões que em casa tenho nomeio um por nome Miguel para a terça com mais meia legoa de terras na barra do Perapetingui para baixo correndo a longo do rio Anhembi a qual arrendará às pessoas que nelas quiserem lavrar por pensão para que esteja rendendo para os aumentos da dita capella (NARDY FILHO, 2000, v. 1, p. 49).

Para a elevação a freguesia os fatores econômico e demográfico eram levados em consideração de modo que os habitantes se mostrassem em número suficiente a justificar a formação e ainda que a capela inicial já tivesse se transformado em um edifício maior, ou seja, a igreja matriz, daí se percebe a importância das medidas tomadas pelo fundador para aumento da capela. Quando, por sua vez, da elevação de freguesia a vila, fundamental era a delimitação do rossio e do termo de acordo com as Ordenações, vez que a vila se apresentava juridicamente ligada ao Império Português:

No ato de elevação a vila, atribuíam-se a cada um dos concelhos um termo e um rossio. O termo era todo o território de jurisdição da municipalidade, onde podia haver vários bairros e paróquias. O rossio designava os terrenos cedidos pela Coroa, por meio de carta foral, para constituir patrimônio da municipalidade. O rossio era de usufruto comum, podendo ser utilizado para pastos, plantações e obtenção de lenha. Servia ainda de reserva para futura expansão da vila, seja para moradia ou para abertura de caminhos e praças. Competia aos edis da Câmara parcelar o rossio e arrendar as datas de terra aos moradores mediante pagamento de um imposto anual, o foro. Este modelo tradicional de organização local do território utilizado pela monarquia portuguesa apresentava pequenas diferenças entre sua configuração no Reino e na Colônia (FONSECA, 2011, p. 28 apud SALGADO, 2017, p. 03).

Em substituição a capela erguida pelos fundadores, foi edificada a primeira igreja matriz no ano de 1669, segundo Nardy Filho (2000, v. 1, p. 69) esta teria sido construída em taipa e tinha quatro altares laterais e o altar-mor, e localizava-se “mais ou menos, do largo da actual.”

A casa de Câmara e Cadeia funcionava em seus primórdios em um sobrado situado no fundo de um pequeno largo, onde se encontravam o mercado e o açougue, ficava quase de frente a primitiva capela de fundação, hoje igreja do Bom Jesus, posteriormente este edifício veio a ser adquirido pelo Sr. Caetano José Portella (NARDY FILHO, 2000).

Através das informações oferecidas por este mesmo autor é possível se ter uma ideia de sua localização:

Era, pois, nesse largo, em cujo centro se erguia o pelourinho, que os mercadores expunham a venda seus gêneros, que os sitiantes iam vender o produto de suas lavouras, era ahi que os marchantes picavam e vendiam as carnes, não fica mal, portanto, dar a esse pateo como sendo a primeira, e aliaz bem primitiva, praça de mercado da então Villa de Ytu (NARDY FILHO, 2000, v. 1, p. 233).

O pelourinho é a espacialização da autoridade presente na vila, é também o centro geométrico utilizado para a demarcação dos limites do rossio. Assim, claramente temos na vila de Itu os elementos característicos que configuram o espaço colonial das vilas e cidades brasileiras, sendo que a igreja, a câmara, a cadeia e o pelourinho, são antes de qualquer coisa, a demonstração clara da relação das formas espaciais com o poder social.

Não se trata neste capítulo de interpretar a vila em sua plenitude, e sim de compreender suas bases de formação, para mais adiante, serem observadas suas transformações, espaços de poder, de tensão ou mesmo de exclusão que se acentuam no período açucareiro.

Necessário agora entender as bases econômicas que antecederam o período açucareiro e que foram fundamentais para Itu se tornar a vila do açúcar.

1.4 As monções e as bases econômicas que antecederam o período açucareiro

Na primeira metade do século XVIII a produção agrícola de São Paulo é tida como de subsistência, mas aqui subsistência é entendida “por destinar-se ao consumo e à manutenção da própria colônia” (PRADO JÚNIOR, 1973, p. 157), o que difere da grande lavoura que virá em período posterior e destina-se a exportação. Como já dito anteriormente, diversas são as pesquisas que vem demonstrando que, ainda que não sendo o centro comercial da colônia, São Paulo possuía a seu tempo uma produção agrícola e uma circulação de riquezas a partir de seu comércio.

Itu, dentro desta visão da economia paulista favoreceu-se a partir das bandeiras e principalmente das monções, e de seu papel enquanto boca do sertão, que diferente de algumas outras localidades, aqueceu sua economia a partir do momento em que orientou suas forças para a produção de gêneros destinados a abastecerem as minas, apoiados seguramente na mão de obra indígena, o que como já vimos era prática corrente entre seus colonos. Assim, é como ponto de partida de bandeiras e monções que Itu começa a ganhar novas características, que irão adiante favorecer a implantação da lavoura açucareira, vez que a vila funcionava como ponto de abastecimento e organização das expedições, que como vimos, partiam de São Paulo rumo a localidades como Paraná, Mato Grosso, etc., assim gradativamente cresciam nos sítios e fazendas as roças e criações, o que movimentava, em contrapartida, os negócios locais. Para Singer (1968, p. 25) o papel que coube a São Paulo neste período só pode ser desempenhado “graças ao capital comercial e demais facilidades provenientes da sua função em relação ao intercâmbio entre a economia de subsistência do seu hinterland e o exterior.”

A partir da formação das minas de Cuiabá na década de 1720, e em 1718 a bandeira de Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro junto a barra do rio Coxipó Mirim, afluente do Cuiabá, sendo no ano seguinte implementado um núcleo minerador, próximo do qual se criou a vila de Bom Jesus do Cuiabá, e logo na sequência em 1722 o sorocabano Miguel Sutil descobre as minas de Cuiabá, esses são os pontos iniciais para as expedições fluviais chamadas de monções. Zarparam de Araritaguaba, freguesia de Itu, uma diversidade de expedições, algumas de grande porte, outras menores, e tendo elas objetivos que iam de expedições oficiais da Coroa, para a condução de autoridades, transporte de tropas, escoamento de impostos, transporte de armas e munições, etc. Outras expedições, ditas particulares, serviam para o trânsito de produtos a abastecer as áreas de mineração, e o transporte de pessoas, dentre elas mineradores, comerciantes, religiosos, entre outros.

Itu ganhou importância por conta de sua posição estratégica, sendo inclusive que as correspondências e ofícios da Coroa para as autoridades de Cuiabá eram transportados por meio das expedições monçoeiras. As expedições e o comércio decorrente delas fizeram com que os ituanos gozassem de grande prestígio entre os habitantes do planalto, o que atraiu segundo Silveira e Francisco (2010) a atenção de gente do reino, e possibilitou a formação de uma burguesia de produtores agrícolas e negociantes de bens, que criaram laços ao mesmo tempo em que se estabeleciam na localidade.

Uma das maiores expedições às minas de Cuiabá que se tem notícia foi a liderada pelo capitão-general Rodrigo César de Menezes em 1726, saindo de Araritaguaba com 308 canoas, e se sabe que foram adquiridos em Itu 65 alqueires de feijão a 104\$000; 160 alqueires de milho

a 204\$000, 110 alqueires de farinha a 176\$000; 18 arrobas de açúcar a 34\$560; 4 alqueires de grãos a 4\$800, 12 capados a 172\$800; 4 arrobas de peixe seco a 16\$000, e para o transporte do açúcar e grãos foram adquiridos 13 barris a 17\$600, bem como foram compradas 8 frasqueiras e 3 barris de aguardente a 129\$600; 5 arrobas de fumo “para os negros” a 24\$000; 150 varas de encerado para cobrir as canoas a 81\$000; 8 arrobas de chumbo a 40\$960. Foram compradas para a realização da viagem 23 canoas a um valor de 1:240\$000, e 639\$000 na mão de obra dos pilotos. Interessante se ressaltar que esses números se referem apenas aos gastos relativos à comitiva de Rodrigo César de Menezes (GODOY, 2002).

Os números acima ajudam a ilustrar as possibilidades comerciais propiciadas pelas monções, outrossim, diversos são os documentos que contemplam a temática e corroboram no entendimento, como é o caso do ofício datado de 11 de dezembro de 1721, confirmando o recebimento das ordens dadas acerca do ouro das minas de Cuiabá e também de mantimentos, conforme segue:

Recebemos de Vossa Excelência com o bando acerca do ouro para sequintas, vindo do Cuiabá, como também, outra carta para a Vila de Sorocaba a qual enviamos; e mandamos publicar o bando com todo o cuidado e diligencia de que leias a certidão tanto desta ordem como da outra que Vossa Excelência remeteu acerca dos mantimentos que [ilegível] e outra fica registrada; e efetuamos já a diligência de remeter vosso outro bando a vila de Sorocaba com carta no fio declarando nela a ordem de Vossa Excelência da qual nos não chegou ainda recibo. Ficamos muito prontos a obedecer a Vossa Excelência que [ilegível] Candelária em Câmara aos 11 de dezembro de 1721. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 1, documento 5, ordem 292).

Em carta escrita no ano de 1773 a autoridade do governo determina que se apronte toucinho, farinha e feijão para viagem ao forte de Iguatemi que se aproximava:

Por carta de 23 de Janeiro do anno presente ordenei a Vm.ce que no Destricto dessa V.a e Freguez." de Araraguaba mandasse apromptar trezentas Arrobas de toucinho, trezentos alqueires de farinha, e outros tantos de feijão p.a Socorro da Praça de Guatemy, cujos mantimentos mandey q' estivessem até Vinte de Fevereiro por ter determinado q' naquelle tempo partisse a expedição do mesmo Socorro q' foi preciso demorar por algumas occurrencias q' se oferecerão, é por q' agora se faz preciso a Vm.ce q' em té 20 deste mez faça recolher todos os referidos generos aos Armazéns do Porto de Araraguaba tendo a necessaria advertencia de mandar reformar aquelles generos q' se acharem com algum principio de corrupção, e q' julgar não estarem Capazes de se remeterem p.a tam grande distância (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume VIII, p. 82).

Em outra carta datada de 04 de maio de 1774 se tem a menção aos mantimentos e os cuidados que deveriam ter em seus recebimentos:

Os mantimentos q' mandei apromptar p.a esta mesma conducta também ordeno q' faça recolher a Seu Porto mandando reformar aqueles q' j á estiverem em princípio de corrupção por cuja cauza advertirá Vm.ce ao Ajudante Romualdo José de Pinho q' só receba os q' estiverem capazes p.a bua viagem tão dilatada e q' 110 mesmo recebimento faça revista em todos e q' nada receba sem ser por conta, pezo e medida p.a q' não haja Confusão no passar dos bilhetes aq.m pertencerem. Para a condução dos toucinhos mande Vm.ce apromptar Caixoens, e também sestos de taquaras p.a o feijão tendo logo o cuid." de o hir mandando acomodar nos mesmos Sestos quando vierem trazendo os lavradores, e pelo q' toca as farinhas se os Sacos velhos já não estiverem em tr.os de as poderem Conduzir se mandarão fazer os q' forem necessários da liagem q' se acha nos Armazéns a cargo de Sobred." Ajudante (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume VIII, p. 84).

Por vezes expedições atrasavam em decorrência dos alimentos não estarem prontos para colheita, ou mesmo, por conta de não os conseguir em quantidade suficiente, pelos documentos consultados é possível apontar que aqueles tidos como basilares nestas expedições eram o toucinho, o feijão e a farinha de milho, evidentemente que de acordo com a expedição poderia se ter carne bovina, arroz, açúcar, aguardente, sal, etc. A demanda por esses produtos acarretava, por vezes, numa considerável alta dos preços, o que aumentava consideravelmente o lucro dos comerciantes.

A altivez da vila de Itu residia sobretudo na considerável extensão de terra cultivável, e se tinha uma policultura de gêneros voltados ao comércio, nota-se que nesse período existia uma preponderância do rural sobre urbano, já que o urbano era destinado apenas ao comércio e distribuição dos bens produzidos. Assim é compreensível que:

Vilas e fazendas compõe o binômio que suporta a vida econômica e, por desdobramento, todo o edifício social. Mas é sobretudo nas fazendas que a parcela mais significativa da produção econômica se realiza, transformando as vilas em extensões da ruralidade, reduzindo seu papel a centro de decisões políticas por sediar a Câmara, por ser espaço da sociabilidade e das atividades mercantis e artesanais (ARRUDA, 2011, p. 101).

Nos estudos realizados por Godoy (2002) tanto na vila de Itu como na freguesia de Ararituaba existiam sítios voltados a produção de alimentos para o abastecimento das expedições, existindo inclusive diversos sítios que margeavam o rio Tietê, o que se comprova pelo mapa de Zuzarte (ANEXO F).

Junto a vila de Itu circulavam neste período, diversos prestadores de serviço, cujas funções iam desde carpinteiros, ferreiros, ourives, pilotos, proeiros, construtores, entre outras atividades, necessárias à vila e ao comércio das monções. Nas Ordenanças da vila de Itu é fácil perceber que era comum as demandas envolvendo os contratantes e os pilotos, proeiros e remeiros, que por vezes os primeiros se queixavam que após receber o pagamento ou parte dele, estes costumavam fugir na véspera da saída, causando prejuízos e consideráveis atrasos,

solicitavam, por fim, que lhes fossem obrigados a cumprir o contratado sob pena de serem presos (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 35, ordem 292).

Existia ainda na vila um interessante comércio de canoas, sendo que alguns dedicavam-se a construção das mesmas, cuja técnica estava atrelada às raízes indígenas, inclusive nos primeiros anos da povoação de Piracicaba a produção de canoas, o que serviu de base para garantia do sustento e manutenção da ocupação (GODOY, 2002).

O período que antecede o açucareiro é fundamental para a formação da base sobre a qual irá se desenvolver a monocultura, e como foi possível observar diversas são as causas e condições que corroboraram para a inserção da lavoura canavieira dentro do processo de formação da vila de Itu, seja pelas bandeiras e o apresamento indígena, pelas monções e todo o comércio decorrente delas, os sertanistas que voltaram das minas endinheirados, os portugueses que aqui se estabeleceram, a agricultura que se fazia viva na localidade, a criação de animais como gado, porcos, etc., e dentro dessa interação complexa ocorria a formação do território, que inegavelmente é antes de qualquer coisa um produto social. Trata-se aqui segundo os dizeres de Singer (1968) de um fenômeno de acumulação de efeitos, na medida em que pela denominada circularidade vemos a transformação dos efeitos em causa, e que conseqüentemente vão reforçar as ditas causas originais.

Assim, o capítulo segundo se abre para que se possa entender os diversos aspectos da produção açucareira ituana, e com isso entender como os aspectos econômicos foram fundamentais no crescimento da vila.

2. ITU A VILA DO AÇÚCAR E AS POLÍTICAS DE INCENTIVO A PRODUÇÃO (1780 A 1830)

Para elucidar a construção territorial em que Itu está inserida, importante ter em mente que no processo de ocupação da América segundo Moraes (2011, p.23) “expandem o espaço econômico europeu por meio de instalações produtivas historicamente singulares [...]”, logo, explicar este território e suas peculiaridades repousa sobretudo em um amplo entendimento do econômico, o que para Itu está seguramente atrelado à monocultura canavieira. Convém salientarmos que em São Paulo quando do início do primeiro ciclo agrícola ocorre uma inversão da regra geral em que o litoral prevalece sobre o interior, como aponta Prado Júnior (1973, p. 134) de modo que “É no planalto, como referi, que se localizará a principal região produtora de açúcar com que São Paulo começa sua restauração e progresso.”

A implantação desta monocultura que seguramente transformou o território ituano e o de outras vilas do interior paulista que estavam inseridas no denominado quadrilátero do açúcar, e que ficou conhecido como região de vultuosa produção açucareira que abrangia os municípios entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí, onde Itu desde cedo se destacou pelos números de sua produção (PETRONE, 1968). O mapa abaixo demonstra o recorte espacial dos municípios que compõe a região do quadrilátero do açúcar:

FIGURA 4 – MAPA DO QUADRILÁTERO DO AÇÚCAR.



Fonte: MONT SERRATH, 2007, p. 115.

A inserção da monocultura da cana-de-açúcar foi fundamental dentro do processo de transformação de uma agricultura que anteriormente era voltada ao comércio interno para uma de exportação, ao mesmo passo que esta inserção provocou diversas alterações que vão desde a transformação da paisagem, até mesmo a alteração de padrões do cotidiano desta importante localidade do interior paulista. A caracterização da Vila de Itu como a vila do açúcar advém de um conjunto de fatores, que somados alavancaram a produção açucareira ituana, de modo que diversas são as conjecturas a serem analisadas para a compreensão desse rico processo de transformação pelo qual passou a vila de Itu.

Importante a compreensão de alguns dos aspectos fundamentais desta monocultura que dominou a paisagem ituana dentro do recorte temporal que vai de 1780 a 1830 aproximadamente, e foi escolhido por ser o período de maior ascensão da monocultura canavieira, que era a base econômica da região. Circunstâncias externas e internas propiciaram o cenário ideal para esse desenvolvimento da cana-de-açúcar, de modo a alavancar o interesse no cultivo da cana, na construção de engenhos e conseqüentemente na produção do açúcar.

Como circunstâncias externas podemos apontar uma sucessão de eventos dentre eles a Guerra dos sete anos (1759 a 1763) que prejudicou as colônias francesas e inglesas produtoras de açúcar nas Antilhas, sequencialmente a Guerra de Independência dos Estados Unidos da América que teve início em 1776 e provocou o desabastecimento de gêneros alimentícios nas ilhas caribenhas (FRAGINALS, 1989). E, por fim, talvez o fator mais significativo que foi a Revolução Haitiana, que se iniciou em 1791 gerando uma alta dos preços do produto, uma vez que era sem sombra de dúvidas um dos maiores produtores mundiais de cana-de-açúcar (PETRONE, 1968). A tabela abaixo ajuda a ilustrar a significativa queda na produção haitiana que acabou por favorecer a ascensão canavieira paulista:

TABELA 2 – DECLÍNIO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA HAITIANA

Ano	Produção de Açúcar (peso em libras)
1789	138,616,494
1795	1,663,398

Fonte: LUNDAHL1985, p. 126 apud MCKEY, 2016, p.25. Disponível em:
<https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/bitstream/handle/1794/20330/Final%20Thesis-McKey.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 dez. 2020.

Culturalmente uma mudança dos hábitos alimentares dos europeus também apontou para um crescimento no consumo do produto, que em meados do século XVIII deixa de ser consumido apenas pelas classes dominantes e aos poucos se estabelece no cotidiano de todas as classes sociais (MINTZ, 1986).

Já no plano interno, o açúcar que chegou a ser cultivado no litoral, e nos primórdios da formação paulista, nunca desapareceu por completo da capitania. A partir de 1750, frente ao declínio da produção aurífera, a Coroa Real entendeu necessário a implantação de uma nova política de estímulo à produção agrícola, lembrando que neste período a Capitania de São Paulo estava subordinada a do Rio de Janeiro, o que perdurou de 1748 a 1765, porém é somente ao se tornar novamente uma capitania autônoma com o governo de D. Luís Antônio de Sousa Botelho (1765 a 1775), mais conhecido como Morgado de Mateus, que a lavoura canavieira passa a visar o mercado externo, assim as políticas de incentivo deste governo e dos governos que se seguiram foram vistas como partes fundamentais das circunstâncias internas que alavancaram a produção açucareira paulista (PETRONE, 1968).

Em carta do governador Morgado de Mateus endereçada para Francisco Xavier de Mendonça Furtado da Secretaria de Estado, podemos observar a existência da aludida política de incentivo à lavoura:

Em várias Cartas de Officio que recebi do Illm. e Exmo. Snr' Conde de Oeyras se me recomenda toda a aplicação e cuidado em o augmento da lavoura, e o estabelecimento do comercio, já a este fim desde o anno preterito tenho dado as ordens para augrnentar a planta dos algodoens, e tãobem fiz publicar o Alvará de 2 de Junho de 1766, porque S. Majestade foi servido mandar franquear o comercio desta Capitania. (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XXIII, p. 193).

Morgado de Mateus entendia “[...] que o melhor meyo de se enriquecer os Povos, he a agricultura, e o comércio com que se tem feito poderosas e opulentas as mais famozas Nações do Mundo.” (DI, 72, p. 29, Officio de 8 de agosto de 1765 apud PETRONE, 1968, p. 13). A preocupação do governador com as exportações pode ser percebida em carta encaminhada ao Sargento Mor de Santos que a fim de incentivar a vinda de navios a Santos afirmava que estes podiam carregar “assucar de Itú, agoas ardentes, arrozes, algodões e também madeiras.” (DI, 681, p. 19-20, Carta de 10 de novembro de 1797 apud PETRONE, 1968, p. 13).

Os governadores que sucederam a Morgado de Mateus também buscaram manter o incentivo à agricultura, no governo interino de José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786 a 1788) se tem a notícia de navios zarpando para Lisboa e Rio de Janeiro; no período de governo de D. Bernardo José Maria da Silveira e Lorena (1788 a 1797), por sua vez, é nos dizeres de Petrone (1968) aquele no qual o açúcar transformou a vida econômica da Capitania de São Paulo. Lorena escreve em carta “A Agricultura achasse em um progresso muito grande, de sorte que se pode dizer que se acabou a Preguiça de que geralmente era accusada a Capitania de S. Paulo, só a Villa de Ytú faz mais de cincoenta mil arrobas d'assucar por anno, e vai em

aumento.” (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XV, p. 124).

Em 1789, visando consolidar um comércio direto de Santos com o reino, Bernardo José de Lorena proibiu a saída de gêneros tanto de subsistência como de exportação para outras capitanias, já que muito do comércio praticado pelos paulistas até o governo de Lorena era de cabotagem sobretudo para o Rio de Janeiro. Essa medida foi bastante combatida pelos agricultores do litoral norte, já para as vilas do interior “serra acima”, o que é o caso de Itu, a administração de Lorena trouxe benefícios no desenvolvimento da cultura canavieira (Petroni, 1968).

Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, sucessor de Lorena, governou entre 1797 a 1802, e a partir de sua administração o açúcar dia a dia vai ganhando cada vez mais destaque na Capitania, como podemos observar nas instruções deixadas ao seu sucessor Antônio José de Franca e Horta, conforme segue:

Ora no estante presente da cultura do assucar em que se tem multiplicado o número dos Engenhos, e crescido sobre maneira esse trafico, apenas produz a Capitania duzentas mil arrobas, as quais ainda não fornecem carga para dez embarcações pequenas de quinhentas caixas de quarenta arrobas; pois que ainda suppondo todo esse assucar junto em Santos, sempre vem a faltar a carga para os altos delas, cuja carga não tinha então a Capitania em a pode ter senão daqui a meia dúzia de annos. (MENDONÇA, 1802, p. 11/12).

A Câmara da Vila de Itu visando a manutenção de privilégios concedidos anteriormente quando a Capitania de São Paulo era anexa ao do Rio de Janeiro no que diz respeito a execuções contra os senhores de engenho escreve em 1797 ao governo da capitania:

A V. Exa. representa a Câmara da Villa de Itu a provisão do privilégio, que sua Majestade foi servido conceder aos engenhos do Brazil para não serem executados nas miudezas de suas fábricas por seus queredores, sim nos seus rendimentos, e como V. Exa. desde que entrou para o governo desta Capitania, se apartou de sorte, que a tem enriquecido, animando ao povo a agricultura do assucar, e ser este indulto concedido em tempo que esta Capitania era anexa à do Rio de Janeiro como melhor se pode ver dos provimentos, emanados daquella Capitania para os officios da cidade de S. Paulo e na criação q. V. Majestade fez de nova Capitania separada da de Rio não aboliu a graça da provisam, q pela regra geral deve ser ampliada, concedida a aquelle, e este povo, sendo que este mantem o grande comércio deste gênero nesta Capitania, enriquecendo o comércio, e dando lucro ao erário om o seu frutuoso trabalho, como se pode ver nos rendimentos dos [ilegível] dízimos e subsídio literário, e nas Alfandegas dos portos do mar Santos e Rio de Janeiro, não sendo justo q. participe este só a graça, quando a desta Capitania também merece por concorrer inexoravelmente para o mesmo argumento da referida lavoura com o seu trabalho, o qual se vê tão vexado com os seus queredores, que há lavradores nesta Capitania, que devendo quatrocentas arrobas de assucar e dando em cada safra mais de cem, sempre estão devendo as mesmas quatrocentas, como hé clamor público e geral entre os mesmos lavradores, e não chega aos piedosos ouvidos de V. Exa. com o temor que os

queredores os esbandalhem por meio de execuções, e calados morrem como cordeiros, o q. mais não succederá, se a alta proteção de Vossa Excelência para o qual recorremos pela presente supplica mandar, que se observe o predito privilégio. Deos grande V. Exa. m. annos para o amparo de todos. Itu em câmara de quatro de março de 1797. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 21, ordem 292).

Em 1801, os preços do açúcar caíram, o que pode ser explicado pelas guerras na Europa, assim os senhores de engenho que haviam se endividado investindo em seus engenhos foram agraciados por Melo Castro e Mendonça com a aplicação da provisão de 1760 do Conselho Ultramarino para a Capitania, atendendo os anseios dos senhores de engenho na proteção de seus engenhos e plantações (PETRONE, 1968), o governador em ofício enviado ao secretário da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao explicar sua decisão de aplicar a provisão de 1760 e a ampliar até a deliberação que lhes concedesse os mesmos privilégios fundamenta:

[...] eis que a perturbação ocasionada neste do Brazil pela actual guerra, veio a cortar em flor as grandes esperanças que prometião a sua maior prosperidade pelo numero estabelecimento de Engenhos de Assucar que no tempo do meu Governo se havião erigido. Baixa o preço deste novo producto; e perde-se todo o equilibrio de hum ramo de indústria tão importante de nação; porque illudidos os fabricantes com as primeiras vendas, e querendo [ilegível] maiores fundos em escravatura, não olham a exorbitante somma porque lhe vendem os negociantes das outras capitánias, e alguns desta. Estagna o comércio, fica sem preço o assucar, e perdendo os escravos o valor que a conjuntura havia dado, apenas existem em novos Engenheiros, mas sem meios para pagar as dívidas contraídas; para que não são suficientes os mesmos escravos, que no estado atual salem menos da metade do custo primitivo, e certamente ficaria reduzida esta Capitania ao mais deplorável estado [...]. (Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_023, caixa 17, doc. 845).

A partir do processo de circulação do açúcar, a baixa nos preços removeu o equilíbrio, o que impossibilitava a prática desse comércio, que além da lei de valor deveria segundo Goreneder obedecer a mais duas condições:

A primeira, que os preços de mercado, além do valor propriamente dito, incluíssem os falsos gastos de produção inerentes à produção escravista: o gasto da inversão inicial de aquisição do escravo, o gasto do inaproveitamento parcial da mão-de-obra, em virtude da sua rigidez, e o gasto excepcionalmente elevado da vigilância. A segunda condição, que os preços de mercado se fixassem fora da influência do jogo da concorrência, dada a incapacidade da produção escravista de responder às baixas de preços com sucessivas reduções dos custos de produção (GORENDER, 1978, p. 502).

Para Furtado (1977) era para a unidade produtora mais interessante continuar funcionando qualquer que fosse a baixa nos preços do açúcar, já que a renda monetária dos engenhos era proveniente dos lucros do fabricante, vez que os custos de produção eram fixos,

logo qualquer decréscimo na produção significava prejuízo. Cabe apenas ressaltar que em casos extremos em que a redução se dava abaixo dos custos, os engenhos tendiam a perder capacidade de produção, ainda que representasse um processo bastante lento, o que por si só tendia a ajudar o fabricante na manutenção de suas estruturas.

Antônio José de Franca e Horta (1802 a 1811) tinha semelhanças a Lorena na forma de conduzir as políticas de comércio, o que se comprova pela reinserção de restrições de comércio com outras localidades senão a Metrópole, o que trouxe novamente o descontentamento de muitos produtores o que se dava em virtudes dos preços pagos. Em 1808 com o decreto de D. João VI para abertura dos portos cessam as intervenções no comércio exportador paulista. Se Franca e Horta guardava certo pessimismo no início de seu governo, pouco a pouco este vai desaparecendo, ou melhor, se transformando em otimismo na medida em que vê a agricultura em franco desenvolvimento.

Longe de esgotar a temática, as linhas acima demonstram como internamente São Paulo se transformou, e com as políticas públicas que foram se seguindo ao longo dos anos criavam cada vez mais condições favoráveis a lavoura açucareira que pouco a pouco se consolidava no planalto paulista. Os números e dados que serão apresentados neste capítulo irão justificar a nomenclatura dada a Itu de vila do açúcar, uma vez que se aproveitou como poucas das condições favoráveis que lhe foram postas.

As vilas descritas como integrantes do quadrilátero do açúcar possuíam como principal característica econômica a presença dos grandes engenhos escravistas de cana-de-açúcar, assim para melhor compreender a vila de Itu no recorte temporal pretendido fundamental antes analisar o modo de produção escravista colonial.

2.1 O modo de produção escravista colonial

O processo de expansão de uma sociedade como a europeia iniciado no século XVI fomentou a criação de territórios como o brasileiro, evidentemente que integrados a este processo expansionistas vemos processos dispare, o que se explica por uma diversidade de fatores, interesses, condições geográficas, etc. A partir da geografia de acumulação primitiva temos um centro difusor europeu, que seria a zona de acumulação originária, em que se tem uma ampla concorrência entre seus membros, cujo poder financeiro e bélico é aspecto de diferenciação.

Para Marx (1985a, p. 127) “O segundo período começou no meio do século XVII, perdurando quase até o fim do XVIII. O comércio e a navegação haviam se expandido mais

rapidamente do que a manufatura, que desempenhava papel secundário; as colônias tornavam-se consumidoras consideráveis.” Porém, na medida em que essas áreas se incorporavam, iam aos poucos se ajustando às necessidades do mercado europeu, e num primeiro momento se tinha um comércio pautado no escambo, para uma posterior exploração e pôr fim a produção, de modo a se configurarem as “economias complementares extra-européias.” (NOVAIS, 1989, p. 68).

Gorender (1978, p. 315) aponta que “[...] a explicação do processo de formação do mercado mundial, a partir dos descobrimentos hispano-portugueses, será encontrada na expansão do capital comercial, então ainda uma modalidade pré-capitalista do capital.” Essa expansão que se caracteriza como a base da mundialização das relações humanas vai desde cedo promover um intercâmbio desigual entre o centro europeu e as ditas colônias americanas, para Moraes (2011, p.53) que se apoia nas diferentes temporalidades de Braudel “[...] no interior da Europa a velocidade de transformação das sociedades é mais intensa, o que leva a diferenciação de um tempo do centro, um tempo da relação centro/periferia, e um tempo da periferia.”

Dentro desta análise estrutural da economia colonial ocorrem estudos a partir de uma concepção dualista que consideram aspectos que trazem um setor mais moderno e outro mais atrasado, e é entendendo a economia brasileira a partir dessa premissa que é possível observar a existência de dois setores “um setor de mercado externo, especializado, produzindo artigos “coloniais” para o mercado mundial e um setor de subsistência, com baixo grau de divisão de trabalho, em que se produzem os elementos de subsistência para os que atuam em ambos os setores.” (SINGER, 1968, p. 13). A vila de Itu dentro desta perspectiva com sua produção açucareira que abarca a maior parte das suas terras cultivadas está voltada a um mercado externo, bem como existe também um setor encarregado da produção de alimentos que são destinados à subsistência de seus moradores e que são cultivados nas áreas remanescentes ao cultivo da cana.

É possível ainda se falar de um terceiro setor existente que é o de mercado interno, e aqui fundamental se fazer uma ressalva, já que o comércio das monções anteriormente falado e que serviu em diversos aspectos para um melhor aparelhamento econômico da Vila de Itu e sua hinterland pode se configurar como um exemplo do que seria esse terceiro setor, que apenas se diferencia do de subsistência na medida em que sua produção visa sobretudo suprir um mercado, enquanto que o de subsistência é em sua maior parte destinado ao próprio consumo, e que, como visto anteriormente, a vila se aparelhou a fim de atender às necessidades das expedições.

O desenvolvimento econômico da vila de Itu no período colonial está atrelado a um modo de produção com características únicas, ou seja, o modo de produção escravista colonial, o que para Moraes (2011, p. 100-101) trata-se de “Um modo de produção com uma lógica e um movimento próprios, específicos, que relaciona o capital comercial e a escravidão gerando uma forma de economia pré-capitalista.”

A colônia a partir desse amplo processo de construção de suas bases que são largamente marcadas por aspectos trazidos pela expansão europeia, que até o século XVIII se tem a coexistência de um regime feudal e também de um capitalismo emergente, e misturada a essa influência externa, aspectos locais diferenciam a realidade brasileira de qualquer outra produzida, e a complexa teia de relações que se formam propiciam realidades únicas. Sobre o tema importante considerar a fala de Cardoso que ressalta como ponto fundamental desse modo de produção a dependência da metrópole:

A sociedade colonial escravista surgiu como consequência da empresa exportadora e foi estruturada de acordo com as características e exigências dessa empresa; portanto, preexistia à sociedade estruturada e condicionava sua forma. Esse aspecto voluntário não pode ser esquecido, o que se traduz na decisão consciente dos colonos e das metrópoles, na organização do tráfico, nas políticas coloniais. Mas não é necessário exagerar e ver na escravidão colonial o resultado de uma eleição, pois no começo não havia alternativas. (CARDOSO, 1973, p. 210, tradução nossa).

Quando se fala do modo de produção escravista colonial com algo singular, não significa uma síntese dos modos de produção preexistentes em Portugal ou mesmo no Brasil, vez que uma gama de fatores possibilitaram o surgimento de um modo de produção com características únicas, não sendo este mero repetidor do que se via na metrópole, ou mesmo em outros países europeus.

Para Marx (1985a, p. 110) “Se falarmos, agora, dos proprietários de "plantations" na América como capitalistas, e que sejam capitalistas, isto se baseará no fato deles existirem como anomalias em um mercado mundial baseado no trabalho livre.” Alguns autores como Gorender (1978) entendem que não se deve vê-los como anomalias, dadas as suas características que conduzem ao entendimento de que abarcou dentro de seu processo produtivo um número considerável de pessoas, forjou formações sociais, e influenciou de forma decisiva no processo de distribuição de terras.

O período colonial brasileiro é qualificado como de uma economia com bases pré-capitalistas, Braudel ao referir-se a estas sociedades pré-industriais discorre:

O que me parece primordial na economia pré-industrial, com efeito, é a coexistência das rigidezes, inércias e ponderosidades de uma economia ainda elementar, com os movimentos limitados e minoritários mas vivos, mas possantes, de um crescimento moderno. De um lado, os camponeses em suas aldeias que vivem de um modo quase autônomo, quase em autarquia; do outro, uma economia de mercado e um capitalismo em expansão, que se dilatam imperceptivelmente, se forjam pouco a pouco, já prefiguram o próprio mundo em que vivemos. Portanto, dois universos, pelo menos, dois gêneros de vida estranhos um ao outro e cujas massas respectivas se explicam, entretanto, uma pela outra (BRAUDEL, 1987, p. 8).

Ao longo da história nota-se a existência de diversos modos de produção pré-capitalistas e dentre eles o escravismo moderno brasileiro, que numa visão contraposta ao do capitalismo europeu se diferencia por diversos de seus aspectos, ao mesmo tempo em que conseguiam dialogar, e a fim de compreendermos os elementos do modo de produção escravista colonial brasileiro importante destrincharmos seu conteúdo, sendo na visão de Boito Jr. (2001, p. 81) elementos característicos dos modos de produção pré-capitalistas:

a) o baixo nível de desenvolvimento e de socialização das forças produtivas; b) a subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção, subordinação estabelecida pelo direito pré-capitalista; e c) a proibição expressa de participação dos produtores diretos no aparelho de Estado, cujos cargos são monopolizados pelos indivíduos pertencentes à classe dominante.

O baixo nível de desenvolvimento e socialização das forças produtivas é reflexo do modelo de unidades produtivas, sendo que separadamente estas se organizavam e administravam suas necessidades internas de forma a conduzir a um maior isolamento, já que se tinha pouca colaboração ou mesmo dependência entre as unidades produtivas, o que porém não impedia alguma ação coletiva por partes dos escravos, mas inviabilizava grande parte delas. Outrossim, os africanos trazidos ao Brasil eram de diferentes regiões o que gerava por si só dificuldades, já que é através da reprodução de elementos de sua cultura que estes escravos buscavam uma determinada coesão.

O número de escravos encontrados nestas unidades produtivas também pode ajudar no entendimento deste elemento dos modos de produção pré-capitalistas, para autores como Gorender (1978) até existia uma certa variável no número de escravos, porém o autor reconhece que a concentração de muitos escravos numa mesma propriedade é rara.

Vejamos os números ituanos para o ano de 1817 a partir da base no Tombamento dos Bens Rústicos (AESP, nº ordem CO 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818), e que por meio da paleografia foi transcrito pelo pesquisador Almeida (2000):

TABELA 3 – NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO (1817).

Número de escravos por proprietário	Número de Proprietários	Total de escravos
Nenhum	117	0
1 até 4	48	117
5 até 10	48	348
11 até 20	44	691
21 até 30	24	621
31 até 40	14	531
41 até 50	9	430
Mais de 50	9	641
Total	313	3379

Fonte: ALMEIDA, Leandro Antonio de. Senhores de terras da Vila de Itu em 1817. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 7, p. 14, 2000. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

As informações acima quando comparadas aos inventários revelam uma certa similaridade, ainda que a tabela número 3 faça referência a um ano específico, enquanto que a tabela abaixo baseia-se em 40 inventários distribuídos entre os anos de 1780 a 1830:

TABELA 4 – NÚMERO DE ESCRAVOS POR PROPRIETÁRIO OBTIDOS A PARTIR DE 40 INVENTÁRIOS SELECIONADOS (ÓBITOS OCORRIDOS ENTRE 1780 a 1830).

Número de escravos por proprietário	Número de Proprietários	Total de escravos
Nenhum	5	0
1 até 4	11	29
5 até 10	7	44
11 até 20	8	115
21 até 30	1	21
31 até 40	3	100
41 até 50	0	0
Mais de 50	5	374
Total	40	683

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Com base nos 40 inventários selecionados para este trabalho, obteve-se uma média de 17 escravos por proprietário, enquanto que os números relativos ao ano de 1817 revelam a média de 11 escravos por proprietário, os números tendem a crescer um pouco se consideradas

apenas as propriedades voltadas para a produção de açúcar como fez Luna e Klein (2005, p. 69) que utilizando-se da lista nominativa de habitantes de Itu para o ano de 1836 computaram a existência de 4.320 escravos distribuídos em 158 engenhos, de modo a se ter uma média de 27 escravos por propriedade, o que nos mostra como o regime escravocrata estava ligado a monocultura canavieira.

Outro elemento é a subordinação pessoal do produtor direto ao proprietário dos meios de produção, no sistema escravista colonial o direito pré-capitalista coloca o produtor direto, no caso o escravo, na condição equiparada de coisa, não tendo personalidade jurídica reconhecida, ou seja, não era sujeito de direitos. Por alguns é atribuída a condição de sujeito de direitos ao escravo, porém estes direitos eram bastante limitados e precários. Salienta Marx (2013, p. 429) “O senhor de escravos compra seu trabalhador como compra seu cavalo. Se perde seu escravo, ele perde um capital que tem de ser repostado por meio de um novo gasto no mercado de escravos.”

É possível visualizar a condição de coisa atribuída aos escravos na medida em são descritos nos inventários como parte do patrimônio de seus senhores, a visualização destes como objetos é clara como, por exemplo, no caso do inventário do ituano José Manoel de Mesquita Lourenço (ARQ/MRCI, caixa 18C, p. 27), que faleceu em 1813, ocasião em que um de seus escravos de nome Lourenço é descrito como “velho, gentio, solteiro de idade de 70 anos quebrado”, logo a partir da descrição lhe é atribuído o valor de 51\$200 (cinquenta e um mil réis).

Por fim, os elementos acima colaboram no entendimento deste último item que se expressa na proibição de participação dos produtores diretos no aparelho de Estado, em que os cargos são destinados aos membros da sociedade portadores de riquezas, logo o Estado irá antes de tudo obedecer aos interesses dos latifundiários escravistas, de forma a possibilitar a manutenção das estruturas de poder. Em Itu nos dizeres de Samara (2005, p. 78) “Os mais altos escalões eram ocupados pelos elementos que, em âmbito local, estavam economicamente melhor situados” e completa exemplificando com a figura de Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, abastado senhor de engenho que ocupou o cargo de capitão-mor na vila de Itu por um longo tempo.

O escravismo colonial adveio de uma ampla conjugação de fatores, que combinados possibilitaram sua implementação na América, entrelaçados estavam na colônia o latifúndio, a monocultura açucareira e o trabalho escravo, caracterizada sobretudo numa economia voltada ao mercado externo, exportadora de monoculturas como a da indústria açucareira ou mesmo de

outros gêneros encontrados na colônia, bem como a importação de manufaturas a fim de abastecer um mercado interno ainda em formação.

Schwartz (1988) faz menção ao fato de que a economia escravista colonial assentou suas bases não só porque a economia açucareira manteve-se como importante atividade econômica, mas porque o escravismo colonial foi amplamente aceito e ratificado pelo Estado e igreja que se adaptaram a lógica deste modo de produção, assim as distinções jurídicas, sociais e políticas são em primazia fundamentais dentro do processo de compreensão do organismo colonial escravocrata, e de sua ampla adaptação na sociedade brasileira que se formava.

A partir desta leitura sobre o modo de produção escravista colonial brasileiro importante agora compreender as características deste modo de produção aplicados concretamente as unidades produtivas ituanas.

2.2 As unidades produtivas ituanas, os números de sua produção e sua comercialização

Uma vez apreendido o modo de produção que serviu de alicerce a monocultura açucareira, cabe agora o estudo mais detalhado de como a monocultura estabeleceu-se na Vila de Itu, quais as características dos engenhos locais, os números de sua produção e como se dava sua comercialização tendo em vista a distância dos portos, e principalmente as dificuldades no transporte do produto.

2.2.1 As unidades produtivas

Antonil inicia sua fala em um dos manuais sobre a produção do açúcar com esta consideração sobre os engenhos:

Quem chamou as officinas, em que se fabrica o assucar, engenhos, acertou verdadeiramente no nome. Porque quem quer que as vê, e considera com reflexão, que merecem, he obrigado a confessar, que são huns dos principaes partos, e invenções do engenho humano, o qual como pequena porção do Divino, sempre se mostra no seu modo de obrar, admirável. (ANTONIL, 1837, p. 3).

Apontado como um dos elementos do espaço por Santos (2014b, p. 17) “As infraestruturas são o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.” É partindo dessa ideia que devemos observar todo o conjunto que compõe um engenho de açúcar, sendo que o elemento humano age de forma a criar as condições

ideais para o desenvolvimento da sua atividade econômica, utilizando-se das técnicas disponíveis neste período da história da província de São Paulo.

Com relação aos engenhos verificamos que alguns são denominados em reais por conta de sua estrutura, tendo instalações que abrigam cada um dos processos envolvidos na produção de açúcar, também pelo grande número de escravos, pela quantidade de canaviais que possuem, e principalmente pela moenda movida a água o que para o período é tido como sinal de maior qualidade, os diferenciando daqueles movidos a tração animal (cavalos e bois), que acabam por ser menos aparelhados em instalações e número de escravos. (ANTONIL, 1837).

As estruturas dos engenhos ituanos se assemelhavam a grande parte dos engenhos brasileiros em que se tinha a casa-grande que servia de moradia ao senhor de engenho e sua família, a capela, a senzala moradia mais rústica destinada a escravaria a fábrica ou também denominada moita que abrigava as instalações destinadas ao preparo do açúcar e, por fim, as plantações, matas e rios cuja proximidade era fundamental ao funcionamento desta estrutura. Vejamos a essa configuração a partir da propriedade denominada “Engenho Grande” hoje mais conhecida como Chácara do Rosário, que pertence à família Pacheco desde 1756, ocasião em que o sargento-mor Antonio Pacheco da Silva passou a “[...] residir em Itu, tornando-se aí um dos maiores possuidores de terras – sesmaria de uma légua em quadra – montando nelas um engenho e se dedicando à lavoura da cana.” (NARDY FILHO, 2000, v. 5, p. 193):

FIGURA 5 – FOTOGRAFIA DO ENGENHO GRANDE (CHÁCARA DO ROSÁRIO).



Fonte: CANDIANI, Débora. Chácara do Rosário - Itu/SP. 2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/deboracandiani/16487746977/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

As configurações da fazenda acima estão em consonância com Lemos que explica:

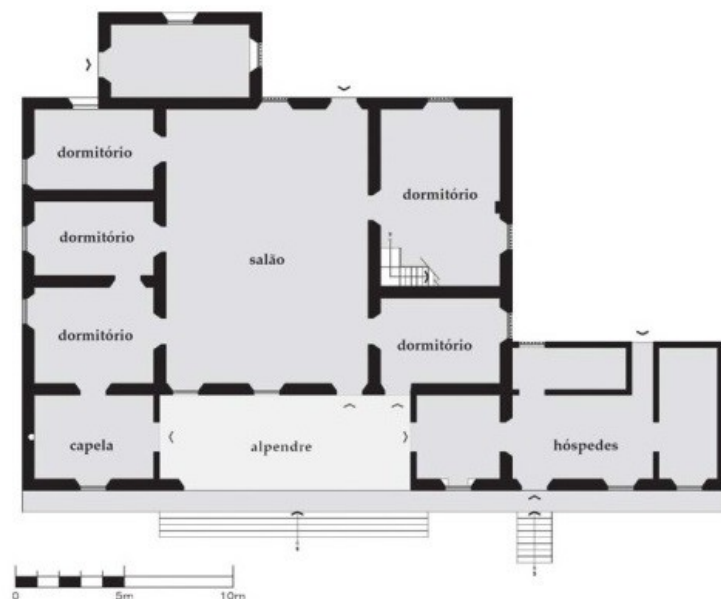
As longas visuais eram importantes, pois havia interesse em se avistar do alpendre os movimentos de escravos, o deslocamento dos carros, os eventuais transportes pelos cursos de água – enfim, a localização da casa deveria permitir a observação ou o controle das lides cotidianas e da presença dos escravos e agregados [...] (LEMOS, 1999, p. 46 apud BENINCASA, 2008, p. 12).

As fazendas canavieiras tinham como características na construção de sua casa grande uma planta quadrada ou por vezes retangular, na frente se tinha um alpendre, tendo de um lado a capela e de outro um abrigo destinado aos viajantes, ao centro da residência uma grande sala cercada por diversos cômodos e despensas, observa-se que via de regra a cozinha era externa a essa planta básica e possuía características de bastante rusticidade. (BENINCASA, 2008). Nas edificações utilizavam enquanto técnica construtiva preponderante a taipa de pilão, algumas paredes de divisórias são de taipa de mão e as coberturas se davam com telhas de barro.

Diversas são as propriedades ituanas remanescentes deste período que guardam características similares a da Chácara do Rosário, tais como Fazenda Capoava (APÊNDICE A), Fazenda Pirahy (APÊNDICE B), Fazenda Concórdia (APÊNDICE C), Fazenda Vassoural (APÊNDICE D), Fazenda Pau D, Alho (ANEXO G).

A partir da planta abaixo observamos presentes as características descritas por Benincasa (2008), e vemos moradias rurais que mantém os aspectos das casas bandeiristas, e que aos poucos vão adicionando elementos e inovações de influência mineira:

FIGURA 6 – PLANTA DA CASA DA CHÁCARA DO ROSÁRIO.



Fonte: LEMOS, 1999, p. 130 apud BENINCASA, 2008, p. 14.

A vista dos fundos da residência permite ver as janelas do piso superior, onde se tinham dois sótãos, um utilizado como despensa e outro destinado a guarda do açúcar produzido. Vejamos a imagem abaixo:

FIGURA 7 – FOTOGRAFIA DOS FUNDOS DA CASA GRANDE (CHÁCARA DO ROSÁRIO).



Fonte: SALA, Dalton. Casa do Rosário, vista lateral direita. 2007. Disponível em: http://www.casasbandeiristas.com.br/brasil-sao-paulo-itu-rosario/rosario_1/. Acesso em: 28 jul. 2020.

As capelas que também eram subordinadas ao poder patriarcal (FREYRE, 2003), possuíam uma função importante dentro das Fazendas, eram tidas como um espaço de conexão com o divino, como podemos observar pela figura abaixo:

FIGURA 8 – FOTOGRAFIA DA CAPELA FAZENDA CAPOAVA.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Capela Fazenda Capoava – Itu/SP. 2020.

As senzalas eram construídas em sua maioria em taipa de mão, o que justifica a ausência de resquícios de algumas dessas construções que foram desaparecendo ao longo do tempo. Os telhados eram cobertos por telhas de barro ou por palha, e se caracterizam pela ausência de janelas, ou mesmo, ainda quando existentes estas possuíam grades de metal como observamos na senzala existente na Fazenda da Concórdia que era construída em pedra, material muito comum no bairro do Pirahy:

FIGURA 9 – FOTOGRAFIA DA SENZALA FAZENDA CONCÓRDIA ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Senzala Fazenda Concórdia – Itu/SP. 2020.

A moita ou casa de engenho era o local que abrigava as instalações destinadas a produção do açúcar, via de regra a produção começava nos engenhos, que nada mais era do que a edificação onde se localizava a moenda responsável pela extração do caldo (garapa) com o qual se realizaria o fabrico do açúcar, havia ainda dentro deste processo a casa de purgar, assim podemos dizer que o processo envolto na produção do açúcar compreendia três etapas, sendo a primeira a moagem da cana-de-açúcar, a segunda o cozimento do caldo e a terceira a purga. A casa de engenho deveria abrigar a estrutura da moenda e ter o espaço necessário para a carroça que descarregava a cana, ao falar sobre o processo de moagem, Velloso descreve que:

E este çumo (ao qual depois chamaõ caldo) cahe da moenda em huã cocha de páo, que está deitada debaixo da ponte dos aguilhoens, e dahi corre por huã bica a hum paról metido na terra, que chamaõ paról do caldo; donde se guinda com dous calderoens, ou cubos para cirna com roda, eixo, e correntes, e vai para outro paról, que está em hum sobradinho alto, a quem chamaõ guinda; para dahi passar para a casa das caldeiras, aonde se ha de alimpar. (VELLOSO, 1800, p. 60).

Importante destacar-se que as moendas eram movidas a água ou tração animal, como dito por Petrone (1968) em São Paulo havia o predomínio dos engenhos movidos a tração animal, porém pelo que se observa pela localização de muitas fazendas ituanas que estão próximas a rios, bem como pela descrição contidas em inventários do período tínhamos uma preponderância dos engenhos movidos a água, vejamos um exemplo disso “Um sitio com casas de morada Engenho, tendas, coxos, formas de barro e mais utensílios [ilegível] moinho monjolo sendo o Engenho D’ água em que pertence no Bairro denominado [ilegível] do Pau D’Alho [...]” (Inventário de Maria da Anunciação de Góes Pacheco, 1834, ARQ/MRCI, caixa 42B, p. 34, grifo nosso). Igualmente “sitio da ponte bairro de Anembú com casas de morada parede de pedra coberta de telha, e fabrica de açúcar Engenho D’ água coberto de telha com seus utensílios [...]” (Inventário do Capitão Bento Dias Pacheco, 1829, ARQ/MRCI, caixa 36B, p. 18v., grifo nosso). Na fotografia abaixo temos dois exemplos de engenhos movidos a água:

FIGURA 10 – FOTOGRAFIAS DAS RODAS D’ ÁGUA FAZENDA CAPOAVA (DIREITA) E FAZENDA DA SERRA (ESQUERDA) – ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Roda d’água Fazenda Capoava (direita) e Fazenda da Serra (esquerda) – Itu/SP. 2020.

A descrição acima é confirmada pelos escritos do viajante Beyer que esteve em Itu por volta de 1813 “ao pé de cada rio encontram-se engenhos alambiques, que são movidos por água.” (BEYER, 1908 apud PETRONE, 1968, p. 96).

Vale destacar que mesmo sendo a maior parte dos engenhos ituanos movidos a água os animais não eram dispensáveis vez que eram necessários para o transporte da cana-de-açúcar e da lenha até os engenhos, além do consumo de sua carne, dos 40 inventários selecionados para este trabalho observamos que em 15 deles temos a descrição de juntas de bois, nos chamando

a atenção o inventário de Antonia de Arruda, falecida em 1813 com 22 juntas descritas (ARQ/MRCI, caixa 18C, p. 21).

Como dito, Velloso (1800) junto a casa da moenda segue a da fornalha onde seriam em tachos de cobre fervido e purificado o açúcar, o trabalho junto as fornalhas era demasiado penoso aos escravos que o exerciam. Abaixo temos um dos poucos exemplares que restaram do tipo de fornalha conhecido como “Trem da Jamaica” sendo que é possível observar que feita de tijolos possui uma chaminé numa ponta e na outra a fornalha, sendo os tachos dispostos de forma alinhada o que permitia que uma única fornalha aquecesse vários tachos:

**FIGURA 11 – FOTOGRAFIA DA FORNALHA DO TIPO “TREM DA JAMAICA”
FAZENDA VASSOURAL – ITU/SP.**



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Fazenda Vassoural, fornalha do tipo “Trem-da-Jamaica” – Itu/SP. 2021.

Por fim, se tinha a casa de purgar, local destinado ao branqueamento do produto, ocorrendo a separação do açúcar mascavo e do açúcar branco de melhor qualidade. Velloso destaca a finalização deste processo de produção de açúcar e fala sobre a qualidade do produto:

Põem-se o fundo nas barricas, ao depois de purgadas, e se remetem aos Refinadores d,Europa. Conhece-se facilmente que devem haver muitas qualidades diferentes destes mascavados, conforme a qualidade do terreno que produzio as Canas, e conforme a mestria, ou destreza do Refinador – que souber desengordurar melhor a calda ou mel, e cozello até hum ponto conveniente e ultimamente conforme o tempo, se a grã purgar mais ou menos o seu melasso: por quanto hum bello mascavado póde dar mais de duas quintas partes de Assucar branco , ao passo que outros se desfazem, e decahem totalmente em melasso (mel do tanque). (VELLOSO, 1799, p. 96/97).

A grande maioria dos engenhos além da produção do açúcar também se dedicavam a produção de aguardente, algumas especializadas no seu fabrico, outras apenas produziam aguardente para o consumo próprio do engenho (PETRONE, 1968), assim os alambiques podem ser encontrados em inventários como o de Anna Gertrudes de Campos, cujo óbito se deu em 1808 (ARQ/MRCI, caixa 17B, p. 13). A fazenda Pirahy guarda um exemplar de alambique do período açucareiro:

FIGURA 12 – FOTOGRAFIA DO ALAMBIQUE FAZENDA PIRAHY – ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Alambique Fazenda Pirahy – Itu/SP. 2020.

O meio ecológico é outro elemento do espaço e que segundo Santos (2014b, p.17) “é o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano”, nos engenhos a base física para o trabalho humano fornecia os recursos que permitiam o bom funcionamento dos mesmos, já que pela técnica empregada a época a abundância dos recursos naturais era fundamental para o estabelecimento das unidades produtivas.

Para o funcionamento da estrutura do engenho necessário se ter nas proximidades destes as plantações de cana-de-açúcar, as matas e os rios. Sobre os rios já falamos acima e sua proximidade era fundamental dentro do processo de produção do açúcar, principalmente para movimentação da moenda, e resfriamento dos alambiques (PETRONE, 1968). Particularmente temos no bairro Pirahy a maior concentração dos engenhos movidos a água, isso se deve a abundância deste recurso, já que o bairro conta com a bacia do ribeirão Pirai e seus afluentes. Vemos aqui uma clara adequação entre o território e o uso procurado, e para Santos (2014b) a produtividade é influenciada por meio desta maior ou menor adequação, de modo que regiões ituanas como o Pirahy mostraram-se mais eficientes dentro deste processo interdependente de produção açucareira, já que o território se mostrava adequado às necessidades dos engenhos. Observemos os trechos de canalização de água em engenhos no bairro Pirahy em Itu:

FIGURA 13 – FOTOGRAFIA DA CANALIZAÇÃO DA ÁGUA NA FAZENDA CAPOAVA (ESQUERDA) E FAZENDA CONCÓRDIA (DIREITA) AMBAS NO BAIRRO PIRAHY EM ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Canalização de água na Fazenda Capoava e Fazenda Concórdia – Itu/SP. 2020.

Os canaviais eram formados com técnicas bastante primitivas não havendo, como conta Petrone (1968), a utilização de arados, ainda que governadores como Morgado de Mateus ou mesmo Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça tenham incentivado o seu uso, nos inventários ituanos não aparece a ferramenta entre tantas que vemos arroladas. Enxadas, foices, ancinhos e outras ferramentas para o preparo da terra, e machados e serras para derrubada das florestas são as ferramentas mais usadas neste processo de formação dos canaviais.

As terras pretas ou massapés encontrados na região de Itu eram as preferidas para o cultivo canavieiro e nos dizeres de Sader (1970, p. 13) “[...] a ocupação agrícola de Itu não contraria a vocação de seus solos.” Os canaviais costumavam aparecer nos inventários como é exemplo de Francisco de Godoy Cardoso, cujo óbito se deu em 1797, e vemos descritos “um quartel de cana parada fazer na safra deste ano (32\$000) e um quartel de cana parada fazer na safra deste ano (16\$000).” (ARQ/MRCI, caixa 7, p. 3, grifo nosso). Igualmente eram comuns ofícios do governador pedindo informações das plantações, e, na resposta abaixo, vemos a preocupação com o rendimento da safra de 1820:

[...] e de canas safra ordinária, por terem sido mais diminutas as plantações de canas em o anno anterior por falta de maduras, que poucas livrarão das secas, e geadas; e por este mesmo motivo se atrazarão mito os canaviais, e agora com a abundância de agoas tem melhorado muito, e prometem rendimento. Por causa das mesmas geadas e extraordinárias secas também tem sido mui demorada a plantação de canas no presente anno; pois todos estão plantando neste mês, e pertendem plantar assiduamente até fins de abril, valendo-se das soqueiras, que tem brotado, e vão crescendo com as sucessivas agoas. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 75, pasta 1, documento 60, ordem 316).

A existência de matas próximas à fazenda canavieira era fundamental, posto que a quantidade de lenha consumida pelas fornalhas era grande, bem como a madeira também era empregada nas construções, etc., em 7 dos 40 inventários pesquisados temos escravos dedicados a profissão de carpinteiro (Inventários ARQ/MRCI).

Segundo a provisão de 03 de novembro de 1681 e Alvará de 13 de maio de 1802 não se poderia fabricar engenhos de açúcar a menos de meia légua de distância de outro já existente, sendo ainda necessário a licença outorgada pelo Governador da Capitania. Isto se deu principalmente por conta da necessidade de se ter lenha suficiente para o abastecimento dos engenhos, já que o consumo era grande, logo a proximidade poderia ensejar o esgotamento da fonte (Documentos históricos, 1928, p. 375). Diversas petições de justificação Cível como a do Tenente José do Amaral Gurgel no ano de 1817 podem ser encontradas e ajudam a ilustrar essa necessidade na medida em que o suplicante no caso em tela o Tenente José do Amaral Gurgel informa possuir um sítio no Bairro do Piragebú, onde tem canas plantadas e terras suficientes

para levantar um Engenho, ao mesmo tempo em que faz menção que não existe nenhum engenho a menos de meia légua de modo a preencher os requisitos para obter a aludida licença (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 1, documento 104-A, ordem 316). Importante destacar que no referido processo são citados os confrontantes a fim de se confirmar as informações prestadas antes da concessão da licença.

Por vezes essa mesma legislação era utilizada também quando algum senhor de engenho se via prejudicado face à proximidade de outro engenho como é o caso de Joaquim Manoel Pacheco e seu irmão Antonio Pacheco da Fonseca, ocasião em que o primeiro pedia a demolição do engenho do segundo pelo mesmo ficar a apenas a duzentas braças de distância (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 100-A, ordem 293).

A provisão acima expedida pelo governador da Província de São Paulo, segundo Petrone (1968), permite que se acredite que um engenho deveria ter o tamanho superior a meia légua em quadro⁹, ou seja, 450 alqueires paulista, mas será que esse padrão é ratificado pelas propriedades ituanas?

Pensando numa resposta, elaboramos a tabela abaixo a partir da documentação denominada de Tombamento dos Bens Rústicos (AESP, nº ordem CO 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818), e que por meio da paleografia, foi transcrito pelo pesquisador Almeida (2000) que converteu as medidas originalmente em braças para alqueires.

A fim de se estabelecer um critério para classificação das propriedades açucareiras, a partir do seu tamanho, adotamos o “Relatório dos trabalhos da CPMI da terra” (LUPION, 2005, p. 57) como modelo, e temos a pequena propriedade até 100 ha (41,322314 alqueires), a média de 100 a 1.000 ha (de 41,322314 a 413,223140 alqueires) e grande acima de 1.000 ha (413,223140 alqueires), este critério é bastante similar ao adotado por Prado Júnior (1979, p. 16) divergindo somente na dimensão das grandes propriedades, já que para este autor deveriam classificar como grandes aquelas acima de 200 ha (82,644628 alqueires).

Assim optou por se classificar como grandes propriedades aquelas acima de 1.000 ha (413,223140 alqueires) vez que guarda maior coerência com o padrão de meia légua (450 alqueires) estabelecido pelo governador da Província Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça, assim temos:

⁹ 1 légua possui 3000 mil braças de comprimento, logo meia légua em quadra possui 2 250 000 braças (1.500 x 1500). Sabemos que um alqueire equivale a 5000 braças quadradas, logo 2 250 000 braças quadradas equivalem a 450 alqueires (2 250 000 / 5000).

TABELA 5 – DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES CANAVIEIRAS ITUANAS NO ANO DE 1817.

Tamanho das Propriedades	Número de Proprietários	Total de Alqueires
Menos de 41,322314 alqueires	20	436,62
De 41,322314 a menos de 413,223140 alqueires	97	15.014,21
De 413,223140 alqueires a mais	18	13.768,25
Total	135	29.219,08
	Média	216,44

Fonte: ALMEIDA, Leandro Antonio de. Senhores de terras da Vila de Itu em 1817. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 7, p. 14, 2000. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

Vemos que os números ituanos divergem desse padrão de meia légua (450 alqueires paulista), na medida em que pela tabela acima a média das propriedades ituanas para 1817 é de 216,44 alqueires, e podemos observar ainda que a maior parte das propriedades ligadas a monocultura canavieira, ou seja, 97 delas possuem entre 41,322314 a menos de 413,223140 alqueires, 20 delas tem menos de 41,322314 alqueires, e das 135 propriedades ligadas ao cultivo açucareiro apenas 18 delas possuem mais de 413,223140 alqueires de extensão, e a somatória deste último grupo é de 13.768,25 alqueires, apenas 1.245,96 alqueires a menos que o segundo grupo que possui um número bastante superior na quantidade de propriedades em sua composição. Podemos a partir destes dados arrolar as 10 principais unidades em dimensão:

TABELA 6 – MAIORES PROPRIEDADES CANAVIEIRAS ITUANAS NO ANO DE 1817.

Proprietário	Fazenda	Forma de Aquisição	Dimensão (Alqueires)	Atividade
Felipe de Campos e Almeida	Monte Carmelo	Compra	600	Tem engenho e fábrica de açúcar e planta cana.
Maria da Anunciação	Pau d'Alho	Compra	600	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
Fernando Dias Paes Leme	Gramal	Compra	633	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
José de Camargo Penteadó	Pimenta	Compra	675	Planta cana e mantimentos.
Antônio Ferraz	Boa Vista	Compra	780	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
Estanislau de Campos Pacheco	Santana	Compra	810	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
Demétrio José Xavier	Bom Jesus	Compra	832,5	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos, apascenta gado vacum.

Proprietário	Fazenda	Forma de Aquisição	Dimensão (Alqueires)	Atividade
Francisco Novaes Duarte	Santo Antônio	Herança	900	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos, apascenta gado vacum.
José Serino de Almeida	Sobradinho	Compra	900	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
Elias Antônio Pacheco	Queluz	Compra	1734,75	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.
Antônio de Almeida Leite	Conceição	Compra	2025	Tem engenho e fábrica de açúcar, planta cana e mantimentos.

Fonte: ALMEIDA, Leandro Antonio de. Senhores de terras da Vila de Itu em 1817. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 7, p. 14, 2000. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

Voltando à análise das necessidades dos engenhos para Velloso (1800) em alguns destes engenhos é possível observar a existência de olarias, o que pode parecer bastante lógico e interessante, já que possibilitaria a produção das formas, telhas e tijolos muito úteis ao engenho, podendo assim ser de grande economia aos seus senhores, nos inventários ituanos vemos a presença de formas para telha, etc., sendo encontrado porém, apenas no engenho pertencente a Antonio Freire da Cunha, cujo óbito se deu em 1818, a menção a uma olaria existente na propriedade “[...] e olaria de fazer telhas com seus pertences.” (ARQ/MRCI, caixa 23, p. 19).

Diversas são as funções exercidas seja por escravos ou ditos homens livres dentro do processo de produção do açúcar dentre elas temos o mestre do açúcar, o banqueiro (sotomestre), o ajudante de banqueiro (ajuda-banqueiro), o purgador, o caixeiro do engenho, feitores nas roças, feitor mor no engenho, os escravos de enxada e foice das plantações, os escravos da casa, algumas outras funções encontradas em alguns engenhos tais como barqueiros, canoeiros, calafates, carapinas, carreiros, oleiros, vaqueiros, pastores e pescadores. Devido a importância da religião também é comum se encontrar um sacerdote nestas fazendas. (ANTONIL, 1837).

As funções de comando ou mesmo que necessitavam de uma maior especialização eram destinadas aos homens livres como, por exemplo, a de mestre do açúcar, purgador, etc. (PRADO JÚNIOR, 1973), porém contrariando um pouco desta lógica pelos inventários ituanos é possível verificar o exercício de algumas destas aludidas funções também por escravos, como no caso do inventário de Antônio de Barros Penteado, cujo óbito se deu em 1829, vemos um escravo descrito como “Leandro banqueiro e feitor 43 anos – 600\$000.” (ARQ/MRCI, caixa 36, p. 8, grifo nosso).

Os utensílios utilizados nos engenhos para a produção do açúcar podem ser descritos em documentos como contratos de compra e venda “Engenho com fábrica de açúcar e terras pertencentes com seis tachos grandes, suas escumadeiras, quatro boas, [ilegível] coxos, e mais trastes pertencentes que se acharem nesta fábrica [...]” (ARQ/MRCI, Livro de Notas 13, caixa

10) ou mesmo em inventários do período em que encontramos machados, enxadas, foices, balanças de gancho, funil de folha, pedra de mó ou rebole, escumadeiras, pá de engenho, lemes grandes sem cachimbos, formas, carros, cangas, couros de enxugar açúcar, tacho de cobre de mão, tacho pequeno, cano velho de alambique, corda e mosquetões de levantar engenho, formas de rapadura, formão grande de tornear moendas, formas de barro, caixas, caixões grandes de guardar açúcar, etc.

Os engenhos ituanos possuíam no período açucareiro uma infraestrutura que possibilitou que os números de sua produção alcançassem patamares que poucas localidades conseguiram na província de São Paulo, assim a monocultura açucareira conseguiu firmar suas bases e se desenvolver, porque diversos fatores em conjunto propiciaram as condições necessárias para que isso ocorresse, e mais para que rendesse bons frutos.

Fazendo uma alusão aos dizeres de Santos (2013) os objetos técnicos empregado nesses engenhos representam um sistema técnico cuja dinâmica e funcionalidade são próprias e capazes de ordenar todo um conjunto existente nestes lugares, e que por sua vez revelam um mundo em si, o mundo dos engenhos. O sistema de ações, por sua vez, revela uma racionalidade de acordo com os fins e os meios, sendo que a ação é ensinada aos agentes, mas não discutida, são obedientes a razão dos meios técnicos.

Para se entender a envergadura dos engenhos ituanos importante que sejam observados os números de sua produção, conforme segue.

2.2.2 Os números de sua produção

O ciclo do açúcar teve uma importância fundamental no desenvolvimento econômico da capitania de São Paulo, os números de sua produção demonstram um importante crescimento principalmente das vilas que compunham o já explicado quadrilátero do açúcar, região em que Itu figurava como uma das principais produtoras do açúcar paulista.

A fim de entender os caminhos da produção açucareira ituana, antes de tudo importante considerar os preços praticados no cenário paulista e também do Rio de Janeiro, já que é de conhecimento de todos que diversos produtores da região optavam por vender seus produtos no Rio de Janeiro ao invés de Santos. Assim a tabela abaixo demonstra os preços do produto praticados nos portos de Santos e Rio de Janeiro:

TABELA 7 – PREÇO DO AÇÚCAR POR ARROBA NOS PORTOS DE SANTOS E RIO DE JANEIRO (1796-1800).

Ano	Santos		Rio de Janeiro	
	Açúcar branco	Açúcar Mascavo	Açúcar branco	Açúcar Mascavo
1796	2\$450	1\$250	2\$450	1\$230
1797	2\$500	1\$350	2\$500	1\$300
1798	2\$800	1\$800	2\$800	1\$800
1799	-	-	3\$200	2\$600
1800	-	-	2\$200	1\$400

Fonte: ARRUDA, 1972, p. 328 e 339.

São também encontrados junto aos maços da população de Itu os mapas dos preços praticados na vila, vejamos os números para o ano de 1798:

TABELA 8 – MAPA DOS PREÇOS DO AÇÚCAR POR ARROBA NA VILA DE ITU (DEZ. DE 1798).

Produto	Máximo	Médio	Mínimo
Açúcar Fino	1\$600	1\$440	1\$280
Açúcar Redondo	1\$300	1\$120	1\$000
Açúcar Mascavo	900	800	640

Fonte: AESP, Maços da População de Itu, 1798, rolo 87, lata 73.

Para Luna e Klein (2005) os preços vão ter um decréscimo durante os anos de 1798 a 1802, o que continuou até 1808, a partir daí até 1816 os preços se recuperam, essa volatilidade que se vê, decorre da instabilidade dos mercados internacionais provocados pelas Guerras Napoleônicas.

A fim de verificar os números da produção dos engenhos ituanos e os compreender com base no cenário paulista, foram utilizadas como base documental os “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo” encontrados junto ao Arquivo Histórico Ultramarino, disponibilizados pelo projeto resgate de São Paulo e que trazem uma valiosa contribuição para o entendimento do aspecto econômico paulista do ano de 1793 ao ano de 1798. Cabe destacar que esta foi a única fonte documental primária encontrada que continha esses dados da produção açucareira paulista, tanto que todos os pesquisadores do período utilizam essa mesma base documental.

Vejamos abaixo o resumo geral da produção açucareira das vilas serra acima a partir dessa fonte documental:

TABELA 9 – RESUMO GERAL DOS ENGENHOS DE AÇÚCAR QUE EXISTEM NAS VILAS DE SERRA ACIMA DESTA CAPITANIA DE SÃO PAULO (1793-1798).

Vilas	1793		1794		1795		1796		1797		1798	
	Engenhos	Arrobas	Engenhos	Arrobas	Engenhos	Arrobas	Engenhos	Arrobas	Engenhos	Arrobas	Engenhos	Arrobas
Taubaté	-	-	-	-	-	-	2	66	4	165	10	496
Pindamonhangaba	1	150	-	-	-	-	6	325	7	431	10	1.165
Guaratinguetá	-	-	5	380	9	380	21	1.602	43	2.930	65	7.379
Lorena	1	200	1	200	1	200	3	619	5	1.097	27	1.968
Cunha	-	-	1	10	1	15	2	66	3	36	3	310
São Luiz do Paraitinga	-	-	-	-	-	-	-	-	1	600	5	1.400
Sorocaba	4	1.880	4	1.630	6	2.440	9	4.890	11	2.518	14	6.571
Itu	57	35.394	66	52.452	79	44.940	100	51.479	104	61.940	104	64.611
Porto Feliz	7	1.580	9	2.630	14	3.955	27	12.170	34	17.070	42	21.110
Piracicaba	-	-	-	-	1	200	2	340	3	550	2	700
Atibaia	-	-	1	30	1	30	-	-	2	70	4	129
Mogi mirim	1	14	2	140	5	362	12	909	19	1.528	25	2.497
Jundiaí	2	700	6	1.600	6	1.616	7	2.660	9	2.834	13	2.820
São Carlos (Campinas)	5	1.790	8	2.330	11	3.988	18	6.246	27	10.086	35	15.503
Total	78	41.708	103	61.402	134	58.126	209	81.372	272	101.855	359	126.659

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Observando a tabela acima é nítido o papel de destaque da vila de Itu, pois ao se fazer uma classificação dos cinco maiores produtores paulistas ano a ano, a vila de Itu se mantém na primeira posição em arrobas produzidas por todos estes anos, vejamos:

QUADRO 1 – CLASSIFICAÇÃO DAS VILAS SERRA ACIMA COM BASE NA SUA PRODUÇÃO POR ARROBAS.

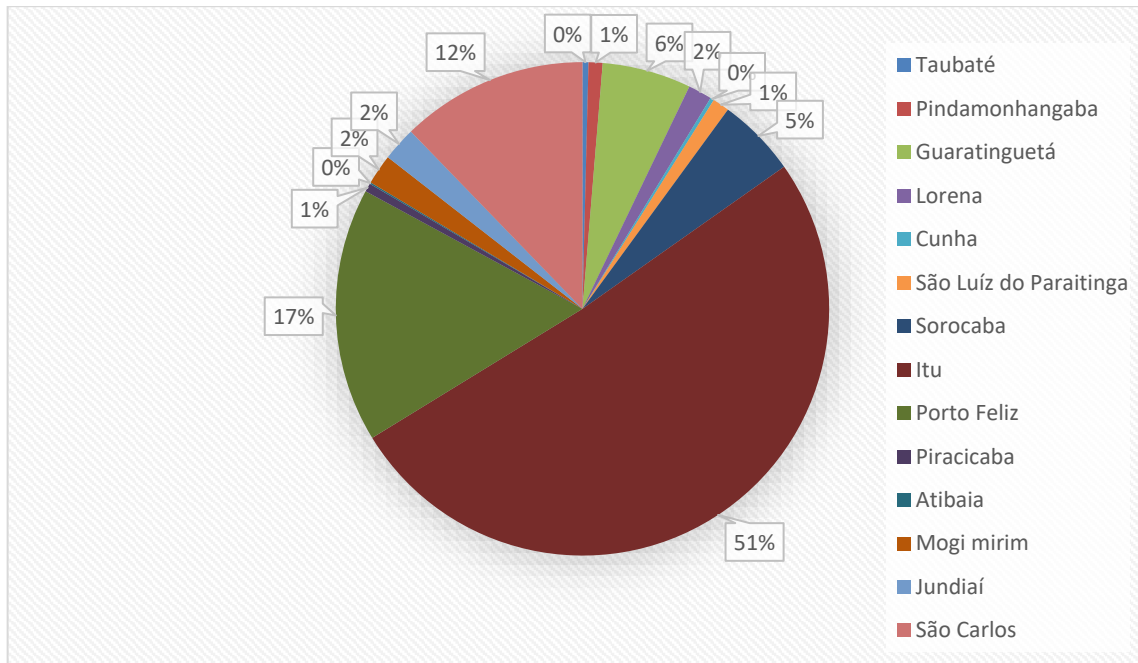
	1793	1794	1795	1796	1797	1798
1º	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu	Itu
2º	Sorocaba	Porto Feliz	São Carlos	Porto Feliz	Porto Feliz	Porto Feliz
3º	São Carlos	São Carlos	Porto Feliz	São Carlos	São Carlos	São Carlos
4º	Porto Feliz	Sorocaba	Sorocaba	Sorocaba	Guaratinguetá	Guaratinguetá
5º	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí	Jundiaí	Sorocaba

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Através do gráfico abaixo elaborado a partir dos dados relativos ao ano de 1798 observamos que a produção ituana que é de 64.611 arrobas de açúcar, o que corresponde a 51% do produzido nas vilas serra acima, esses números são muito significativos já que a segunda produtora que é Porto Feliz produziu 21.110 arrobas, o que representa apenas 17% da produção

total. O destaque ituano na produção pode ser atribuído as bases advindas do período monçoeiro, em que a vila de certa forma organiza suas bases produtivas, de modo a servirem a cana-de-açúcar num momento posterior.

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO POR ARROBAS DAS VILAS SERRA ACIMA PARA O ANO DE 1798 EM PORCENTAGEM.



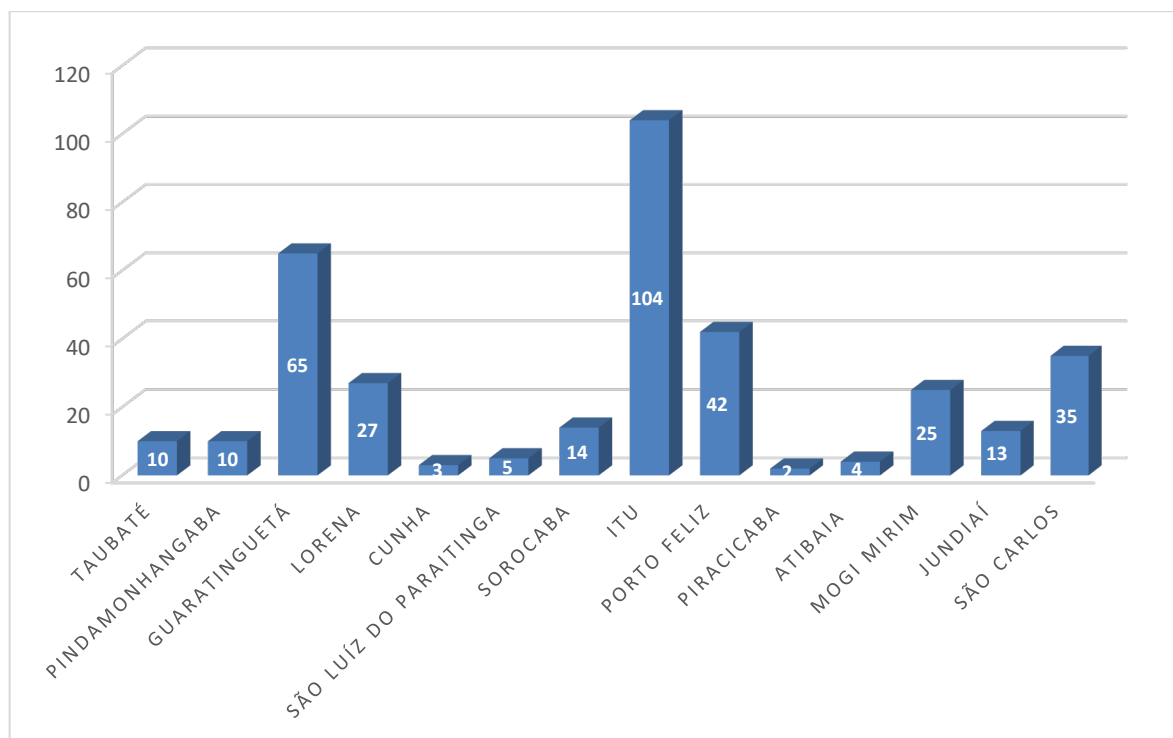
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Se for levado em conta o total de arrobas de açúcar produzido de 1793 a 1798 nas vilas serra acima, assim como a evolução no número de engenhos, é possível afirmar uma crescente tanto nos números da produção, quanto no número de engenhos, o que demonstra por si só a consolidação da produção açucareira paulista como a cultura de maior ascensão no período que vai da segunda metade do século XVIII a primeira metade do século XIX, e mais como aquela que seguramente forneceu as bases necessárias para o desenvolvimento econômico paulista. A evolução gradativa que aconteceu ao longo dos anos foi o espelho de um processo amplo, em que a agricultura era incentivada pelas bases políticas a partir de um regime escravista já explicado anteriormente.

Em 1798 se tem na vila de Itú uma quantidade de engenhos que ajudam a justificar os números da produção ituana, são 104 engenhos que produziam 64.611 arrobas de açúcar, enquanto que nas demais vilas o número de engenhos é bem menor e conseqüentemente com uma produção também inferior como já vimos no gráfico 1. Nos relatos do viajante Saint-

Hilaire (1940, p. 236) se tem uma estimativa do número de engenhos da época em que passou por Itu na primeira metade do século XIX, sendo que para este existiam mais de 100 engenhos de açúcar e dentre eles alguns de muita importância, o que de certa forma ratifica as informações colhidas junto ao Arquivo Histórico do Conselho Ultramarino:

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE ENGENHOS DAS VILAS SERRA ACIMA (1798).



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Petrone (1968) apresenta ainda uma tabela para os anos subsequentes apontando os números da produção ituana a partir de uma diversidade de fontes documentais que vão desde os maços da população ituana, bem como relatos de viajantes, entre outras, assim temos:

TABELA 10 – NÚMERO DE ENGENHOS E PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM ITU (1799-1822).

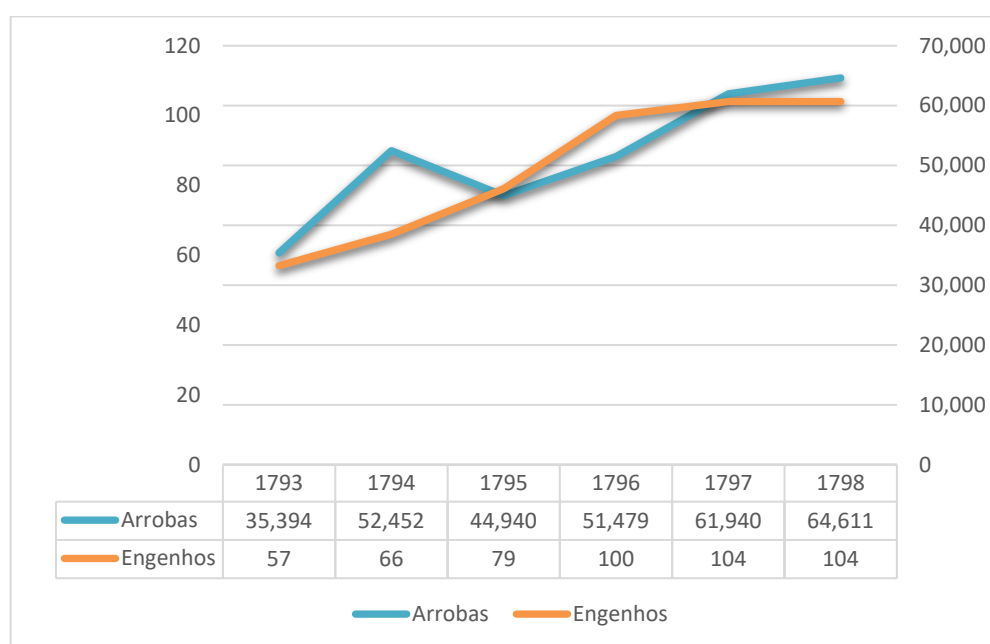
Ano	Engenhos	Arrobas
1799	113	73.506
1800	-	67.296
1801	-	66.586
1803	-	53.722
1804	-	58.488
1805	-	72.920

Ano	Engenhos	Arrobas
1808	-	81.200
1809	-	71.094
1810	-	26.176
1811	-	31.724
1812	-	52.456
1813	-	53.636
1815	-	45.920
1816	-	56.254
1817	-	72.052
1818	124	106.162
1820	100	-
1822	-	96.496

Fonte: PETRONE, 1968, p. 44.

Ao se elaborar um gráfico visando a evolução açucareira para a vila de Itu, é possível visualizar a mesma crescente, seja nos números da produção, assim como, no número de engenhos, Itu salta de 57 engenhos em 1793 para 104 engenhos em 1798, da mesma forma que produz 35.394 arrobas de açúcar em 1793 e em 1798 a produção local chega a 64.611 arrobas de açúcar, sendo muito significativa sua produção.

GRÁFICO 3 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA E DO NÚMERO DE ENGENHOS ITUANOS (1793 A 1798).



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

A partir da listagem dos engenhos ituanos é possível a análise dos números de sua produção e ao mesmo tempo o entendimento de aspectos desses produtores locais, assim, ao elaborar uma tabela para o ano de 1798 visualiza-se que a maior parte dos engenhos ituanos produziam até 500 arrobas, sendo apenas um engenho capaz de produzir acima de 2500 arrobas, fazendo-se uma média simples baseada nos números de arrobas produzidas e no de engenhos existentes se teria uma produção média de 621 arrobas por engenho:

TABELA 11 – NÚMERO DE ARROBAS DE AÇÚCAR PRODUZIDAS POR ENGENHOS EM ITU (1798).

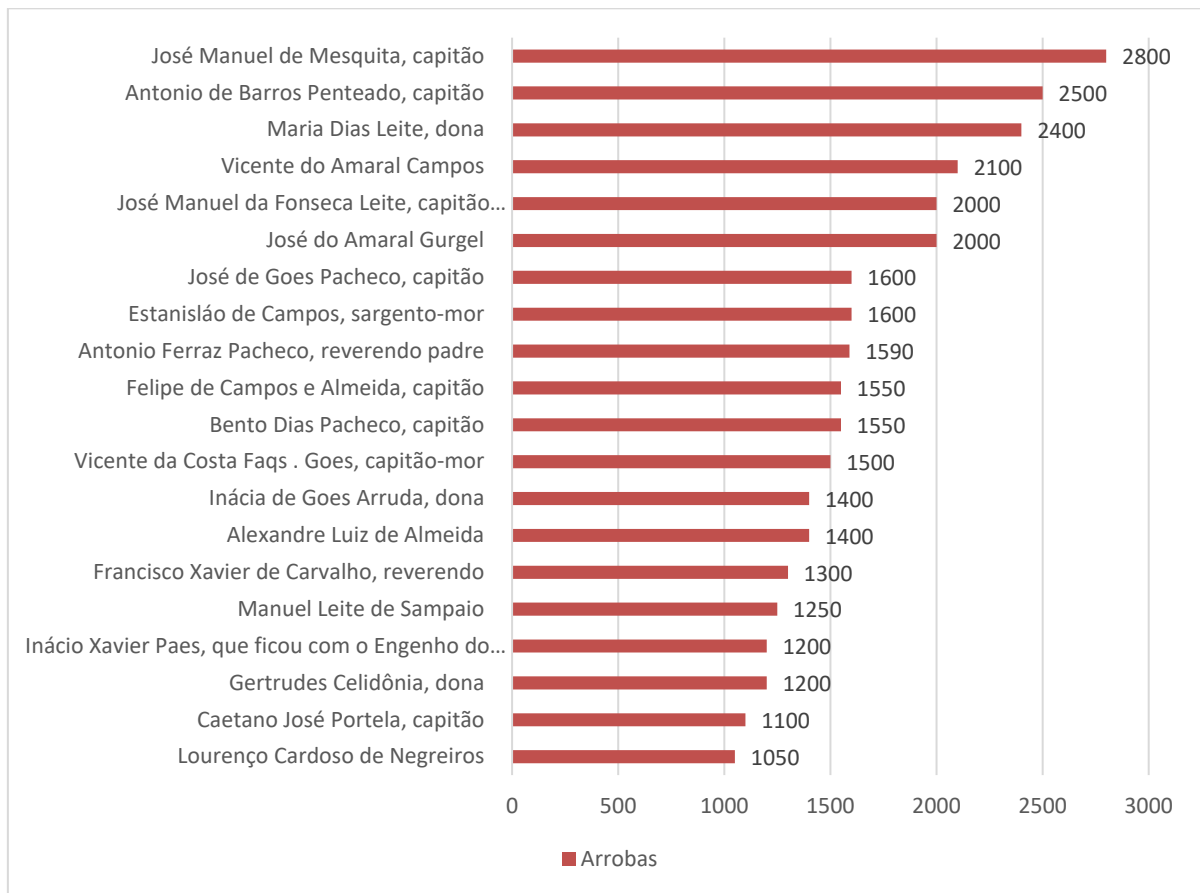
Número de arrobas por proprietário	Número de Proprietários	Total de arrobas
Nenhum	2	0
1 até 500	57	12.365
501 até 1.000	24	18.116
1.001 até 1.500	10	12.440
1.501 até 2.000	7	11.890
2.000 até 2.500	3	7.000
2.501 até 3.000	1	2.800
Mais de 3.000	0	0
Total	104	64.611
	Média	621

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

É possível ainda saber a partir desses dados contidos nesse relatório geral do Conselho Ultramarino o nome dos vinte maiores produtores ituanos, observando-se que os mesmos são responsáveis por mais de 51% do açúcar produzido na vila de Itu no ano de 1798, sendo que se tinha, por consequência a maior parte da riqueza advinda da monocultura açucareira concentrada nas mãos de uma elite rural bastante restrita.

Vejamos o gráfico abaixo:

GRÁFICO 4 – RELAÇÃO DOS VINTE MAIORES PRODUTORES DE AÇÚCAR DA VILA DE ITU EM 1798.



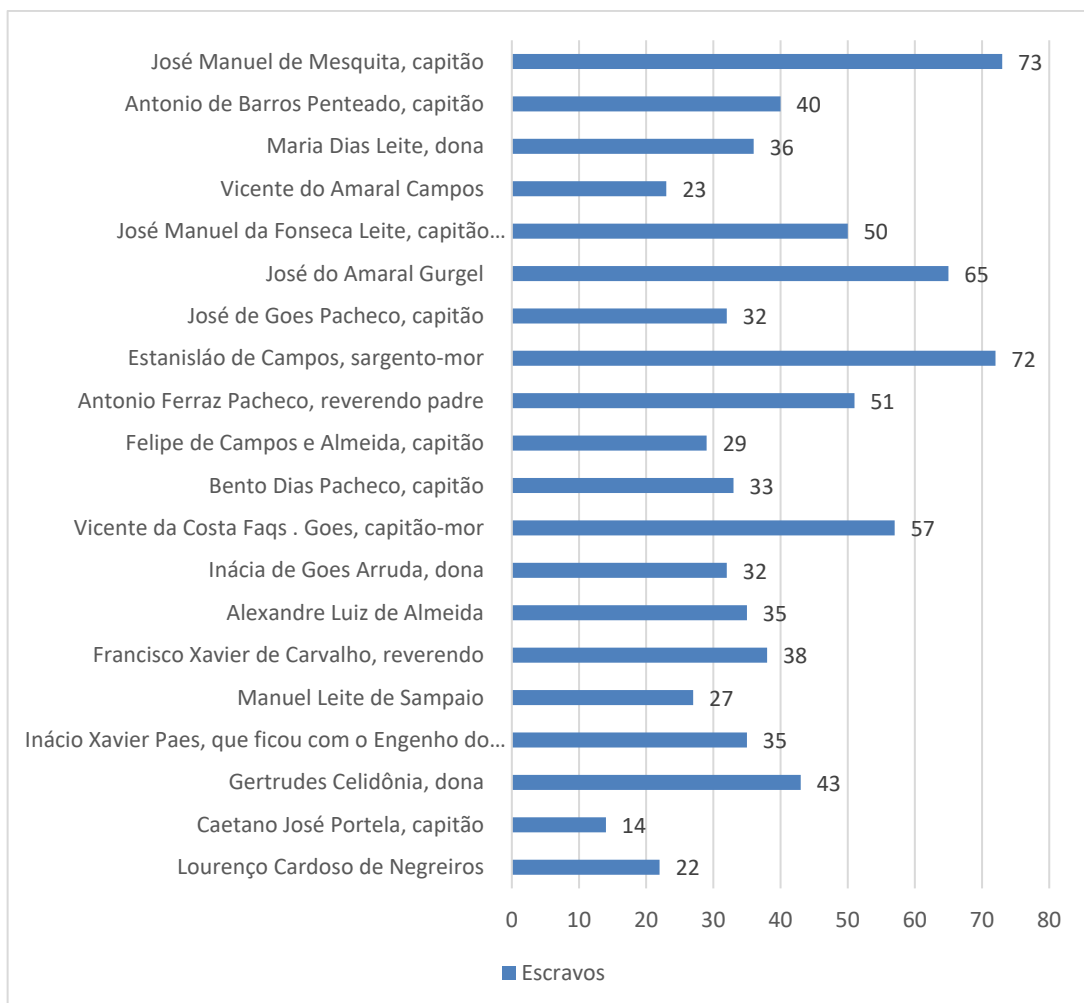
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Ao observar-se o número de escravos que estes mesmos vinte proprietários possuíam, é possível o entendimento de que alguns possuíam grande número de escravos, mas que por outro lado a produção não era proporcional a esse quadro de mão de obra, porém se estes dados forem cruzados aos dos inventários é possível esclarecer o motivo. Usando como exemplo o sargento-mor Estanisláo de Campos que possuía 72 escravos e uma produção de 1.600 arrobas, se comparados seus números aos do capitão José Manuel de Mesquita, este possuía 73 escravos e uma produção de 2.800 arrobas de açúcar, ou mesmo ao capitão Antonio de Barros Penteado que possuía 40 escravos e uma produção de 2.500 arrobas, assim o que explica alguém com o mesmo número de escravos, mas com uma produção maior ou um número menor de escravos com maior produção? A explicação talvez possa ser encontrada nos inventários, vejamos Estanisláo de Campos, que faleceu em 1818 (ARQ/MRCI, caixa 23, p. 7) tinha descrito em seu inventário roças de milho, algodão de sua produção, enquanto que o capitão Antonio de Barros Penteado que faleceu em 1829 (ARQ/MRCI, caixa 36, p. 10) só tinha referências a produção

de açúcar em seu inventário, e por sua vez o capitão José Manuel de Mesquita que faleceu em 1813 (ARQ/MRCI, caixa 18C, p. 16) possuía descrito em seu inventário além do açúcar, também milho e feijão.

Pode-se observar pelo cruzamento de dados que possivelmente a mão de obra escrava em alguns casos era utilizada também no cultivo de outras culturas, logo torna-se difícil estimar a produção com base na quantidade de mão de obra empregada já que não se sabe quantos destes escravos trabalhavam efetivamente no cultivo de cana-de-açúcar, ou em outras plantações, ou mesmo qual a efetiva dimensão de área utilizada destas aludidas plantações, já que como viu-se anteriormente diversas fazendas produziam outras culturas além da cana-de-açúcar, ou mesmo muito dessas extensões de terra eram destinadas a pastagens. Abaixo se tem o número de escravos dos vinte maiores produtores ituanos para o ano de 1798:

GRÁFICO 5 – RELAÇÃO DO NÚMERO DE ESCRAVOS DOS VINTE MAIORES PRODUTORES DE AÇÚCAR DA VILA DE ITU EM 1798.

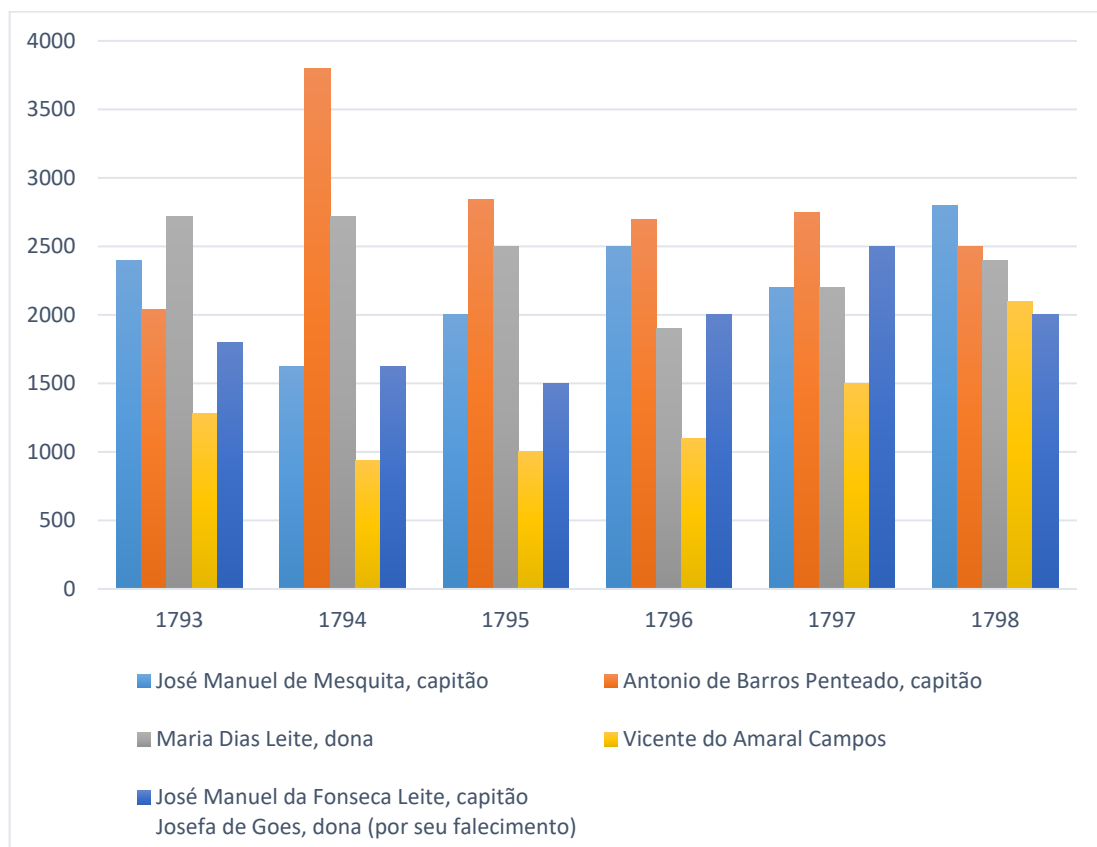


Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitarq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Ratificando os dados e hipóteses anteriormente elencadas se tem a fala de Saint-Hilaire (1940) que citando o exemplo de um engenho denominado Potribú em que foi recebido quando de sua passagem por Itu revela que o senhor desse engenho lhe confidenciou que 7 escravos foram capazes de produzir cerca de 1000 arrobas de açúcar, e logo abaixo salienta ainda que a época calculava-se que eram necessários 10 escravos para a produção de mil arrobas de açúcar, lhes restando ainda tempo para o cultivo de mantimentos para o próprio consumo. Em Itu, porém essa média se reduzia conforme o esgotamento da terra e descreve o autor “Em vez de serem produzidas, com dez escravos, 1000 arrobas (14.740 quilos) de açúcar como noutros lugares, só se obtém 600 a 800 arrobas [...]” (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 236).

Desses vinte produtores se selecionados os cinco principais e analisadas suas trajetórias durante os anos de 1793 a 1798 observaremos que o capitão José Manuel de Mesquita somente irá superar a produção do capitão Antonio de Barros Penteado em 1798, nos demais anos este é o maior produtor ituano, que no ano de 1794 irá produzir 3.800 arrobas de açúcar, o que pelos relatórios não foi superado por nenhum outro produtor.

GRÁFICO 6 – NÚMEROS DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM ARROBAS DE CINCO DOS MAIORES PRODUTORES ITUANOS (1793 A 1798).



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698. Disponível em: <https://digitalq.ahu.arquivos.pt/details?id=1350831>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Petrone (1968) aponta que em 1836 os números da produção ituana eram de 91.965 arrobas de açúcar, sendo que existiam a época 98 engenhos, mantendo-se a média produzida no período, mas com uma pequena redução no número de engenhos. Já neste momento Campinas havia assumido o posto de maior produtora paulista, produzindo 158.447 arrobas de açúcar, porém a de se destacar que Itu ainda figurava como uma das maiores produtoras.

Temos no ano de 1854 uma produção de 159.070 arrobas de açúcar, sendo catalogados 164 engenhos em Itu, o que demonstra por si só a importância da vila que destacadamente se manteve ao longo dos anos e foi fundamental quando se fala da consolidação da indústria açucareira paulista. (PETRONE, 1968).

Por fim, Petrone (1968, p. 224) faz importante apontamento ao relatar que “[...] o ano em que mais se exportou açúcar (1846-1847), também deve ter coincidido com o momento em que foram plantados os grandes cafezais, cuja frutificação se verificará em 1850-1851, quando a exportação de café pelo porto de Santos superou a de açúcar.” Como destaca Luna e Klein (2005) o café que já vinha sendo cultivado em solo paulista desde meados do século XVIII, irá gradativamente se transformando até atingir os padrões das grandes propriedades com escravaria voltada a sua produção após 1850 quando se vê um mercado com elevados preços de exportação e um significativo volume de capital e crédito disponíveis na região.

Ao falar-se das diversas motivações para o declínio da cultura açucareira Petrone (1968) aponta a má qualidade do açúcar paulista, as dificuldades inerentes ao seu transporte que iremos discutir a seguir, bem como as condições do mercado externo em que o café se mostrava como uma cultura mais lucrativa. O certo é que em Itu este processo de introdução cafeeira foi um pouco mais resistente, sendo inclusive a vila de Itu chamada por Petrone (1968) como reduto da cana-de-açúcar em meados do século XIX.

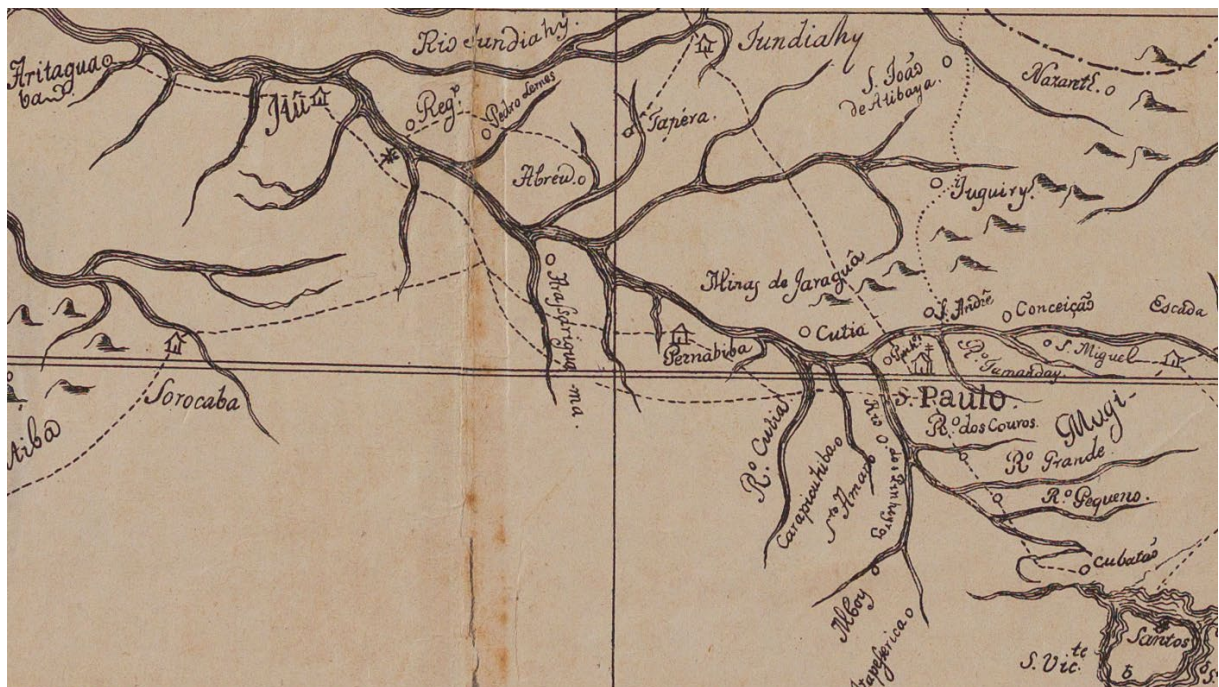
2.2.3 Transporte e comercialização do açúcar

O transporte e comercialização o açúcar produzido na região do quadrilátero do açúcar da qual Itu fazia parte era extremamente dificultoso, dada a necessidade de transposição da serra do mar, do estado de conservação das estradas, e do acondicionamento do produto durante a viagem, já que estava sujeito as intempéries climáticas, além das dificuldades no número de tropeiros especializados para a viagem. Assim, a zona mais produtiva da capitania estava sujeita a diversos fatores que dificultavam a comercialização do açúcar e esses obstáculos foram talvez

durante todo o período açucareiro uma das maiores preocupações dos senhores de engenhos e também dos governadores paulistas.

Itu utilizava-se para o transporte do açúcar o trajeto denominado caminho geral, caminho este que já aparece na carta Chorográfica da Capitania de São Paulo de 1766, e que atinge não só a Itu, mas também a Porto Feliz como podemos ver abaixo:

FIGURA 14 – CARTA CHOROGRÁFICA DA CAPITANIA DE S. PAULO (1766).



Fonte: Coleção APESP, Núcleo de Acervo Cartográfico, AESP (Detalhe).

E ligado a esta temos o caminho que atinge Piracicaba, como podemos observar no mapa o caminho de Itu que passa por Piracicaba e vai até a fazenda de José Ignácio em Campinas (ANEXO H).

Percin descreve o tempo estimado de viagem de Itu a Santos “Catorze longos dias para se chegar a Santos, com tropa carregada, outros nove para retornar a Itu com bastante pressa, e, repetir a façanha!” (PERCIN, 1990, p. 76 apud SILVEIRA; FRANCISCO, 2010, p. 24). As estradas sofriam modificações neste período, ora para facilitar a passagem por algumas propriedades, ou mesmo para encontrar melhores rotas, por exemplo, em ofício expedido no ano de 1803 requerendo que a estrada fosse alterada em determinado trecho em que poderia se economizar 4 léguas de distância, o que equivaleria um dia de viagem para os tropeiros encarregados no transporte do açúcar “Para esta estrada não é preciso abrir caminho novo; pois todo ele é já estrada antiga dos moradores de Itu, Parnaíba e São Paulo, é sim [ilegível] fazer

alguns atalhos, para o fazer mais cômodo, Virá a ter quatro légoas com pouca diferença que o atual, e mil vezes mais cômodo.” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 24, ordem 293).

O governador D. Bernardo José Maria da Silveira e Lorena (1788 a 1797) cujo governo preocupou-se em promover medidas para o crescimento da produção açucareira seria o responsável pela transformação do caminho que conduzia as tropas carregadas de açúcar a Santos, o que se justifica já que como explicado anteriormente em seu governo promoveu a proibição da saída dos gêneros produzidos em São Paulo para outras capitanias de modo a incentivar as exportações pelo porto de Santos, logo coube a ele melhorar as condições de transporte desses gêneros. Assim, estima-se que o calçamento da descida da serra tenha ficado pronto entre o final de 1791 e início de 1792 e foi considerada uma obra notória a época, sendo o calçamento do caminho feito em ziguezague, conforme segue:

FIGURA 15 – FOTOGRAFIA DA CALÇADA DO LORENA.



Fonte: AOQUI, Cássio. Vista da Calçada de Lorena. 2015. Disponível em: <http://mttvirtual.com.br/conteudos/visualizar/Caminho-do-Tropeiro>. Acesso em: 02 set. 2020.

Próximo ao fim de seu mandato Lorena em relatório a seu sucessor esclarece sobre a necessidade de conservação das estradas, principalmente no calçamento da descida da serra:

O fazer praticáveis, e conservar Comodos os Caminhos hé absolutamente necessário para augmento do Comercio. O Caminho desta Cidade principalmente, para a Villa de Santos precisa haver cuidado nelle todos os annos, já reprezentei a S. Mag.e necessidade de se fazer esta Despeza pela Sua Real Fazenda, calculando-a, pouco mais, ou menos, em duzentos mil reis huns annos por outros, no Caminho, e Serra. (Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Volume XV, p. 125).

Os membros da Câmara da Vila de Itu enviaram em 05 de maio de 1798 ao Secretário de governo correspondência agradecendo “tem sido notórios os vantajosos progressos de V. Exa. assim como o descobrimento do incógnito caminho do Cubatão para a vila de Santos, atalhando desta forma os grandes riscos e prejuízos, a que estávamos expostos [...]” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 47, ordem 292).

Em 1804 o governador Antônio José de Franca e Horta comunica o Conselho Ultramarino sobre sua visita as vilas de Itu, Parnaíba, Sorocaba e Porto Feliz, neste documento observamos a importância dada pelo governador em melhorar as condições de transporte do açúcar produzido nas vilas serra acima e opina sobre o novo caminho:

Achei com effeito ser o caminho novo muito superior ao antigo, assim pela qualidade do seu terreno, como por incurrir as ditas quatro légoas q. se me dizia, e com esse dezengano se está já trabalhando nelle á custas de várias pessoas interessadas na sua factura, o que há um veneficio geral para o público, e com especialidade para os condutores de assucar, por atalharem quase hum dia de jornada (Arquivo Histórico Ultramarino _ACL_CU_023, caixa 24, doc. 1082).

Santos (2014b, p. 83) ainda que se referindo a outro tempo histórico apontou com propriedade que diversos fatores são responsáveis por influenciar no processo de distribuição do bem produzido, entre eles apontou “a natureza do produto e suas exigências específicas quanto ao transporte; as condições regionais e locais [...]” Fala que se encaixa nas condições de transporte do açúcar já que as chuvas eram um dos grandes problemas na condução das tropas ao porto de Santos, vez que deterioravam o açúcar transportado, e para o Governador Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça que escreve nas instruções deixadas ao seu sucessor Antônio José de Franca e Horta a construção de Ranchos para abrigar o açúcar apareciam como uma solução importante:

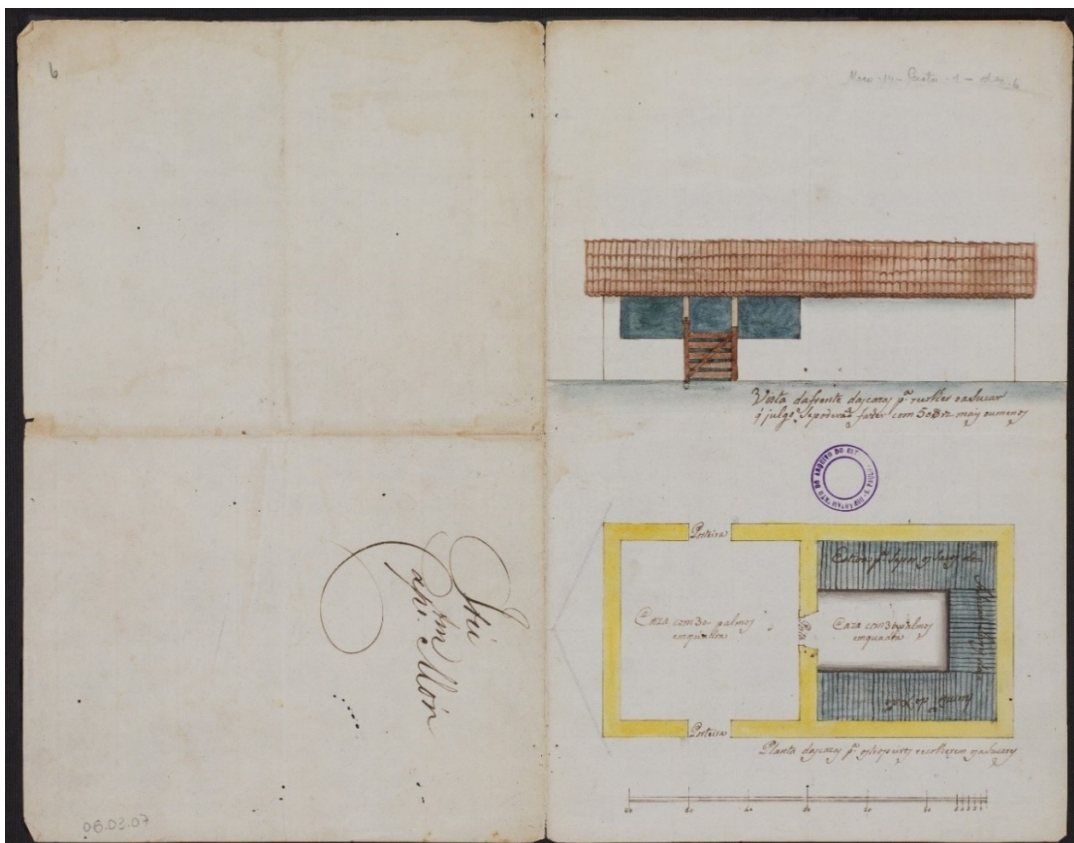
Vem de beneficio, que se tem feito durante o meu governo a toda a Estrada de comunicação desta cidade para Santos, ainda se fez outro na Estrada que conduz da mesma cidade para as vilas, onde em mais abundância se fabrica o assucar, que vem a se construírem-se Ranchos em distâncias proporcionadas para nelles se recolherem e pernoitarem os gêneros que são conduzidos para Santos, sobre cujo objeto também falei na cidade. (MENDONÇA, 1802, p. 20).

Os condutores da Vila de Itu e da Freguesia de Araritaguaba deram em pagamento para a construção de ranchos 10 réis por mula de carga e montaria para a construção dos ranchos, pontes, aterrados, etc. e nesta mesma ocasião foi elaborada uma relação dos locais que deveriam ser construídos, bem como a planta contendo todos os aspectos que deveriam levar em conta na construção dos referidos ranchos:

Dizem os mesmos conductores q, cada Rancho deve ter setenta palmos de comprido, e trinta de largo, dividido em duas metades, huma fechada até em cima, com estibas na quadra interior das paredes para nellas se guardarem as cargas, e outra com a parede do outão até acima, e nas frentes meya parede com duas porteiras seguidas no meyo para neste lanço descarregarem as tropas, e fazerem as suas cozinhas; e que para duração dos Ranchos devem ser feitos de taipa de pilão, e cobertos de telhas, conforme a planta que a esta acompanha, e na mesma vai a importância de cada Rancho. Dizem ultimamente os ditos conductores, que o melhor modo de conduzir os açúcares he o mesmo até aqui praticado, em cestos bem forrados com sapê seco, bem enxuto (AESP, maço 14, pasta 2, documento 6, ordem 241).

Segue o desenho da planta para a referida construção:

FIGURA 16 – PLANTA E FACHADA DAS CASAS PARA OS TROPEIROS RECOLHEREM OS AÇUCARES (1797).



Fonte: Coleção APESP, Núcleo de Acervo Cartográfico, AESP, maço 14, pasta 1, documento 6.

Na relação dos locais a serem construídos os ranchos contidos neste mesmo documento podemos ver descrito os pontos de parada entre um pouso e outro, por exemplo, o primeiro estava localizado a margem do Ribeirão Penunduba entre a vila de Itu e Porto Feliz, já no trecho saindo de Itu se tinha um Rancho as margens do rio Pirapitinguí, sendo o segundo pouso:

FIGURA 17 – FOTOGRAFIA DO SEGUNDO RANCHO LOCALIZADO A MARGEM DO RIO PIRAPITINGUÍ EM ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Rio Pirapitingui – Itu/SP. 2020.

Já em 20 de julho de 1798 o ofício encaminhado pelo capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha dá notícias ao secretário do governo de que os quatro Ranchos localizados em Itu estavam com suas obras bem adiantadas e estimava que até fins de agosto ou início de setembro daquele ano estariam concluídos. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 50, ordem 292).

Outro Rancho dentre os quatro situados em Itu seria onde hoje é localizada a propriedade denominada Fazenda Paulista:

FIGURA 18 – FOTOGRAFIA DO RANCHO LOCALIZADO ONDE HOJE É A FAZENDA PAULISTA EM ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Terceiro rancho – Itu/SP. 2020.

Posteriormente em 24 de março de 1835 foi promulgada uma Lei na qual instituíam-se barreiras a fim de que fossem cobradas taxas cuja arrecadação que seriam destinadas ao pagamento da manutenção da respetiva estrada, sendo os valores cobrados conforme o artigo segundo da referida Lei:

A taxa será em cada barreira por cada vez que nella se passar, tanto na ida, como na vinda, de 300 rs. por cada animal vaccum desocupado, ou puxando carro de eixo movel; de 200 rs. puxando carro, ou outro qualquer transporte de eixo fixo; de 200 rs. por cada animal muar, cavallar, jumento, ou porco; de 100 rs. por qualquer outro quadrupede: e de 40 rs. por cada pessoa a pé. (São Paulo. Lei nº 11, de 24 de março de 1835. Determina o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem, atravessando a serra do mar nesta província, ou seguindo para o rio de janeiro, para cobrança da taxa que deverá ser aplicada às obras das mesmas estradas. São Paulo: Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, [1835]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-11-24.03.1835.html>. Acesso em: 02 set. 2020).

A falta de homens capacitados em conduzir as tropas para Santos era notório a época, conforme se observa em resposta encaminhada em 22 de novembro de 1797 pelo capitão-mor de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao secretário do governo Luís Antonio Neves

de Carvalho que requereu que enviase ao porto de Santos com a maior brevidade possível o açúcar produzido na vila:

Queira [ilegível] pedir de minha parte a Vossa Excelência, que se digne socorrer-me com as tropas da Borda do Campo e Freg.^a de Cotia; pois as deste distrito e Freguesia de São Roque não podem sem aquellas conduzir em tipo os açucares q. aqui se acham. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 35, ordem 292).

É inegável que a melhoria das estradas era um assunto corrente entre aqueles que dependiam destas no transporte do açúcar e outros gêneros ao porto para exportação, e que algumas medidas melhoraram em muito o transporte, mas evidentemente que mesmo com todas as melhorias feitas ainda era bastante rudimentar, de modo a corriqueiramente ocasionar prejuízo, para muitos essas dificuldades até favoreceram a implantação do café na província, já que este possibilitava maiores lucros não só pelos preços praticados, mas seguramente por se tratar de produto com maiores facilidades no transporte que o açúcar.

Na sequência o presente estudo buscou abordar sobre as demais atividades agrícolas existentes na vila de Itu, e que de modo complementar se faziam importantes ao econômico da vila.

2.3 A exploração de outras atividades agrícolas na vila de Itu

A exploração agrícola exercida na vila de Itu tem suas bases formadas a partir do período em que se criou a necessidade de abastecimento das expedições monçoeiras, ou mesmo para a subsistência dos habitantes locais, além de uma produção que se via voltada também ao abastecimento de um mercado dentro da própria colônia em crescimento.

Para Gorender (1978, p. 316) “À margem do modo de produção escravista e em contradição com ele, cresceu no Brasil um modo de produção secundário, o modo de produção dos pequenos cultivadores familiares, baseado na economia natural e com um grau variável de mercantilização.”

A economia paulista se diferenciava na medida em que era capaz de produzir uma variedade de gêneros, e que por meio de suas estradas, barreiras etc. se mostrava capaz de associar espaços econômicos distintos, de modo a fazer com que o professor Arruda (1997, p.100) considere que “Uma das marcas da Província de São Paulo é a diversidade de sua produção agrícola, uma verdadeira economia caipira, no início do século XIX [...]”

Os alimentos que compuseram esse mercado para abastecimento interno nos dizeres de Luna e Klein (2005) se mantiveram como parte fundamental da economia colonial, e que aos poucos iam conservando uma certa associação com novos produtos voltados à exportação.

Utilizando-se dos mesmos critérios adotados na tabela 6 no que se refere a dimensão das propriedades podemos observar que para o ano de 1817 as unidades produtivas destinadas ao cultivo de alimentos apresentavam uma dimensão menor do que as destinadas ao cultivo canavieiro, e pela tabela abaixo podemos observar que em sua grande maioria (128 propriedades) possuíam menos de 41,322314 alqueires, e se compararmos os totais veremos que apenas duas das maiores propriedades possuem uma extensão superior à das 128 pequenas propriedades somadas:

TABELA 12 – DIMENSÃO DAS PROPRIEDADES ITUANAS DESTINADAS EXCLUSIVAMENTE AO PLANTIO DE MANTIMENTOS NO ANO DE 1817.

Tamanho das Propriedades	Número de Proprietários	Total de Alqueires
Menos de 41,322314 alqueires	128	1.670,21
De 41,322314 a menos de 413,223140 alqueires	53	6.647,44
De 413,223140 alqueires a mais	2	2.340,00
Total	183	10.657,65
	Média	58,24

Fonte: ALMEIDA, Leandro Antonio de. Senhores de terras da Vila de Itu em 1817. *Revista da ASBRAP*, São Paulo, n. 7, p. 14, 2000. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

Em correspondência enviada pelo capitão-mor de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao secretário do governo em 19 de dezembro de 1820 podemos observar pelo trecho abaixo transcrito algumas das culturas que eram produzidas em Itu:

Cheio de gosto, prazer e contentam^o participo a V. Exa. q. têm corrido o tempo mui próspero p.^a a lavoura, e q. esperamos huma grandíssima colheita de milho, feijão e mais grãos, tanto assim, q. alguns lavradores com transportes de alegria tem dito, q. em o anno futuro se há de vender a dez réis o alqueire de milho, quando em o prox.^o passado se vendeo a quadro patacas, e de assucar esperamos m.to melhor safra do q. a do presente ano. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 75, pasta 1, documento 130, ordem 316).

Vemos que a vila produzia culturas como milho, feijão, e outros grãos, porém em quantidades inferiores ao do açúcar, que era a lavoura preponderante a época. Saint-Hilaire (1940, p. 236) em seus apontamentos destaca “Colhe-se no distrito de Itu pequena quantidade de café, algodão, chá, óleo de rícino, certa quantidade de trigo e de feijão, mas é a cultura da cana-de açúcar que constitui a riqueza desse distrito.” Ainda salienta este mesmo viajante que as cebolas são de formidável tamanho, bem como as romãs e uvas são de grande qualidade.

Temos no arquivo do Estado de São Paulo a documentação denominada de Tombamento dos Bens Rústicos (AESP, nº ordem CO 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818), e para o ano de 1817, ainda que de forma genérica, é muito comum o relato da existência de plantações, apenas a cana-de açúcar aparece de forma individualizada, ou seja, especificando-se a cultura, as demais aparecem descritas como: “planta mantimentos.” Conforme trazido por Almeida (2000) nos Maços da população do mesmo ano observamos descrições como “vive de suas lavouras”, “planta mantimentos para seu gasto”, etc.

Os inventários ituanos também possuem descritos em seu bojo as lavouras de propriedade dos inventariados que confirmam o cultivo de outras culturas, além da cana-de açúcar, a exemplo dos 40 inventários selecionados para essa pesquisa em 14 deles vemos a presença da cana-de-açúcar, enquanto em 08 deles aparecem com produções diversas como milho, algodão, feijão etc., algumas em conjunto com a cana outras não, vejamos:

TABELA 13 – CULTURAS IDENTIFICADAS A PARTIR DE INVENTÁRIOS ITUANOS ENTRE OS ANOS DE 1780 A 1830.

Inventariado	Óbito	Cana	Algodão	Café	Milho	Feijão
João Fernandes da Costa (Capitão)	1801	-	1\$920	-	-	-
Anna Gertrudes de Campos	1808	995\$120	2\$830		-	-
Antonia de Arruda	1813	1:666\$800	5\$760	2\$320	-	-
Francisco de Godoy Cardoso	1797	97\$620	-	-	-	-
Antonio Freire da Cunha	1818	200\$000	-	-	-	
José Manoel de Mesquita	1813	600\$000	-	-	102\$000	6\$600
Anna Maria de Jesus	1797	16\$000	-	-	-	-
Maria de Góes Castanho	1813	138\$000	-	-	-	-
Miguel Antônio de Azevedo Veiga	1813	1:469\$180	-	-	-	-
Francisco Fernandes	1828		-	40\$305	-	-
Francisco Leme de Alvarenga	1815	7\$360	-	-	-	-

Inventariado	Óbito	Cana	Algodão	Café	Milho	Feijão
Brás Antonio de Assunção	1813				5\$000	
Anna Eufrozina Aires	1820	421\$600	59\$500			
Maria Leme da Sylva	1809		3\$200		22\$000	
Antonio Francisco da Luz [Reverendo]	1803	134\$775				
Antonio de Barros Penteado e sua mulher Maria Paula Maxado	1829	3:380\$000				
José Alves de Lima	1808	1\$650				
Bernardo de Quadros Aranha	1808	50\$000				

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Luna e Klein (2005) destacam entre os mantimentos produzidos na vila o milho como mais importante e na sequência o feijão, em que se teve para o ano de 1836 a produção de 446 toneladas. Estes produtores de mantimentos destinavam parte do que produziam a própria subsistência e comercializavam o remanescente na área urbana da vila, sendo comum a troca ou mesmo a venda de suas produções. (SAMARA, 2005). Este comércio de mantimentos pode ser apontado como uma herança do período das monções em que já pudemos verificar a rica teia comercial existente na localidade ituana e que visava abastecer as produções.

A criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos e equinos também era comum entre os ituanos, dos 40 inventários selecionados em apenas 7 deles não identificamos a propriedade de animais, demonstrando que a maior parte da população a época tinha o hábito de criar animais para venda, uso pessoal ou mesmo para subsistência, observemos:

TABELA 14 – ANIMAIS ENCONTRADOS A PARTIR DE INVENTÁRIOS ITUANOS ENTRE OS ANOS DE 1780 A 1830.

	Número de animais	Soma dos Valores atribuídos
Aves (galinhas)	16	120
Bovinos	1440	5:935\$420
Caprinos	9	8\$960
Equinos / Muares	114	1:060\$380
Ovinos	42	33\$960
Suínos	122	127\$200

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

O número de bovinos encontrados revela que o senhor de engenho ituano também se dedicava a pecuária, vez que o gado possuía ampla serventia, os animais mais valorizados nos

inventários são os de tração sendo visualizados os termos juntas de boi, bois carreiros, bois mansos de carro, bois de coice, etc., forneciam ainda estes animais carne para o consumo, bem como o couro, que servia a fabricação de móveis, artigos de montaria, etc. A criação de bovinos exigia grandes extensões de terra, Domingos de Almeida Pinto possuía no ano de 1817 a maior propriedade catalogada na base no Tombamento dos Bens Rústicos (AESP, nº ordem CO 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818), possuindo 16.200 alqueires, destinados a criação de gado vacum e animal cavalariço.

O gado de corte e os animais de carga eram adquiridos em sua maior parte através de tropeiros que vindos do Sul comercializavam burros, mulas, cavalos e gado na feira de Sorocaba. Segundo Petrone (1973, p. 393/394) a partir dos registros de Antônio da Silva Prado, grande comerciante e também arrematante junto de alguns sócios do “Novo Imposto” que se dava a partir da cobrança sobre os animais que passavam pelo Registro de Sorocaba é possível estimar que em 1820 tenham passado por Sorocaba cerca de 26.539 animais, sendo destes 16.051 muares, 7.048 reses e 3440 equinos, já para o ano de 1821 foram cerca de 23.610 animais, sendo destes 13.981 muares, 7.620 reses e 2009 equinos.

Interessante notar que o número de animais por vezes se mostrava insuficiente para o abastecimento da vila que carecendo destes para o abate recorriam a outras vilas da sua hinterlândia, como exemplo, temos o caso do ofício encaminhado em 3 de agosto de 1816 pela vila de Itu a de Sorocaba em que se apontava uma notável falta de carne de vaca, e requeria a fixação de editais na cidade de Sorocaba para que qualquer pessoa que desejasse matar suas reses para vender sua carne ao açougue da vila de Itu, o fizesse para abastecer o açougue ituano. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 2, documento 53, ordem 293).

Em Itu se revelaram presentes as facetas da grande lavoura canavieira que necessitava da policultura e da fazenda de gado para que de modo a complementar produção dos escravos e agregados, pudesse atender suas necessidades de subsistência, ao mesmo tempo que também se prestava a suprir as demandas das vilas em sua hinterlândia (MOREIRA, 2019), chegando inclusive a comercializar com o estrangeiro seu excedente como é, por exemplo, o caso da cultura algodoeira que segundo Arruda (1972) era entre os anos de 1796 a 1811 o segundo produto mais exportado pelo porto de Santos, perdendo apenas para o açúcar. Assim, é notória a importância da interação da monocultura açucareira com a policultura dentro do sistema econômico comercial colonial paulista, que aos poucos foi diversificando sua produção agropastoril, expandindo a variedade de elementos de exportação com matérias primas como o couro e algodão necessárias ao desenvolvimento manufatureiro (ARRUDA, 1997).

Após o entendimento no campo econômico baseado principalmente na monocultura açucareira importante agora o estudo dos efeitos que esse crescimento econômico gerou no núcleo urbano da vila de Itu.

3. EVOLUÇÃO DO NÚCLEO URBANO DE ITU

As bases de formação do núcleo urbano ituano já foram estudadas anteriormente, porém conforme já se havia alertado dentre as hipóteses dessa pesquisa Itu passou por transformações no período açucareiro, que por sua vez representam alterações nas formas espaciais urbanas que serão aqui estudadas a fim de se estabelecer a amplitude dentro do processo de ressignificação do perímetro urbano colonial ituano provocado pela inserção da monocultura canavieira. Existem poucas gravuras que retratam este período da história ituana, dentre elas destaca-se a aquarela de Debret de 1827:

FIGURA 19 – VISTA DA CIDADE DE ITU, CAMINHO DE SOROCABA DE JEAN BAPTISTE DEBRET – 1827



Fonte: Acervo do Museu Castro Maya.

Santos (2013) ao abordar o enfoque multidisciplinar quando se fala da história da cidade aponta que conceitualmente existe uma confusão entre a cidade e o urbano, assim quando se fala do urbano a referência é ao geral, ao externo, enquanto que a cidade é o particular, o concreto. De modo que é na articulação que se compreende o processo de urbanização, e observamos que “a história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar [...]” (SANTOS, 2013, p. 89).

Itu desenvolveu-se em função da cana-de-açúcar e a evolução de seu núcleo urbano está atrelada sobretudo a lógica do campo econômico do ambiente rural e uma vez observado sob esse prisma a evolução urbana apresenta uma interessante associação de perspectivas

envolvendo as necessidades daqueles que tinham no rural sua residência, mas que aos poucos iam estabelecendo conexões cada vez mais contundentes com o urbano.

Vinculações entre a organização econômica e configuração espacial podem ser observadas ao estudar-se o plano urbano da vila ituana, vez que estruturalmente é cabível pensar a vila de Itu enquanto resultado da ação desses agentes hegemônicos que exerciam um determinado papel de poder na sociedade local. Pensando a cidade enquanto resultado de um processo de transformação não só do tecido urbano, mas das relações sociais ali contidas temos em Carlos (2018) a ideia de que:

A cidade é a expressão mais contundente do processo de produção da humanidade sob a égide das relações desencadeadas pela formação econômica e social capitalista. Na cidade, a separação homem-natureza, a atomização das relações e as desigualdades sociais se mostram de forma eloquente (CARLOS, 2018, p.25).

Importante considerar a partir desta visão que a produção de alimentos excedente no campo proporcionou a possibilidade de um crescimento do plano urbano (MOREIRA, 2019), já que a partir desse momento se abre conjuntamente a possibilidade de se transferir ao ambiente urbano as atividades não vinculadas diretamente à agricultura, como a de prestadores de serviços, etc., essa fala guarda respaldo nos dizeres da professora Samara (2005, p. 159) que aponta a partir dos dados censitários ituanos a existência de “[...] uma nítida camada de feição urbana.”

Singer (1968) seguindo este mesmo raciocínio aponta que os senhores de engenho que em sua grande maioria possuíam também residência na área urbana promoveriam o crescimento do setor terciário gastando parte de seu excedente na economia urbana local.

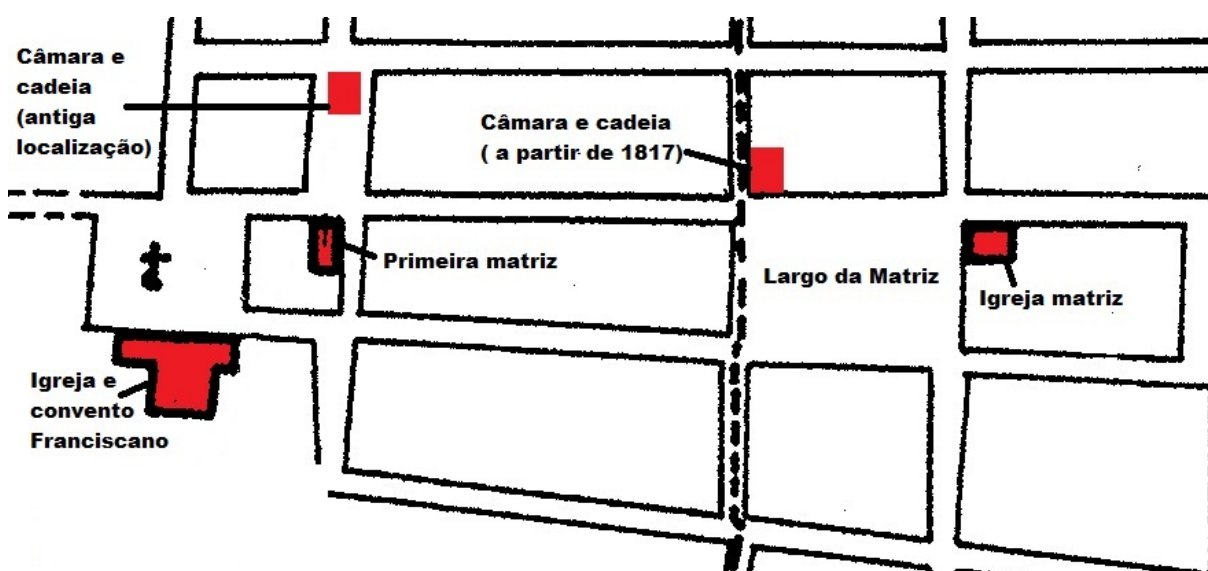
O espaço do meio urbano da vila de Itu obedecia não só aos desígnios físicos impostos, mas também aos econômicos, sociais e políticos, em que fatores naturais como a presença de rios e nascentes auxiliavam no processo de solidificação do núcleo urbano, ao mesmo passo que a localização dos prédios públicos eram pensadas a nível estratégico para atender principalmente as necessidades da classe dominante do período.

Zequini e Luigi (2005) chamam a atenção para a considerada área nobre da vila de Itu em que se observa a partir da construção da nova matriz em 1780 ter ocorrido uma resignificação da área situada em seu largo, de modo a atrair as assobradadas moradias da elite local, bem como do comércio e das atividades administrativas sejam elas de nível político e jurídico.

A Casa de Câmara e Cadeia que como dito no primeiro capítulo desta dissertação funcionava em seus primórdios em um sobrado situado no fundo de um pequeno largo e que

veio a ser adquirido pelo Sr. Caetano José Portella, após a venda e por algum tempo as sessões da Câmara aconteceram em residências de particulares, porém em 1817 é adquirido o sobrado de Pedro Meira situado no largo da nova matriz passando a funcionar a Câmara no pavimento superior enquanto que o pavimento térreo era destinado à cadeia (NARDY FILHO, 2000). Pelo croqui abaixo se tem a localização dos respectivos prédios da casa de câmara e cadeia, sendo nítido que enquanto espaços de poder estavam centralmente situados a fim de se ter plena visibilidade no tecido urbano, uma vez que destinados a servir de instrumento de ação e controle:

FIGURA 20 – LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA A PARTIR DO CROQUI DA EVOLUÇÃO URBANA DE ITU (1830).



Fonte: Acervo do Museu Republicano Convenção de Itu.

Observando o croqui acima é possível visualizar a casa de câmara e cadeia sempre próxima ao eixo central da vila, sendo localizada num primeiro momento junto à antiga matriz dedicada à Nossa Senhora da Candelária (hoje Igreja do Bom Jesus), e posteriormente transferida para de frente ao Largo da nova Igreja Matriz da vila, obedecendo assim a lógica portuguesa que considera não só a funcionalidade desses prédios, mas também o simbolismo que revelam a estruturas de poder. A aludida cadeia é mencionada em ofício da Câmara datado de 18.01.1817 “[...] tendo-se feito os maiores esforços para a conclusão da nova cadeia, achando-se esta em termos de ficar pronta em pouco tempo [...]” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 2, documento 61, ordem 293).

Moreira (2019, p. 139-139) aponta a Câmara Municipal como “órgão urbano, é o elo. Ente do espaço, por onde a elite plantacionista costuma costurar seus elos com o todo, sejam os

elos de reprodução com as outras macroformas, sejam os que a envolvem em suas relações de senhorio com a coroa e seus prepostos, a cidade é o espelho.”

Os primórdios das atividades comerciais da vila como dito anteriormente aconteciam no largo da antiga matriz, hoje igreja do Bom Jesus, porém na primeira metade do século XIX foram criadas as casinhas de comércio, que eram um espaço destinado à venda de gêneros alimentícios, localizadas numa pequena rua chamada de “Beco das casinhas”, Nardy Filho (2000, v. 4, p.177) descreve a construção das mesmas “[...] fez construir no quarteirão do Beco da Quitanda, entre as ruas do Comércio e Santa Rita, as suas Casinhas; as que ficaram na esquina da rua do Comércio passaram a servir de cadeia e alojamento da força, sendo as outras destinadas ao talho e venda de gêneros.” Nesse primitivo sistema de mercado, marchantes¹⁰ e merceeiros passaram a ocupar esses quartos, enquanto que os sitiantes, ambulantes e quitandeiros se dispunham ao centro do estreito beco, que ficava atravancado de cestos, sacos, tabuleiros, jacás e bruacas (NARDY FILHO, 2000, v. 1).

Segundo Saint-Hilaire (1940, p. 236):

Os gêneros alimentícios são vendidos em Itu, como em São Paulo, em espécies de casinhas obscuras, que dão para uma das ruas transversais que já me referi. Como na capital da província, essas pequenas casas são denominadas as casinhas; pertencem a cidade a qual aufere renda das locações das mesmas.

A estrutura urbana da vila pode ser vista pela gravura de Miguelzinho Dutra (1851):

FIGURA 21 – VISTA DA CIDADE DE ITU DE MIGUELZINHO DUTRA – 1851.



Fonte: Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo.

¹⁰ Marchantes: quem compra gado, para vender sua carne a açougues; negociante de carne bovina.

O viajante Auguste Saint Hilaire descreve suas impressões deste traçado das ruas que faziam parte do plano urbano da vila de Itu, conforme segue:

A cidade é estreita e muito alongada, compondo-se de ruas paralelas, de pouca largura, mas bem alinhadas, que cortam outras ruas estreitas, em geral, e marginadas por muros de jardins. Nas ruas principais, a frente das casas é calçada com largas pedras lisas e compactas; as demais não são calçadas, pelo que os transeuntes afundam os pés na areia do respectivo leito. As casas são pintadas de branco e, em sua maioria, construídas de taipa; algumas, que podem passar por belas, têm um andar além do rez do chão; o maior número delas, porém, é constituído por construções pequenas, baixas e de muito má aparência. Todas possuem um quintal, mais ou menos vasto, onde se encontram as árvores que os habitantes de Minas costumam plantar nessas espécies de jardins. Veem-se em Itu várias pequenas praças; mas a em que está edificada a igreja paroquial é a única um pouco mais notável (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 232).

O número de ruas que compõe o eixo central da vila vai gradativamente crescendo ao longo dos anos, em 1774 de acordo com o manuscrito do engenheiro militar José Custódio Sá e Faria poucas eram as ruas que compunham o perímetro urbano da vila, sendo a Rua Direita e a Rua da Palma, o croqui elaborado para este período (figura 3) ajuda no entendimento da configuração que é a estrutura básica da formação urbana da vila.

Já com o traçado principal da malha urbana definida novas ruas surgiram entre os anos de 1774 a 1792, sendo agora o eixo urbano composto pelas ruas da Palma, rua do Patrocínio (rua do Concelho), rua Direita, rua das Baratas, rua Santa Rita, rua das Pedras, rua do Engenho, rua nova de Santa Ana. Pelo croqui elaborado pelo Condephaat para o ano de 1792 (ANEXO I) percebemos o crescimento do número de ruas.

Gradativamente no espaço entre os dois córregos Taboão e Guaraú a vila vai se expandindo e ano a ano novas vias surgem, e em croqui elaborado para o ano de 1830 (ANEXO J) Itu conta com as ruas de Santa Ana, rua do Patrocínio, rua da Palma, rua Direita do Demídio Oriental, rua Direita Ocidental, rua do Comércio (antiga rua das Baratas e Rosário), rua Santa Rita, rua Santa Cruz, rua das Flores, rua do Engenho, rua do Pirahi, e os Largos do Carmo, da Matriz, São Francisco e Bom Jesus.

Em 19 de janeiro de 1829 principalmente a título de fiscalização foi proposto que se dividisse a vila de Itu em duas partes, sendo uma denominada vila velha e a outra vila nova, servindo de divisa o beco das casinhas, divisão esta que com podemos observar pelas imagens (ANEXO J) estendia-se do córrego Taboão ao córrego Guaraú, sendo nomeado para cada parte um fiscal e um suplente, o que acabou sendo aprovado pela Câmara ituana (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 12 DE OUTUBRO DE 1822 A 12 DE NOVEMBRO DE 1833, ARQ/MRCI, caixa 2, p. 16).

Na rua do Comércio, que leva esta denominação a partir de 1816, e já foi chamada de rua das Baratas, posteriormente rua do Rosário, hoje Rua Floriano Peixoto, verifica-se uma grande atividade comercial, onde de 29 casas em 1812, temos computadas no censo de 1825 a quantia de 60 casas, sendo 23 delas dedicadas a agência, 11 a negócios e vendas (secos e molhados) e 9 mantem-se no serviço de costura e fiação, o remanescente divide-se entre tantas outras diversas atividades de serviços (TRINDADE e TOSCANO, 1997, v. IV).

A rua de Santa Rita cujo nome vem da capela dedicada a santa localizada nesta via servia de parada aos tropeiros e camaradas que ali descarregavam suas mercadorias, sua localização se mostrava interessante aos tropeiros já que se dava na boca da vila e também da saída a estrada do Pirahy. Em 1790 possuía 56 residências, de 1812 a 1825 o número de fogos¹¹ sobe em 14 prédios, já em 1865 a rua conta com 131 prédios, ou seja, mais que o dobro de prédios existentes em 1790 (TRINDADE e TOSCANO, 1997, v. IV).

A rua Direita existente desde os primórdios da vila era reduto de residências da aristocracia rural, dos negociantes, e daqueles que viviam dos jornais de seus escravos. Em 1790 a rua contava com 27 fogos, que acrescidos de 3 prédios se tem em 1802 o número de 30 fogos. A rua direita oriental, por sua vez, falava-se em 22 fogos em 1812, mas a bem da verdade a descrição dos fogos entre a rua direita ocidental e oriental aparece de forma bastante confusa nos dados censitários existentes (TRINDADE e TOSCANO, 1997, v. IV).

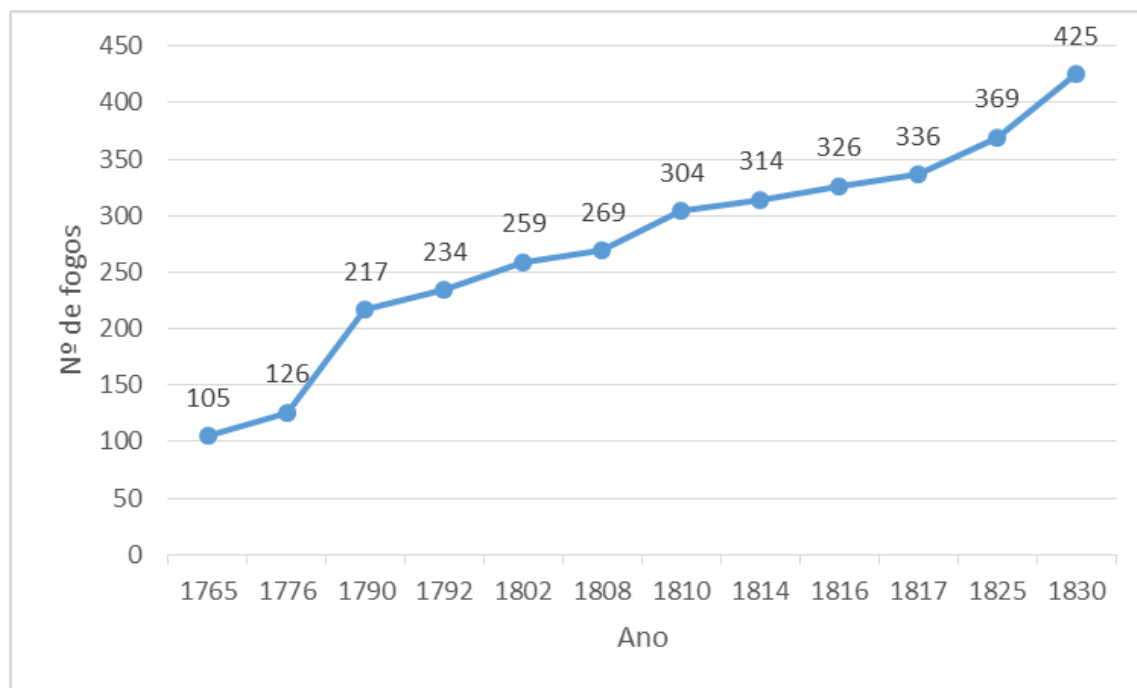
A rua da Palma obedece ao traçado que se une à estrada do “Caminho de Sorocaba” e sua existência vem do período monçoeiro, e as casas são construídas apenas do lado oposto ao fundo da rua direita, sendo que seus quintais se estendem até a rua do Patrocínio (TRINDADE e TOSCANO, 1997, v. IV).

Algumas das ruas ituanas alteraram sua denominação ao longo dos anos como é o caso da rua do Pírahi que era anteriormente chamada rua do Engenho, ou mesmo a rua das Flores que em seus primórdios chamava-se rua das Pedras, depois rua do Ouvidor. Interessante notar que no censo de 1796 apenas as ruas longitudinais tinham nomenclatura, já que a fachada dos lotes era sempre nestas ruas (SAMPAIO e SALGADO, 2014).

Não se pretende neste trabalho esgotar o assunto sobre as características de cada rua do eixo urbano ituano, porém importante destacar que igualmente ao crescimento do número de ruas do eixo urbano ituano temos o crescimento do número de fogos ali existentes, e pelo gráfico abaixo é possível observar este gradativo crescimento no número de habitações urbanas da vila:

¹¹ Fogos: grupo doméstico, locais de residência; casa; habitação.

GRÁFICO 7 – NÚMERO DE FOGOS EXISTENTES NO EIXO URBANO DA VILA DE ITU.



Fonte: TRINDADE e TOSCANO, 1997, v. IV, p. 19.

Esse crescimento no número de ruas e fogos mostra seguramente que o eixo central da vila começa a experimentar os resultados de um crescimento econômico que aos poucos vai configurando os espaços centrais da vila.

A vila enquanto realidade material foi incorporando novas características estéticas e funcionais, e foram cada vez mais implementando os padrões urbanos portugueses, é o caso dos passeios públicos que estão presentes no espaço ituano. Vejamos:

FIGURA 22 – PASSEIO PÚBLICO DA VILA DE ITU.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Passeio público Marcos Steiner – Itu/SP. 2021.

Seguindo essa mesma perspectiva portuguesa as praças enquanto ponto de reunião tinham papel central na perspectiva urbana colonial, que além de abrigar algumas atividades comerciais, exerciam funções político administrativas, pois como já apontado anteriormente abrigavam a Casa de Câmara e Cadeia, além do pelourinho, e das funções religiosas, já que esses espaços na vila de Itu eram sempre de frente as igrejas, assim é possível identificar praças como a da matriz, a de São Francisco, a do Carmo e a do Bom Jesus, ou seja, sempre de frente a uma das igrejas da vila, sendo na matriz concentrados os serviços políticos e administrativos da vila (CALDEIRA, 2007).

A fim de suplantando as necessidades de um contingente populacional urbano em crescimento, como será estudado mais adiante, foram necessárias a realização de diversas obras públicas e melhoramentos.

Itu inicialmente era abastecida de água pelos córregos Taboão e Guaraú, além de uma vertente local que posteriormente foi ocupado pela horta do Convento Franciscano, assim, foi observada a falta de água já em 1800, sendo reclamação constante dos moradores do núcleo urbano os poucos pontos para abastecimento já que o cercado de terrenos dificultava o acesso a água. Assim, dentre esses melhoramentos realizados no período vale destacar que para trazer água de uma vertente próxima ao núcleo central da vila o Padre Antônio Pacheco da Silva por meio de telhões de barro e de dois chafarizes, um no Largo do Carmo e outro no Largo da Matriz canalizou água, a fim de se amenizar a escassez vivida no começo do século XIX. Entre os anos de 1820 a 1821 foram construídas as bicas denominadas Broxado e Padre Campos para tentar amenizar a constante falta de água. (NARDY FILHO, 2000).

Com relação a iluminação pública o primeiro projeto data de 09 de julho de 1849, porém após diversos percalços, é somente em 20 de setembro de 1864 que a iluminação pública ituana começa a se tornar efetiva, sendo que cerca de 20 lampiões a querosene foram instalados ao longo de treze ruas tidas como principais. Em 07 de setembro deste mesmo ano é inaugurada oficialmente a iluminação, cuja instalação somente haveria de ser concluída treze dias depois (NARDY FILHO, 2000, v. I).

Nardy Filho (2000, v. I) aponta que as ruas ituanas começaram a receber calçamento já em 1790, o que foi elogiado pelo então governador Bernardo de Lorena, para esse calçamento cada carreiro deveria contribuir anualmente com uma determinada quantia de pedras a título de imposto, sendo “[...]feito como uma grande e suave persinta, afim de que as águas das chuvas corresse pelo centro do calçamento.” (NARDY FILHO, 2000, v. I, p. 238).

Em 06 de janeiro de 1826 determinou a Câmara que se notificasse os moradores das ruas do Carmo, Direita e Palma a fim de que fizessem calçadas de dez palmos de comprimento

em suas portas sob pena de multa (NARDY FILHO, 2000, v. I). A aquarela abaixo revela a pedreira do Varvito, de onde era extraído o material utilizado para calçamentos diversos, tais como a calçada da igreja matriz, dos passeios públicos, etc.:

FIGURA 23: AQUARELA "PEDREIRA DO VARVITO" DE MIGUELZINHO DUTRA – 1841.



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

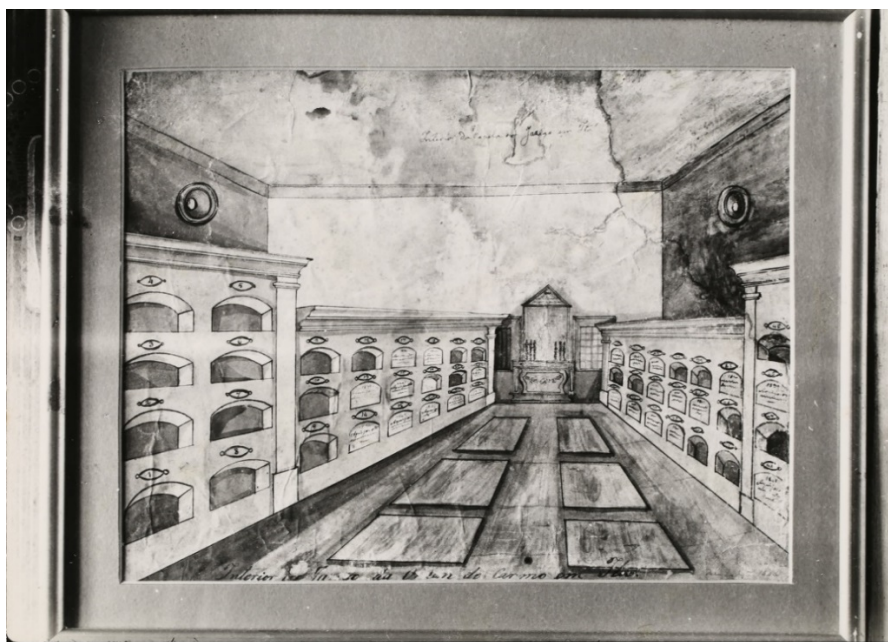
Segundo esse mesmo calçamento das ruas Spix (1981, p. 175/176) descreve “Algumas ruas são calçadas com lajes com tamanho de uma braça, de pedra calcária compacta, cinzento azulada, que parece ter sido tirada da vizinhança [...]”

Outra obra que se fazia necessária era a construção de um matadouro para a vila, já que as reses destinadas ao consumo local eram abatidas em quintais, assim em sessão de 7 de outubro de 1845 foi aprovada a construção de um matadouro, que foi inaugurado em outubro de 1849 (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 18 DE NOVEMBRO DE 1842 A 28 DE SETEMBRO DE 1857, ARQ/MRCI, caixa 12, p. 21).

Dentre as inúmeras melhorias públicas discutidas pela Câmara da vila a construção de um cemitério municipal foi aventada em sessão datada de 21 de julho de 1829 (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 12 DE OUTUBRO DE 1822 A 12 DE NOVEMBRO DE 1833, ARQ/MRCI, caixa 2, p. 14), contudo ainda que determinado ao fiscal da vila que procurasse a primeira autoridade eclesiástica a fim de marcarem um terreno de 50 quadras em braças ao lado do hospital para servir de cemitério, as irmandades e confrarias se opunham por

conta de manterem seus cemitérios, já que geravam lucro. Assim, somente no ano de 1884 é que veio efetivamente a funcionar um novo cemitério.

FIGURA 24: INTERIOR DO JAZIGO DO CARMO DE MIGUELZINHO DUTRA – 1841.



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

Outro serviço de interesse público que chama a atenção é o do correio e consta em ata de 8 de fevereiro de 1823 que a Câmara oficia ao governo da Província pedindo um correio público (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 12 DE OUTUBRO DE 1822 A 12 DE NOVEMBRO DE 1833, ARQ/MRCI, caixa 2, p. 06).

Em 25 de novembro de 1824 por meio de ofício da Presidência da Província de São Paulo informou que em sessão de 27 de outubro foi decidido que se estabelecesse os correios nas vilas de Itu, Sorocaba, Jundiaí e São Carlos (Campinas). Anexo a este mesmo ofício seguiam-se as instruções para o estabelecimento de correio público entre a capital e as Vilas acima elencadas. Referido documento mencionava que as vilas deveriam nomear um administrador a ser escolhido pela Câmara, este administrador por sua vez deveria residir dentro da Vila, reservando um quarto ou sala próximo à rua para o “laboratório do correio.” O itinerário a ser obedecido era o seguinte:

O Correio sahirá d,esta Cidade no dia 2: chegará a Jundiahi nno mesmo dia: a S. Carlos á 3: á Itú á 4: á Sorocaba a 5; onde há de falhar um dia, e deve regressar para Itú á 7: S. Carlos á 8: Jundiahi á 9: e a esta Capital á 10; e assim nas demais nas demais occasioens destinadas para a partida, e volta do dito correio para a mesma Capital, nas

occasioens porém em que o Correio Chegar com demora, e se retarde pôr consequência a partida do de Sorocaba deverá o Pedestre não ter nesta Villa o dia de falha, que se declara neste artigo, a fim de chegar no seu regresso á esta cidade no dia aprazado. (FUNDO DA CÂMARA DA VILA DE ITU, ARQ/MRCL, caixa 1, DOC. 43, p. 04/05).

Inúmeras são as transformações ocorridas a partir da introdução da monocultura açucareira, em que se tem visivelmente um crescimento do plano urbano da vila, cuja ampliação no número de ruas e fogos é nítida, ao mesmo passo que a Câmara local aos poucos vai introduzindo melhorias por meio de obras públicas que vão gradativamente tirando da vila a feição de rusticidade e abandono de outros tempos. Segundo Reis Filho (1968, p. 111 apud VIEIRA, 2016, p. 123):

A esse surto de cultura local correspondeu, certamente, nos centros urbanos principais, a preocupação de controle da transformação espacial pelos órgãos municipais. Como veremos, à medida que se intensifica a vida urbana, buscam-se meios mais adequados e em caráter permanente para conferir ao conjunto urbano as condições de um cenário conveniente para a civilização que se pretende representar.

Agora, a fim de se complementar essa análise, interessante o estudo de como esses senhores da aristocracia rural ituana foram se apropriando do espaço urbano, fazendo dele uma extensão do poderio econômico e político já exercido de certa forma em suas fazendas.

3.1 A residência urbana dos senhores de engenho

A monocultura canaveira objeto de exportação propiciou um enriquecimento dos senhores de engenho cujo excedente serviu também para a transformação das residências desses senhores no plano urbano ituano. As residências urbanas dos senhores de engenho ganharam maior vultuosidade, incorporando novos padrões de construção, ao mesmo passo que, como veremos, ocupavam lugar privilegiado no núcleo urbano da vila, Freyre (2013, p. 69) observa que “Esse tipo de habitação tendo a princípio se especializado na casa-grande de engenho, depois se requintou na casa-grande assobradada, de cidade.”

Ao redor do núcleo central da igreja matriz são vistas as construções assobradadas pertencentes as famílias mais abastadas da vila, o que se exemplifica, em 05 dos 40 inventários utilizados nesta pesquisa, em que se localizou a descrição de moradas no largo da matriz, ao mesmo tempo em que possibilitou esclarecer sobre seus proprietários.

Anna Gertrudes de Campos, falecida em 1808, senhora de engenho que conforme seu inventário possuía ao tempo de seu óbito um sítio com engenho e fábrica de açúcar no bairro

Anhembú (3:300\$000), um sítio além do rio tietê acima com casa de vivenda (1:600\$000), e outro sítio no bairro Itaim (1:000\$000), além da morada urbana abaixo descrita:

Uma morada de casas de sobrado no pátio da igreja matriz no canto olhando para o nascente no beco que segue para a capela de Santa Rita, paredes de taipa de pilão, parte feita, e parte por acabar, partindo do lado direito no mesmo pátio com casas, que está [ilegível] o Reverendo Antonio Pacheco da Silva, e do outro lado no referido beco, entrando umas casas velhas do mesmo inventariante, térreas, parte com casas de Anna de Arruda, as quais casas de sobrado junto com as terras assim no estado em que se acham ditas [...] 1:400\$000 (ARQ/MRCI, caixa 17B, grifo nosso).

A descrição dos bens de raiz de Anna Gertrudes demonstra seu poderio econômico, sendo seu Monte-mor¹² de 18:737\$390, quando de seu óbito era casada com o Alferes Luciano Francisco Pacheco, seu segundo matrimônio.

Foi localizada também a residência de Joaquim Marianno da Costa, falecido em 1829, que aparece descrita:

Moradas de casas sito no pátio da [ilegível] villa, as quais já vendeu ao senhor Elias Antônio Pároco 1:200\$000 depois do falecimento de seu [ilegível] por isso deve pertencer ao herdeiro seu filho metade daquela [...] 600\$000 (ARQ/MRCI, caixa 36A).

Joaquim Mariano da Costa seguindo os desígnios de seu pai se aventurou as minas de Cuiabá, deixando em Itu esposa e filho, porém em Cuiabá dedicou-se ao magistério (gramática e latim) e a música (NARDY FILHO, 2000, v. 5). Membro de uma das mais respeitadas famílias ituanas, estando dentro dos parâmetros daqueles que possuem residência no pátio da matriz da vila.

Antonia de Arruda, cujo óbito se deu em 1813, possuía “uma morada de casa de taipa de pilão coberta de telhas retas no pátio da matriz desta vila 800\$000.” (ARQ/MRCI, caixa 18C). O monte-mor de Antonia era de 32:098\$435, valor bastante significativo para o período, era casada com o Tenente Manoel de Campos e Almeida que aparece no mapa dos engenhos ituanos enquanto produtor açucareiro, e além da propriedade acima possuía ao tempo de seu óbito outros imóveis, tais como um sítio no bairro de Anhembú com engenho e fábrica de açúcar (4:800\$000), outro sítio (1:550\$000), e um lanço de casas (200\$000).

O capitão Bento Dias Pacheco, falecido em 1829, tem em seu inventário a descrição de “uma morada de casas de sobrado no largo da matriz partindo de um lado com dona Rita de

¹² Monte-mor: Juridicamente significa o montante dos bens arrecadados, para efeito de inventário, sem o abatimento das despesas e demais ônus a serem suportados pela herança.

Cássia [ilegível] e do outro lado com casas que [ilegível] do sargento-mor Ignácio Xavier [...] 1:600\$000.” (ARQ/MRCI, caixa 36B). O aludido capitão era senhor de engenho, possuindo além da morada de casas no pátio da matriz, um sítio denominado da ponte com engenho e fábrica de açúcar no bairro Anhembú (7:200\$000) e outro denominado Boa vista (1:600\$000), e seu monte-mor era de 28:861\$634, sendo um dos abastados senhores de engenho da região.

Por fim, Bernardo de Quadros Aranha, cujo óbito se deu em 1808, tem inventariado:

Uma morada de casas paredes de taipa de pilão, cobertas de telhas sitos no largo da igreja matriz desta vila rumando para o nascente partindo pelo lado direito com casa de Vicente Ferraz do Amaral e pelo esquerdo com as do tenente Manoel de Campos de Almeida que ficam na esquina do beco com os fundos para a rua da Palma encontrando em meio com as casas de Joana Francisca Leite [...] 410\$000 (ARQ/MRCI, caixa 17B).

O capitão Bernardo assim como outros proprietários de imóveis no largo da matriz também era senhor de engenho, possuindo além da morada de casas um sítio com fábrica de açúcar (800\$000), sendo seu monte-mor no valor de 4:039\$290.

Diversos são os senhores de engenho e membros da aristocracia ituana que possuíam sua residência urbana neste espaço destinado as elites, a foto abaixo, ainda que datada de período posterior ao estudado, ajuda a ilustrar a presença dos casarões na praça da matriz:

FIGURA 25: FOTOGRAFIA DOS CASARÕES NO LARGO DA MATRIZ – 1950.



Fonte: CASARÕES NO LARGO DA MATRIZ..., 1950. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/interior-paulista/sorocaba/itu/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

A valorização das habitações no Largo da Matriz é percebida principalmente pelos preços em que eram avaliadas estas moradias, a exemplos as descritas nos inventários acima apresentados, refletindo que somente as famílias mais abastadas teriam condições financeiras de adquirir imóveis neste espaço do núcleo urbano da vila.

Para além do Largo da Matriz, importante observar os valores de avaliação de moradias em outras ruas que compõe o núcleo urbano da vila a partir dos inventários, conforme segue:

TABELA 15 – AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS SITUADOS NO EIXO URBANO A PARTIR DOS INVENTÁRIOS.

Rua	Proprietário / Ano óbito	Imóvel	Valor atribuído
Rua Direita	João Fernandes da Costa (1801)	Morada de casas	400\$000
	Antonio de Barros Penteadó (1829)	Morada de casas	1:000\$000
	Maria Francisca Vieyra (1796)	Sobrado	1:400\$000
	Maria Francisca Vieyra (1796)	Morada de casas	600\$000
Rua da Palma	Antonio Freire da Cunha (1818)	Morada de casas	250\$000
	José Manoel de Mesquita (1813)	Sobrado de dois lanços	2:200\$000
	Antonio Francisco da Luz (1803)	Sobrado de dois lanços	1:400\$000
Rua Santa Rita	Maria Paes da Candelária (1797)	Morada de casas	10\$000
	Florinda de Arruda (1827)	Lanço de casas	64\$000
	Francisca Roza (1824)	Morada de casas	200\$000
Rua Pirahy	Maria da Lapa (1818)	Morada de casas	100\$000
Rua do Comércio	Maria de Góes Castanho (1813)	Morada de casas	120\$000
	Antonio de Barros Penteadó (1829)	Morada de casas	3:000\$000
Rua do Conselho	Antonio Francisco da Luz (1813)	Sobrado de três lanços	100\$000

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Ao se comparar os valores atribuídos as moradias localizadas em outras ruas do núcleo urbano da vila com aquelas existentes no Largo da Matriz, fica clara a hierarquia entre as vias, de modo a tornar verossímil a ideia de que o largo da matriz é efetivamente o espaço de poder, em que a lógica colonial se faz presente não só nas formas espaciais, mas efetivamente lugar que elas ocupam. Segundo os dizeres de Hespanha sobre essa divisão política do espaço, esta constitui “um instrumento de poder (ou um aparelho “político”) que serve tanto para a organização e perpetuação do poder de certos grupos sociais como para a expropriação de outros grupos.” (HESPANHA, 1984, p. 87/88 apud TORRÃO FILHO, 2004, p. 186).

Ruas como a Direita, a da Palma e a do Comércio também possuem moradias de significativo valor e fazem parte do eixo destinado aos membros da elite, já ruas como a Pirahy, Santa Rita e a rua do Conselho como a tabela acima apresenta possuem moradias de menor valor e são destinadas as camadas menos favorecidas da população, ou mesmo, aos prestadores

de serviços. Salienda Almeida (2008) que a quantidade de janelas, portas, tipo de telhas, etc. tendiam a influenciar no preço das casas.

Os imóveis revelam diversos dos aspectos das residências urbanas, o que permite diferenciar a moradia da aristocracia ituana, das moradias das camadas mais pobres da população, diferenciações que vão desde as técnicas construtivas empregadas, ou mesmo o quanto a posse de uma residência em determinados espaços representa a aquele que a possui enquanto símbolo de status e diferenciação social.

As técnicas construtivas utilizadas em geral nas moradias urbanas paulistas se mantiveram em Itu de modo que a taipa de pilão foi predominante nas moradias da elite, enquanto que a taipa de mão se fez presente nas camadas mais populares da sociedade. Não só nos inventários se viam as descrições das técnicas construtivas empregadas, mas também nas escrituras de compra e venda como a do Tenente Pedro Gonçalves e sua mulher Anna de Campos Penteadado ao capitão João Galvão de França em novembro de 1800 “[...] uma morada de casas cito no pátio da matriz desta mesma villa de dois lanços grandes, paredes de taipa de pilão, coberta de telhas [...]” (ARQ/MRCI, Livro de Notas 13, caixa 10, p. 118, grifo nosso), a moradia acima reflete aspectos comuns a moradia das elites, já com relação as moradias das camadas populares da vila temos como exemplo a descrição encontrada na escritura de compra e venda datada de 23 de abril de 1800 em que o Ignácio [ilegível] de Siqueira e sua mulher Francisca de Paula vendem a Bernardo José Gomes “uma morada de casas cito na Rua de Santa Cruz de um lanço, paredes de mão, coberta de telhas [...]” (ARQ/MRCI, Livro de Notas 13, caixa 10, p. 104, grifo nosso), existiam ainda residências com cobertura de palha “[...] casa de três lanços, paredes de mão, cobertas de palha, e seus arvoredos de espinho [...]” (ARQ/MRCI, Livro de Notas 13, caixa 10, p. 26, grifo nosso).

Algumas transformações podem ser percebidas nas residências ituanas, reflexo do crescimento econômico, surgiram diversos sobrados, situação em que as casas foram aos poucos perdendo suas feições de rusticidade típicas deste período no interior paulista, Marins observa:

O andar superior era o piso nobre, em que as famílias moravam, estando o piso térreo destinado a escritórios, dependências de serviço e também a lojas, cujos altos lucros não eram de forma alguma dispensáveis. Vidraças caríssimas substituíam as antigas janelas de treliças, ao mesmo tempo em que as vergas abatidas se disseminavam pelas janelas e portas, tornando-se uma marca da arquitetura paulista e paulistana até o advento do neoclassicismo. (MARINS, 2004, p. 130).

Os inventários também indicavam a presença desses sobrados, por exemplo, no de Maria Francisca Vieyra (1796) se tem descrito “uma morada de casas de sobrado na rua direita desta vila de Itu” (ARQ/MRCI, caixa 6).

Esses sobrados representavam de certa forma uma mudança na ordem das aparências e convivência pública, o que caracteriza um movimento diferente daquele marcado pelo isolamento das fazendas (LAHUERTA, 2009). Porém na fala Francisco (2004, p. 39) “constroem-se casas suntuosas, assobradadas, mas não se modificam muito os hábitos dentro dela.”

Esta fala que explica o início das transformações das moradias do meio urbano, também permite refletir sobre os espaços de convivência pública, e toda as mudanças provocadas por um maior contato com europeus, mas que ao mesmo tempo sofrem uma certa resistência, e nas considerações de Freyre (2013, p. 86) compreende-se que “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua.”

A partir do entendimento na ordem das aparências urbanas as igrejas são um interessante exemplo do que o enriquecimento proporcionou a vila, conforme segue.

3.2 A riqueza do açúcar refletida nas igrejas

As igrejas ituanas merecem destaque quando se aborda o período açucareiro, vez que nelas se tem um reflexo importante do que significou este período de grande crescimento econômico vivido pela vila de Itu. Para Ianni (1988, p. 25, grifo nosso) “Ao longo dos anos 1750 – 1850 floresceram a economia e as artes, abençoadas pela religião. Floresceram a economia açucareira, a vila, a sociedade, a escravatura de africanos, a cultura em geral, e as artes em particular. As igrejas se fizeram sólidas e imponentes.”

A imponentia descrita por Ianni (1988) permite a compreensão de um dos mais significativos reflexos da ascensão econômica vivida pela vila de Itu, que transformou seus templos religiosos num dos seus maiores símbolos de poder e riqueza, vistos por qualquer pessoa que visitasse o núcleo urbano da vila.

As igrejas eram seguramente os monumentos mais significativos da vila, não só dedicados à religião, mas também às relações sociais, sendo as interações de fé tidas como de grande simbologia e importância aos membros da aristocracia local (SILVEIRA; FRANCISCO, 2010).

Cabe aqui a análise de alguns desses templos religiosos a fim de que se dê o entendimento do real tamanho dos reflexos da prosperidade econômica provocada pela lavoura açucareira na vila colonial de Itu.

A atual igreja do Bom Jesus teve início com a capela fundada por Domingos Fernandes quando da fundação de Itu, e serviu como primeira matriz dedicada à Nossa Senhora da Candelária até que fosse levantada em 1669 a nova matriz da vila.

A capela passou por uma reedificação entre os anos de 1763 a 1765 promovida pelo então tesoureiro João da Costa Aranha, e ao que consta promoveu as próprias expensas, o que nos faz acreditar que já se tinha iniciado um período de prosperidade açucareira na localidade. Quando do óbito de João da Costa Aranha em 1769, sucedeu-lhe em seu cargo seu filho o padre Dr. Manuel da Costa Aranha, sendo este responsável por diversas melhorias dentre elas a construção de um sobrado em anexo a igreja para habitação do capelão (NARDY FILHO, 2000, v. 1).

A aquarela de Miguelzinho Dutra permite a visualização da antiga fachada da igreja retratada:

FIGURA 26 – IGREJA DO SENHOR BOM JESUS DE MIGUELZINHO DUTRA – 1841.



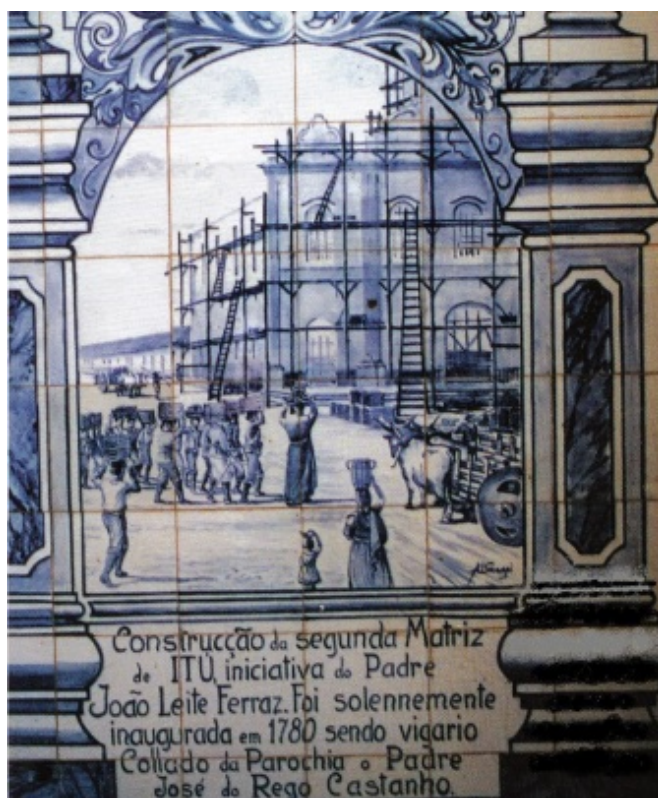
Fonte: BARDI, 1981, p. 63 apud LIMA 2014, p. 347.

A igreja matriz, por sua vez, é datada de 1669, e foi construída principalmente para atender os anseios da população, e segundo Nardy Filho (2000, v. 1, p. 53) “foi edificada no local onde hoje se encontra, mais ou menos, o repuxo do Jardim da Praça P. Miguel.”

Sob os efeitos da economia açucareira foi posteriormente construída no mesmo local uma nova matriz, sua obra perdurou ao longo dos anos entre 1777 e 1780 e nos dizeres de Marins (2015, p. 05) foi “Construída na década de 1780 com os vastos recursos de uma vila enriquecida pelas fazendas e engenhos de açúcar mantidos por mão-de-obra escrava, a Matriz da Candelária ganhou uma decoração suntuosa, que a colocava entre as mais ricas da capitania de São Paulo.”

O padre João Leite Ferraz empregou muito de sua fortuna nas obras de construção da matriz, paredes foram levantadas com terra de pedregulho pilado pelo padre José de Barros Dias contratado por 600\$000 para realização da obra. As telhas utilizadas na cobertura da igreja foram trazidas de uma olaria localizada na Fazenda Paraíso de propriedade do padre João Leite Ferraz (Nardy Filho, 2000), conforme é possível observar na representação em azulejos encomendada por Affonso d’Escragnole Taunay, então Diretor do Museu Paulista e do Museu Republicano junto ao ceramista Luiz Gagni entre os anos de 1940 a 1952:

FIGURA 27: CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA IGREJA MATRIZ DE ITU.



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itú.

Interessante notar que o mecenato praticado pela aristocracia ituana neste período de crescimento econômico da vila é notório, diversos são os mecenas que contribuem com as igrejas locais, como exemplo disso temos a Sra. Maria Francisca Vieyra, viúva do português Francisco Novaes de Magalhães, que custeou a decoração interna da igreja no ano de 1786, e por indicação do bispo de São Paulo contratou José Patrício da Silva Manso para o trabalho de douramento e pintura da capela mor da matriz, da mesma forma e pela quantia de 600\$000 contratou Bartolomeu Teyxeyra para confecção do retábulo da capela mor.

A confirmação das mais diversas contribuições voltadas ao enriquecimento do patrimônio artístico da igreja matriz de Itu, pode ser vista pelo inventário de Dona Francisca Vieyra (1796), conforme segue:

FIGURA 28: DOCUMENTO RETIRADO DO INVENTÁRIO DE MARIA FRANCISCA VIEYRA (1796).

The image shows a handwritten inventory document in Portuguese, dated 1796. The text is written in a cursive script and lists various items and their values. The items are listed on the left, and their values are listed on the right. The values are given in Reals (R) and Mil Reals (M). The total value is 3,376,800 Reals.

Novo do culto do Retábulo da Matriz assinalado	
Bartolomeu Teyxeyra que a inventariada deu da	
conta com sua devida liquidação de setecentos mil R\$	600 000
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
sem o nome desta villa a quantia de duzentos mil R\$	200 000
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
deu da Matriz desta villa a quantia de quatrocentos mil R\$	400 000
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
deu da Matriz desta villa a quantia de trezentos mil R\$	300 000
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
Matriz para o furo de um selo de setecentos e oitenta e	780 800
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
sem o nome desta villa a quantia de seiscentos e	1 600 000
Assim a inventariada deu de outros da mesma conta	
deu de declarans setecentos e oitenta e	200 000
	3 376 800

Cerca

Fonte: Inventário D Maria Francisca Vieyra, 1796, ARQ/MRCI, caixa 06, p. 24.

Marins (2015, p. 5) retrata os detalhes do interior da igreja “Os retábulos de madeira entalhada do altar mor, dos altares do arco do cruzeiro e também da nave apresentam características do barroco luso-brasileiro, muito ornamentado [...]” e complementa que somados a estas peças temos o conjunto de pinturas do forro principal feitas pelo artista José Patrício da Silva Manso e os painéis laterais em que também teria trabalhado o padre Jesuíno do Monte Carmelo, estas obras traduzem a riqueza vinda dos engenhos de açúcar.

A ilustração abaixo auxilia na compreensão da riqueza dos detalhes dos elementos decorativos existentes no interior da matriz ituana:

FIGURA 29: INTERIOR DA IGREJA MATRIZ DE ITU.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Interior da igreja matriz de Itu – Itu/SP. 2021.

Em 1831 o padre Elias do Monte Carmelo determinou que se construísse uma torre no centro do frontispício da igreja, novos sinos e um relógio foram adquiridos, além de cadeiras fixas para a capela mor, estando restaurada foi reinaugurada em 1833. A imagem abaixo é uma das únicas existentes em que temos presente a antiga fachada:

FIGURA 30: FACHADA DA MATRIZ INAUGURADA EM 1833 E DEMOLIDA EM 1888, E RESPECTIVO LARGO.



Fonte: Cintra, 1909, p. 89.

A igreja ainda teve sua fachada remodelada por meio de um projeto de Ramos de Azevedo e Paula Sousa que custou 45:000\$000, sendo reinaugurada em 1889. A nova fachada agora em estilo neoclássico permanece até os dias atuais:

FIGURA 31: NOVA FACHADA DA MATRIZ DE ITU INAUGURADA EM 1889.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Fachada da igreja matriz de Itu – Itu/SP. 2021.

Assim, o que se verifica ao se falar de todo o percurso ao longo deste período é a certeza de que os mais abastados senhores de engenho e membros da aristocracia ituana dedicaram grandes somas para a edificação e adorno da igreja matriz, tida talvez como um dos maiores símbolos da riqueza ituana.

Outra das igrejas que compõe esse rico acervo do período açucareiro é o conjunto do Convento e Igreja de São Luiz, bispo de Tolosa, inaugurada em 1692, que devido a um péssimo estado de conservação teve de ser reedificado o convento, o que ocorreu por volta do ano de 1787 a expensas das esmolas dos ricos moradores da vila, além de alguns recursos da Província, utilizando-se também da mão de obra dos escravos dos outros conventos, os Franciscanos permaneceram neste conjunto até por volta de 1862. Este conjunto passou por um incêndio em 1907, não restando dele nos dias atuais o menor vestígio (NARDY FILHO, 2000, v. 1). A fotografia abaixo retrata esse conjunto arquitetônico:

FIGURA 32: CONVENTO FRANCISCANO SÃO LUÍS DE TOLOSA DE ITU.



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

Uma das mais emblemáticas igrejas ituanas é a igreja do Carmo, que abriga um conjunto de igreja e convento fundada pelos padres carmelitas, e que reúne um considerável patrimônio como aponta Nardy Filho (2000, v. 1, p. 114) “[...] dado a estima e veneração que gozavam os Reverendos Frades e a grande devoção dos ytuanos para com a Virgem do Monte Carmello; chegou ele, dentro em pouco tempo, a possuir avultado patrimônio em terras e escravatura, sendo também rica em alfaias e objetos de culto.” Além do patrimônio existente no próprio convento, o inventário dos bens do Hospício do Carmo elaborado em 02 de julho de 1787 revela os seguintes bens móveis e imóveis:

QUADRO 2 – LISTA DE BENS DO HOSPÍCIO DO CARMO.

Bens imóveis inventariados	Bens móveis
Fazenda Tatuy	criação de gado, existindo lá cerca de 400 ou 500 cabeças entre bois e vacas.
Fazenda Nossa Senhora do Desterro	Plantações diversas, casa, móveis, capela, ferramentas e 39 escravos.
Fazenda Nossa Senhora do Socorro	Plantações diversas, casa, móveis, ferramentas e 30 escravos.

Fonte: ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 44, ordem 292.

Neste mesmo documento alertando sobre prejuízos na administração dos bens aponta como solução “estabelecer fábrica de cana, com engenho de água em água das excelentes paragens, que tem as terras do patrimônio, cujá plantaçõ é a mais rendoza desta vila, e mais própria para aquelle terreno.” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 44, ordem 292, p. 8, grifo nosso).

O convento foi fundado em 1719, e podemos observar o Hospício do Carmo pelo croqui (ANEXO K) que foi elaborado a partir de uma requisição para uma abertura de rua (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 272, pasta 1, documento 45, ordem 1067), a igreja teve sua obra concluída em 1779, porém somente foi inaugurada em 1782, por conta de os altares serem pequenos face às imagens encomendadas junto a Pedro da Cunha no Rio de Janeiro. Vale destacar que melhorias foram feitas na igreja por volta de 1820 a mando do Frei Francisco do Monte Carmello (NARDY FILHO, 2000, v. 1).

FIGURA 33 – HOSPÍCIO DO CARMO DE MIGUELZINHO DUTRA – 1839.

Fonte: Acervo do IPHAN de São Paulo.

A capela de Santa Rita foi inaugurada em 1728, tendo recebido durante o período açucareiro apenas pequenos reparos, somente em 1858 o zelador da capela José Francisco de Paula realizou as obras que necessitava, e mandou fazer com o auxílio de moradores da vila o retábulo e douramento do altar mor (NARDY FILHO, 2000, v. 1). A fachada da capela permanece até os dias atuais como se nota pela fotografia abaixo:

FIGURA 34: CAPELA DE SANTA RITA INAUGURADA EM 1728.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Fachada da igreja matriz de Itu – Itu/SP. 2021.

Por fim, no ano de 1820 se tem a inauguração da Igreja dedicada à Nossa Senhora do Patrocínio e aqui se vê novamente o poderio econômico do açúcar, e segundo Nardy Filho (2000, v. 1) o padre Antônio Ferraz Pacheco em apoio à ideia do padre Jesuíno do Monte Carmelo, doa um engenho de açúcar denominado do Tanque, com todos os escravos lá existentes, para custear a obra, bem como um terreno no perímetro urbano para que fosse edificada a igreja. A igreja é descrita por Saint-Hilaire (1940, p. 233) que considera “É esta a mais linda de todas. Na ocasião de minha viagem, acabava a mesma de ser decorada, serviço que foi executado com gosto. Tudo ali respirava frescura e extrema limpeza.” Segue aquarela de Miguelzinho Dutra que retrata a igreja antes das alterações de fachada que sofreu:

**FIGURA 35 – IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PATROCÍNIO DE
MIGUELZINHO DUTRA – 1835.**



Fonte: Acervo do museu Republicano Convenção de Itu.

É possível afirmar que por tudo quanto acima descrito muito do resplendor das igrejas ituanas foi propiciado pelo período açucareiro, pois tamanha riqueza que se vê tanto nas fachadas como em seus interiores necessitaria de uma aristocracia preocupada com aspectos devocionais que marcavam o período, bem como capaz de arcar com os altos custos de tais obras e mobílias, assim os inúmeros mecenas foram responsáveis por um conjunto arquitetônico que diferenciava a vila de Itu das demais vilas paulistas. Esclarecida a opulência das igrejas ituanas é o momento de se buscar a compreensão dos padrões demográficos desta próspera vila do interior paulista.

3.3 Padrões demográficos

As mudanças vividas pela vila de Itu no período açucareiro, também se refletiram nos padrões demográficos, a necessidade de mão de obra para a lavoura canavieira, impulsionou a introdução de novos elementos em sua população. Para Ianni (1988, p. 28) “A prosperidade econômica, o crescimento demográfico, o aumento da escravaria e a expansão do núcleo urbano ocorreram de par-em-par.”

Os dados censitários encontrados nas listas nominativas dos habitantes permitem um maior conhecimento da população da colônia, ao mesmo passo que para Marcílio (2000) o grande objetivo quando se faz um estudo em demografia histórica dos séculos em que a lavoura açucareira paulista apresentou plena evolução é entender a demografia desvendada, porém em conjunto com a evolução da atividade agrícola dessas populações.

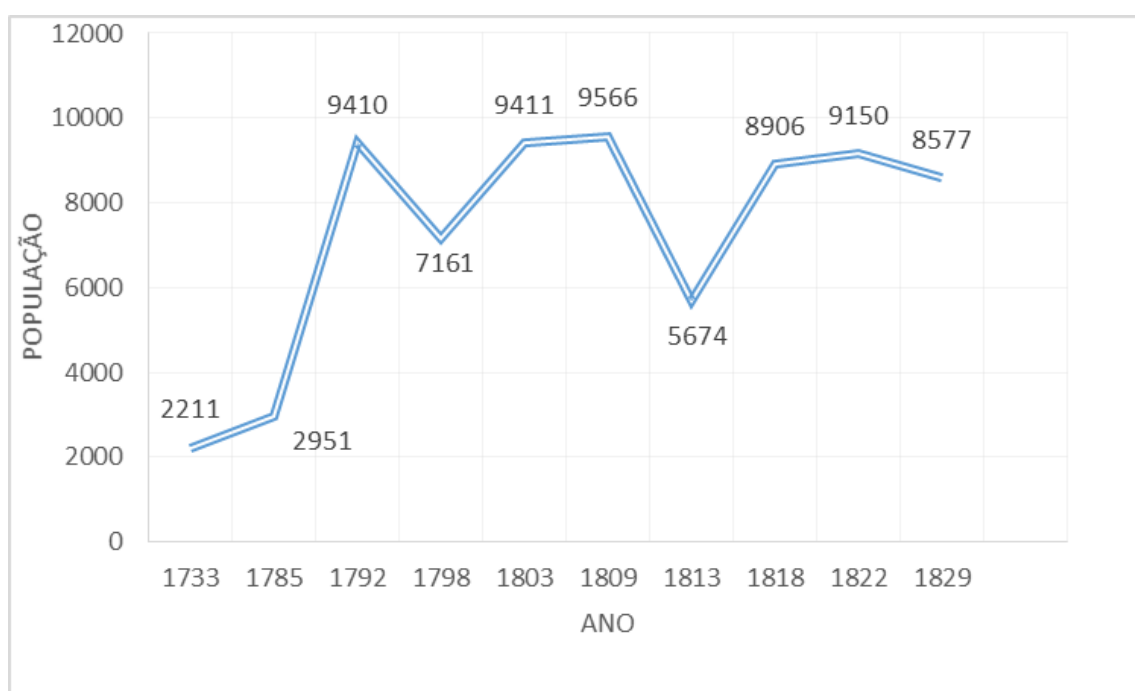
Marcílio (2000) propõe que para um estudo censitário brasileiro necessário se pensar em uma periodização das fontes existentes, assim a mesma autora dividiu este estudo em 3 períodos, a fase pré-estatística (que vai do início da colonização até a primeira metade do século XVIII, a proto-estatística (que vai da segunda metade do século XVIII ao primeiro recenseamento nacional de 1872), e pôr fim, a era estatística (a partir de 1872).

Este trabalho se concentrou na fase proto-estatística, já que esta compreende o período do desenvolvimento da lavoura canavieira, em que temos os registros censitários dos de 1776 a 1836, e são denominados maços da população da vila de Itu, contendo em seu bojo diversas informações, tais como o crescimento demográfico, as estruturas sociais, suas dinâmicas, etc.

É no século XVIII que as maiores mudanças ocorrem na demografia histórica paulista e para Marcílio (2000, p. 69) “O século XVIII é o século das importantes transformações demográficas inter-relacionadas com as mudanças econômicas e sociais no território da capitania de São Paulo.”

Assim, tendo em vista os números da produção açucareira ituana, e frente ao seu nítido papel de destaque interessante observar o crescimento demográfico que se verifica ano a ano, conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 8 – POPULAÇÃO TOTAL DA VILA DE ITU AO LONGO DO PERÍODO AÇUCAREIRO.



Fonte: Samara, 2005, p. 102.

Os anos acima foram escolhidos por fornecerem uma série mais completa de dados, ao mesmo tempo em que cobrem o período de pesquisa delimitado, ou seja, de 1780 a 1830 (SAMARA, 2005). Os censos demográficos demonstram uma vertiginosa alteração dos padrões demográficos da vila que em 1733 possuía um total de 2211 (dois mil duzentos e onze) habitantes, em 1785 sobe para 2951 (dois mil novecentos e cinquenta e um) habitantes, verificando-se o maior salto demográfico já em 1792 quando a vila atinge 9410 (nove mil quatrocentos e dez) habitantes. Em ofício de 24 de abril de 1792 encaminhado pelo capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao secretário do governo ao falar das Companhias de Ordenança aponta o crescimento populacional da vila “[...] a lista geral do anno próximo [ilegível] se faz presente haver crescido em grande número o povo deste Destrito [...]” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 63, ordem 292).

Observando-se este mesmo gráfico temos algumas quedas nos números da população ituana, mas como explicar essa situação, ou mesmo qual teria sido a causa? A resposta é simples e está associada a alguns desmembramentos que ocorreram, vez que Itu contava com uma grande extensão territorial no século XVIII, e após um maior desenvolvimento de algumas de suas freguesias, e atendendo aos desígnios da coroa, ou mesmo a requisição dessas populações estas se tornaram vilas.

No caso de da Freguesia de Ararituaba, que depois passou a se chamar Porto Feliz, foi em 1797 definitivamente desmembrada da vila de Itu, após o auto de ereção, e o mesmo aconteceu com várias outras freguesias ao longo do século XIX como Piracicaba em 1823, Capivari em 1832, Salto em 1889, etc. (SAMPAIO, 2014). O número de habitantes em 1792 em Itu era de 9410 (nove mil, quatrocentos e dez), havendo um decréscimo em 1798, sendo que o número de habitantes cai para 7161 (sete mil, cento e sessenta e um), sendo plausível que esse decréscimo tenha se dado pelo aludido desmembramento de Porto Feliz ocorrido em 1797.

Vale destacar que conforme apontado por Samara (2005) a queda populacional em 1813 está atrelada a uma diminuição do número de Companhias de Ordenança, estando possivelmente incompleto o censo de 1813, já que em 1818 os bairros reaparecem no censo.

No início do século XIX ocorreu um decréscimo populacional provocado pela varíola, interessante observar a fala de Nardy Filho (2000, v. 1, p. 25) que revela “No começo do século passado foi Ytu assolado por uma terrível epidemia de varíola; diante de tão terrível mal foi a população tomada de pavoroso pânico, fugindo espavorida para os sítios; na cidade tudo faltava, não havia médico, não havia hospital e os doentes morriam à mingoa [...]” Estes fatos descritos por Nardy (2000) estão de acordo com outras fontes documentais, como por exemplo, no inventário de Anna Gertrudes de Campos, cujo óbito se deu em 1808, em que o inventariante o

Alferes Luciano Francisco Pacheco, justifica o descumprimento do prazo legal para realização do inventário da seguinte forma:

Que a dita inventariada sua mulher dona Gertrudes, aliás, Anna Gertrudes de Campos havia falecido no último dia do mês de maio deste presente ano, sem testamento [ilegível]: e que a causa de não ter principado, feito e acabado o presente inventário no tempo que determina a lei, foi o mal, e peste das bexigas, que tão cruelmente feriu e afligiu este povo desde o mês de abril próximo [ilegível] e de novo tem [ilegível], vindo-se e me dito obrigado acabando nas esta vila, e toda a comunicação, fugindo, e retirando-se com toda a sua família pelo justo temor, e perigo daquele contágio; sendo esta a primeira vez que torna a esta vila por cumprir este mesmo dever. (ARQ/MRCI, Inventário de Anna Gertrudes de Campos, 1808, caixa 17B, p. 4, grifo nosso).

A informação acima é confirmada por uma Lista geral dos habitantes do distrito enviada ao secretário do governo em 23 de março de 1809 pelo capitão-mor Vicente da Costa Taques Góes e Aranha em que esclarece:

Do resumo geral das m^{as} Listas de 1807 consta existirem naquele anno nesta vila oito mil, quatrocentas, e huma pessoas; e do resumo das do ano próximo pretérito que agora envio, se vê existirem oito mil, sessenta, e cinco pessoas, com diminuição de trezentas, trinta, e seis pessoas a respeito do ano anterior cujo documento [ilegível] comprova o grande estrago das bexigas malignas, por mim anunciado a Vossa Excelência em meu officio de 14 de dezembro passado, e a mudança de muitos casais para diferentes Destritos, como a Vossa Excelência participei em meu officio de 4 de janeiro [...] (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 73, ordem 293).

A mortalidade e a morbidade estão para Nadalin (2004) como elementos que nos diferenciam das sociedades do passado. Importante apenas que não busquemos verdades absolutas, dada a complexidade de elementos no passado que podem fugir aos nossos olhos.

Como bem explica Marcílio (2000) é por meio de um processo de crescimento populacional regional, associado aos interesses da metrópole, ao fisiocratismo¹³, e também de uma conjuntura internacional favorável que a grande lavoura se estabelece. O que sabiamente é defendido por Wrigley “A evolução da população estimula a técnica, que de volta elevará o número demográfico, o que permite compreender como se alargou lentamente a base agrícola da economia de tantas sociedades pré-industriais na Europa e fora dela.” (WRIGLEY, 1969, p. 49 apud MARCÍLIO, 2000, p. 130).

¹³ Fisiocratismo: tratava-se de uma corrente económica, esta defendia que a verdadeira riqueza das nações residia na agricultura, pois todas as atividades económicas dependiam desta atividade.

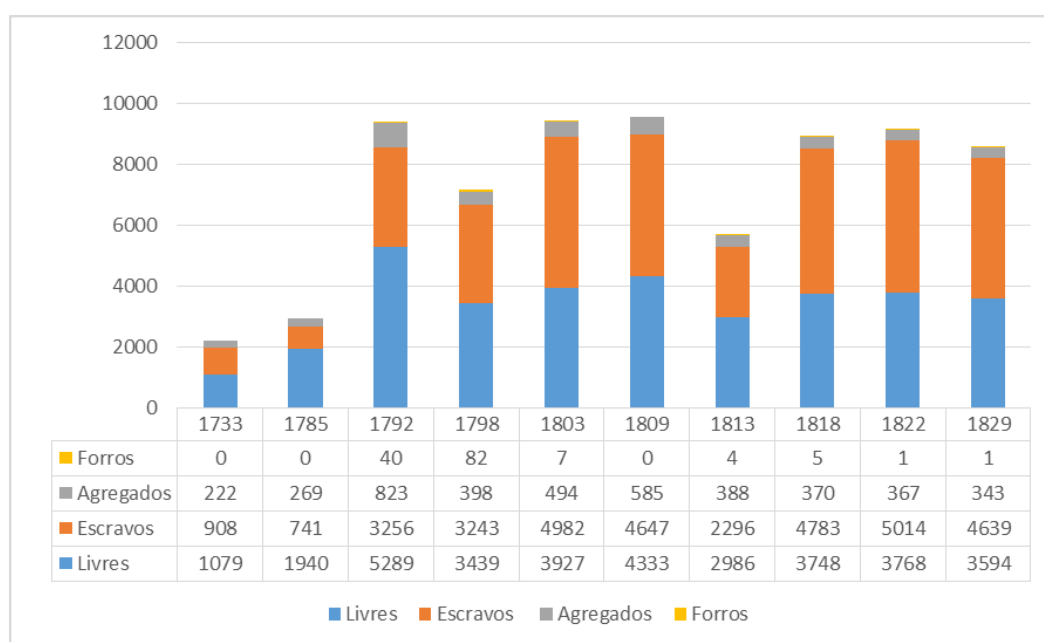
Cientes do crescimento populacional vivido pela vila de Itu e de todo o conjunto de transformações ocorridas, primordial o estudo da estrutura populacional que se formava, bem como camadas sociais interagiam.

3.3.1 Livres, escravizados, forros e agregados

Os dados populacionais fornecidos pelos maços da população ituana confirmam a hipótese de crescimento populacional, ao mesmo tempo em que são vinculados ao crescimento da lavoura canavieira por uma série de fontes documentais. Assim, torna-se fundamental explicar como se forma a estrutura populacional a partir desse crescimento, como essas camadas da sociedade interagem, e o principal a constatação do número de componentes de cada camada da sociedade ituana.

Interessante notar que os censos do período traziam distintamente livres, escravizados, agregados e forros, de modo que os números possibilitam o esclarecimento da evolução ano a ano do número de membros de cada camada social. O gráfico abaixo apresenta os números de habitantes das distintas camadas sociais:

GRÁFICO 9 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DA VILA DE ITU AO LONGO DO PERÍODO AÇUCAREIRO.



Fonte: Samara, 2005, p. 102.

Os homens livres aparecem como o maior grupo até o final do século XVIII, porém já em 1803 é possível verificar que o número de escravizados supera o de homens livres, o que

reforça a ideia de que o crescimento deste contingente populacional é obra da lavoura açucareira que se instala na vila.

Os agregados, por sua vez, são aqueles que segundo Samara (2005, p. 94) se caracterizam pelo “[...] fato de não possuírem nem uma porção de terra ou casa própria, tendo, portanto, que se ajustar aos proprietários das áreas rurais ou urbanas dentro dos mais diferentes tipos de relação.” Essa figura dependia da proteção de uma família abastada, ao mesmo tempo em que aos senhores significava prestígio político a existência de agregados em seu entorno, estabelecendo-se entre eles vínculo de serviços mútuos e solidariedade (SAMARA, 2005).

Em Itu conforme a tabela acima os agregados estiveram sempre presentes no período açucareiro, e isso guarda relação com a estrutura da sociedade escravocrata, em que grandes extensões de terra se concentravam nas mãos de poucos e o trabalho nos engenhos ficava em sua maior parte nas mãos dos escravos, logo ao agregado restava um papel marginal na sociedade local. Ainda que em sua maioria tivessem esse papel marginal, alguns aproveitando-se deste crescimento econômico propiciado pelo açúcar conseguiram adquirir pequenas extensões de terra de modo a modificarem sua condição social. (SAMARA, 2005).

Estes elementos sociais eram em maior número encontrados na área urbana, ainda que fossem regularmente encontrados nos bairros rurais, isto se deve a uma ampliação e diversificação da rede de serviços existentes a época, o que acabava por favorecer o estabelecimento dos agregados (SAMARA, 2005). Interessante pontuar sobre o papel das mulheres agregadas que muitas das vezes apareciam como companhias as senhoras de engenho viúvas, ou mesmo junto de costureiras, rendeiras e etc., algumas vezes porém a mulher era tida como agregada para esconder que viviam maritalmente com homens solteiros ou viúvos, demonstrando traços das diversas formas de exploração sexual que a mulher era exposta no período, principalmente aquelas de uma menor condição social, e que muitas das vezes por falta de opções vivam em concubinato. (SAMARA, 2005).

Tínhamos no grupo de agregados elementos brancos, pardos em sua maioria e com pequenas diferenças elementos negros, isso se manteve mesmo com o crescimento no número de habitantes negros na vila. (SAMARA, 2005). Em 1792 temos em Itu 823 agregados, sendo o maior número registrado no período em estudo.

O elemento escravo por sua vez é aquele que representa a maior mudança na dinâmica da vila a partir de sua inserção, uma vez que é ele a força motriz dos engenhos, logo fácil observar o crescimento de seu número ano a ano até que no início do século XIX supera o de homens livres, em 1822 se tem registrado a presença de 5014 (cinco mil e quatorze) escravos, enquanto que de homens livres se tem 3768 (três mil, setecentos e sessenta e oito). Ofícios

como o de 29 de abril de 1805 relatando desordens urbanas apontando como causa o aumento da escravatura (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 40, ordem 293) nos ajudam a entender como a dinâmica do número de habitantes cresce e transforma Itu.

Diferente dos agregados que se concentram em maior número na área urbana, os escravizados se concentram no espaço rural, vez que os cativos possuem um alto custo, logo sua aquisição era destinada a suprir a demanda de trabalho nos engenhos.

A origem dos escravizados até pelo salto quantitativo no período açucareiro tende a demonstrar que foram trazidos da África (LUNA e KLEIN, 2005), muitos dos escravos importados entravam pelo Rio de Janeiro, outros pelo porto de Santos, em documento encontrado junto ao arquivo de São Paulo a Câmara de Itu em abril de 1791 relata ter recebido a notícia de uma embarcação vinda de Benguela com mais de 300 escravos para compra participando a notícia a todos os moradores de Itu (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 54, ordem 292).

Já os forros aparecem no censo pela primeira vez apenas em 1792, e pelos livros de notas vemos diversas escrituras de alforria algumas por falecimento (ARQ/MRCI, Livro de Notas 13, caixa 10, p. 10), outras com condições (ARQ/MRCI, Livro de Notas 19, caixa 01, p. 181v.), ou mesmo sem condições (ARQ/MRCI, Livro de Notas 19, caixa 01, p. 113).

Por fim, analisando os números do gráfico 9 é de fácil constatação de que todos os elementos descritos vivenciam uma significativa alteração no final do século XVIII, e uma certa estabilidade na primeira metade do século XIX (SAMARA, 2005).

Foi localizado junto ao arquivo de São Paulo um ofício encaminhado à Secretaria de Governo da Província a lista geral do distrito para o ano de 1798, que tinha em seu conteúdo o número de nascimentos e óbitos daquele ano. Vejamos a tabela dos nascimentos para o ano de 1798:

TABELA 16 – NASCIMENTOS EM ITU (1798).

Branco		Pretos				Mulatos			
		Livres		Cativos		Livres		Cativos	
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
105	73	7	6	47	42	23	34	8	10

Fonte: ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 71, ordem 292.

A maior média de nascimentos se concentra nos homens brancos, mas interessante notar que pelo número total de escravizados que saltou de 3243 em 1798 para 4983 em 1803 (gráfico 9) quando comparados ao número de nascimentos que nesse ano foi de 89 pessoas deixa evidente que esses escravos foram trazidos da África, ou mesmo comprados de outras localidades. Os mulatos, por sua vez, têm seu maior número de nascimento concentrado em seus membros livres como vemos acima.

Agora vejamos a tabela contendo os óbitos desse mesmo ano de 1798:

TABELA 17 – ÓBITOS EM ITU (1798).

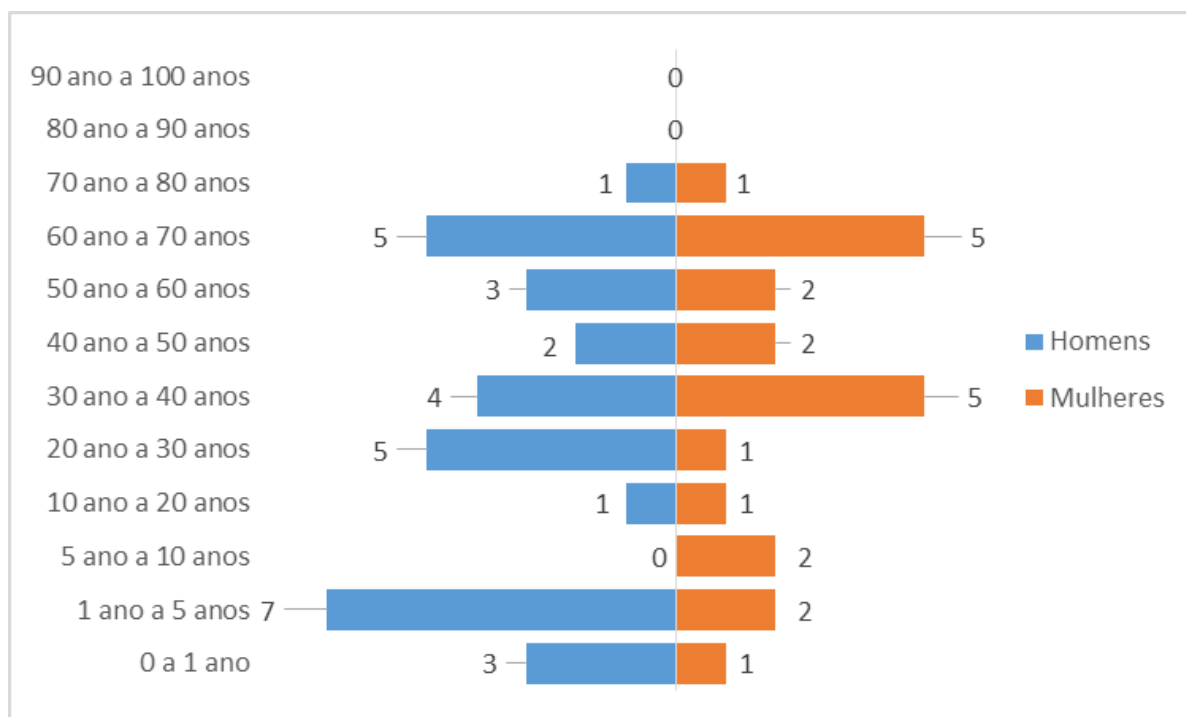
Faixa etária	Brancos		Pretos				Mulatos			
			Livres		Cativos		Livres		Cativos	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 1 ano	8	5	1	0	3	1	4	1	3	1
1 ano a 5 anos	7	2	1	0	7	2	7	5	0	0
5 anos a 10 anos	1	4	0	0	0	2	0	0	0	0
10 anos a 20 anos	1	0	0	0	1	1	3	0	0	0
20 anos a 30 anos	2	0	0	0	5	1	1	2	0	1
30 anos a 40 anos	2	1	0	1	4	5	0	5	0	1
40 anos a 50 anos	8	4	0	1	2	2	3	4	1	1
50 anos a 60 anos	2	3	0	0	3	2	1	2	0	0
60 anos a 70 anos	4	1	0	0	5	5	0	0	0	0
70 anos a 80 anos	3	2	0	0	1	1	1	0	0	0
80 anos a 90 anos	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0
90 anos a 100 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 71, ordem 292.

Vemos no elemento branco tanto masculino quanto feminino uma taxa de mortalidade maior nos primeiros anos de vida, e na idade adulta a maior média de mortalidade se concentra no grupo entre 40 e 50 anos de idade, sendo nesta faixa etária registrado que os homens tem o dobro de mortes das mulheres, o que pode se justificar pelas atividades de labor principalmente.

No elemento mulato os maiores índices de mortalidade se concentram nos primeiros anos de vida, e posteriormente entre os 30 a 40 anos de idade, sendo os maiores números entre os mulatos livres.

Já com relação ao elemento negro os números dos livres são inexpressivos, porém com relação aos cativos vejamos a pirâmide etária abaixo:

GRÁFICO 10 – PIRÂMIDE ETÁRIA NEGROS ESCRAVIZADOS EM ITU (1798).

Fonte: ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 71, ordem 292.

Existe com relação a este elemento uma alta mortalidade principalmente do sexo masculino nos anos iniciais, e na vida adulta ocorrendo principalmente com os homens entre os 20 e 40 anos e entre os de 60 e 70 anos, as mulheres, por sua vez, concentram seus maiores índices de mortalidade entre os 30 e 40 anos e também entre os 60 a 70 anos de idade.

Conhecidos os aspectos demográficos ituanos, que estão em consonância com o crescimento econômico, e também com o crescimento de seu núcleo urbano, vejamos agora aspectos da evolução espacial cartográfica.

3.4 Evolução espacial cartográfica, organização administrativa e desmembramentos na boca do sertão.

Através da cartografia histórica é possível entender a transformação espacial da vila de Itu, bem como da capitania de São Paulo como um todo, de modo a observar-se o processo de espacialização que colaborou no papel de destaque de Itu neste período da história paulista. Assim, neste item fundamental elucidar o desenho espacial, as companhias, freguesias e os bairros rurais que compunham o território ituano.

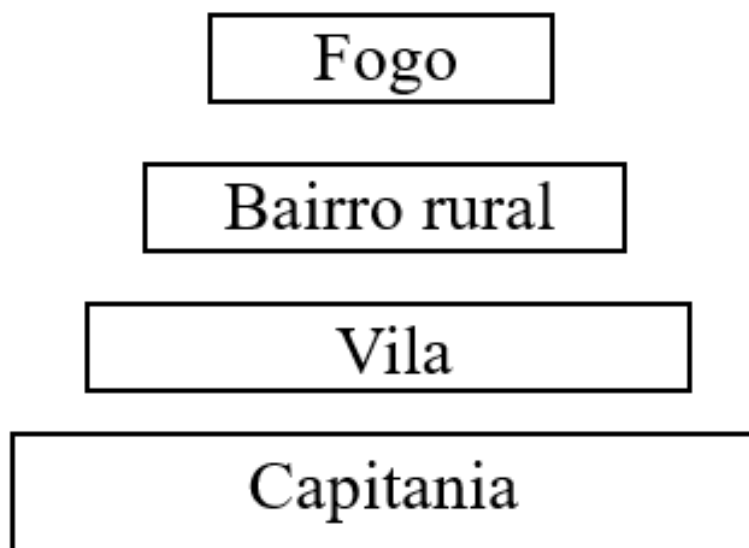
Definir o espaço territorial ituano e diferenciá-lo de outros por meio da cartografia histórica fornece a dimensão material do processo que solidificou a vila no período açucareiro,

e mostra não só como a vila se formou e desenvolveu, mas como a Capitania de São Paulo experimentou sua transformação motivada por uma agricultura crescente de base escravista colonial.

Assim, a partir de uma abordagem cartográfica objetivou-se o entendimento do desenho espacial e organização administrativa, levando-se em conta os desmembramentos que ocorreram e alteraram a dimensão espacial da vila de Itu.

A organização administrativa das vilas, cidades que formavam a capitania obedeciam segundo Marcílio (2000) ao seguinte esquema:

FIGURA 36 – ESQUEMA DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS PAULISTAS.

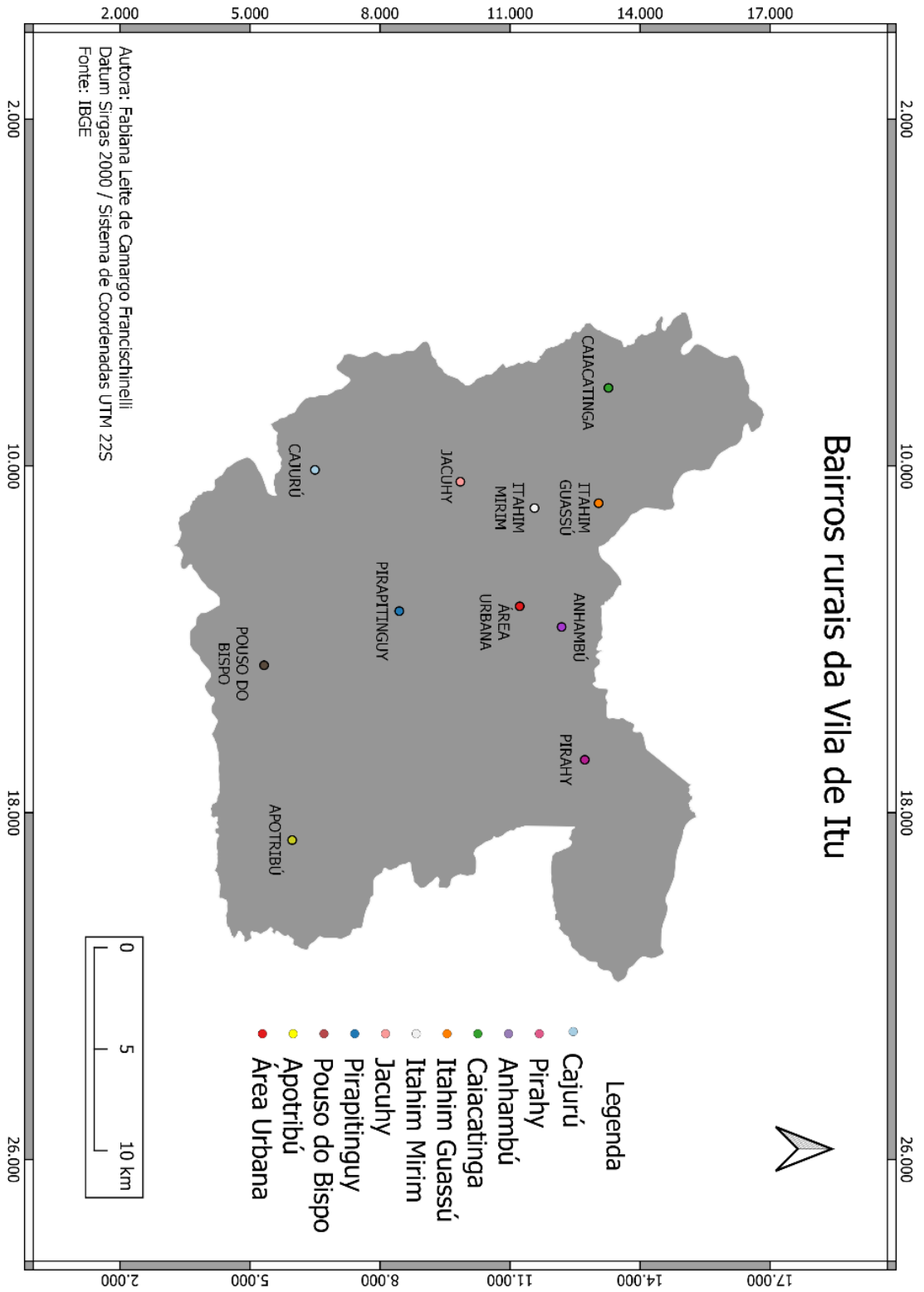


Fonte: Marcílio, 2000, p. 135.

Os fogos eram a base da ocupação e se constituíam em um grupo doméstico, que por sua vez, pertencia a um bairro rural, quando não localizado no núcleo principal da vila. O bairro rural é tido como o agrupamento de famílias cujo principal símbolo de sua existência era uma pequena capela e nesses núcleos rurais víamos muito da estrutura social caipira presente, este fazia parte do chamado termo da vila, que em conjunto ao núcleo central formavam a vila, que por sua vez junto dos demais municípios e vilas compunham a capitânia. (MARCÍLIO, 2000).

Para Marcílio (2000) a agricultura comercial visando os mercados internacionais foi a grande responsável pelo processo de desestruturação desses bairros rurais, o que aconteceu em Itu, sendo apenas em bairros rurais mais distantes como Apotribú e Pouso Bispo que a cultura caipira manteve viva sua identidade. Vejamos o mapa do espaço rural ituano existente a época:

FIGURA 37 – MAPA DOS BAIRROS RURAIS DA VILA DE ITU (SÉCULO XIX).



Fonte: Adaptado de SADER, 1970, s/n.

Existe ainda a Carta da Província de São Paulo elaborada por Jules Martin em 1875, levantada a partir dos estudos do engenheiro Robert A. Habersham em que foram retratados alguns dos bairros rurais da vila de Itu (ANEXO L). Outro mapa que ajuda no entendimento do espaço rural ituano, elaborado por Bastos (1997) ainda que com base em período posterior ao estudado é o encontrado no anexo M.

Em conjunto com essa divisão administrativa da vila também se tinha uma divisão religiosa, uma militar e outra jurídica. Na religiosa sua menor unidade eram as capelas que estavam subordinadas a uma paróquia, que servia a partir de um Estado associado a igreja como local de registro de nascimentos e óbitos, casamentos, realizando diversos labores de direito civil. As paróquias eram subordinadas ao bispado da capitania de São Paulo.

A divisão jurídica será tratada no próximo capítulo ao se tratar dos aspectos legais, já a divisão militar era aparelhada a partir da Companhia de milícias da terra, e estavam organizadas nas vilas e cidades em corpos ou companhias de ordenanças.

As Companhias de Ordenanças eram forças militares compostas por moradores locais encarregados da conservação da ordem interna, e Samara (2005) notou no aumento dessas companhias um reflexo de um crescimento demográfico, bem como de uma ampliação de áreas para lavoura, tudo isso relacionado à prosperidade da monocultura açucareira. Segundo Raymundo Faoro, as Ordenanças eram: “a espinha dorsal da colônia, instrumento de ordem e disciplina.” (FAORO, 1989, p. 233).

A fim de se reconstruir o espaço da vila de Itu, seja ele rural ou urbano, as companhias são de grande auxílio, já que com a expansão ou agrupamento de bairros e freguesias novas companhias vão sendo criadas. Assim, temos que “De apenas uma Companhia nos anos de 1773 a 1775, encontramos duas em 1776, que abrangiam o domínio oriental e ocidental de Itu. Em 1792 e 1798, havia “sete”; em 1803 e 1808, “seis”; em 1813, “cinco”; e em 1818, 1822 e 1829, “oito”.” (SAMARA, 2005, p. 77).

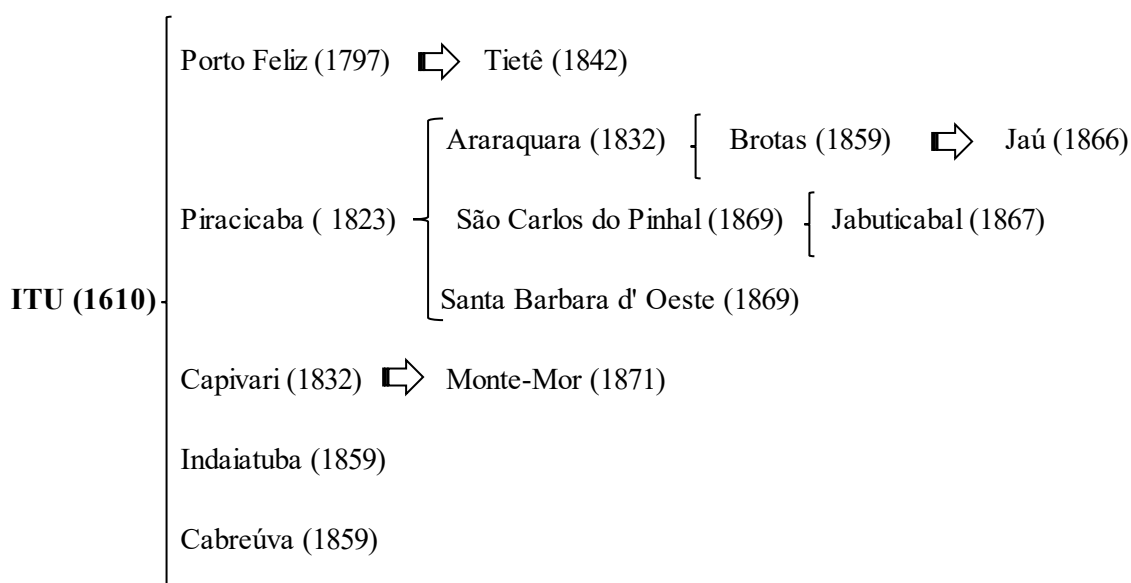
Foram incorporados a Itu distritos como o de Porto Feliz (1728), Piracicaba (1774), Cabreúva (1830), Indaiatuba (1830), Montemor (1832) e Salto (1885). Devemos nos atentar, porém que na análise do território as bases e limites do distrito, da paróquia e de uma Companhia de Ordenança dificilmente se aproximavam. (MARCÍLIO, 2000).

A dificuldade era ainda maior quando os desmembramentos ocorriam e novas vilas eram criadas, de modo a se redistribuir os corpos militares nas vilas, ou mesmo na capitania. Para Marcílio (2000) essa confusão entre diferentes jurisdições (civil, militar e eclesiástica) é uma herança portuguesa e cria problemas aos geógrafos quando tentam estabelecer essas divisões.

Na busca pela reconstrução da evolução da vila de Itu, e dentro da configuração espacial ao longo do final do século XVIII e início do XIX, diversas são as freguesias que se desmembraram de Itu, e até para o correto entendimento de diversos outros fatores, importante o estudo dos desmembramentos, que podem alterar os resultados dos números pesquisados, de modo que este esclarecimento se faz necessário para a correta interpretação dos dados colhidos e analisados.

Antes, porém vale destacar que Itu sofreu neste período açucareiro um contínuo processo que de início foi de incorporações como já dito anteriormente e posteriormente de desmembramentos provocados pelo crescimento das freguesias que impulsionadas pela cana-de-açúcar buscavam sua autonomia, assim de seu território surgiram novas vilas, de modo a se ter uma significativa diminuição de seus limites territoriais, conforme quadro abaixo:

FIGURA 38 – ORGANOGRAMA DESMEMBRAMENTOS DA VILA DE ITU.



Fonte: Marcílio, 2000, p. 140.

Conseguiu-se visualizar melhor tanto os espaços incorporados bem como os desmembrados ao longo do tempo pelos mapas do Departamento de Estatística do Estado de São Paulo, encontrados junto ao setor de cartografia do Arquivo Público de São Paulo.

Os mapas permitem observar a transformação do território desde o ano de 1600 quando se tinha apenas as vilas do litoral, e no planalto a de São Paulo (ANEXO N), passando pelo ano de 1700 em que já visualizamos a vila de Itu e sua significativa extensão territorial (ANEXO O).

No mapa de 1800 podemos observar o desmembramento de Porto Feliz (Ararituaba) que conforme apresentado anteriormente ocorreu em 1797 (ANEXO P), outros desmembramentos que se visualizam pelo mapa de 1850 é o de Piracicaba em 1823 e Capivari em 1832 (ANEXO Q), por fim no mapa de 1889 já aparecem as cidades de Piracicaba (1859), Salto (1889), Indaiatuba (1859) e Cabreúva (1859) todas desmembradas da cidade de Itu (ANEXO R).

Assim, ainda que difícil estabelecer com precisão o território da vila de Itu, a cartografia histórica auxilia na elucidação desse espaço do passado, contudo importante se atentar que os mapas constroem narrativas sobre o espaço e como sabemos não estão alheios aos interesses de quem os elabora. As pesquisas envolvendo a cartografia história são primordiais quando se fala do período colonial, e estudos nos mais diversos bancos arquivísticos podem em conjunto com as mais diversas disciplinas construir um entendimento muito mais interessante do território colonial paulista.

No próximo capítulo os mais diversos aspectos das relações de poder que permeiam a sociedade local serão estudados, a partir da formação de uma elite açucareira disposta a manter posições e construir símbolos de diferenciação.

4. AS RELAÇÕES DE PODER NA VILA DE ITU

Neste quarto capítulo frente ao conhecimento do reflexo propiciado pela lavoura açucareira no plano urbano, bem como no número de habitantes da vila de Itu, entre outros aspectos já estudados, fundamental agora analisar as relações de poder em Itu.

Como disse Schwartz (1988) o alicerce da sociedade brasileira está tanto no elemento europeu, quanto no indígena, e no africano e completa “[...] o açúcar, o engenho e a escravidão desempenharam papéis cruciais na definição e conformação da sociedade brasileira.” (SCHWARTZ, 1988, p. 209). Assim, posições sociais se formaram a partir da organização dos meios de produção, e a sociedade se ajusta, ao mesmo tempo em que Estado e igreja ratificam a organização social vigente.

O meio técnico utilizado na produção açucareira, somada a um mercado internacional interessante ao açúcar são conjecturas que irão reforçar as estruturas das relações sociais, ao mesmo passo que segundo Schwartz (1988, p. 209) “criaram ou reforçaram posições mantidas por vários grupos: senhores de engenho, comerciantes e escravos.”

Nesse organismo social cuja centralidade está no engenho, importante pontuar a fala de Antonil que considera:

O ser senhor de engenho, he título, a que muitos aspirão, porque traz consigo, o ser servido, obedecido, e respeitado de muitos. E se fôr, qual deve ser, homem de cabedal, e governo; hem se póde estimar no Brazil o ser senhor do engenho, quanto proporcionadamente se estimão os títulos entre os fidalgos do Reino. (ANTONIL, 1837, p. 7).

A fala acima guarda resguardo na ideia de nobreza que existia na sociedade brasileira, em que o senhor de engenho se via enquanto membro de uma camada distinta da sociedade, de modo que se vendo como parte da nobreza trazia consigo a ideia de que não deveria se dedicar ao trabalho braçal, ao mesmo passo que deveriam manter suas linhagens próximas, muitas das vezes pautando casamentos orquestrados para manutenção do patrimônio familiar (SCHWARTZ, 1988). Essa ideia guarda resguardo na sociedade portuguesa seiscentista que tinha no período medieval os alicerces de seus padrões de comportamento, e visão de mundo.

O senhor de engenho sempre se viu no topo dessa pirâmide social, configurada a partir de relações de poder, riqueza e códigos sociais de uma sociedade colonial, cujo sistema escravista é predominante. As demais camadas por sua vez gravitavam em torno deste, numa relação pautada na dependência e solidariedade, face as características paternalistas da sociedade colonial brasileira, como se ilustra abaixo:

FIGURA 39 – RELAÇÃO DOS SENHORES DE ENGENHO COM AS DEMAIS CAMADAS SOCIAIS.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Os senhores de engenho e as demais camadas sociais – Itu/SP. 2020.

Assim, pequenos e médios agricultores, comerciantes, prestadores de serviços, etc. faziam parte dessa rede de relações de trabalho e dependência, interligando setores da economia, mas sempre gravitando ao redor dos grandes proprietários, os senhores de engenho. Vale destacar que até se pode falar em mobilidade social permitindo mudanças de categorias sociais, como de escravos em libertos, de arrendatários em pequenos proprietários. Samara (2005) aponta que isso acontecia com maior facilidade com os assalariados principalmente nas funções intermediárias, porém o acesso à classe dominante dos senhores de engenho não era facilitado, vez que era interesse desses a perpetuação de suas riquezas.

As relações de poder local podem ser explicadas a partir de diversos elementos e circunstâncias de modo que este capítulo será dedicado ao entendimento destas facetas do poder local, sejam elas políticas, culturais, ou mesmo propriamente econômicas. Assim, necessária a compreensão dos aspectos legais conforme segue.

4.1 Aspectos legais

Os aspectos legais se mostram fundamentais para entender o território a partir de sua dimensão política, já que as esferas do poder legalmente constituído delimitam os direitos e deveres de uma sociedade, ao mesmo tempo que fiscalizam e exercem o poder coercitivo sobre esta mesma sociedade. Para Souza (2010) o termo justiça associava as instituições e as pessoas incumbidas de sua efetiva aplicação, o que por vezes representava o caráter de interpenetração entre a magistratura e a burocracia colonial.

O pelourinho como já dito anteriormente é a espacialização do poder na vila, situado de frente ao prédio de Câmara e Cadeia, era o espaço destinado para leitura dos bandos, ordens régias, etc., e principalmente a aplicação dos castigos, conforme se observa neste trecho de ofício encaminhado pelo capitão-mor da vila de Itu Vicente da Costa Taques Góes e Aranha ao secretário do governo falando de uma quadrilha de escravos presos e castigados no pelourinho:

Foram esses escravos Manoel e Mauricio três vezes ao pelourinho para exemplo dos demais e iniciada satisfação do público ofendido e não continuou mães o castigo, por estarem destinados a receber nessa cidade o punimento que V. Exa. For servido determinar-lhes. Foram também ao pelourinho alguns escravos de diversos senhorios, que auxiliavam aos fugidos com mantimentos e avisos, o que se reconheceu pela autentica confissão dos mesmos fugidos que foram presos e igualmente foram castigados aqueles que insultavam as patrulhas, rondas e guardas e depois foram entregues a seus Senhores. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 81, ordem 293, grifo nosso).

Para facilitar o entendimento da estrutura organizacional da administração portuguesa no Brasil do século XVIII, foi elaborado um organograma¹⁴, porém o que interessa de fato a este trabalho é a estrutura local, e como ela dialoga com as demais esferas de poder. A escala local da estrutura jurídica colonial corresponde aos padrões políticos e administrativos do império colonial português, estando sua organização contida nas Ordenações Afonsinas (1446), nas Ordenações Manuelinas (1521) e nas Ordenações Filipinas (1603) que dispunham em seu bojo sobre as atribuições dos municípios, obedecendo-se a princípios como a subordinação destes ao poder central, entre outros.

A administração da justiça era dividida entre o juiz ordinário, o capitão-mor e os oficiais da Câmara de Vereadores, interessante dizer que não é correto pensar a administração daquele período pautados na ideia atual de divisão, harmonia e independência entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, pois muitas vezes as funções se misturavam, sendo particular ao período a organização estabelecida. Os juizes ordinários, por exemplo, eram eleitos anualmente pela elite local, os ditos “homens bons” possuidores de bens, ou mesmo de prestígio social (SOUZA, 2010) e que segundo Gonçalves (2015, p. 55) “[...] constituíam uma oligarquia, que usufruía tanto quanto possível de suas relações com os representantes do poder metropolitano.” Conforme as Ordenações Filipinas “Os juizes ordinários e outros, que nós de fora mandarmos, devem trabalhar, que nos lugares e seus termos, onde forem Juizes, se não façam malefícios, nem malfeitorias. E fazendo-se, provejam nisso, e procedam contra os

¹⁴ Vide anexo S.

culpados com diligência.” (ORDENAÇÕES FILIPINAS - Livro I, Título LXV: Dos Juizes Ordinários e de Fora).

A criação do cargo de Juiz de Fora, por sua vez, se deu pela necessidade de se interferir nas funções administrativas e tributárias das Câmaras municipais, já que os extravios geravam prejuízos a Fazenda Real (GONÇALVES, 2015). Em 23 de março de 1727 foi criado por Dom João o cargo de juiz de fora para a vila de Itu, conforme relata ofício enviado pela câmara de Itu ao secretário do governo (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 30, ordem 293). Foi nomeado para exercer este cargo Vicente Leite Ripado, esses magistrados de carreira possuíam funções que implicavam por vezes até em intervenções nas Câmaras Municipais, visando-se com a criação deste cargo uma espécie de esvaziamento do poder municipal, vale destacar que o cargo foi extinto em 1750, voltando os moradores a elegerem um juiz ordinário para a vila (SOUZA, 2010). Em 1799 oficiais da Câmara de Itu escrevem a D. Maria I:

Desde a criação daqueles cargos, a vila tem prosperado, aumentando progressivamente a receita dos dízimos, assim como a exportação de açúcar, tendo-se igualmente desenvolvido a agricultura e o comércio. Por consequência, têm aumentado os litígios, que, apesar da sua boa vontade, não podem resolver, pela sua ignorância de assuntos jurídicos, e por não existir naquela vila nenhum letrado que os aconselhe, sendo por isso necessário recorrer a São Paulo, o que lhes causa prejuízo. Pelos motivos expostos, impõe-se a conservação de um juiz de fora naquela vila, o que solicitam à rainha. (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, Conselho Ultramarino, São Paulo-MG, caixa 48, doc. 3766).

A reivindicação acima não foi atendida, visto que a vila já não contava com um juiz de fora desde 1750, além é claro que o esvaziamento dos poderes de vereadores e juizes ordinários não agradava a todos os membros da elite local.

A Câmara era uma instituição incumbida das atividades administrativas da vila, bem como atuava também como uma espécie de tribunal judiciário, sendo dessa forma seus membros considerados oficiais de justiça (GONÇALVES, 2015). Controlava o abastecimento local de secos e molhados, aguardente e açougue, assim quem detinha postos na Câmara, detinha também o controle sobre esses segmentos, o que permitia a criação de verdadeiros monopólios nas vilas. Faziam também estes mesmos segmentos parte da arrecadação da Câmara, que decorriam de:

[...] de foros sobre os chãos aforados, reses cortadas no açougue, taxas das balanças, taxa do mercado público, aferições de pesos e medidas e multas por infrações de posturas municipais. Destas rendas, dois terços pertenciam à Câmara e o restante revertia para o Erário Régio da capitania”. (GONÇALVES, 2015, p. 56).

É apenas por meio da Lei Imperial de 01 de outubro de 1828 que as câmaras municipais perdem sua função judiciária, conforme dispõe em seu artigo 24 “As Câmaras são corporações meramente administrativas, e não exercerão jurisdição alguma contenciosa.” (BRASIL, 1828).

O capitão-mor, por sua vez, em conjunto com a Câmara exercia funções administrativas e judiciárias, possuíam investidura real, porém o poder destes advinha sobretudo por se tratar de grandes proprietários de terras, comerciantes, etc. Este mesmo oficial era responsável pela Companhia de Ordenanças da vila, e as vagas tanto para a função de capitão-mor quanto de sargento-mor eram de incumbência dos Oficiais da Câmara que “em reunião com o respectivo capitão-mor; indicavam três nomes dos varões mais nobres e ricos da localidade, propostos ao governador da capitania, cabendo a este a escolha, segundo seu critério.” (CANABRAVA, 1972, p. 96).

Assim, aqueles que detêm os cargos de comando na vila de Itu são capazes de interferir na política local de modo a buscar as condições mais favoráveis aos membros da camada social da qual fazem parte. Para Raffestin (1993, p. 156) “[...] esses atores não se opõem; agem e, em consequência, procuram manter relações, assegurar funções, se influenciar, se controlar, se interditar, se permitir, se distanciar ou se aproximar e, assim, criar redes entre eles.”

Samara (2005, p. 23) ao referir-se aos senhores de engenho e suas relações de poder salienta “Na política local, eram importantes e sabiam usar dos favores no exercício da dominação. A Coroa portuguesa aceitava, desde que não estivesse em jogo a sua autoridade, quando então interferia nas disputas entre os setores econômicos”. O poder das elites locais reflete a dominação de um grupo sobre outros menos favorecidos, e nos dizeres de Arendt:

O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (ARENDETT, 1985, P. 24).

Vicente da Costa Taques Góes e Aranha é um exemplo de um senhor de engenho que aparece no gráfico 4 como o décimo segundo produtor de açúcar da vila de Itu no ano de 1798, e que assumiu o cargo de capitão-mor em 1779, já com as mudanças que previam eleições pela Câmara, bem como a duração vitalícia no cargo, o que possibilitou sua permanência até 1825.

Na visão de Comparato (2016, p. 117) temos no Brasil uma face dupla já que “por trás do mundo jurídico oficial, protocolarmente respeitado, sempre existiu uma realidade de fato bem diversa, em geral oculta aos olhares externos, realidade essa em tudo conforme aos interesses próprios dos titulares do poder efetivo.”

O exercício do poder na esfera da administração pública brasileira é utilizado como se privado fosse, e nos dizeres de Faoro “O cargo, como no sistema patrimonial, não é mais um negócio a explorar, um pequeno reino a ordenar, uma miga a aproveitar. O senhor de tudo, das atribuições e das incumbências, é o rei — o funcionário será apenas a sombra real. Mas a sombra, se o sol está longe, excede a figura.” (FAORO, 2001, p. 199). Assim, esse funcionário que é a sombra do rei “[...] apesar dos minudentes regimentos régios, a competência das sombras ou imagens do soberano se alarga nas omissões dos regulamentos e, sobretudo, na intensidade do governo.” (FAORO, 2001, p. 200). Ainda que se tenha a possibilidade de reivindicar junto a Coroa o direito lesado, notório que essa ferramenta era disponível apenas aos detentores do poder local, e esse grupo discordava da estrutura de poder estabelecida apenas quando distantes de seus privilégios (GONÇALVES, 2015).

Para Oliveira e Francisco (2009, p.10) “Seus senhores estabeleceram um padrão de vida política para Itu, concentraram muitas decisões da província de São Paulo, aqui mesmo na Câmara da Vila de Itu, sob a bandeira do liberalismo caipira.”

A constituição de 25 de março de 1824 promove alterações na configuração do judiciário que passava a ser independente e composto por juízes, e em substituição a Casa de suplicação se criou o Supremo Tribunal de Justiça, entre outras disposições, a aludida independência do judiciário se via prejudicada face o poder moderador que de acordo com o artigo 100 inciso VII desta mesma constituição poderia exercer seu poder “VII. Perdoando, e moderando as penas impostas e os Réos condenados por Sentença.” (BRASIL, 1824).

Antes, porém, em 1811 por meio de alvará régio foi criada a Comarca de Itu, passando a Capitania de São Paulo a contar com três comarcas (São Paulo, Paranaguá e Itu), conforme segue:

Haverá na Capitania de S. Paulo mais uma Comarca, que hei por bem crear, e que se denominará Comarca de Itu, sendo esta Villa a cabeça de Comarca, e comprehenderá mais as Villas de Sorocaba, S. Carlos, Mogi-mirim, Porto Feliz, Itapetininga, Itapeva e Apiahy, com os seus termos respectivos, emquanto eu não fôr servido destinar-lhe maior territorio, segundo o exigir a maior utilidade dos povos. O Ouvidor que eu fôr servido nomear terá a mesma jurisdicção que o da Comarca de S. Paulo; e observará o mesmo Regimento no seu Districto, guardando todas as mais leis, ordens e regimentos que são dados aos Ouvidores deste Estado do Brazil. Vencerá o mesmo ordenado, propinas e emolumentos que vence o Ouvidor de S. Paulo; e na sua Comarca lhe pertencerão os cargos e jurisdicções que lhes costumam ser annexos na fôrma das minhas reaes ordens. E hei outrosim por bem de crear para esta Ouvidoria os officios de Escrivão e Merinho; e as pessoas que forem providas nestes dous officios os servirão na fôrma das leis e regimentos que a este fim se acham estabelecidos. (BRASIL, 1811, p. 142).

A ouvidoria de Itu somente foi extinta em 29 de novembro de 1832 com a promulgação do código de Processo Criminal que dispunha em seu artigo 8º:

Art. 8º Ficam extinctas as Ouvidorias de Comarca, Juizes de Fora, e Ordinários, e a Jurisdição Criminal de qualquer outra Autoridade, excepto o Senado, Supremo Tribunal de Justiça, Relações, Juízos Militares, que continuam a conhecer de crimes puramente militares, e Juízos Eclesiásticos em matérias puramente espirituas. (BRASIL, 1832).

Assim, seguindo as determinações desta mesma lei que em seu artigo 6º estabelece que em cada Comarca se teria um juiz de direito (BRASIL, 1832), em 1833 foi nomeado como primeiro juiz de direito da comarca de Itu o Dr. Fernando Pacheco Jordão, natural de Itu, filho do tenente Elias Antonio Pacheco e bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra. Vale destacar que o primeiro júri da Comarca se deu em 07 de janeiro de 1834, sendo condenado a morte pela forca o escravo Estevão que em levante assassinou seu senhor o capitão Antonio Correira Pacheco. Foi levantado um patíbulo no perímetro urbano da vila por cerca de 10\$000, em local que passou a ser chamado de Campo da Forca, e executado o réu em abril de 1834, o que reforça a estrutura de poder local, dado todo o simbolismo do enforcamento do escravizado condenado.

Longe das intenções que permeiam este trabalho esgotar a temática da justiça e administração pública desse período, o que se pretende é demonstrar como os senhores detentores do poder local, sobretudo o econômico, utilizam-se da administração pública em defesa dos próprios interesses, e do grupo social do qual fazem parte, de modo que o território da vila se configura a partir dessas relações de dominação imposta sobretudo por uma classe formada pelos ditos homens bons, os senhores de engenho.

Agora é o momento de analisar os códigos sociais que de certa forma ilustram a configuração das relações que permeiam as interações das diversas camadas que compõe a sociedade da vila.

4.2 Os atores e os códigos sociais do espaço urbano

Muitos são os códigos sociais, assim, entender a dinâmica das relações sociais, bem como elas se materializam, evidenciam os papéis sociais dos diversos grupos, ao mesmo tempo, em que demonstram os símbolos de poder, as identidades, e de como os elementos lidam com as diferentes matrizes culturais ali existentes. Por conta dessa amplitude de relações e circunstâncias, este trabalho optou por não somente estudar o modo de produção, já que as

estruturas de poder, aqui entendidas como o Estado e a igreja dialogam amplamente com o modo de produção e sua consequente formação social.

Entre esses dois polos da base de formação escravista colonial, o senhor de engenho e o escravo, várias categorias sociais se formam, de modo a se ter as denominadas peculiaridades locais, que permitiam a concomitante existência de a mão de obra livre e escrava, Samara (2005) aponta a existência de uma certa flexibilidade no sistema produtivo já que pela natureza das tarefa ou por necessidades específicas de mão de obra essa alternância se mostrava necessária, ainda que a predominância fosse da mão de obra escrava, que frise-se era peça fundamental do sistema. Freyre considera:

A ascensão de elementos dos sobrados e, até, das casas térreas ou dos casebres aos casarões dos grandes proprietários de terras, seria mais frequente no século XIX, com o maior prestígio das cidades; com o prestígio de um elemento novo e brilhante – os bacharéis e médicos, alguns filhos de mecânicos ou de mascates com negras ou mulatas; com a maior dependência dos senhores rurais de seus correspondentes e comissários de escravos, de açúcar e de café. (FREYRE, 2013, p. 86).

Segundo Samara (2005, p. 161) se estruturavam no espaço da vila “[...] as economias de mercado e de subsistência com as correspondentes formações sociais.” A partir da alteração de padrões urbanos, já relatados anteriormente, vemos surgir uma diversidade de prestadores de serviço, comerciantes, etc., cujo núcleo de seu trabalho é urbano. Assim, embasados nos dados censitários foram identificadas profissões que se faziam presentes no período açucareiro.

Vemos no espaço urbano da vila ituana uma camada de elementos melhor situados economicamente como médicos, boticários, negociantes, etc., e outros homens livres, que empobrecidos viviam de esmolas, pequenos serviços, ou mesmo sob a proteção dos mais ricos. Samara (2005) listou em sua obra “Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano” mais de 100 profissões a partir dos dados censitários da vila, o que por si só aponta uma rica teia de serviços e relações comerciais no núcleo urbano, o que destoa da fala de ausência de movimento na área central, já que estes prestadores lá se encontravam.

Nesse mesmo sentido ao falar em específico do elemento agregado Samara (2005, p. 179) observa que “[...] percebe-se que em Itu a composição do grupo é bastante complexa, incluindo categorias distintas, que aparecem também em grande proporção na área urbana, ao contrário do que até agora se supunha.”

Como já dito anteriormente as dinâmicas espaciais urbanas revelam um universo de preponderância da mão de obra agregada sobre a escrava, e isso ocorre por conta dos altos custos despendidos na aquisição dos escravizados, cuja mão de obra destinava-se em sua maior

parte a lavoura açucareira. Alguns escravos, porém, viviam na área urbana e rendiam dividendos aos seus proprietários como artífices, doceiras, quitandeiras, etc. como podemos observar neste trecho de um dos ofícios encontrados junto ao Arquivo Público de São Paulo em que Vicente da Costa Taques Góes e Aranha relatava as apurações a partir de uma representação criminal:

[...] mandei pedir a referida suplicante por um escravo meu de nome Antonio que me enviasse [ilegível] por um pouco a sua escrava Gertrudes a falar comigo, pretextando uma encomenda sua, encomenda de pães como por vezes lhe tenho por ser a suplicante padeira, e a dita escrava quitandeira, usando eu deste prudente modo para conhecer os desvarios da suplicante e querer eu figurar para com ella neste artigo não como Capitão-mor mas como pessoa particular. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 2, documento 34, ordem 293, grifo nosso).

A criação de posturas foi a solução encontrada pela Câmara Municipal a fim de buscar um maior controle social, frente ao crescimento da população da Vila, muito se vê que na prática o controle era de fato exercido sobre as camadas mais pobres da vila, e principalmente sobre os escravos. Na visão de Carlos:

O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis (CARLOS, 2007, p.30).

Em sessão de 10 de julho de 1830 os encarregados de elaborar as posturas exigidas pelo juiz de paz da vila deliberaram o que segue:

Art. 1º – Todo aquele que injuriar a qualquer pessoa com ações ou maus tratos, como murros ou empurrões publicamente terá a pena de 6\$000 e 8 dias de prisão foi aprovado unanimemente.

Art. 2º - Todo aquele que injuriar com palavras insultantes a qualquer pessoa publicamente e em presença do injuriado terá a pena de 4 dias de cadeia 3\$000 foi aprovado unanimemente.

Art. 3º - Quando o condenado não tiver com que pagar a pena pecuniária estabelecida estes dois artigos sofrerá um dia de prisão por cada mil réis foi aprovada. (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 12 DE OUTUBRO DE 1822 A 12 DE NOVEMBRO DE 1833, ARQ/MRCI, caixa 2, p. 23/24).

Vemos algumas posturas no Código de 1873 que ratificam esse aludido controle social existente na vila de Itu:

Art. 69. Os donos das casas dos jogos lícitos, que consentirem escravos e pessoas livres menores, estes sem consentimento de seus pais ou tutores, jogar nelas, soffrerão a multa de 10\$000.

Art.72. Os donos de qualquer casa de negócios que consentirem na mesma ajuntamento de mais de três escravos, ou um só que seja além do tempo necessário para as compras, nesta hypothese só de noite, serão multados em qualquer dos dous casos em 8\$000.

Art.73. Fica prohibido:

§1º. A venda de pólvora e armas offensivas a escravos e menores.

§6º. Batusques, cateretês, vaias, que pertubem a moralidade e socego público.

Art. 74. Os escravos que depois do toque de recolhida forem encontrados vagando pelas ruas sem bilhetes de seus senhores, ou e tabernas, botequins, ou jogando, serão presos e entregues a seus senhores no dia seguinte, depois de paga a carceragem.

Art.75. Fica prohibido a escravos a dança, sem a competente licença, nas ruas ou subúrbios da Cidade, Freguezia e povoação de Salto, e os jogos de qualquer qualidade que sejam; sob pena de 24 horas de prisão, e para os donos das casas em que se derem, sendo escravos, 3 dias de prisão, e sendo livres, 8 dias de prisão, além da multa de 20\$000. (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ITU, 1873, p. 273/274).

Alguns dos privilégios da classe mais abastada podem ser percebidos frente ao surto da varíola (mal das bexigas¹⁵), vemos a introdução da vacina jenneriana¹⁶ na Província de São Paulo e pelo officio encaminhado pelo Capitão-mor da vila de Itu, já tínhamos pessoas da vila sendo vacinadas em Itu no ano de 1808, medida que no início destinava-se a classe mais abastada, e que no caso em tela dirigiram-se a São Paulo para serem vacinados dois membros da sociedade ituana (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55-A, pasta 1, documento 59, ordem 293), mais adiante a vacinação tornou-se norma destinada a todos, conforme código de posturas de 1873 que determinava “Art. 51. Todas as pessoas residentes no Município, e ainda não vacinadas, serão obrigadas a comparecer no lugar, dia e hora designados pelo encarregado da vacina, sob pena de multa de 2\$000 a todo que se recusar.” (CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE ITU, 1873, p. 271).

Com relação a mobilidade social dos habitantes da vila como bem salientou Samara (2005) existem poucas informações, o que de certa forma faz acreditar numa baixa ocorrência no período. Os matrimônios que estavam reservados a um círculo bem restrito, em que, sobretudo a elite branca casava-se visando à manutenção de uma estabilidade social, também auxiliou em restringir a mobilidade social do período.

Os altos custos das despesas matrimoniais faziam com que as classes menos favorecidas tivessem dificuldades na legitimação de suas famílias, vivendo em concubinação. O celibato e o concubinato são aspectos bastante presentes na sociedade ituana e que produzem nesta sociedade uma interessante dinâmica nas relações familiares, e justificam uma grande

¹⁵ Mal das bexigas: varíola.

¹⁶ Vacina antivariólica descoberta pelo médico inglês Edward Jenner no século XVIII.

incidência de crianças ilegítimas nos fogos ituanos. A maior parte das famílias ituanas tinha poucos filhos, registrando-se sempre uma maior presença de casais com dois a quatro filhos o que elucida em parte o maior número de famílias com poucos membros. (SAMARA, 2005).

Samara (2005) ainda destaca que uma das poucas exceções à regra era o sistema de adoção e proteção aos menos favorecidos o que permitiu a ascensão social de indivíduos como do pintor José Ferraz de Almeida Júnior, entre outros.

Diversos dos aspectos do urbano da vila podem ser entendidos a partir de seu campo cultural, em que os atores sociais manifestam e interagem, de modo estabelecer seus espaços em suas práticas culturais.

4.3 A dimensão cultural da vila do açúcar

A dimensão cultural do território deve ser pensada em conjunto com as dimensões econômica, política e jurídica, uma vez que compreender os aspectos culturais e sociais, a partir das diversas camadas que se manifestavam no cotidiano da vila, com suas festividades, religiões, músicas, artes e alimentação se mostra primordial no entendimento de como se deu a efetivamente a influência do meio econômico nas dinâmicas da vila, pensadas a partir de uma sociedade escravocrata, dotada de poder econômico considerável a época, conforme estudado nos capítulos anteriores deste trabalho.

Claval (2007, p. 63) considera que “Cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte.”

O antropólogo Geertz (2008, p. 4), por sua vez, compreende a cultura de forma parecida com Max Weber, considerando “[...]que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” e a partir disso a cultura é vista como essas teias e sua interpretação.

Não cabe aqui esgotar a conceituação de cultura, mas sim observar traços desta cultura local do tempo pretérito, bem como observar possíveis influências pensadas a partir do período em estudo neste trabalho.

Segundo Moreira (2019, p. 138) “sucede que é a cidade o espelho cultural da fazenda. O plantacionista é um dominante com os pés fincados na terra e a cabeça no cosmopolitismo que entra na colônia pela janela da cidade, numa mescla cultural e econômica do rural e do urbano.”

O território ituano deve ser pensado não só pelas relações econômicas existentes, mas através das identidades dos diversos grupos sociais que o compõe e tem suas práticas

desenvolvidas no espaço da vila, onde o simbolismo das classes dominantes é configurado objetivando a manutenção das estruturas, e segundo Bourdieu (1989, p.11) “[...] a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.”

Muitas das reuniões das camadas menos favorecidas da população evidenciam aspectos de diferenciação social, porém pouco desses relatos são encontrados, sendo os processos crime fontes de pesquisa que explicam traços desse cotidiano, como é o caso relatado Vicente da Costa Taques Góes e Aranha em ofício de 09 de maio de 1820 que fala sobre festa realizada na residência de uma mulata liberta:

[...] de que em a noyte de 04 do mesmo ajuntarão se uns mulatos e mulatas em casa da mulata liberta de nome Policena para bailarem, e nesta função travarão disputas Vicente Cabral da vila de Sorocaba, escravo de Dona Gertrudes Michelina Ayres de [ilegível], viúva do Coronel Antonio Francisco de Aguiar, com o mulato liberto João Rodrigues, soldado da Companhia dos Úteis desta vila. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 75, pasta 1, documento 82, ordem 316).

As classes dominantes exprimem traços de suas comemorações festivas em eventos como as cavalhadas¹⁷, o que podemos observar na explicação dada por Vicente da Costa em ofício endereçado ao secretário de governo pela sua não realização na ocasião do nascimento da Princesa da Beira, por conta das festividades religiosas que aconteciam na vila:

Em cumprimento da determinação de V. Exa. Desejamos fazer nesta vila as mais excessivas demonstrações de júbilo, alegria e contentamento em aplauso do Augusto Nascimento da Sereníssima Senhora Princesa da Beira; e como não é possível haverem aqui cavalhada com o devido [ilegível], antes de se finalizarem as festas nessa cidade em razão de lá se acharem os melhores cavalos, e trastes e também dois cavaleiros, que são o Capitão Alexandre cavaleiro, e o alferes Theobaldo de Mello; suplicamos a V. Exa. haja por bem conceder, que as ditas festas continuem nossos sucessores de meado de janeiro entre princípio de fevereiro do anno próximo futuro [...]. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 2, documento 80, ordem 292).

As festividades religiosas, enquanto fenômenos culturais que se espacializam, eram eventos aguardados por toda a população, e exprimiam aspectos da cultura imaterial da população local, cujas devoções, cânticos, rituais marcaram as práticas do período. Para HALL (1998, p. 53) “Todos os meios de representação – a escrita, o desenho, a pintura, a figuração

¹⁷ Cavalhada: A Cavalhada é um folguedo (festa popular) do folclore brasileiro. Possui origem portuguesa e é realizada, principalmente, em cidades do interior dos estados de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Rio Grande do Sul e de alguns estados nordestinos.

através da arte ou dos sistemas de comunicação – devem traduzir seus temas em dimensões espaciais e temporais.”

Os músicos locais exerciam papel de destaque nas missas e festividades, sendo a vila palco de inúmeros músicos e professores de música com expressividade no núcleo urbano da vila, e que tinham na música sacra uma expressão significativa da cultura ituana, a exemplo disso eram comuns as missas solenes, como a que foi celebrada na Matriz no dia 26 de dezembro de 1800 “em ação de Graças, que vinha a ser miça cantada com o Senhor exposto, Sermão e Te Deum Laudamus.” (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 55, pasta 3, documento 86, ordem 292).

Para Abreu (2010, v. 2, p. 452) “controlar as ruas e praças da cidade não significava apenas impor restrições à sua utilização, mas também garantir que servissem de palco para a afirmação da ordem estabelecida.”

Em ofício de 15 de novembro de 1820 o Capitão-mor da vila escreve ao secretário de governo falando da festa de Nossa Senhora do Patrocínio que durou do dia 4 ao dia 13 de novembro de 1820, apontando a apresentação de equilibristas ingleses:

Também vieram os equilibristas ingleses, e foram muito bem recebidos por mim, e por todo este povo. Promovi quanto me foi possível a utilidade deles: brincarão 3 dias 10, 12 e 14 do corrente, e tenho a certeza de que estão minimamente satisfeitos com o lucro que perceberão; e que exaltão e engrandecem a Itu com tão honroso excesso que totalmente não merecemos, e em testemunho de gratidão offerecerão uma tarde de brinquedo no dia 26 a benefício do Carmo para a fatura de hum relógio que esta a principia-se. [...]. (ORDENANÇAS DE ITU, AESP, caixa 75, pasta 1, documento 119, ordem 316).

A presença dos equilibristas trazem aspectos da introdução de novos elementos a cultura local, que aos poucos se alterava a partir das possibilidades geradas por um maior intercâmbio com o exterior proporcionado pelo poder econômico. As artes florescem na vila, onde era visível uma verdadeira fusão da cultura da terra com os novos elementos que iam sendo incorporados.

Das festividades religiosas uma das que tinha mais destaque era a do Corpo de Deus, e os custos de sua execução eram de obrigação da Câmara que em 1825 devido aos altos custos requisitou ao ouvidor geral autorização para sua não realização, já que comprometia naquele ano as despesas da vila, o que demonstrava a importância da festa (FUNDO DA CÂMARA DA VILA DE ITU, caixa 1, documento 13).

A cultura também podia ser vista em aspectos materiais da sociedade e os Maços de Importação encontrados junto aos dados censitários da vila revelam os produtos importados que

chegavam à vila e eram vendidos nas casas de comércio da vila de Itu. Entre os produtos encontrados temos chapéus, tecidos de linho, seda, lã e algodão, meias de seda, vinhos de Lisboa e do Porto e sal.

Esses dados encontrados revelam que existia um intercâmbio regular de produtos importados vindos da Europa e em contrapartida a exportação de gêneros locais como açúcar, café, algodão, cachaça, etc. Samara (2005) aponta a contradição entre os preços dos produtos importados aos níveis de riqueza da maioria da população ituana e complementa “Essa situação estava condicionada a valores sociais estabelecidos, que ligavam a vestimenta ao prestígio social, provocando, portanto, apesar dos pequenos rendimentos, a demanda de artigos manufaturados importados.” (SAMARA, 2005, p. 157).

Pode ser visto a partir dos escritos dessa mesma autora que a população ituana não fazia economia com as vestimentas, possuindo entre os membros de sua população urbana inúmeros alfaiates e costureiras. (SAMARA, 2005). Entre os inventários selecionados para essa pesquisa tem-se, por exemplo, no espólio de Anna Gertrudes de Campos, cujo óbito se deu em 1808, arrolados em seu patrimônio 96\$600 (noventa e seis mil e seiscentos réis) em vestimentas, destacando-se peças como casaca nova de pano azul fino e seu calção de casimira branca no importe de 12\$800 (doze mil e oitocentos réis), um vestido de mulher de cambraia branca com raminhos de ouro no importe de 20\$000 (vinte mil réis), e farda com vestia e calção, a vestia de cetim branco borda de ouro e o calção de casimira branca tudo com muito uso avaliada em 20\$000 (vinte mil réis). (ARQ/MRCI, caixa 17B, p. 09). A farda representava elemento de distinção social na medida em que era confeccionada às expensas de seu possuidor e como observamos os valores eram elevados, principalmente se comparadas a outras peças como calção de algodão riscado no valor de 1\$000 (mil réis), saia de seda cor de pérola usada no valor de 5\$120 (cinco mil e cento e vinte réis), sendo, portanto, acessíveis apenas aos membros mais abastados da sociedade. (GUIDO, 2015).

Outro elemento interessante ao período são as obras literárias encontradas nos inventários e que refletem os temas de interesse da sociedade do açúcar, observamos a existência de livros em 7 dos 40 inventários pesquisados, sendo a maioria das obras encontradas de cunho religioso, artes, jurídicos, filosofia, história e alguns dicionários de latim, francês-português, etc. Observa-se que neste período a cultura letrada restringia-se a um grupo bastante seleto de religiosos, advogados, médicos, professores e outros que tinham um considerável poder aquisitivo. (ARQ/MRCI, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e Testamentos).

Como bem afirma Candido (1987) essa aludida diferenciação entre as camadas sociais impostas pelo seu nível econômico não advém de uma diferenciação na origem dos grupos, já que muitas das vezes provém do mesmo tronco familiar, mas sim a incorporação do trabalho escravo e da diferenciação nessa estrutura que sobrepõe o fazendeiro escravocrata as demais camadas da sociedade. Vemos esse mesmo pensamento em Ianni que considera:

Entretanto, nem tudo era rústico, caipira, provisório ou seminômade. Pouco a pouco ao lado do provisório criava-se o permanente, o provisório adquiria constância. Simultaneamente, os estratos dominantes da população procuravam marcar as posições e as distâncias sociais. Surgia uma cultura aristocrática, ainda que pobre, ao lado da cultura popular, rústica e caipira. O poder religioso, o poder econômico e o poder político emergentes começaram a assinalar posições e lugares. Começaram a construir-se igrejas e conventos que expressavam a sobriedade dos recursos econômicos e culturais, por um lado, e a emergência de uma cultura aristocrática, por outro. Aliás, naqueles tempos era bastante acentuada a presença da religião na vida das famílias da aristocracia. (IANNI, 1988, p. 22).

As formas de participação e expressão cultural são diversas nesse período, de modo que longe de esgotar a temática buscou-se apresentar alguns aspectos dessa complexidade cultural, que vai a partir da economia açucareira, sendo influenciada por agentes externos, cujo principal porta de entrada é a denominada estrutura-líder, ou seja, o latifúndio (CANDIDO, 1987).

Dentro dessa perspectiva que se abre necessário interpretar os padrões de riqueza e diferenciação social do período açucareiro ituano.

4.4 Padrões de riqueza e os aspectos de diferenciação social

Os padrões de riqueza da sociedade em estudo podem ser interpretados através de várias fontes primárias, porém para este trabalho utilizamos os inventários post-mortem que são capazes de trazer a dimensão patrimonial de diversos dos membros da sociedade local. Como já dito anteriormente, foram escolhidos 40 inventários para buscar o entendimento desses aspectos de riqueza e pobreza que compõe uma sociedade colonial, e podem esclarecer aspectos do crescimento econômico vivido na vila.

Machado (2006) chama a atenção para os inventários seiscentistas e os considera como de uma pobreza geral a partir de uma análise quantitativa dos bens que os compunham, vemos, porém, que Maranhão (2010) na obra “A Opulência Relativizada” considera que Alcântara Machado deixou de lado em sua análise importante elemento dos inventários as dívidas, e segundo a autora:

Este componente diferenciava o valor do montante ao final do inventário; montante prescrito inicialmente pelos autores citados apenas através do valor dos bens arrolados. As dívidas, a pagar e a receber, em conjunto com os gastos do inventário e os pagamentos das disposições após a morte dos testamentos- sepultamentos, missas e demais sufrágios -, diferenciavam o valor dos bens do valor do espólio final. (MARANHO, 2010, p. 73).

Assim, voltando as atenções aos valores a pagar e a receber existentes nos inventários seiscentistas é perceptível que apenas ao computá-los, teremos ao certo a situação real do espólio, pois ao basear-se única e exclusivamente nos bens abre-se margem a distorções da realidade na medida em que as dívidas podem transformar um inventário negativo em positivo e vice e versa. Ainda referindo-se a este período observa-se que a ostentação se dava em relação à posse dos bens até o momento da partilha, porém não era garantia que se efetivasse a transmissão aos herdeiros por conta das dívidas.

Voltando ao período em estudo neste trabalho observa-se algumas mudanças quando comparado ao período acima citado, visto que ao analisar mais especificamente a Vila de Itu houve significativa mudança econômica, o que interferiu no patrimônio das pessoas da vila e, conseqüentemente alterou os números encontrados nos espólios.

Dos diversos inventários escolhidos para esta pesquisa encontramos números positivos que refletem esse enriquecimento quando observamos o monte-mor de espólios como o de Ana Gertrudes de Campos (18:737\$390), Antonia de Arruda (32:098\$435), José Manoel de Mesquita (18:231\$882), Miguel Antonio de Azevedo Veiga (15:761\$685), Reverendo Antonio Francisco da Luz (13:635\$944), Capitão Antonio de Barros Penteado (124:920\$566), Maria Francisca Vieyra (24:734\$386), Capitão Bento Dias Pacheco (28:861\$634). Esses inventários são em sua maioria de personagens ligados a produção açucareira, e também ao clero e ordens militares. Entre os 40 inventários selecionados em 8 deles o monte-mor era superior a dez mil contos de réis:

TABELA 18 – INVENTÁRIOS COM MONTE-MOR ACIMA DE 10:000\$000.

ÓBITO	INVENTARIADO	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA PASSIVA	MONTE-MOR
1808	Ana Gertrudes de Campos	2:876\$460	2:259\$995	18:737\$390
1813	Antonia de Arruda	1:095\$825	2:425\$770	32:098\$435
1813	José Manoel de Mesquita	558\$115	13:602\$025	18:231\$882
1818	Miguel Antonio de Azevedo Veiga	24\$000	3:573\$094	15:761\$685
1803	Reverendo Antonio Francisco da Luz	5:266\$273	7:760\$365	13:635\$944

ÓBITO	INVENTARIADO	DÍVIDA ATIVA	DÍVIDA PASSIVA	MONTE-MOR
1829	Capitão Antonio de Barros Penteado	55.802.851	14.125.200	124:920\$566
1796	Maria Francisca Vieyra	9.614.517	3.619.545	24:734\$386
1829	Capitão Bento Dias Pacheco	1.464.524	300.000	28:861\$634

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Poucos são os casos como o de Bernardo de Quadros Aranha, cujo óbito se deu em 1808, e tinha a receber a importância de 20\$000 (vinte mil réis), enquanto sua dívida passiva era de 3:430\$101 (três contos, quatrocentos e trinta mil e cento e um réis), valor este que quase se igualava ao total dos bens inventariados que era de 3:949\$340 (três contos, novecentos e quarenta e nove mil e trezentos e quarenta réis). (ARQ/MRCI, caixa 17B).

Foram encontrados inventários cujo valores são menos significantes que os acima citados, e em sua maioria compõe a camada intermediária dos proprietários de engenhos menores, ou mesmo, dos habitantes livres da vila como o de Bernardo Rodrigues Monteyro (962\$180), Francisco de Godoy Cardoso (1:203\$080), Maria Paes da Candelária (382\$720), Anna Maria de Jesus (866\$560), entre outros.

Os bens que são os de maiores valores arrolados nos inventários são os bens de raiz e os escravos, na sequência temos as lavouras, os animais e as ferramentas, as joias e por fim entre os de menor valor, as mobílias, as louças, as roupas, etc. É de se observar que os itens relacionados à atividade produtiva da cana-de-açúcar ganham maior relevância nos inventários, sendo sua posse clara demonstração de riqueza e opulência social. Ainda que o valor dos bens imóveis seja muita das vezes equiparados ao dos escravos, a posse destes era fundamental a fim de construir todo o conjunto patrimonial que estava ligado à posse da terra e da atividade produtiva que dela necessitava.

Pensando o aspecto material do ambiente privado das famílias ituanas, resta agora construir o entendimento do que esse enriquecimento influiu dentro das residências locais.

4.4.1 O espaço doméstico e suas transformações

As alterações do período refletem na cultura material dos lares ituanos, assim, a partir de uma maior abertura provocada pelo comércio da monocultura canavieira, pretende-se entender como aspectos do interior da casa se transformam e incorporam traços da cultura europeia, e os espaços domésticos antes vazios são gradativamente preenchidos de forma a

refletir em outros aspectos do cotidiano. As atividades comerciais com as quais estavam integrados os fazendeiros de açúcar possibilitaram que estivessem mais abertos às alterações, fazendo com que esta camada da população fosse vista como participante, mas não integrante da vida caipira. (CANDIDO, 1987).

Singer (1976, p. 22) considera como “a forma mais frequente de dualismo social é encontrada lá onde um capitalismo ocidental importado penetrou numa comunidade agrária pré-capitalista [...]”

Para Saint-Hilaire (1940, p.35) “Os habitantes mais abonados de Itu e dos seus arredores, tendo, por causa da colocação ou do transporte do açúcar que produzem, frequentes relações com São Paulo, nesta última cidade adquirem os objetos de que necessitam [...]”

Assim como as residências urbanas dos senhores de engenho anteriormente descritas, a composição do interior desses domicílios também irá se alterar nesse período, Algranti (1997) aponta que:

É somente por volta de meados do século XVIII, quando a colonização se estabelecera definitivamente, que a composição da morada colonial, no que toca tanto aos seus exteriores como aos seus interiores, começa a apresentar indícios de mudanças. O mesmo ocorre no que se refere às formas de sociabilidade e aos costumes domésticos. (ALGRANTI,1997, p. 153).

Segundo Guido (2015, p. 84) “Os recheios das casas não alcançaram valores avultados [...], mas de maneira geral, apontam padrões diversificados de consumo e conforto domésticos, inclusive de produtos importados.”

A mobília representava um status social, que diferenciava aquele que a possuía na medida em que produzia um reconhecimento e certa legitimidade social, assim aos mais abastados interessante ostentar, a fim de estar em posição de destaque dentro de uma hierarquia social criada. Nos dizeres de Chartier “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais e discursivas) que constroem as suas figuras.” (CHARTIER, 2002, p. 27).

Assim as pessoas dentro desta estrutura social utilizam-se da cultura material enquanto uma forma de reforçar sua imagem perante os demais indivíduos da sociedade de modo a, dentro dos signos criados pelo grupo articular sua posição. A cultura material consegue trazer ao indivíduo o sentimento de pertencimento a determinado grupo que está inserido dentro de padrões comuns, logo quando se consegue ter as vestimentas, as mobílias, enfim os símbolos

de um grupo, o indivíduo está participando da construção dos signos daquela sociedade que se identifica enquanto comunidade e estabelece hierarquias dentro desta estrutura.

Evidentemente que os inventários não guardavam a descrição do todo da residência do período, ou seja, não comensurava a quantidade de quartos, salas e cozinhas existentes na habitação, porém a descrição do mobiliário lá contido nos permite visualizar aspectos dessa residência.

Fundamental salientar também que o mobiliário presente nos inventários, ainda que os mais simples, não serviam a descrever as camadas mais pobres da população, que vivam de forma rústica e não tinham patrimônio a inventariar. Assim como as residências, sua mobília e utensílios domésticos eram rudimentares e quase sempre fabricados por eles próprios (CANDIDO, 1987). Vejamos a tela abaixo pintada pelo pintor ituano Almeida Júnior que ajuda a ilustrar:

FIGURA 40 – COZINHA CAIPIRA DE ALMEIDA JÚNIOR (1895).



Fonte: COZINHA Caipira, 2021. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra976/cozinha-caipira>>. Acesso em: 01 de mai. 2021.

Com relação as elites uma das poucas imagens do interior de residências ituanas do período são as fotografias do interior da residência urbana do Barão de Itaim encontradas junto ao Iphan, mas que também já aparentava estar descaracterizada de sua mobília original:

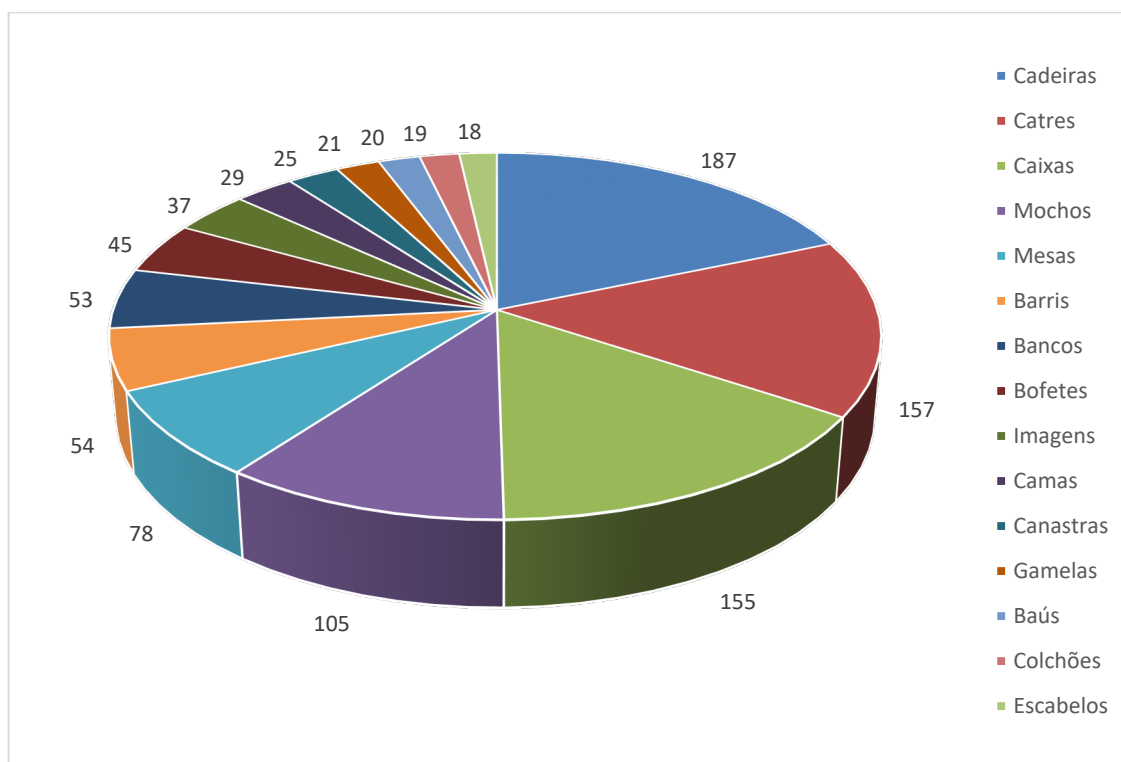
FIGURA 41 – INTERIOR DA RESIDÊNCIA URBANA DO BARÃO DE ITAIM (1900).



Fonte: Acervo do IPHAN de São Paulo.

A diversidade dos padrões de riqueza encontrados nos inventários selecionados possibilita a análise de uma maior variedade de núcleos familiares existentes ao período. O gráfico abaixo permite que sejam visualizados os itens mais encontrados nos inventários, vejamos:

GRÁFICO 11 – RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS MAIS ENCONTRADOS NOS INVENTÁRIOS (1780 A 1830).



Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Com base nos inventários estudados entre as peças presentes no mobiliário ituano temos mesas, caixas, catres, oratórios, bofetes, escabelos, armários, bancos, baús, tamboretas, canastras, camas, cadeiras, poltronas, papeteiras, canapés, etc.¹⁸ Dentre os itens do gráfico acima temos como aqueles encontrados em maior número as cadeiras, os catres, e as caixas, nos dias atuais não mais existe distinção entre estas, as arcas e outros recipientes semelhantes, porém no período estudado se tinha esta distinção, vemos a tampa reta nas caixas, enquanto nas arcas temos as tampas embauladas.

Outros itens ainda que em menor número compuseram os lares do período foram os mochos, as camas, as mesas, os bofetes, as canastras, etc., refletindo uma mudança, um aumento de itens de mobília nas casas.

No inventário de Anna de Campos (1780), filha de Anna de Campos e de José de Sá e Arruda, e cônjuge de José do Amaral Gurgel, cujo óbito se deu no ano de 1780, encontramos os seguintes bens móveis:

Um nicho de quatro palmos e meio de alto e dois e meio de largo, dois bofetes velhos, duas caixas de dois palmos e meio de cumprimento, uma caixa de sete palmos de cumprimento quebrada sem fechadura, duas caixas de quatro palmos de cumprimento, uma caixa de dez palmos de cumprimento, três catres de madeira da terra. (ARQ/MRCI, caixa 1).

Temos ainda o inventário de Pedro Correa da Silva, cujo óbito se deu em 1816, contendo os seguintes bens móveis “Uma mesa ordinária, uma mesa com uma gaveta, quatro catres tecido de couro, dois bancos ordinários, 6 mochos, 1 caixa de quatro palmos com fechadura, um par de canastras forradas de couro com fechaduras usadas.” (ARQ/MRCI, caixa 21-A).

Ambos os inventários acima descritos refletem uma manutenção dos padrões da mobília do período anterior, ou seja, com residências simples e com poucos bens móveis, dentre os quais caixas, e catres continuam a aparecer em maior número. Santos (1963, p. 95) fazendo alusão ao período das bandeiras esclarece “Empenhados em trabalhos nômades, os paulistas negligenciavam conforto material. E ainda hoje, poucos guarnecem seus lares com bons tapetes, bons quadros, boas peças de mobiliário antigo.”

Porém, na visão de Santos ao referir-se as camadas mais favorecidas da população encontrou-se em Itu “[...] sinais de maior vigor social, representado por seu mobiliário e alfaias de mérito.” (SANTOS, 1963, p. 96). Assim, distinguia a elite ituana neste cenário de residências

¹⁸ Vide mobília presente na casa ituana no anexo T.

de pouca mobília nos lares “Itu da Convenção Republicana, foi berço de grandes famílias paulistas. Sua riqueza atraiu objetos de luxo, mobiliário fino, sobretudo o Sheraton-brasileiro¹⁹.” (SANTOS, 1963, p. 96).

Algumas das residências mais abastadas possuíam uma maior variedade de mobília, o que demonstra o poder econômico e a opulência das famílias ituanas. Vemos nos inventários selecionados a presença de mobílias que são muito bem avaliadas, conforme segue:

TABELA 19 – BENS MÓVEIS DE MAIOR VALOR ENCONTRADOS EM INVENTÁRIOS (1780 A 1830).

Óbito	Inventariado	Bens Móveis	Valor
1801	João Fernandes da Costa (Capitão)	Um oratório e uma imagem Cristo e uma de Nossa Senhora da Conceição e outra de São José tudo com resplendores de prata e outra de Santa Anna.	25\$600
1808	Anna Gertrudes de Campos	Dois mochos de sola picada.	20\$000
		Uma cômoda de madeira da terra pintada, com ferragem dourada.	20\$000
		Uma caixa de damasco carmesim em bom uso.	20\$000
1829	Joaquim Marianno da Costa	Uma cadeirinha.	32\$000
1813	Antonia de Arruda	Uma cadeirinha com sua cortina.	32\$000
1813	José Manoel de Mesquita	Uma cadeirinha forrada de veludo carmesim com um vidro grande e com pregarias douradas.	200\$000
		Uma cômoda com um oratório com vidro e dentro uma imagem do Senhor crucificado.	64\$000
		Duas mesas de sala de palha de [ilegível] e dourada.	32\$000
1818	Maria da Lapa	Quatro baús mancos.	24\$000
1829	Antonio de Barros Penteado e sua mulher Maria Paula Maxado	Uma escrivaninha com dois aparelhos.	38\$400
		Um colchão.	40\$000
1796	Maria Francisca Vieyra	Um oratório grande com sua imagem de Santo [ilegível], uma imagem de Nossa Senhora do Rosário, outra de Nossa Senhora da Conceição grande e quatro pequenas a saber Santa Anna Santa Barbara São Francisco Santo Antônio e dois castiçais de estanho.	44\$800

¹⁹ Vide Tábua de datas dos estilos de mobília brasileira no anexo U.

Óbito	Inventariado	Bens Móveis	Valor
		Um presépio grande com [ilegível] uso vidro na com as imagens de Nossa Senhora o Senhor menino e São José com suas coroas [ilegível] de prata.	64\$000
1808	Bernardo de Quadros Aranha	Uma cama de jacarandá, entalhada com sua encosta de damasco um cortinado de chita em bom uso.	25\$600
1818	Miguel Antonio de Azevedo Veiga	Um leito grande com sua cabeceira e todo embutido com seu cortinado de paninho e em dois colchões de riscadinho.	45\$000
		Doze cadeiras forradas de palhinha.	28\$800
1803	Antonio Francisco da Luz [Reverendo]	Quinze cadeiras de encosto feitas de jacarandá de fora, com talha, pés de cabra assentos de sola picada e outro de damasco amarelo.	38\$400
		Um relógio grande de parede fabrica moderna, de segundos, dias do mês, despertador, silêncio, com repetição, com caixa atartarugada, e engates de metal dourado em bom uso.	102\$400

Fonte: Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”, Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça. Inventários e testamentos (1780 a 1830).

Com relação aos móveis de descanso presentes nos inventários ituanos destacamos o catre, que pelo gráfico 11 é o segundo item de mobília mais citado nos inventários, Flexor o define:

A palavra catre, no século XVII, em Portugal, designava o “leito pequeno, o leito de campo ou camilha dobradiça, mas também o leito de coluna não suficientemente alta para suportar dossel, segundo Nascimento. Em Salvador serviu, especificamente,” designar camas pobres. A partir de meados do século XVIII, usou-se mais correntemente a palavra cama. (FLEXOR, 2009, p. 89).

No inventário de Antonio de Barros Penteado, bem como a maioria dos falecidos tinham entre seus itens o catre, sendo, porém, relacionados entre seus pertences dezesseis peças desse item. (ARQ/MRCI, caixa 23).

Outros móveis de descanso também foram encontrados tais como colchões, estrados, camas, arquibancos, marquesas, etc., e como dito por Flexor (2009) as camas eram itens de maior luxo e estavam presentes em doze dos inventários selecionados, sendo exemplo o item encontrado no inventário de Bernardo de Quadros Aranha “cama de jacarandá, entalhada com sua encosta de damasco um cortinado de chita em bom uso avaliada em 25\$600” (ARQ/MRCI, 1808, caixa 17B), enquanto que um catre neste mesmo inventários havia sido avaliado em 1\$000, o que demonstra a valorização do item cama quando falamos da mobília de descanso.

Os espelhos e vidros eram bastante raros no período estudado e apareceram descritos em alguns poucos inventários como o de Antônio Francisco da Luz, 1803 “um espelho grande, com engaste entalhado, dourado, e sua mesa também entalhada e dourada coberta de pedra mármore avaliado em 48\$000.” (ARQ/MRCI, caixa 16-A).

Os oratórios eram muito presentes nas residências ituanas e vale destacar que excluindo os mais simples os seus valores superavam por vezes os dos demais móveis somados, tinham grande valorização nas casas do período, a exemplo disso temos o inventário de Maria Francisca Vieyra, 1796, com um oratório no valor de 44\$800 e um presépio de 64\$000, enquanto os demais bens móveis estão na soma de 11\$280 (ARQ/MRCI, caixa 06).

Também é possível observar em louças e utensílios domésticos a alteração de padrão a partir da inserção de elementos do estrangeiro como, por exemplo, pratos de louça da Índia, caixas de xícaras e pires de louça inglesa, sopeirinhas e muitos pratos de louça da Índia, tigelas de louça do Porto, pratos de guardanapos de louça da Índia azul, açucareiro de louça fina, manteigueira com seu prato de louça pó de pedra, cafeteira de louça pó de pedra, pratos borda azul, garrafas de vidro branco, etc.

A mobília encontrada na casa ituana revela um pouco de seus interiores de modo a possibilitar entendimento de como se caracterizava a habitação do período com seus significados e representações a partir da inserção da lavoura açucareira. O próximo tópico será dedicado ao estudo dos papéis das ordens religiosas, irmandade e confrarias no urbano da vila de Itu.

4.5 As ordens religiosas, irmandades e confrarias

As ordens religiosas, irmandades e confrarias presentes na vila de Itu são parte de um organismo colonial, em que a igreja exerce papel preponderante, e em Itu as irmandades e ordens religiosas possuem grande força, o que atrai para o corpo de seus membros a elite açucareira. Ainda que as ordens e irmandades tenham vindo ao Brasil a fim de estabelecer sua missão em novos territórios, estas acabam por relacionar-se com as comunidades locais, exercendo interessante papel na sociedade colonial, e como se sabe religião e igreja servem como reguladores sociais.

As ordens terceiras eram vinculadas a uma ordem primeira, e eram encarregadas de promover uma determinada devoção, fazendo parte do processo a aquisição de uma imagem e a eleição de uma mesa diretora. Muitas são as ordens, irmandades e confrarias fundadas na vila,

e se observarmos as datas de suas fundações temos algumas delas surgindo no período açucareiro, o que coincide com o momento de enriquecimento da vila.

Das irmandades relatadas por Nardy Filho (2000, v. 5) a de Nossa Senhora do Rosário é a mais antiga, vez que chegou a ser abrigada na primeira capela dedicada à Nossa Senhora da Candelária na vila. Quando da inauguração da nova matriz a irmandade passou a se reunir nessa igreja. Vejamos a imagem de Nossa Senhora do Rosário que se encontra em um dos altares laterais da igreja Matriz de Itu:

FIGURA 42 – IMAGEM DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO ESCULPIDA NA DÉCADA DE 1770.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Altar de Nossa Senhora do Rosário – Itu/SP. 2020.

A ordem terceira de São Francisco, fundada em setembro de 1694, abrigada no Convento de São Luiz, Bispo de Tolosa, dos frades franciscanos, bem como a de São Benedito, fundada em 1710, nesta mesma igreja de São Luiz. Na igreja do Carmo temos a ordem terceira de Nossa Senhora do Carmo, fundada em 1716, e também a de Nossa Senhora da Boa Morte, fundada em 1766.

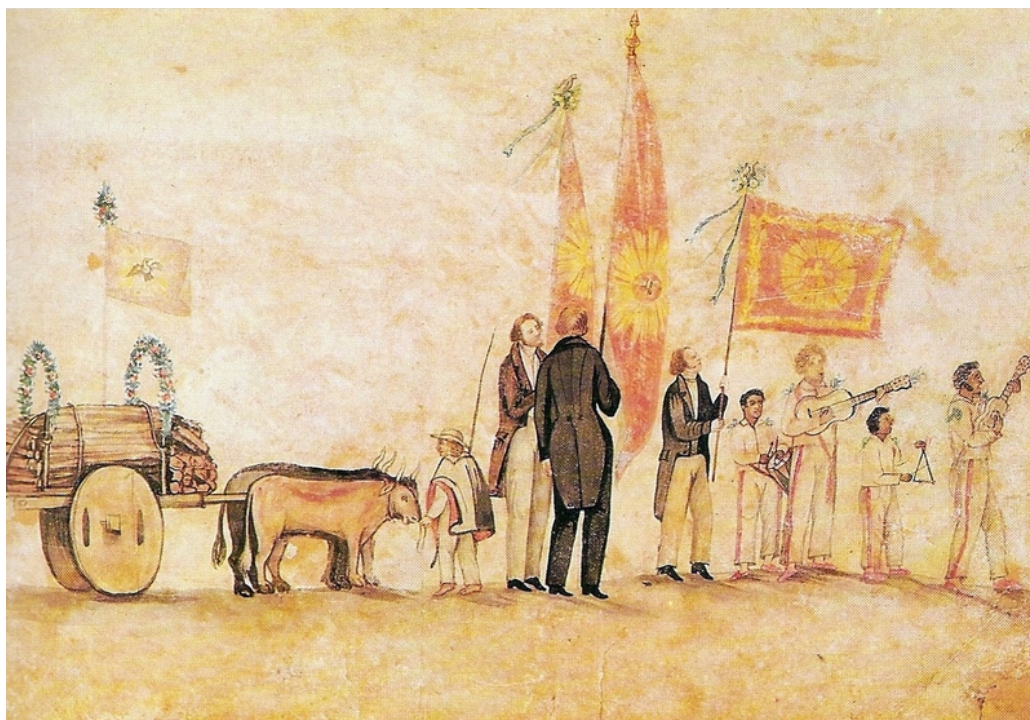
A irmandade de Nossa Senhora das Dores, fundada em 1788 na igreja matriz. A irmandade do SS. Sacramento, não se sabe a data de sua fundação, mas de acordo com Nardy Filho (2000, v. 5) sua ata mais antiga encontrada é de 1795.

Fundamental aos membros das elites locais, sejam eles do sexo masculino ou feminino, que fizessem parte das irmandades e confrarias religiosas, o que a visão de Silva (2015, p. 154) “O pertencimento a uma irmandade era algo tão importante quanto ser oficial da Câmara Municipal, pois era representativo de distinção e prestígio social.”

Estar em uma dessas irmandades significava além dos objetivos religiosos, também uma maior interação social com seus pares, já que as igrejas eram espaços de sociabilização e ao mesmo tempo de poder simbólico e estruturante da sociedade. Importante observar a presença de escravos em duas das irmandades ituanas, sendo elas, a de Nossa Senhora do Rosário e na de São Benedito, porém vale destacar que nos compromissos de ambas era permitida a participação de brancos e pretos (NARDY FILHO, 2000, v. 3).

As ordens, irmandades e confrarias organizavam festas de acordo com suas devoções, servindo esses momentos de festividade como o ápice de todo o trabalho desenvolvidos pelas mesmas. Sobre esses festejos em Itu Silveira e Francisco (2010, p. 9) comentam “Era a festa brasileira, com fogos, bandas, irmandades e suas opas, padres e seus sermões, coros e orquestras, festões, alfaias, colorindo o Catolicismo barroco, que não acabava sem animadas quermesses.”

FIGURA 43 – FESTA DO DIVINO DE MIGUELZINHO DUTRA – 1841.



Fonte: BARDI, 1981, p. 79 apud LIMA 2014, p. 90.

Nota-se a diferenciação social e importância dada aos membros das irmandades pela Portaria da Câmara Municipal de Itu de 10 de abril de 1835:

Fica proibido de ora em diante acompanhar as procissões nas alas de mistura com as Irmandades e Confrarias, devendo para respeito e reverência do culto acompanhar-se atrás do Pálio: os contraventores, sendo livres, serão multados em 2\$000 e 3 dias de prisão e sendo menores em 1\$000 pago por seus pais e sendo escravo será preso por seis dias. (ATAS DA CÂMARA DA VILA DE ITU DE 06 DE DEZEMBRO DE 1833 A 24 DE OUTUBRO DE 1842, ARQ/MRCI, caixa 3, p. 17).

O controle senhorial nas irmandades negras permitiu que o escravo aderisse às irmandades com padrões europeus, vivendo aspectos desta cultura, ao mesmo tempo em que incorporava elementos de sua ancestralidade como vemos em práticas descritas por Nardy Filho (2000, v. 3, p. 221) “Por ocasião dessa festa realizavam-se diversos divertimentos profanos tais como congadas, caiapós, boizinhos e outros.”

Barbi (2015) descreve que os brancos encerravam suas festividades no segundo dia do ano, enquanto que os negros da vila o faziam até o dia de Reis, ocasião que acontecia a Festa de São Benedito. Além das festividades outro aspecto que merece destaque são os ritos fúnebres, em que os membros da irmandade de acordo com seu poder aquisitivo e prestígio já dispunham em seus testamentos como se dariam os preparativos do funeral.

Pelos inventários também é possível observar os gastos com os ritos fúnebres, os chamados sufrágios da alma, situação em que os elevados valores para sua realização acabavam por restringir sua realização a classe mais abastada. O exemplo do inventariante José de Amaral Gurgel, que nos autos do inventário de sua esposa Anna de Campos, cujo óbito se deu em 1780, pagou 51\$060 (cinquenta e um mil e sessenta réis) de despesas com funeral, aparecendo discriminado nos recibos procedimentos como rezar missas de corpo presente, missa pela alma, acompanhar o enterro, acompanhar o corpo de sua casa até a matriz, hábito para mortalha, sepultura, tumba, vela, vara de fita roxa, acompanhar o corpo até a sepultura (ARQ/MRCI, caixa 1).

Também são encontrados nos inventários valores destinados às irmandades religiosas, como é o caso de Maria Paes da Candelária, cujo óbito se deu em 1797, sendo destinado a quantia de 5\$600 (cinco mil e seiscentos réis) a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte (ARQ/MRCI, caixa 7), Anna Maria de Jesus, falecida em 1797, teve destinado em seu inventário a quantia de 9\$720 (nove mil, setecentos e vinte réis) para a irmandade do Santíssimo Sacramento (ARQ/MRCI, caixa 7).

Assim, participar das irmandades poderia significar aos mais abastados uma referência de poder aquisitivo e pertencimento a uma camada social dominante, ao mesmo tempo em que para os menos favorecidos a presença nas irmandades representava um amparo em caso de pobreza, ou mesmo uma assistência aos familiares em caso de óbito de um de seus membros. E aos escravos, em específico, as irmandades poderiam significar uma proteção jurídica importante. (BARBI, 2015).

As irmandades foram fundamentais na vila que tinha na religião católica uma das bases de sua sociedade, servindo de verdadeiro mecanismo de diferenciação e controle social dos membros que as compunham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao visualizarmos o processo de formação da vila de Itu temos no período que compreende o final do século XVIII e o início do século XIX como aquele em que se implantou e solidificou as bases da lavoura açucareira, de modo que a monocultura de exportação trouxe uma prosperidade nunca antes experimentada pela vila de Itu.

A legitimidade em se abordar um espaço do passado pela geografia histórica abre a possibilidade de uma análise espaço temporal que prima por um entendimento que une os conceitos e métodos das disciplinas de geografia e história, permitindo ao pesquisador a compreensão de aspectos diversos de um território do passado colonial paulista.

Observa-se a partir do processo de territorialização da vila de Itu dentro de seu caráter multidimensional, ou seja, político-jurídico, econômico, cultural e natural, chama a atenção as questões em que o econômico prepondera sobre as demais dimensões de modo a influenciar na configuração dos mais diversos aspectos e elementos da vila ituana. Esta dissertação levou em conta o mosaico de situações advindas da implementação da lavoura canavieira que pautada no modo de produção escravista colonial, utilizou-se do latifúndio, do capital comercial e da mão de obra escrava para transformação da região do interior paulista conhecida como quadrilátero do açúcar.

Ao se compreender que o território é antes de tudo um espaço construído a partir das relações de poder temos como questão central o papel do senhor de engenho, proprietário não só dos meios de produção, o engenho e suas terras, bem como da mão de obra, logo seja por meio das riquezas ou recursos que possui, estes senhores exerce grande influência nas dinâmicas locais, de modo a influir na apropriação dos espaços urbanos, e estabelecer nas esferas de poder local sua dominação, mas de modo bastante interessante também foi a porta de entrada das influências culturais europeias a partir da inserção da monocultura de exportação.

Dentre os objetivos que pautaram a presente pesquisa cabia a elucidação do crescimento econômico da vila por meio da produção açucareira, e de como essa riqueza advinda do açúcar influenciou numa diversidade de aspectos tais como culturais, políticos, jurídicos, etc. As bases para introdução da monocultura canavieira, que era muito custosa, advieram do período das monções, em que sertanistas enriquecidos e comerciantes portugueses, entre outros, investiram na aquisição de terras e formação dos engenhos.

Seguramente como como é facilmente observável pelo incessante movimento econômico provocado pelas monções, seja por atrair comerciantes, produtores agrícolas e criadores de bovinos, suínos, etc. da região, artesãos, entre outros profissionais o comércio

monçoeiro iniciou o processo de configuração do território ituano, fornecendo o alicerce por meio das fazendas que se formavam, ao mesmo tempo em que atraía os olhos dos sertanistas enriquecidos pelas minas, comerciantes portugueses endinheirados, entre outros que com seu capital de investimento transformariam o espaço da vila de Itu a partir da segunda metade do século XVIII.

As políticas públicas do governador Morgado de Mateus somadas a fatores externos como Revolução Haitiana, que se iniciou em 1791, forneceram o cenário ideal para o desenvolvimento da monocultura açucareira, em que internamente a agricultura era incentivada e externamente se tinha escassez do produto e conseqüentemente uma alta dos preços.

Os números apresentados revelaram que a vila de Itu exercia no período em tela um papel de destaque sobre as demais vilas do interior paulista, sendo os números de sua produção superiores aos de todas as outras, destacando-se inclusive no número de engenhos; a vila salta de 57 engenhos em 1793 para 104 no ano de 1798, e 124 em 1818. A análise dos números da produção ituana só foram possíveis graças ao Arquivo Histórico Ultramarino onde se localizam os “Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo” para os anos de 1793 a 1798, este documento é de grande importância já que não se tem notícias de nenhuma outra fonte contendo dados similares, sendo até o momento a única fonte disponível para os pesquisadores que estudam o período.

Esses engenhos possuíam uma série de atributos tais como áreas de cultivo próximas a matas e rios que permitiam o beneficiamento do açúcar, já que necessitavam de água e madeira em abundância; frente à realidade das técnicas foi visto em Itu a preponderância dos engenhos reais que eram movidos a água, o que sinalizava para uma maior qualidade do produto, bem como as matas próximas aos engenhos eram fundamentais para alimentar as fornalhas dentro do processo de fabrico do açúcar. Assim regiões como a do Pirahy, Itahim, Anhambú, entre outras era onde se localizavam as principais unidades produtivas, já que contavam com esses recursos fundamentais a técnica da época. A localização próxima as estradas, era igualmente fundamental para o escoamento da produção ao Porto de Santos, cujo transporte, dadas as dificuldades, era um dos principais empecilhos na comercialização do açúcar.

As fazendas visitadas revelaram diversos dos aspectos da produção, seja com a fornalha trem da Jamaica encontrado na Fazenda Vassoural, ou mesmo com as moendas movidas a água da fazenda Capoava, ou com a senzala da Fazenda Concórdia, ou pelo conjunto da Chácara do Rosário, ou ainda pelo alambique da fazenda Pirahy, enfim todas elas forneceram fragmentos do período açucareiro e auxiliaram na reconstrução desse espaço do passado. Os dados disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo denominado “Tombamento dos

Bens Rústicos” permitiram que fosse verificado o tamanho das propriedades ituanas, e a partir desses dados coletados foi notada a diferença das propriedades ituanas com relação ao padrão de meia légua (450 alqueires paulista) para formação de engenhos, já que a média das propriedades ituanas era de 216,44 alqueires para o ano de 1817.

Este mesmo banco arquivístico em conjunto com os inventários revelaram a existência de outras atividades agrícolas na vila, tais como plantação de gêneros como algodão, café, milho e feijão, entre outros. A criação de animais também era atividade desenvolvida na época, que teve suas bases formadas no período monçoeiro, em que a produção de gêneros alimentícios se fazia necessária para o abastecimento das expedições que partiam rumo aos sertões. Para essas atividades a média das propriedades ituanas era de 58,24 alqueires para o ano de 1817.

A pujança econômica provocada pela lavoura canavieira de base escravista colonial refletiu nas demais dimensões do território, transformando o núcleo urbano e os padrões sociais, bem como de cultura material e imaterial existentes.

A evolução do núcleo urbano é visível a partir dos croquis elaborados para o processo de tombamento do eixo central ituano, e permitem o entendimento do processo de ressignificação desse perímetro. A partir da construção da nova Matriz a vila transfere para o seu largo os símbolos de poder das elites locais, onde Casa de Câmara e Cadeia, pelourinho, e as casinhas de comércio estão estruturalmente localizados de modo a servir como local de ação e controle social por aqueles que detinham o poder.

Observamos o crescimento do número de ruas, bem como do número de fogos existentes, saltando de 105 fogos em 1765 para 425 em 1830, a vila vai gradativamente ganhando novos contornos, a partir de um maior contingente populacional, que em sua maioria era de prestadores de serviços e comerciantes.

Melhoramentos e obras públicas foram realizadas por conta desse aumento populacional, logo são observadas a canalização de água de vertentes próxima ao núcleo central da vila, por meio de telhões e a construção de chafarizes na praça do Carmo e no largo da matriz, como também do calçamento das vias centrais e a implementação de passeios públicos, trazendo uma nova estética ao urbano da vila. As casinhas de comércio também foram construídas com o objetivo de se organizar melhor o comércio de gêneros alimentícios, etc. já que o contingente populacional da vila crescia, assim como cresciam suas necessidades.

Outra obra que se fez necessária pelo aumento de reses abatidas foi a construção de um matadouro, o que se tornou realidade em 1849. Igualmente foi aventada a construção de um cemitério, porém devido a não aceitação do clero local por conta dos lucros com seus cemitérios, esse tema foi postergado até o ano de 1884 quando Itu passou a contar com um novo

cemitério. Todas essas obras públicas vieram em conjunto com a ascensão econômica da vila que passou a ter novas necessidades a medida em que sua população urbana crescia, surgindo novas realidades e configurações que modificavam o espaço de convivência ituano.

As moradias urbanas dos senhores de engenho também sofreram transformações; diversos sobrados foram construídos no largo da matriz, espaço destinado às elites locais, que em conjunto com as ruas Direita, da Palma e do Comércio eram os mais valorizados. Ao compararmos os valores das residências existentes nas ruas acima descritas com as demais existentes no núcleo urbano da vila ficou clara a hierarquia entre as vias que delimitam os espaços de poder no urbano local. Foram ainda observadas as técnicas construtivas que ratificaram a diferenciação da moradia das classes mais abastadas daquelas da população menos favorecida.

As igrejas construídas ou reformadas durante o período açucareiro revelaram a riqueza da vila; as obras eram em grande parte patrocinadas por mecenas como a Sra. Maria Francisca Vieyra que custeou no ano de 1786 a decoração interna da igreja Matriz. O rico conjunto arquitetônico das igrejas ituanas se forma no período açucareiro e perduram até os dias atuais.

A simbologia atrelada a imponência das igrejas ituanas reflete a importância dessas construções nas sociedades coloniais que tem suas bases vinculadas as relações de poder, onde a igreja se destaca, de modo a exercer influência sobre todas as camadas da sociedade, inclusive os senhores de engenho. A partir dessa mesma simbologia as capelas existentes no conjunto dos engenhos demonstram a influência da igreja mesmo dentro das propriedades particulares, porém interessante notar que submetido ao poder do senhor de engenho que exerce considerável poder dentro da sociedade patriarcal existente.

O crescimento demográfico experimentado é reflexo da produção açucareira que se utilizava da mão de obra escrava em suas unidades produtivas; também se verificou pelos dados censitários que o número de escravizados superou o de homens livres no início do século XIX, o que causou grande preocupação aos senhores de engenho que temiam por levantes. O aumento populacional também se deu entre os homens livres, porém esse contingente populacional exercia atividades diversas dos escravos, não estando diretamente ligados à produção dos engenhos.

Dentre as camadas sociais existentes na vila do açúcar convivendo com os senhores de engenho existiam os escravos encarregados dos trabalhos braçais junto aos engenhos, alguns poucos se destinavam as tarefas diversas no plano urbano da vila, porém seu maior contingente estava na zona rural. Os agregados constituíam elemento bastante interessante na sociedade ituana do açúcar, exerciam papéis diversos sempre gravitando em torno dos senhores de

engenho que eram por esses tidos como fonte de proteção, no âmbito urbano eram em sua maioria, mulheres, que exerciam papéis diversos nas residências, e no âmbito rural costumavam cultivar terras cedidas pelos senhores de engenho.

Outro ponto que merece destaque refere-se à evolução nas representações cartográficas que nos possibilita o entendimento do território ituano e as alterações que sofreu ao longo dos tempos, de início com uma área mais extensa, e conforme vão ocorrendo os desmembramentos a extensão territorial da vila se reduz, como é o caso dos desmembramentos de Porto Feliz, Piracicaba, etc. que são elevadas a vilas da Capitania, na medida em que seu crescimento favoreceu o surgimento de administrações autônomas.

As relações de poder advindas de uma formação social pautada num regime escravocrata colocam o senhor de engenho na condição de membro distinto da sociedade da qual faz parte e exercendo seu domínio seja pelo campo jurídico político (já que os cargos públicos de comando estão na mão desses senhores), seja pelo campo cultural, ou mesmo pelo pertencimento às irmandades religiosas.

A criação de posturas pela Câmara da vila salienta as preocupações dos senhores de engenho com as camadas menos favorecidas da população, servindo sobretudo como mecanismo de controle social direcionado aos mais pobres.

Os códigos sociais são muitos, e servem para diferenciar os membros de determinados grupos de outros menos favorecidos como os negros libertos, escravos, etc. A mobilidade social não era facilitada pelos membros das elites, que se preocupavam com a perpetuação de suas fortunas, de modo que os casamentos se davam preferencialmente entre iguais.

Elementos culturais diferenciavam as diversas camadas da sociedade, sendo as mais pobres da população consideradas como subculturas pela elite do período, e alguns de seus aspectos somente são desvendados em fontes como os processos criminais que de forma indireta fornecem informações acerca de comportamentos do cotidiano dessas pessoas. Festejos religiosos são destaque entre as práticas culturais, em que participam as mais diversas camadas sociais cada qual exercendo o papel, da mesma maneira em que se fazem presentes práticas ancestrais incorporadas pelo elemento negro da sociedade.

Os padrões de riqueza da sociedade do açúcar, analisados a partir dos inventários selecionados projetam uma sociedade com mais recursos que as anteriores, sendo que o período de pujança econômica refletiu no patrimônio pessoal das elites, de modo aos inventários mostrarem-se em sua maioria com números superlativos. Os bens arrolados nestes mesmos inventários revelam uma grande valorização dos escravos, que lá estão descritos como bens materiais, igualando-se por vezes aos valores dos imóveis arrolados que eram parte fundamental

do patrimônio dos senhores que tinham suas atividades vinculadas à terra. Os escravos eram a força motriz dos engenhos, logo os números encontrados nos inventários demonstram sua importância dentro do modo de produção escravista colonial, que não contava com outra forma de trabalho senão aquele dos escravos. Os imóveis ainda que, por vezes, colocados em igualdade aos preços dos escravos consistiam em base fundamental para o exercício das atividades agrícolas que eram vinculadas a posse de terras, logo que sua posse demonstrava a riqueza de seu possuidor.

Os bens móveis arrolados nos inventários possibilitaram, ainda que de forma indireta, a visualização dos interiores das residências da elite ituana, já que as camadas menos favorecidas não costumavam inventariar os pertences de seus parentes falecidos. A partir desses dados foi possível observar bens móveis de elevado valor arrolados quase sempre no inventário de pessoas ligadas à produção açucareira, o que também nos possibilita interpretar esses dados, frente uma maior abertura comercial com o estrangeiro e suas manufaturas.

O simbolismo existente na posse de determinados bens materiais revela de certa forma um pertencimento a um seletivo grupo social, o que permitia a seus membros usufruírem das vantagens destinadas a essa camada da sociedade.

As irmandades religiosas são outro exemplo de controle social, e serviam as camadas mais favorecidas da população como uma referência de status social, enquanto que significava um amparo assistencial aos necessitados. Nas procissões é possível observar-se o lugar de destaque que eram destinados a esses grupos, também foram encontrados nos inventários, diversas menções a doações às irmandades religiosas a que pertenciam os inventariados, bem como gastos consideráveis com ritos fúnebres tais como missas, local de sepultamento, cortejo fúnebre, etc.

Os negros participavam de irmandades como a de Nossa Senhora do Rosário, buscando por uma certa proteção social, já que o universo colonial não fornecia muita segurança jurídica a essa camada da sociedade, porém os cargos de comando eram sempre exercidos pela elite local, que as utilizava inclusive como mecanismo de controle social das camadas menos favorecidas.

O universo colonial ituano funcionava a partir de estruturas jurídicas que a sombra do Estado destinava o poder a um seletivo número de membros da aristocracia local que utilizavam o poder público como se particular fosse, sendo orquestradas ações e interações que servissem a manutenção das estruturas econômicas e sociais vigentes. O espaço ia aos poucos se transformando e, ao mesmo tempo ratificando as estruturas sociais, em que Estado, igreja e aristocracia ditavam as regras.

Conclui-se, por fim, que o período açucareiro foi de grande crescimento econômico na vila de Itu, e essa riqueza influenciou não só em aspectos políticos, jurídicos, mas também na demografia e cultura material da população. Assim, o território ituano tem suas bases formadas a partir das inúmeras conexões que se apresentam desde suas dimensões, econômica, jurídico/política, cultural e natural; naturalmente não se pretende aqui esgotar todas as dinâmicas existentes entre os elementos que compõe o território da vila, inclusive entende-se que são necessários estudos ulteriores e complementares para que se compreendam outros aspectos que não puderam ser contemplados nesta dissertação de mestrado.

Itu exerceu verdadeiro papel de destaque no período açucareiro, e a dimensão econômica foi seguramente a mola propulsora que impulsionou o crescimento da vila, possibilitando inclusive na sequência a implementação da cafeicultura, quando os preços do açúcar já não mais se mostravam convidativos aos senhores de engenho ituanos. O desenvolvimento urbano experimentado na vila seja pelos casarões imponentes dos senhores de engenho, ou pelas obras públicas, ou mesmo pelo crescimento no número de ruas e fogos advindos de um crescimento demográfico significativo transformou a vila em diversos de seus aspectos.

A pretensão deste trabalho pautada na reconstrução de um espaço do passado permite um entendimento mais amplo de uma sociedade que se formou a partir de uma economia agrícola de regime escravista, e estas conjecturas encontradas no passado refletem até os dias atuais, seja na formação social ou mesmo a apropriação dos espaços da cidade que possuem significativas heranças desse período do qual a pergunta permanece “Você é gente de quem?”.

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas

- Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”
 Fundo Arquivo Central da Comarca de Itu. Primeiro Ofício de Justiça.
 Inventários e testamentos
- Anna de Arruda Pacheco, 1822, caixa 27
 Anna de Campos, 1780, caixa 01
 Anna Eufrozina Aires, 1820, caixa 24B
 Anna Gertrudes de Campos, 1808, caixa 17B
 Anna Maria de Jesus, 1797, caixa 07
 Anna Ribeyra, 1795, caixa 05
 Antonia de Arruda, 1830, caixa 18C
 Antonio da Rocha Lima, 1779 caixa 13
 Antonio de Almeida, 1830, caixa 37B
 Antonio de Barros Penteado e sua mulher Maria Paula Maxado, 1829, caixa 36
 Antonio Francisco da Luz [Reverendo], 1803, caixa 16A
 Bernardo de Quadros Aranha, 1808, caixa 17B
 Bernardo Rodrigues Monteyro, 1797, caixa 07
 Brás Antonio de Assunção, 1813, caixa 18C
 Capitão Bento Dias Pacheco, 1829, caixa 36B
 Catherina Leme de Godoy, 1815, caixa 19B
 Escolástica Forquim Leite, 1802, caixa 16
 Estanisláo de Campos, 1818, caixa 23
 Florinda de Arruda, 1827, caixa 33B
 Francisca Roza, 1824, caixa 29^a
 Francisco de Godoy Cardoso, 1797, caixa 07
 Francisco Fernandes, 1828, caixa 34
 Francisco Leme de Alvarenga, 1815, caixa 19B
 Ignácia de Góes Arruda, 1847, caixa 56.
 João Fernandes da Costa (Capitão), 1801, caixa 15
 Joaquim Marianno da Costa, 1829, caixa 36A
 José Alves de Lima, 1808, caixa 17B
 José Manoel de Mesquita Lourenço, 1813, caixa 18C
 Manoel Leite Sampaio, 1810, caixa 18A
 Maria Clemencia, 1822, caixa 27
 Maria da Anunciação de Góes Pacheco, 1834, caixa 42B
 Maria da Lapa, 1818, caixa 23
 Maria de Góes Castanho, 1813, caixa 18C
 Maria Francisca Vieyra, 1796, caixa 6
 Maria Leme da Sylva, 1809, caixa 17B
 Maria Paes da Candelária, 1797, caixa 07
 Mariana Leite Pacheco, 1779, caixa 10
 Mecia Ribeira, 1800, caixa 14A
 Miguel Antonio de Azevedo Veiga, 1818, caixa 23
 Pedro Correa da Silva, 1816, caixa 21-A
 Rita Maria de Macedo, 1816, caixa 17A
 Thomé Jacinto Teixeira, 1819, caixa 24A

Vicente Gonçalves Braga, 1808, caixa 17B

Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”
Fundo da Câmara da Vila de Itu.

Atas da Câmara da vila de Itu de 12 de outubro de 1822 a 12 de novembro de 1833 caixa 2.
Atas da Câmara da vila de Itu de 06 de dezembro de 1833 a 24 de outubro de 1842, caixa 3.
Atas da Câmara da vila de Itu de 18 de novembro de 1842 a 28 de setembro de 1857, caixa 12.

Caixa 1, documento 43.

Caixa 1, documento 13.

Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”
Fundo do Primeiro e Segundo Ofício de Justiça de Itu.

Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”
Fundo do Primeiro Cartório de Notas de Itu.

Livro de Notas 13, caixa 10.

Livro de Notas 19, caixa 01

Arquivo Histórico do Museu Republicano “Convenção de Itu”
Código de posturas da cidade de Itu: ano de 1867.
Código de posturas da cidade de Itu: ano de 1873.

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Juízo dos Resíduos. Autos de Contas de Testamentos.

Arquivo Público do Estado de São Paulo
Coleção APESP, Núcleo de Acervo Cartográfico,
AESP, maço 14, pasta 2, documento 6, ordem 241.

AESP, nº ordem CO 9868, Bens Rústicos da Vila de Itu de 1818.

Maços de População da Vila de Itu, microfilme.

Lata 71 (1765-1778) – DAESP

Lata 72 (1782-1792) – DAESP

Lata 73 (1793-1799) – DAESP

Lata 74 (1800-1803) – DAESP

Lata 75 (1804-1807) – DAESP

Lata 76 (1808-1811) – DAESP

Lata 77 (1812-1816) – DAESP

Lata 78 (1817-1824) – DAESP

Lata 79 (1825-1835) – DAESP

Ordenanças da Vila de Itu, AESP

Caixa 55, pasta 1, documento 5, ordem 292

Caixa 55, pasta 1, documento 65, ordem 292

Caixa 55, pasta 1, documento 104-A, ordem 316

Caixa 55, pasta 2, documento 35, ordem 292

Caixa 55, pasta 2, documento 100-A, ordem 293

Caixa 55, pasta 2, documento 44, ordem 292

Caixa 55, pasta 2, documento 63, ordem 292
 Caixa 55, pasta 2, documento 54, ordem 292
 Caixa 55, pasta 2, documento 80, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 21, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 47, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 50, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 35, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 71, ordem 292
 Caixa 55, pasta 3, documento 86, ordem 292
 Caixa 55-A, pasta 1, documento 81, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 1, documento 30, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 1, documento 73, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 1, documento 40, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 1, documento 24, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 2, documento 34, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 2, documento 53, ordem 293
 Caixa 55-A, pasta 2, documento 61, ordem 293
 Caixa 75, pasta 1, documento 60, ordem 316
 Caixa 75, pasta 1, documento 82, ordem 316
 Caixa 75, pasta 1, documento 119, ordem 316
 Caixa 75, pasta 1, documento 130, ordem 316
 Caixa 272, pasta 1, documento 45, ordem 1067

Acervo do IPHAN

Mapas com resumo geral dos engenhos de açúcar que existem na capitania de São Paulo.
 Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate São Paulo, caixa 10, documento 14.

Arquivo Histórico Ultramarino, Conselho Ultramarino, São Paulo-MG, caixa 48, doc. 3766.

Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_023, caixa 17, doc. 845.

Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_CU_023, caixa 24, doc. 1082.

Arquivo Histórico Ultramarino-São Paulo, caixa 14, doc. 698.

Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo do Conselho de Lisboa, Conselho Ultramarino,
 códice 112.

MENDONÇA, Antônio Manuel de Mello Castro e. **Instruções dadas por Antônio Manuel de Melo Castro e Mendonça sobre o governo da capitania de São Paulo a Antonio José da França e Horta. Na forma das reais ordens:** [desenho alegórico com a assinatura de 'sales fez']. [S.l.: s.n.], 1802-1803. 2 f. inum., p. |2|-68 + 1 p. inum. de índice, 34 x 22 cm.
 Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428029/mss1428029.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

Fontes impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes de (org.). **Código filipino ou ordenações do reino de Portugal, recompilados por mandado de el rei d. Filipe I (1603)**. Rio de Janeiro. Do Instituto Filomático, 1870. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Coimbra, **Ordenações Manuelinas**. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/> Acesso em: 02 jul. 2019.

Coimbra, **Ordenações Afonsinas**. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/pagini.htm>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Lisboa, **Códice 112**, Arquivo histórico Ultramarino. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Regimento_que_levou_Tome_de_Souza_governador_do_Brasil.pdf. Acesso em: 02 jul. 2019.

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia histórica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2010.

_____. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1997.

_____. Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1994_v56_n1_n4.pdf. Acesso em: 3 jun. 2019.

_____. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 13-25, 6 jun. 2000. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123400/119716>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998. Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César de Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 145-184.

_____. A apropriação do território no Brasil colonial. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César de Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações Geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-246.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. 7 ed. rev., anotada e prefácio de José Honório Rodrigues. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do Pensamento Brasileiro).

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. A depressão periférica paulista: um setor das áreas de circundesnudação pós-cretácica na Bacia do Paraná. **Geomorfologia**, São Paulo, n. 15, p. 1-15, 1969.

_____. A terra paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 5-37, 2017. Disponível em: <https://agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1299>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ACAYABA, Marlene Milan et al. **O museu da casa brasileira**. São Paulo: Banco Safra, 2002.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. *In*: SOUZA, Laura de Mello e. **História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. volume 1.

ALMEIDA, Joseph Cesar Ferreira de. **Entre engenhos e canaviais: senhoras do açúcar em Itu (1780-1830)**. 2008. 120f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14052008-153229/>. Acesso em: 19 dez. 2018.

ALMEIDA, Leandro Antonio de. Senhores de terras da Vila de Itu em 1817. **Revista da ASBRAP**, São Paulo, n. 7, p. 9-77, 2000. Disponível em: http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev7_art1.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Dicionário de História de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1980. (Coleção paulística; v. 19).

AMED, Fernando José; NEGREIROS, Plínio José Labriola de Campos. **História dos tributos no Brasil**. São Paulo: Sinafresp, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro: Casa de Souza e Comp., 1837.

AOQUI, Cássio. **Vista da Calçada de Lorena**. 2015. Disponível em: <http://mttvirtual.com.br/conteudos/visualizar/Caminho-do-Tropeiro>. Acesso em: 02 set. 2020.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 12, n. 1, p. 129-160, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5406>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**: Yguatemy. v. VIII. São Paulo: Typographia Aurora, 1895.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**: diversos. v. XV. São Paulo: Typographia Aurora, 1904.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo**: correspondência do capitão – general Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão 1706 - 1768. v. XXIII. São Paulo: Typographia Aurora, 1896.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **São Paulo nos séculos XVI-XVII**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Poiesis, 2011.

_____. **O Brasil no comércio colonial (1796-1808)**. 1972. 626f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

_____. O elo perdido: a economia brasileira entre 1780 e 1830. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 6, n. 1, p. 97-100, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645530>. Acesso em: 07 set. 2020.

AZEVEDO, Aroldo de et al. **Brasil, a Terra e o Homem**: a vida humana. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

_____. Vilas e cidades do Brasil colonial (ensaio de geografia urbana retrospectiva). **Terra Livre**, São Paulo, n. 10, p. 23-78, 1992. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/113/0>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**: Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

_____. Famílias cativas em São Paulo colonial: a escravidão de indígenas e africanos através dos registros paroquiais (vila de Itu, capitania de São Paulo, primeira metade do século XVIII). **Anais Abep**, São Paulo, p. 1-14, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1969/1927>. Acesso em: 10 set. 2020.

BARBI, Rafael Jose. **Festejos, liberdade e fé: a irmandade de São Benedito de Itu no século XIX (1861-1888)**. 2015. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2015.
Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/46331>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BARDI, Pietro Maria. **Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista (Itú 1810-Piracicaba, 1875)**. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981.

BARROS, Liliane Schrank Lehmann de; MOIZO, Rosana Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo, 1554-1954. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v. 199, p. 183, 1991.

BASTOS, Maria Antonieta de Toledo Ribeiro. **A cidade de Itú: berço da República, um estudo de geografia urbana até a Primeira Republica (1930)**. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BAKER, Alan R. H. On the history and geography of historical geography. **Rekishu Chirigaku (Historical Geography)**, v. 38, p. 1-24, 1996.

_____ et al. (Ed.). **Explorações em geografia histórica: ensaios interpretativos**. Arquivo CUP, 1984.

BENINCASA, Vladimir. **Fazendas paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro**. 2008. 667f. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. doi:10.11606/T.18.2008.tde-14032008-151048. Acesso em: 2021-05-16.

BEYER, Gustavo. Ligeiras notas de viagem do Rio de Janeiro à Capitania de São Paulo no Brasil no verão de 1813. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. 12, p. 275, 1908.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOITO JR, Armando. Pré-capitalismo, capitalismo e resistência dos trabalhadores: nota para uma teoria da ação sindical. **Crítica marxista**, Campinas, n. 12, p. 77-104, 2001. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/04boito.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. 2007. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-16072007-112028/en.php#referencias>. Acesso em: 10 dez. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrandre, 1989.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Imperial de 1º de out. de 1828.** Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Rio de Janeiro, 1828. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm#:~:text=LEI%20DE%201%C2%BA%20DE%20OUTUBRO,e%20dos%20Juizes%20de%20Paz.&text=Art.,sete%2C%20e%20de%20um%20Secretario.. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Imperial de 29 de nov. de 1832.** Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instancia com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-29-11-1832.htm. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Alvará de 2 de dezembro de 1811.** Crêa a nova Comarca do Itú na Capitania de S. Paulo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1811. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/18323>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo.** Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

_____; NAZARÉ, Rui. **História e ciências sociais.** Lisboa: Presença, 1972.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. **Anais Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 111-153, dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142009000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 mar. 2020.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BUTLIN, Robin Alan. **Historical Geography: Through the Gates of Space and Time.** New York: Routledge, 1993.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano - origem e modernidade.** 2007. 434p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280677>>. Acesso em: 9 ago. 2020.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A produção do espaço e do território: as relações de trabalho subordinadas ao modo de produção capitalista. **ENTRE-LUGAR**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 73-98, 2010. ISSN 2177-7829. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/613>. Acesso em: 10 jan. 2021.

CANABRAVA, Alice Piffer. Uma economia de decadência: os níveis de riqueza na capitania de São Paulo, 1765/67. **Revista Brasileira de Economia**, v. 26, n. 4, p. 95-123, 1972. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/104/2915>. Acesso em: 12 fev. 2021.

CANDIANI, Débora. **Chácara do Rosário - Itu/SP**. 2015. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/deboracandiani/16487746977/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do rio bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. El modo de producción esclavista colonial en América. *In: Assadourian, Carlos Sempat et al. Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Siglo XXI, 1973. p. 193-230.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 42, p. 25-37, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3166>. Acesso em: 13 jul. 2020.

CARRARI, Isabela. **Monumento Nacional Ruínas São Jorge dos Erasmos**. 2018. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/engenh-dos-erasmos-comemora-cultura-caicara>. Acesso em: 8 fev. 2020.

CASARÕES NO LARGO DA MATRIZ..., **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo Acervo Histórico**, 1950. Disponível em: <https://app.al.sp.gov.br/acervohistorico/exposicoes/interior-paulista/sorocaba/itu/>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na geografia. **Mercator**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, jan. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4215/rm.v1i1.192>. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/192>. Acesso em: 14 jan. 2020.

_____. **A geografia cultural**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. 2. ed. Miraflores: Difusão Editorial, 2002.

_____. (org.). **História da vida privada: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. [v. 3].

CHRIS, Philo. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. *In*: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. P.269-298.

CINTRA, Francellino. **Almanach histórico, biográfico e indicativo da Comarca de Ytu para o ano de 1910**. Itu: São José, 1909.

COLAVITE, Ana Paula; BARROS, Mirian Vizintim Fernandes. Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de Peabiru. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 5, n. 05, p. 86-105, jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5418/RA2009.0505.0007>. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6590>. Acesso em: 24 fev. 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. O poder judiciário no Brasil. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 114-143, jul. 2016. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/37>. Acesso em: 08 abr. 2021. doi:<https://doi.org/10.21783/rei.v2i1.37>.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 8. ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

_____. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COZINHA Caipira. *In*: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra976/cozinha-caipira>. Acesso em: 01 de mai. 2021.

DAMIANI, Amélia Luísa. **População e geografia**. 7. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

DARBY, Henry Clifford. **Sobre as relações entre geografia e história**. Transactions and Papers (Institute of British Geographers), n. 19, pág. 1-11, 1953.

DEBRET, Jean Baptiste. **Vista da cidade de Itu, caminho de Sorocaba**. 1827. Acervo do Museu Castro Maya, Rio de Janeiro.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca Nacional: Departamento Nacional do Livro, 1928. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1928_00006.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

DUTRA, Miguelzinho. **Vista da cidade de Itu**. 1851. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, São Paulo.

_____. **Aquarela "pedreira do varvito"**. 1841. Acervo do museu Republicano Convenção de Itu, Itu.

_____. **Interior do jazigo do Carmo**. 1841. Acervo do museu Republicano Convenção de Itu, Itu.

_____. **Hospício do Carmo**. 1839. Acervo do IPHAN de São Paulo, São Paulo.

_____. **Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio**. 1835. Acervo do museu Republicano Convenção de Itu, Itu.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2 vols. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Unesp, 2001.

FER, Nicolas de. **Le Brésil dont les côtes sont divisées en capitaineries**: dressé sur les dernières relations de flibustiers et fameux voyageurs. Paris, França, 1719. 1 mapa, 42 x 54,5cm em f. 56,5 x 77,5. Disponível em:
http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=235. Acesso em: 21 fev. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRAGINALS, Manuel Moreno. **O engenho**. São Paulo: Editora da Unesp, 1989. v. I.

FRAGNANI, Maria do Carmo Catalá (org.). **Visão histórico-jurídica sobre a Comarca de Itu**: estudos jurídicos em homenagem aos 400 anos da cidade de Itu. 2 vols. Itu: Ottoni editora, 2010.

FRANCISCO, Luís Roberto de. A gente paulista e a vida caipira. *In*: LAGO, Pedro Correa do. **Coleção Terra Paulista**: histórias, arte, costumes. 2º v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 23-49.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 1 ed. digital. São Paulo: Editora global, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Editora global, 2003.

FRIDMAN, Fania. Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira. *In*: FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Cidades latino americanas**: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010. p. 11-36.

_____; HAESBAERT, Rogério; ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

_____. Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2-3, p. 79-94, 1994. Disponível em:
http://www.ippur.ufrj.br/images/Cadernos_IPPUR/CI_Ano_VIII_n2-3_set-dez_1994-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 25 maio 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC., 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONÇALVES, Adeldo. **Direito e justiça em terras d'El-rei na São Paulo Colonial 1709-1822**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2015.

GODOY, Silvana Alves de. **Itu e Ararituaba na rota das monções (1718 a 1838)**. 2002. 235 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286309>. Acesso em: 2 ago. 2018.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (org.). **Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

GUIDO, Ligia Souza. **Sob capas e mantos: roupa e cultura material na vila de Itu, 1765-1808**. 2015. 220 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015, Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279667>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Campinas: IFCH/Unicamp, 1998.

HAESBAERT, Rogério; GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 09, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____. REGIÃO. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, p. 117-120, 2019. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/geographia/article/view/28995/16836>. Acesso em: 10 jun. 2019.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HESAPANHA, António Manuel. Para uma teoria da história institucional do antigo regime. In: HESAPANHA, António Manuel (org.). **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Colectâneas de textos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1984, p. 7-89.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Visão do paraíso**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

_____. **História Geral da Civilização Brasileira**. 10. ed., t. 1, v. 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. Movimentos da população em São Paulo no século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 1, p. 55-111, 1966. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/45622/49221>. Acesso em: 21 jan. 2020.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IANNI, Octávio. **Uma cidade antiga**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

ITU. Secretaria de Cultura. **Cadernos do patrimônio de Itu: patrimônio ituano – salvaguarda, preservação e identidade**. v. 1, n. 1. Itu: Secretaria Municipal de Cultura, 2015. p. 5-6.

LACOSTE, Yves et al. **Ler Braudel**. Campinas: Papius, 1989.

_____. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Editora Papius, 1988.

LAGO, Pedro Correa do. **Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes**. 3 vols. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

LAHUERTA, Flora Medeiros. **Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro joanino (1808-1821)**. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/D.8.2009.tde-04022010-165138. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04022010-165138/publico/FLORA_MEDEIROS_LAHUERTA.pdf. Acesso em: 2020-01-20.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEFEBVRE, Henri; LOREA, Ion Martínez. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

_____; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica**. 3 vols. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

LIMA, Átila de Menezes; AMORA, Zenilde Baima. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. **Espaço Aberto**, v. 2, n. 2, p. 51-72, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2089>. Acesso em: 15 jan. 2019.

LIMA, André Luís de. **Imagens da cidade: a evolução urbana de Itu através da fotografia**. 2014. 491f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia da Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.16.2014.tde-16102014-093723. Acesso em: 2021 mar. 2018.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. Brasília: ESAF, 1988.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUNA, Francisco Vidal. **São Paulo no século XVIII**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____; KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: Edusp, 2005.

LUNDAHL, Mats. Toussaint l'ouverture and the war economy of saint-domingue, 1796-1802. **Slavery & Abolition**, v. 6, 2 ed., p. 122-138, 1985. DOI: 10.1080 / 01440398508574883.

LUPION, Abelardo. **Relatório dos Trabalhos da “CPMI da Terra”**, 2005. Voto em Separado, 2005. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comissoes/CPI/RefAgraria/CPMITerra.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

MACHADO, Alcântara. **Vida e Morte do Bandeirante**. v. 13, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. (Coleção paulística).

MAIA, Doralice Sátyro. Desvendando o campo na cidade: notas metodológicas. **GeoTextos**, v. 6, n. 2, p. 35-57, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323118074_Desvendando_o_campo_na_cidade_Notas_metodologicas. Acesso em: 24 ago. 2019.

MARANHO, Milena Fernandes. **A Opulência Relativizada: níveis de vida em São Paulo do século XVII (1648-1682)**. Bauru: EDUSC, 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza; SCHWARTZ, Stuart. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. A vida cotidiana entre os paulistas: moradias, alimentação, indumentária. *In*: LAGO, Pedro Correa do. **Coleção Terra Paulista: histórias, arte, costumes**. 2º v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 89-186.

_____. Matriz da Candelária: legado dos ituanos, patrimônio os paulistas e brasileiros. *In*: Itu. Secretaria de Cultura. **Cadernos do patrimônio de Itu: patrimônio ituano – salvaguarda, preservação e identidade**. v. 1, n. 1. Itu: Secretaria Municipal de Cultura, 2015. p. 5-6.

MARTIN, Jules. **Carta ilustrada da província de São Paulo: levantada sobre os estudos do engenheiro R. Habersham, dedicada à sua majestade o imperador o Senhor D. Pedro II**. São Paulo: J. Martin, 1875. 1 mapa em 4 seções, col., cada seção 53 x 71cm. (ou menores).

((W53° - W44° / S19°45' - S25°15')). Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart177696/cart177696.jpg.
 Acesso em: 11 jun. 2019.

MARTINELLO, André Souza. **Geografia histórica, discursos espaciais e construção territorial em Santa Catarina**. 2015. 245 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/T.8.2016.tde-08042016-124409. Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-08042016-124409/publico/2016_AndreSouzaMartinello_VCorr.pdf. Acesso em: 17 dez. 2018.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985a.

_____. **A miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

_____. **O capital: livro 1, o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MCKEY, Colin. **The economic consequences of the Haitian Revolution**. 2016. 77f. Tese (Bacharelado em Ciências) - University of Oregon, Corvallis, 2016. Disponível em:
<https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/bitstream/handle/1794/20330/Final%20Thesis-McKey.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MELLO, Zélia Cardoso de. **São Paulo, 1845-1895: Metamorfoses da Riqueza**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras: introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista USP**, n. 30, p. 142-155, 1996. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25914>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MITCHELL, Jean Brown. **Historical geography**. Londres: English universities Press, 1954.

MINTZ, Sidney W. **Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History**. Penguin Books, 1986.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONT SERRATH, Pablo Oller. **Dilemas & conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802)**. 2007. 315 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-26022008-131516. Acesso em: 2021-05-16.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

_____. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil.** São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

_____. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

_____. Bases da Formação territorial do Brasil. **Geografares [Online]**, n. 2, p. 105-113, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1145>. Acesso em: 19 jan. 2020.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** Annablume, 2003.

_____. O Sertão: um outro geográfico. **Terra Brasilis [Online]**, v. 4-5, p. 1-8, 2003. DOI: 10.4000/terrabrasilis.341. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/341>. Acesso em: 15 jan. 2020.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil.** 2. ed. Annablume, 2011.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

_____. **Geografia: teoria e crítica.** São Paulo: Contexto, 2010.

MOURA, Denise. Entre o atlântico e a costa: confluência de rotas mercantis num porto periférico da América portuguesa (Santos, 1808-1822). **Tempo**, Niterói, v. 19, n. 34, p. 95-116, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v19n34/09.pdf>. Acesso em: 11 Mar. 2020.

NADALIN, Sergio Odilon. **História e demografia: elementos para um diálogo.** Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais-ABEP, 2004.

NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Ytu.** 5 vols. Itu: Ottoni Editora, 2000.

NEVES, André Lemoine. **A Transferência da cidade portuguesa para o Brasil–1532-1640.** 2009. 358 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/2914>. Acesso em: 10 fev. 2020.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial.** 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

NUNES, Leandro José. Facundo: civilização e barbárie - Uma leitura da sociedade Argentina no século XIX. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 24, n. 45, p. 83-104, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19404>. Acesso em: 10 dez. 2018.

OLIVEIRA, Jair de; FRANCISCO, Luís Roberto de. **Itu 400 anos: 1610 – 2010.** São Paulo: Gráfica Gavioli Ltda, 2009.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 34, n. 68, p. 151-174, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882014000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 23 ago. 2020.

PERECIN, Marly Therezinha Germano. **Candeias em espelho d'água (1777-1845)**. São Paulo: Loyola, 1990.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A lavoura canavieira em São Paulo; expansão e declínio (1765-1851)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

_____. O afluxo de gado a Sorocaba e a importância econômica do caminho do sul na década da independência. **Revista de História**, v. 46, n. 94, p. 383-406, 1973. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/131998>. Acesso em: 22 set. 2020.

PINTO, Sandra MG. A 'rua direita' portuguesa: elemento estruturador ou designação toponímica? **Revista de Morfologia Urbana**, Lisboa, v. 2, n. 1, p. 42-43, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14362>. Acesso em: 18 janeiro 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Esboço dos fundamentos da teoria econômica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

_____. **História econômica do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

_____. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRESTES, Lucinda Ferreira. **A vila tropeira de Nossa Senhora de Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)**. São Paulo: ProEditores, 1999.

QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500 / 1720)**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1968.

_____. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RODRIGUES, Glauco Bruce. Geografia Histórica: notas sobre metodologia, **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]**, n. 12, p. 1-20, 2019. DOI: 10.4000/terrabrasilis.4578. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4578>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. **Tempo, Duração e Civilização: perspectivas rojasbraudelianas.** [Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. **Mapa geomorfológico do Estado de São Paulo, escala 1:500.000.** 1. ed. São Paulo, USP/FFLCH, IPT, FAPESP, 1997. 1 mapa em 2 folhas.

SADER, Maria Regina C. de Toledo. **Evolução da paisagem rural de Itu, num espaço de 100 anos.** 1970. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1970.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai.** São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SALA, Dalton. **Casa do Rosário, vista lateral direita.** 2007. Disponível em: http://www.casasbandeiristas.com.br/brasil-sao-paulo-itu-rosario/rosario_1/. Acesso em: 28 jul. 2020.

SALGADO, Ivone. Profissionais das obras públicas na província de São Paulo na primeira metade do século XIX: atuação no campo da engenharia civil. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 41, 2010. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao41/materia03/texto03.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Paranoá: **cadernos de arquitetura e urbanismo**, v. 18, n. 18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n18.2017.10>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11788/10358>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos.** São Paulo: EDUSP, 2001.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **A família brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **As mulheres, o poder e a família.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

SAMPAIO, Iara Fioravanti; SALGADO, Ivone. População Urbana da Vila de Itu. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 3, 2014, São Paulo. **Anais**, São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-nanparq3/htm/Artigos/SC/POSTER/SC-CDR-015_SAMPAIO_SALGADO.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado. **360° - O périplo do açúcar em direção à macrorregião canavieira do centro-sul do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI:10.11606/T.8.2015.tde-11092015-154508. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11092015-154508/pt-br.php>. Acesso em: 10 dez. 2020.

SANTOS, José de Almeida. **Mobiliário artístico brasileiro**. São Paulo: Museu Paulista, 1963. [Coleção museu paulista; 3 vols.].

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informal. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000. Disponível em: http://www.laget.eco.br/pdf/09_7_santos.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

_____. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. O tempo nas cidades. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 21-22, 2002. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Jun. 2019.

_____. **Da totalidade ao lugar**. 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

_____. **Espaço e método**. 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

_____. **A urbanização brasileira**. 4. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. 4. ed. – São Paulo: Hucitec, 1988.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2006.

SÃO PAULO. Prefeitura. **O poder em São Paulo**: história da administração pública da cidade. São Paulo: Editora Cortez, 1992.

SÃO PAULO. Secretaria de Cultura. **Resolução SC-85, de 6 de novembro de 2003**. Dispõe sobre o tombamento do centro histórico de Itu. Diário do Estado de São Paulo; Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 113 (212), sexta-feira, 7 de novembro de 2003, p. 30/31.

Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/copia-modelo-nome-do-bem-tombado-copia-8/#>. Acesso em: 15 set. 2019.

SÃO PAULO. **Lei nº 11, de 24 de março de 1835**. Determina o estabelecimento de barreiras em todas as estradas existentes ou que de novo se abrirem, atravessando a serra do mar nesta província, ou seguindo para o rio de janeiro, para cobrança da taxa que deverá ser aplicada às obras das mesmas estradas. São Paulo: Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, [1835]. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1835/lei-11-24.03.1835.html>. Acesso em: 02 set. 2020

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora expressão popular, 2009. p 73-94.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 32, p. 89-109, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 15 set. 2018.

SCHWARTZ, Stuart B. A magistratura e a sociedade no Brasil colônia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 296, p. 03-20, 1972.

_____. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550 - 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos: geografia e fenomenologia**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Érica Sabrina da et al. Contribuição da Geografia histórica e da Geo-história para a renovação dos pensamentos geográficos e históricos no século XX. **Diversitas Journal**, v. 3, n. 2, p. 268-282, 2018. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v3i2.604>. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/604. Acesso em: 15 set. 2018.

SILVA, Marcelo Werner da. A Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]**, n. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246>. Acesso: 3 jun. 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SILVA, Ligia Maria Tavares. Trajetórias pela Geografia Histórica. *In*: BEZERRA, Amélia Cristina Alves et al. (org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: Eduff, 2007. p. 71-84.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Espaço, poder e devoção: as irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa (1745-1803)**. 2015. 389 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná-UFPR, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, PR. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/40318>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SILVEIRA, Edgar; FRANCISCO, Luís Roberto de. **Itu, quatro séculos de comércio**. Itu: Instituto Cultural de Itu: Museu da Música: SINCOMERCIO: SESCSP, 2010.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1968.

_____. **Dinâmica populacional e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora. Hucitec, 1976.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Jonas Soares de. A criação do judiciário em Itu. In: FRAGNANI, Maria do Carmo Catalá (org.). **Visão histórico-jurídica sobre a Comarca de Itu: estudos jurídicos em homenagem aos 400 anos da cidade de Itu**. 2 vols. Itu: Ottoni editora, 2010. p. 51-54.

_____. (org.). **Código de posturas de Itu (1862-1908)**. Itu: Museu Paulista/Museu Republicano “Convenção de Itu” (Coletânea de fotocópias dos códigos, encadernada e sem referência do original).

SPIX, Johann Baptist von, 1781-1826. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. v.1. Belo Horizonte: Atatiaia; Edusp, 1981.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1988.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Teorias do Símbolo**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **Paradigma do caos ou cidade da conversão?: a cidade colonial na América portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)**. 2004. 338 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279025>>. Acesso em: 3 fev. 2019.

TORRES, Francisco Rodrigues. **A fazenda geral dos jesuítas e o monopólio da passagem do Cubatão 1553 - 1748**. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. DOI:10.11606/D.8.2008.tde-06042009-155858. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06042009-155858/publico/FRANCISCO_RODRIGUES_TORRES.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

TOSCANO, João Walter. **Itu – centro histórico, estudos para preservação**. 1981. 175f. Dissertação (Mestrado em estruturas ambientais urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

TRINDADE, Jaelson; TOSCANO, João Walter. Diagnóstico geral da cidade de Itu para a implantação de um programa de ação cultural. 8 vols. São Paulo: CONDEPHAAT, 1997.

TSCHUDI, Johann Jakob Von. **Viagem às províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo**. Biblioteca Histórica Paulista, v. 5, 1953.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

VASCONCELOS, Simão de. **Chronica da Companhia de Jesu do estado do Brasil**. 2. ed. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242811>. Acesso: 26 fev. 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2. ed. Salvador: Edufba, 2012.

_____. A cidade, o urbano, o lugar. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 6, p. 11 -15, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123359>. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. Como estudar a cidade na longa duração (a noção do tempo na Geografia). **Formação (Online)**, v. 1, n. 6, 1999. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1169/1170>. Acesso: 3 jun. 2019.

_____. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 147-157, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3791/2768>. Acesso em 02 Jun. 2019.

_____. Região Metropolitana de Salvador: elemento de sua estrutura espacial. 1989. **Revista de urbanismo e arquitetura**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 103-124, 1989. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1333>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. Complexidade racial: mitos e realidades em duas freguesias de Salvador em 1775. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 163-172, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3476/347632194010.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

_____. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. SPE, p. 17-23, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273644811013>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____. Cultura, religião e escravidão na Bahia (1549/1888). **Espaço e Cultura**, [s. l.], n. 4, p. 8-18, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6771/4824>. Acesso em: 21 set. 2019.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. **O Fazendeiro do Brasil [...]**. Tomo 01, Parte 02, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799. Disponível em: <digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5137>. Acesso em: 10 set. 2019.

_____. **Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil, e sobre o methodo já então praticado na factura deste sal essencial, tirado da obra Riqueza e opulencia do Brasil, para se combinar com os novos methodos que agora se propoem**. Lisboa: Typographia

Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1800. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5348>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIANNA, Hélio. **Estudos de História colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

VIEIRA, Liliane de Castro. **O colonial como marca: aspectos da evolução urbana de Ouro Preto**. 2016. 288 f. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.16.2016.tde-01092016-160527. Acesso em: 2021-03-04.

VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta o apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1966.

DE MELLO, Zélia Maria Cardoso. **Metamorfoses da riqueza, São Paulo, 1845-1895**. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WRIGLEY, E. A. (ed.). **Population and history**. Nova York: McGraw-Hill, 1969.

ZEQUINI, Anicleide. A fundação de São Paulo e os primeiros paulistas: indígenas, europeus e mamelucos. In: LAGO, Pedro Correa do. Coleção **Terra Paulista: histórias, arte, costumes**. 1º v. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p. 29-54.

ZEQUINI, Anicleide; LUIGI, André Santos. **A Vila de Itu-SP no período açucareiro (1774-1840)**. Itu: 29 set 2005. Blog: Itu.com.br. Disponível em: <https://www.itu.com.br/artigo/a-vila-de-itu-sp-no-periodo-acucareiro-1774-1840-20100202>. Acesso em: 05 out. 2019.

ZINI, Scarpin Angelo. **Ytu**. Itu: Ottoni Editora, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOGRAFIA DA FAZENDA CAPOAVA – ITU/SP.



Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Casa Fazenda Capoava – Itu/SP. 2020.

APÊNDICE B – FOTOGRAFIA DA FAZENDA PIRAHY – ITU/SP.

Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Casa Fazenda Pirahy – Itu/SP. 2020.

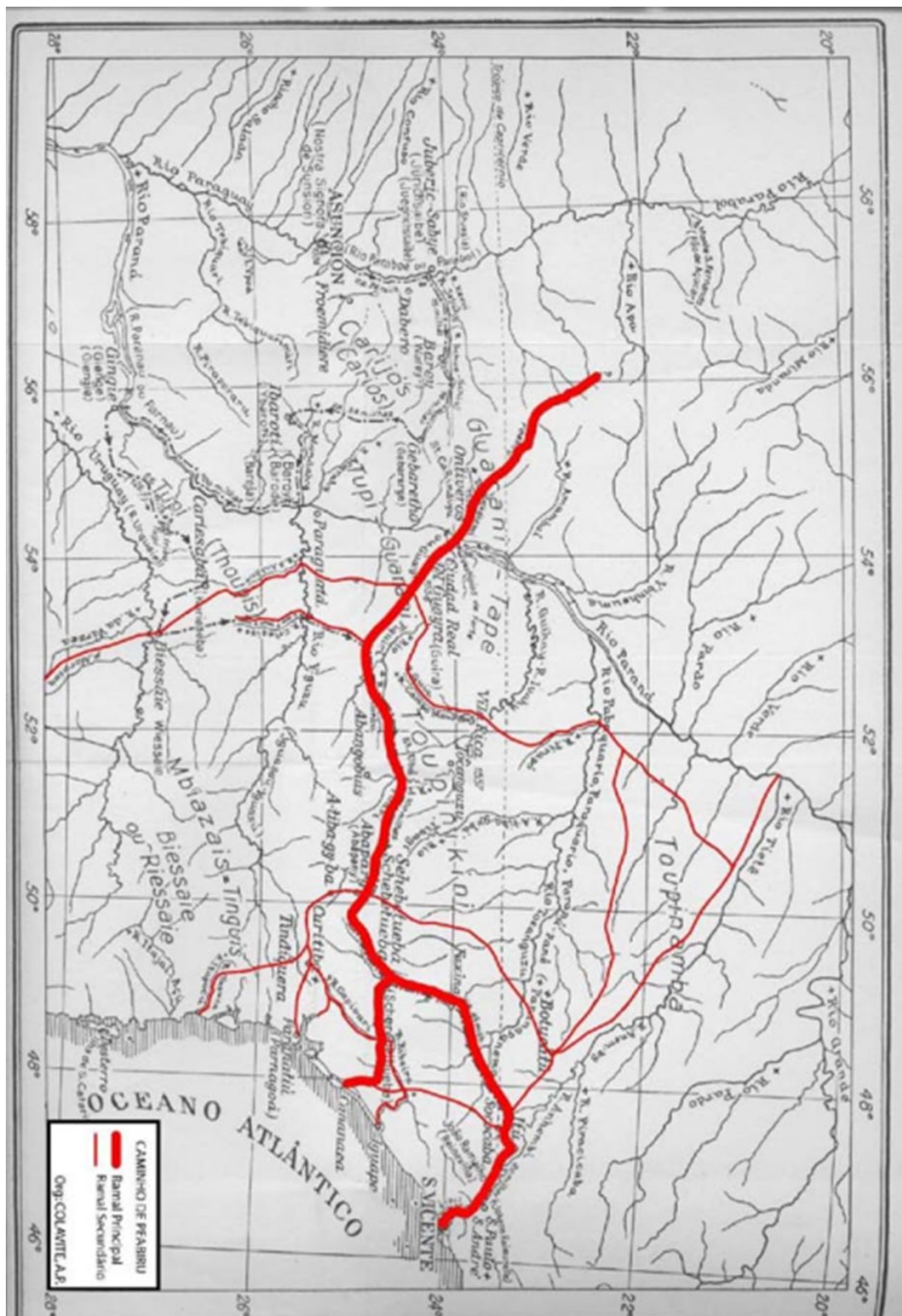
APÊNDICE C – FOTOGRAFIA DA FAZENDA CONCÓRDIA – ITU/SP.

Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Casa Fazenda Concórdia – Itu/SP. 2020.

APÊNDICE D – FOTOGRAFIA DA FAZENDA VASSOURAL – ITU/SP.

Fonte: FRANCISCHINELLI, Fabiana Leite de Camargo. Casa Fazenda Vassoural – Itu/SP. 2021.

ANEXO B - MAPA SOBRE O ITINERÁRIO DE ULRICH SCHMIDEL COM O CAMINHO DE PEABIRU EM DESTAQUE; ADAPTADO DE MAAC (2002).



Fonte: COLAVITE, Ana Paula. Geoprocessamento aplicado a estudos do caminho de Peabiru. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6590>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ANEXO C – MAPA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE (1631).



Fonte: ALBERNAZ, João Teixeira. Mapa da Capitania de São Vicente. Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

ANEXO D – FIGURA POR ESTIMAÇÃO DA VILA DE YTÚ, MANUSCRITO DO BRIGADEIRO JOSÉ CUSTÓDIO SÁ E FARIA DE 1774.



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São Paulo, Edusp, 2001. CDROM.

ANEXO E – MAPA COM A DEMONSTRAÇÃO TOPOGRÁFICA DO CURSO DO RIO TIETÊ.



Fonte: Demonstração topográfica do curso do rio Tietê desde a cidade de São Paulo até a confluência que forma com o rio Paraná e desta até a barra do rio Iguatemi. [S.l.: s.n.], [17--?]. 109,00 x 53,00 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461092/mss1461092.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

ANEXO F – MAPA DA FREGUESIA DE ARARITAGUABA (SÍTIOS MARGEANDO O RIO TIETÊ).

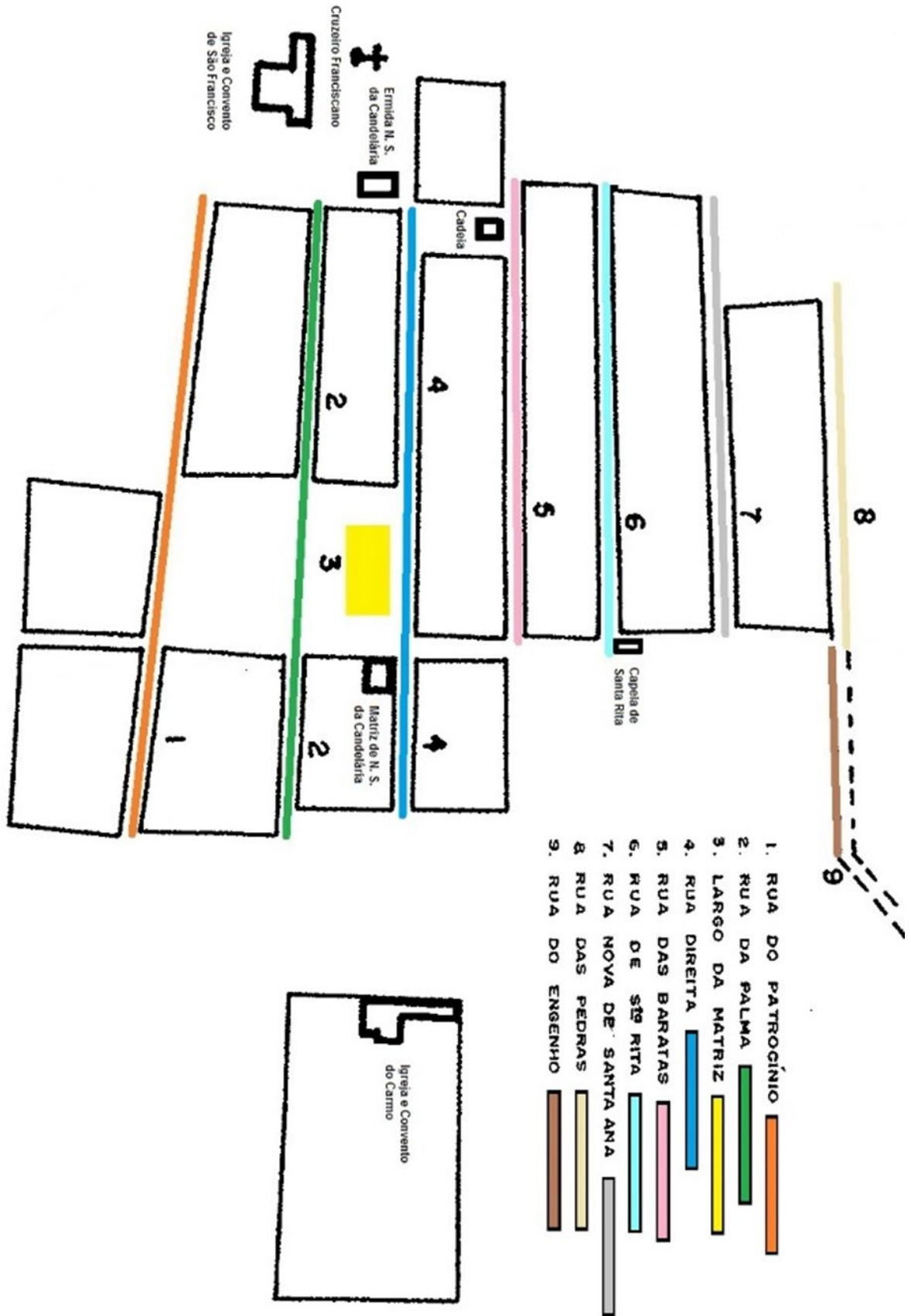


Fonte: ZUZARTE, Teotônio José. [1769]. 1 atlas ms. (66 f.), col., desenhado a tinta, 41,5 x 30. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1033424/cart1033424.pdf. Acesso em: 01 mar. 2020.

ANEXO G – FOTOGRAFIA DA FAZENDA PAU D' ALHO – ITU/SP.

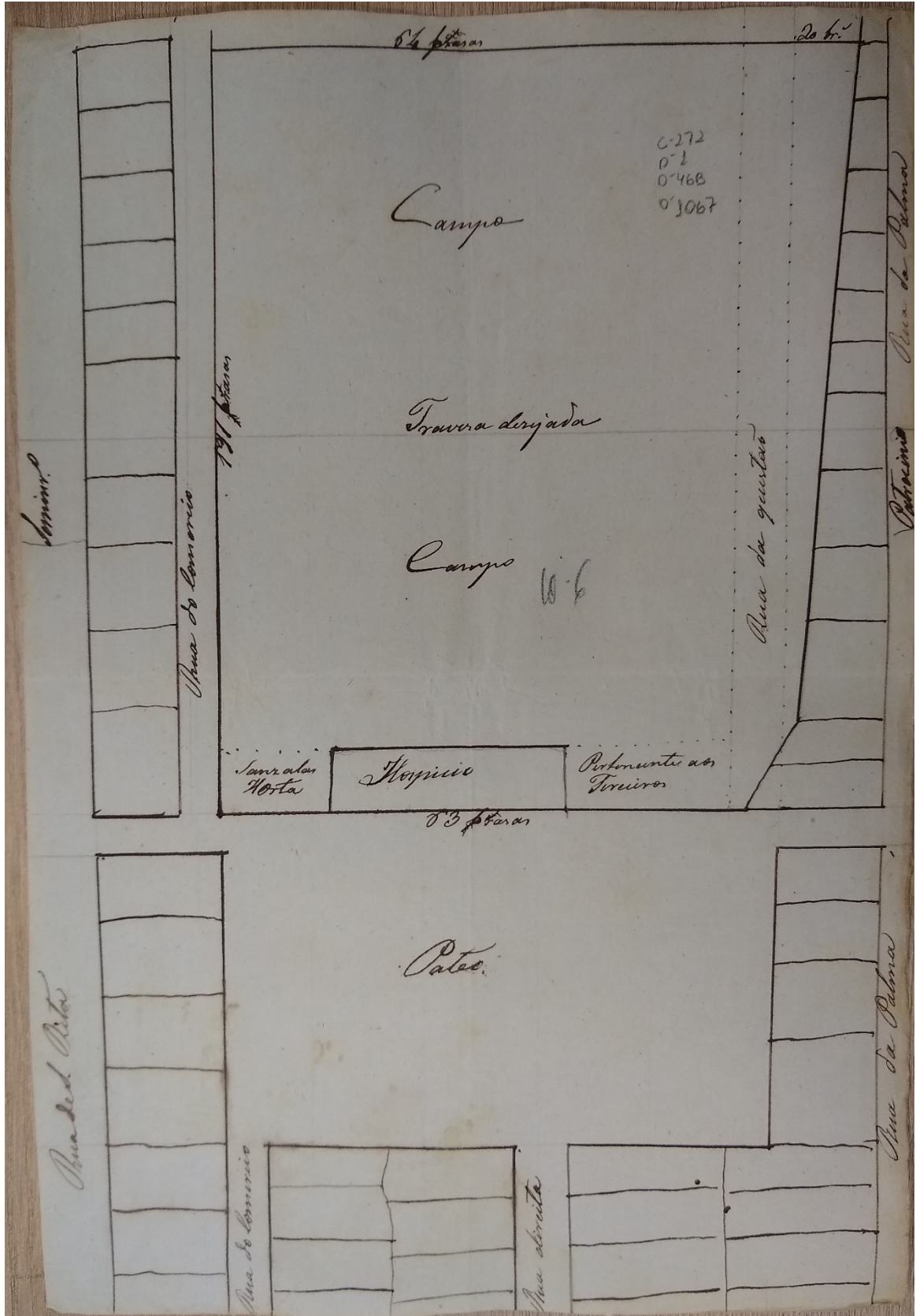
Fonte: SALA, Tiago. Casa do Pau d' Alho. 2007. Disponível em:
http://www.casasbandeiristas.com.br/casa-do-pau-d-alho/pau_3/. Acesso em: 28 jul. 2020.

ANEXO I – REPRODUÇÃO DE CROQUI DA EVOLUÇÃO URBANA DE ITU (1792).



Fonte: Acervo do Museu Republicano Convenção de Itu.

ANEXO K – REPRODUÇÃO DE CROQUI DO HOSPICÍO DO CARMO ITU.



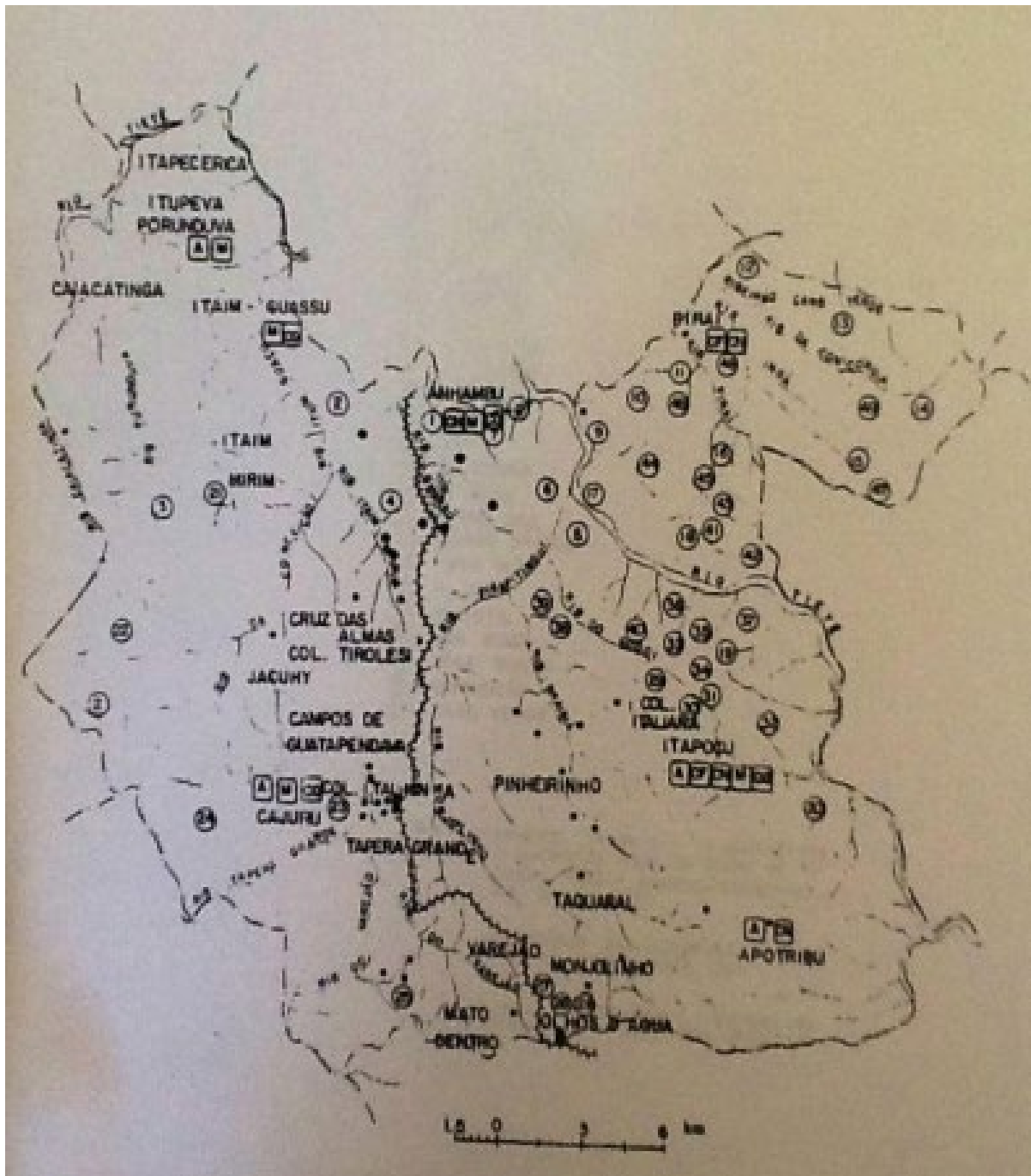
Fonte: Ordenanças de Itu, AESP, caixa 272, pasta 1, documento 46B, ordem 1067.

ANEXO L – CARTA ILLUSTRADA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO.



Fonte: MARTIN, Jules. Carta ilustrada da província de São Paulo, 1875. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart177696/cart177696.jpg. Acesso em: 11 jun. 2019. (Detalhe).

ANEXO M – BAIRROS, COLÔNIAS, FAZENDAS, SÍTIOS E CHÁCARAS EM ITU EM 1919.



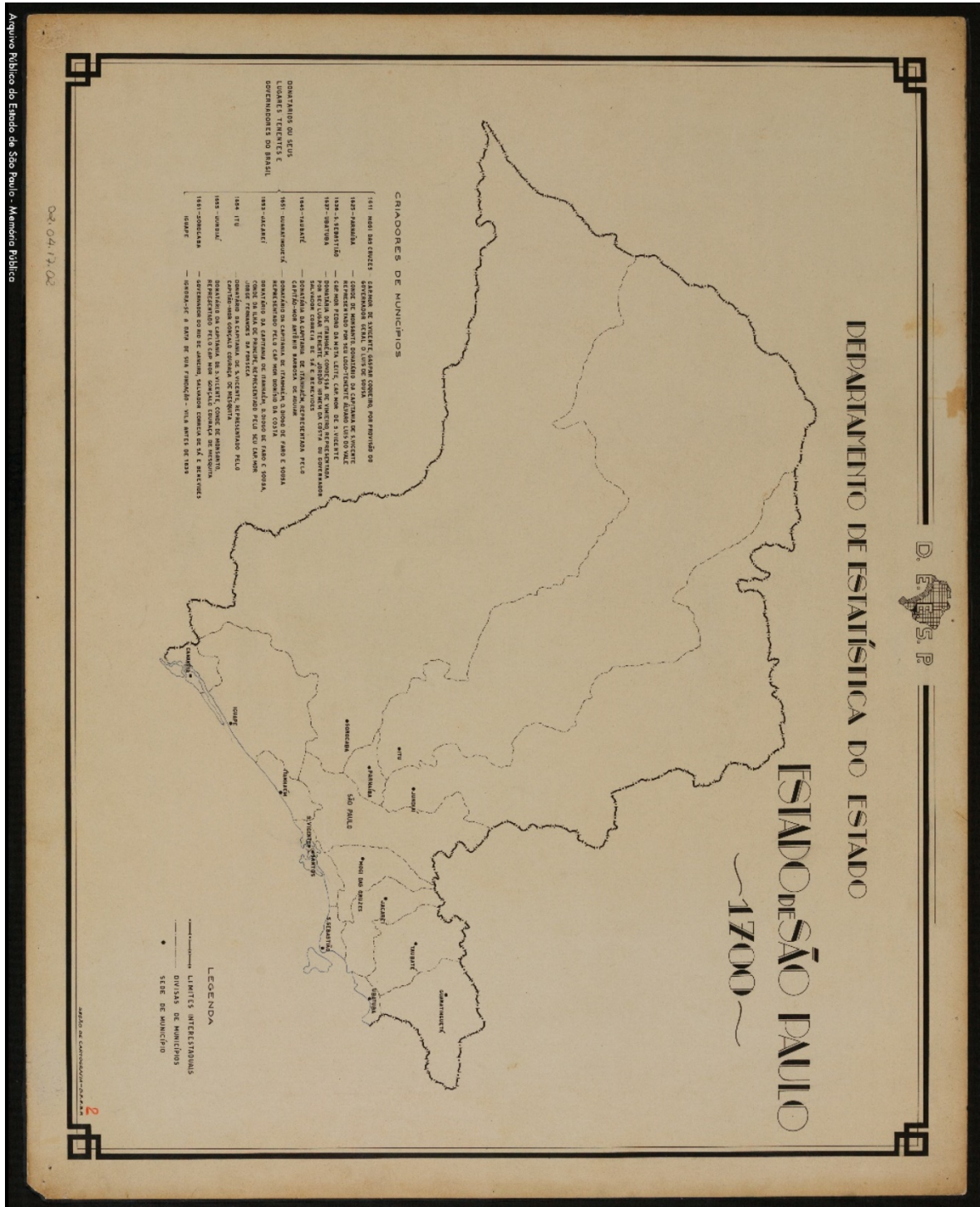
Fonte: Bastos, 1997.

ANEXO N – TERRITÓRIO PAULISTA EM 1600.



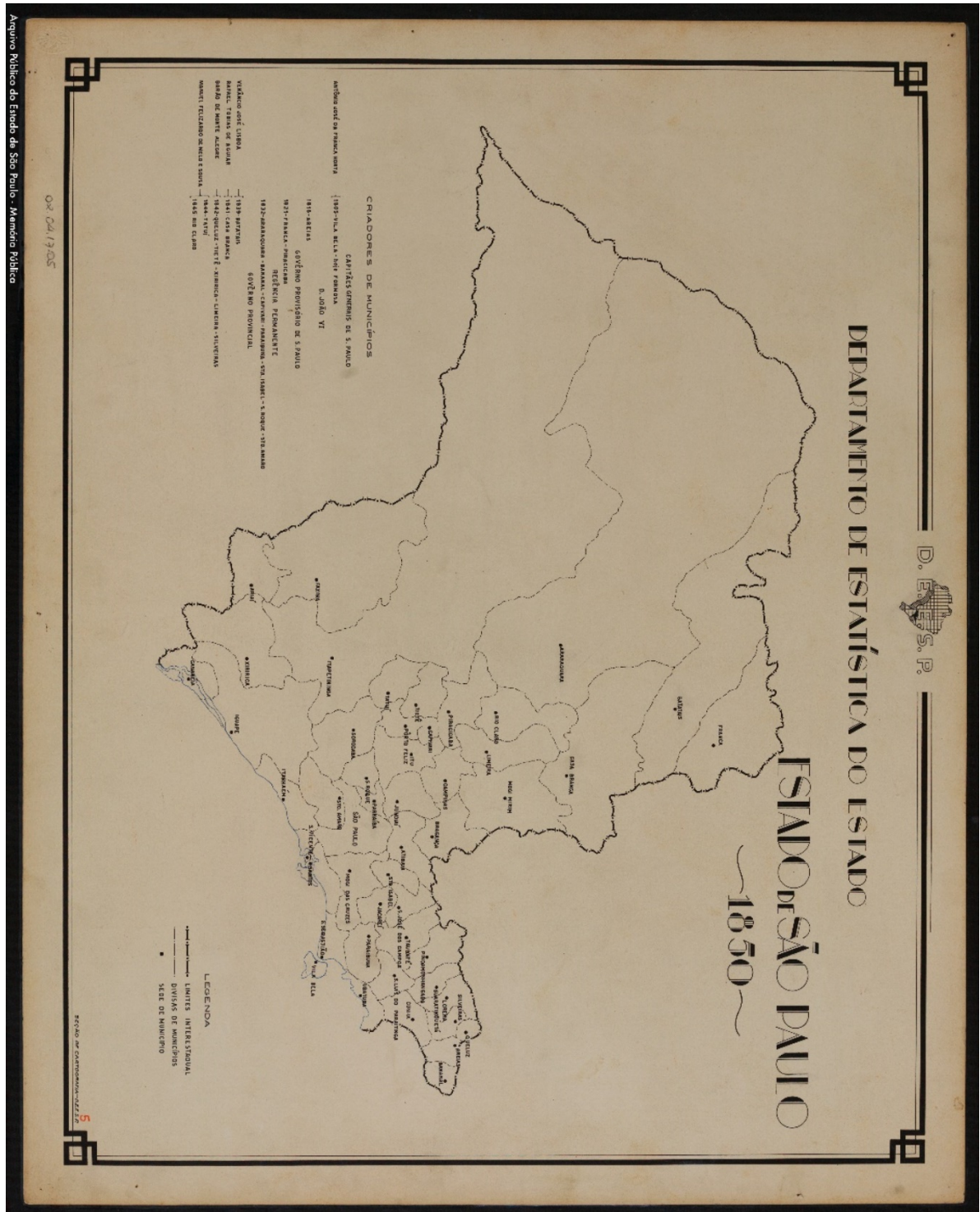
Fonte: Núcleo de Acervo Cartográfico, AESP.

ANEXO O – TERRITÓRIO PAULISTA EM 1700.



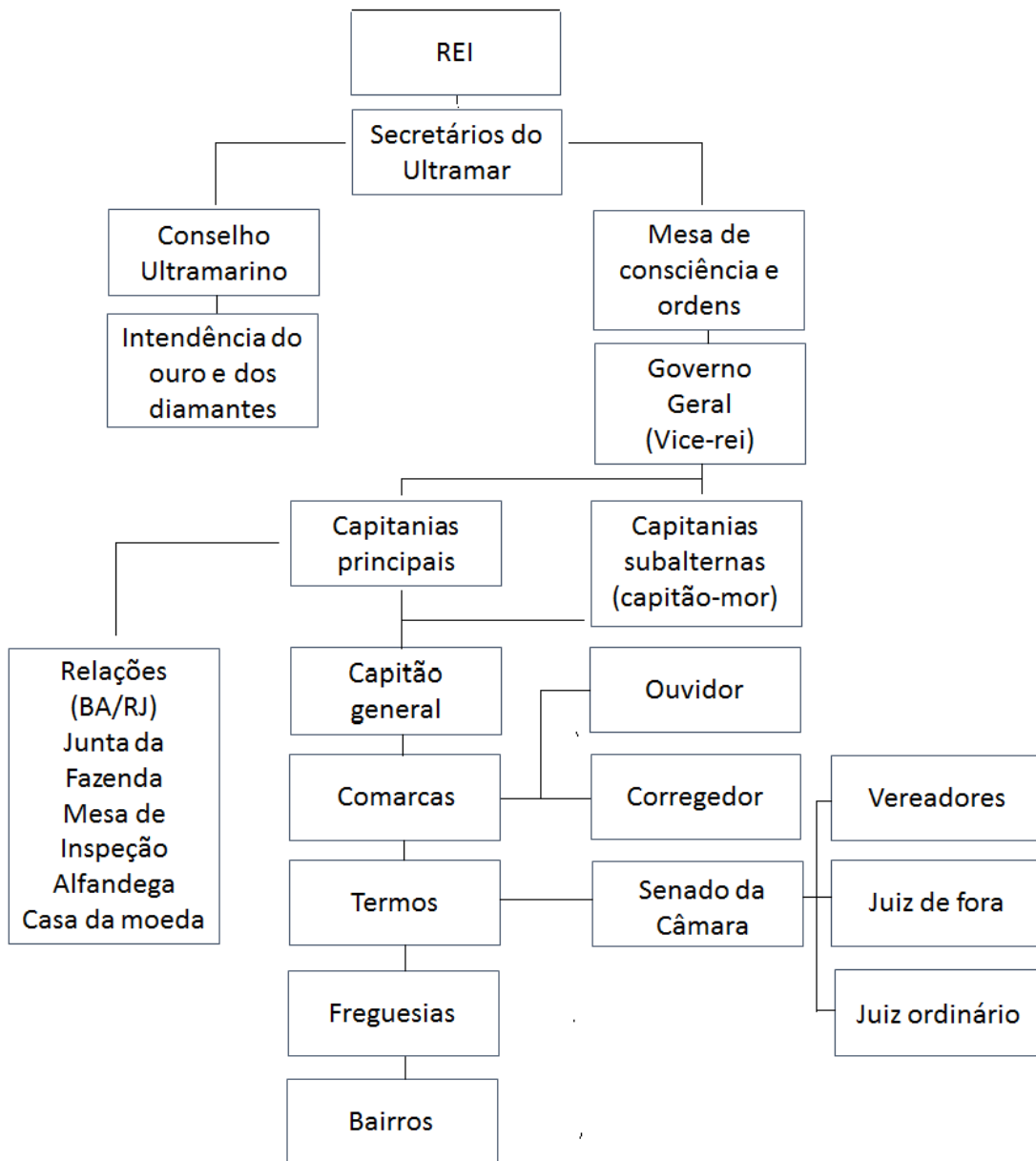
Fonte: Núcleo de Acervo Cartográfico, AESP.

ANEXO Q – TERRITÓRIO PAULISTA EM 1850.



Fonte: Núcleo de Acervo Cartográfico, AESP.

ANEXO S – ORGANOGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII.



Fonte: BARROS; MOIZO, 1991, p.22.

ANEXO T – MOBILIA PRESENTE NA CASA ITUANA.

A ESQUERDA ORATÓRIO DO SÉCULO XIX E A DIREITA ARMÁRIO PINTADO DO SÉCULO XVIII.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

A ESQUERDA CADEIRA SHERATON BRASILEIRA DO SÉCULO XIX E A DIREITA CADEIRA DE CAMPANHA DO SÉCULO XVIII.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

A ESQUERDA MOCHO DO SÉCULO XVIII E A DIREITA TAMBORETE DO SÉCULO XIX.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

CAIXA COFRE DO SÉCULO XVIII E A DIREITA BOFETE CAMPESINO DO SÉCULO XVIII.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

A ESQUERDA CANAPÉ IMPÉRIO DO SÉCULO XIX E A DIREITA MARQUESA DO SÉCULO XIX.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

A ESQUERDA ESCABELO DO SÉCULO XVII E A DIREITA BANCO DO SÉCULO XIX.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

A ESQUERDA CATRE DO SÉCULO XIX E A DIREITA CAMA DE BILROS (JACARANDÁ) SÉCULO XVII.



Fonte: Acervo Museu da Casa Brasileira

ANEXO U – TÁBUAS DE DATAS.

Estilos	Eventos
Indígena (rêde, girau e escabelo)	Pré-Cabralino - 1500
Manuelino	D. Manuel – até 1521
Missões	D. João III – 1557
Filipino (Caráter missões)	Domínio espanhol - 1580 a 1640
Holandês (Caráter missões)	Domínio holandês - 1654
D. João V Mineiro-goiano (bandeiras) Mineiro Veneziano (baroco)	D. João V – 1750
D. José ou Pombalino	D. José I - 1777
D. Maria I Sheraton-brasileiro	D. Maria I - 1792
D. João VI	D. João VI – 1816
Império Pé de cachimbo Beranger ou Pernambucano	Império brasileiro - 1822

FONTE: SANTOS, José de Almeida. **Mobiliário artístico brasileiro**. São Paulo: Museu Paulista, 1963. [Coleção museu paulista; 3 vols.], p. 49.